



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo

MAÍRA VUCOVIX FIRMINO

**O PAPEL DO IAB NA FORMULAÇÃO DO PLANO
NACIONAL DE HABITAÇÃO BRASILEIRO DE 1964**

CAMPINAS
2020

MAÍRA VUCOVIX FIRMINO

**O PAPEL DO IAB NA FORMULAÇÃO DO PLANO
NACIONAL DE HABITAÇÃO BRASILEIRO DE 1964**

Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, para obtenção do título de Mestra em Arquitetura, Tecnologia e Cidade, na área de Arquitetura, Tecnologia e Cidade.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Reis de Goes Monteiro

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA MAÍRA VUCOVIX FIRMINO E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. ANA MARIA REIS DE GOES MONTEIRO.

ASSINATURA DO ORIENTADORA

CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Área de Engenharia e Arquitetura
Rose Meire da Silva - CRB 8/5974

V972p Vucovix, Maíra, 1988-
O papel do IAB na formulação do Plano Nacional de Habitação Brasileiro de 1964 / Maíra Vucovix Firmino. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Ana Maria Reis de Goes Monteiro.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo.

1. Instituto de arquitetos do Brasil. 2. Política habitacional. 3. Arquitetura brasileira. 4. Arquitetura moderna. I. Monteiro, Ana Maria Reis de Goes, 1958-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The role of IAB in the Brazilian's National Housing plan of 1964

Palavras-chave em inglês:

Institute of architects of Brazil

Housing Policy

Brazilian architecture

Modern architecture

Área de concentração: Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Titulação: Mestra em Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Banca examinadora:

Ana Maria Reis de Goes Monteiro [Orientador]

Sílvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina

Mônica Junqueira de Camargo

Data de defesa: 17-12-2020

Programa de Pós-Graduação: Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-5385-9263>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/4766528211654715>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL, ARQUITETURA E
URBANISMO

O PAPEL DO IAB NA FORMULAÇÃO DO PLANO
NACIONAL DE HABITAÇÃO BRASILEIRO DE 1964

MAÍRA VUCOVIX FIRMINO

Dissertação de Mestrado aprovada pela Banca Examinadora, constituída por:

Profa. Dra. Ana Maria Reis de Goes Monteiro

Presidente e Orientadora

Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de
Campinas

Prof. Dra. Sílvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina

Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de
Campinas

Prof. Dra. Mônica Junqueira de Camargo

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

Campinas, 17 de dezembro de 2020

AGRADECIMENTOS

Especialmente à professora e orientadora Ana Goes, por toda sua dedicação, didática, metodologia e paciência ao longo deste percurso.

Aos colegas do grupo de estudo GEECA que, cotidianamente e cordialmente, compartilharam suas experiências individuais e contribuíram enormemente à minha dissertação.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp.

Aos funcionários do IAB/SP, por me receber em todas minhas visitas para pesquisas no acervo do Instituto.

Aos funcionários da Biblioteca da FAUUSP.

Ao André, meu grande amigo. Companheiro de todas as noites mal dormidas, meu parceiro de vida.

E aos meus familiares, que sempre foram meus grandes incentivadores e apoiadores. Especialmente à minha mãe, Ivone, agradeço por todo seu apoio, carinho e amor incondicionais.

“A refavela
Revela o salto
Que o preto pobre tenta dar
Quando se arranca
Do seu barraco
Prum bloco do BNH”
Gilberto Gil

RESUMO

A década de 1960, no Brasil, foi marcada por grandes transformações: urbanisticamente, as cidades brasileiras incharam de forma alarmante, em função de profundas mudanças na economia nacional, decorrentes da entrada do capital estrangeiro, da instalação de multinacionais no País, da industrialização concentrada e desigual, e da precariedade da vida no campo. Apesar de sua instabilidade político-institucional, o governo João Goulart (1961-1964) convidou arquitetos para participar da elaboração da Reforma Urbana, resultando no Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU) de 1963. No ano anterior (1962), o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) conseguiu aprovar a Lei nº 4.132/62, sobre a possibilidade de desapropriação territorial em caso de interesse social. Nesse momento, o Instituto se posicionava firmemente sobre a importância de se definir e implementar políticas públicas habitacionais no País. O objetivo deste trabalho foi verificar o papel do IAB na formulação do Plano Nacional de Habitação (PNH) de 1964, por meio da consulta de documentos e publicações da entidade, além de periódicos publicados à época, de forma a estabelecer correlação entre o proposto e o efetivamente realizado no âmbito das políticas habitacionais. Apesar do apoio do IAB aos Projetos de Lei (PL) nº 1.911/60 e nº 87/63, uma análise mais detalhada demonstra que as medidas governamentais seguiram em sentido contrário. O PL nº 2.006/64 e a Lei nº 4.380/64 atenderam mais a classe média que a classe baixa, desconsiderando o conhecimento técnico dos arquitetos e realocando a população carente para locais afastados dos centros urbanos, desprovidos de infraestrutura.

Palavras-chave: Instituto de Arquitetos do Brasil; Política habitacional; Arquitetura brasileira; Arquitetura moderna.

ABSTRACT

The 1960s in Brazil were marked by major transformations: urbanistically, Brazilian cities swelled alarmingly, due to profound changes in the national economy, resulting from the entry of foreign capital, multinational companies in the country, concentrated industrialization and uneven, and the precariousness of country life. Despite its political and institutional instability, the João Goulart government (1961-1964) invited architects to participate in the elaboration of Urban Reform, resulting in the Housing and Urban Reform Seminar (SHRU) of 1963. In the previous year (1962), Institute of Architects of Brazil (IAB) was able to approve Law N°. 4.132/62, on the possibility of territorial expropriation in case of social interest. At that time, the Institute was firmly positioned on the importance of defining and implementing public housing policies in the country. The objective of this work was to verify the role of the IAB in the formulation of the 1964 National Housing Plan (PNH), through consultation with documents and publications of the entity, in addition to periodicals published at the time, in order to establish a correlation between what was proposed and what was actually carried out within the scope of housing policies. Despite the IAB's support for Law Projects (PL) N° 1.911/60 and N° 87/63, a more detailed analysis demonstrates that government measures went in the opposite direction. PL n° 2.006/64 and Law n° 4.380/64 served the middle class more than the lower class, disregarding the technical knowledge of the architects and relocating the needy population to places away from urban centers, devoid of infrastructure.

Keywords: Institute of Architects of Brazil; Housing policy; Brazilian architecture; Modern architecture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Revista Arquitetura</i> nº 11, Rio de Janeiro, 1963, capa da edição de maio (funcionários em obra civil sem equipamentos de segurança).	34
Figura 2 – Linha do tempo e agentes responsáveis pelas veiculações das políticas públicas no país e possíveis contribuições.	38
Figura 3 – Contracapa da publicação oficial do Primeiro Congresso de Habitação, de 1931.	53
Figura 4 – Publicação número 82 da Revista do Arquivo Municipal (RAM) de São Paulo, com referência ao IDORT e à Jornada da Habitação Econômica de 1941. ..	54
Figura 5 - Proposta para casas de funcionários da Estrada de Ferro Sorocabana, tipo nº 12, do arquiteto Bruno Simões Magro, Mairinque, SP.	58
Figura 6 – Jogo de volumes das sacadas na fachada do bloco principal, Conjunto Residencial Operário de Realengo, Rio de Janeiro, RJ.	60
Figura 7 - Casas geminadas, foto à época, quando ainda não tinham sido muradas e abriam-se diretamente para o espaço público, Conjunto Residencial Operário de Realengo, Rio de Janeiro, RJ.	60
Figura 8 – Desenho do arquiteto Carlos Frederico Ferreira, esquema de sala para estudo de “habitação mínima”, Conjunto Residencial Operário de Realengo, Rio de Janeiro, RJ.	61
Figuras 9 e 10 – Urbanização Siemensstadt (1929 - 1931), do arquiteto Hans Scharoun, varandas e vista do ‘ <i>cruzador blindado</i> ’, Berlim, Alemanha.	62
Figura 11 – Estrutura da construção civil na RDA segundo o “Princípio de Construção” (Broschure 1964:30/31), Alemanha.	64
Figura 12 – Charlottenburg-Norte, do arquiteto Hans Scharoun, perspectiva externa edifícios, Berlim, Alemanha	65
Figura 13 – Quadro síntese 1930-1945.....	66

Figura 14 – Vista e planta de uma unidade tipo Marechal Hermes, Conjunto Residencial Carmela Dutra, Rio de Janeiro, RJ.	68
Figura 15 – Carmen Portinho, única mulher compondo o Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro, out. 1941.	71
Figura 16 – Primeira capa da <i>Revista Municipal de Engenharia</i> ou <i>Revista PDF</i> , como ficou conhecida, julho de 1932.	72
Figura 17 – Conjunto Habitacional Marquês de São Vicente, conhecido como Minhocão da Gávea, Rio de Janeiro.	74
Figura 18 – Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes – Pedregulho, 1946, Rio de Janeiro.	76
Figura 19 – Quadro síntese 1946-1951.....	76
Figura 20 – Quadro síntese 1951-1954.....	80
Figura 21 – Vista aérea de Brasília, ainda com muitos terrenos não ocupados.	84
Figura 22 – Croquis iniciais de Lúcio Costa para o projeto da nova capital	84
Figura 23 – Quadro síntese 1956-1960.....	88
Figura 24 – Quadro síntese 1961-1964.....	95
Figura 25 – Publicação do X Congresso Pan-americano de Arquitetos, realizado em Buenos Aires (pela segunda vez), em 1960.	100
Figura 26 – Floriceno Paixão, publicação em Diário Oficial, 29 de novembro de 1962.	106
Figura 27 – Capa da publicação da <i>Campanha Nacional da Casa Própria – Casas para a Família Trabalhadora</i> , em 1961.	107
Figura 28 – <i>Revista Acrópole</i> ano 28, edição nº 335, São Paulo, dezembro de 1966, P.26 – croquis mostram nível de detalhamento e preocupação quanto ao conforto ambiental e à estética muito maior do que os conjuntos habitacionais realizados pelo BNH ou, atualmente, pelo PMCMV.	108
Figura 29 – Jango no restaurante dos estudantes, em 1959	109

Figura 30 – Quadro síntese PL números 1.911/60 e 87/63.....	112
Figura 31 – <i>Revista Arquitetura</i> edição nº 11, Guanabara, maio de 1963, p.5.	117
Figura 32 – <i>Revista Acrópole</i> ano 23, edição nº 267, São Paulo, janeiro de 1961, P.43 – desenho representativo da montagem rápida de casas pré-fabricadas de alumínio.	118
Figura 33 – Quadro síntese SHRU.....	120
Figura 34 – Boletim informativo mensal nº 67, São Paulo, 1959, P.8.	123
Figura 35 – <i>Revista Arquitetura</i> edição nº 12, Guanabara, junho de 1963, P.7.	123
Figura 36 – Boletim informativo mensal nº 18, São Paulo, 1955, P.4.	126
Figura 37 – Boletim informativo mensal nº 1, São Paulo, janeiro de 1954, P.4.	130
Figura 38 – Boletim informativo mensal nº 2, São Paulo, fevereiro de 1954, P.2. .	131
Figura 39 – Ata de reunião registrada em livro de capa dura, sem identificação específica, caixa nº 107.	133
Figura 40 – Ata de reunião (07.06.1956) registrada em livro de capa dura, sem identificação específica, caixa nº 12.	135
Figura 41 – Ata de reunião (24.04.1956) registrada em livro de capa dura, sem identificação específica, caixa nº 12.	136
Figura 42 – Ata de reunião (17.05.1966) registrada em livro de capa dura, sem identificação específica, caixa nº 107.	136
Figura 43 – Ata de reunião (10.05.1966) registrada em livro de capa dura, sem identificação específica, caixa nº 107.	137
Figura 44 – Suplemento informativo do CINVA (maio/1964), caixa nº 55.	138
Figura 45 – Documento IAB-GB (1967), caixa nº 144.	139
Figura 46 – Documento IAB-GB (1967), caixa nº 144 (trecho dois).	139
Figura 47 – Matéria jornal Correio da Manhã (28.07.1966).	140
Figura 48 – Boletim informativo mensal nº 51, São Paulo, 1958, P.1.	142

Figura 49 – Boletim informativo mensal nº 51, São Paulo, 1958, P.1 (trecho dois).	143
Figura 50 – Boletim informativo mensal nº 51, São Paulo, 1958, P.2.	144
Figura 51 – O presidente João Goulart, ao lado da esposa, Maria Teresa, no comício do dia 13 de março de 1964.....	152
Figura 52 – Quadro síntese 1964-1967.....	157
Figura 53 – Nota do Planalto para os itens vetados da Lei 4.380	162
Figura 54 – Quadro síntese comparativo entre o PL apresentado posteriormente ao SHRU e o PL proposto pelo Regime Militar	167
Figura 55 – Quadro síntese 1930-1945.....	167
Figura 56 – Antiga Favela da Catacumba, uma das removidas da área da Lagoa Rodrigo de Freitas. Atualmente é o Parque da Catacumba.	171
Figura 57 – Mapa da cidade do Rio de Janeiro, segundo Censo de 2010, IBGE. .	173
Figura 58 – Vila Kennedy, em 1965. Construções em substituição à Favela da Catacumba.	175
Figura 59 – Capa <i>Revista Arquitetura</i> , publicação de junho de 1967.	182
Figura 60 – Vila Maria Zélia, em 2018. Foto antiga escola infantil para os filhos dos trabalhadores da fábrica. As unidades eram separadas, uma de cada lado da rua, entre feminino e masculino.	186

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela comparativa presidentes do IAB e os presidentes da República.	40
Tabela 2 – Produção de unidades habitacionais entre 1937 e 1941 pelos IAPs, para os planos A e B.	44
Tabela 3 – Fundação da Casa Popular, casas e conjuntos construídos por tamanho de cidades até 31 de dezembro de 1960.	45
Tabela 4 – Fundação da Casa Popular, casas e conjuntos construídos nas maiores cidades do País até 31 de dezembro de 1960.	45
Tabela 5 – Fundação da Casa Popular, casas e conjuntos construídos por região até 31 de dezembro de 1960.	46
Tabela 6 – Fundação da Casa Popular, casas e conjuntos construídos por Estado até 31 de dezembro de 1960.	47
Tabela 7 – Produção habitacional dos conjuntos residenciais nas décadas de 1930, 40, 50 e meados de 1950.	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEA – Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas

ABEA – Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo

AI – Atos Institucionais

ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio

AP – Ação Popular

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

AsBEA – Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura

ASPLAN – Assessoria em Planejamento

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH – Banco Nacional da Habitação

CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo

CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

CECAP – Caixa Estadual de Casas para o Povo (atual CDHU)

CEDODAL – Centro de Documentación de Arquitectura Latinoamericana

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CEPUR – Centro de Estudos de Planejamento Urbano e Regional

CFAV – Companhia de Ferro e Aço de Vitória

CFH – Conselho Federal de Habitação

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CIAMs – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna

CINVA – Centro Interamericano de Vivienda

CLACSO – *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNV – Comissão Nacional da Verdade

COHAB – Companhia Metropolitana de Habitação

CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia

CONPURB – Conselho Nacional de Política Urbana

COSU – Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil

CPA – Congresso Pan-americanos de Arquitetos

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil

CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura (atual Conselho Regional de Engenharia e Agronomia)

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DHP – Departamento de Habitação Popular

FAP – Fundação Abbé-Pierre

FAUS – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos

FAUUSP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

FCP – Fundação da Casa Popular

FEANTSA – Federação Europeia de Associações Nacionais

FEC – Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp

FENEA – Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

FETREN – Financiamento para Sistemas Ferroviários de Transporte Urbano de Passageiros

FGC – Fundo Garantidor de Crédito

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FGV – Faculdade Getúlio Vargas

FHA – *Federal Housing Administration*

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FIMURB - Financiamento para Urbanização

FINANSA – Financiamento de Saneamento

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FIPLAN – Financiamento para o Planejamento Urbano

FMI – Fundo Monetário Internacional

FPAA – Federação de Associações Pan-Americanas de Arquitetos

HIS – Habitação de Interesse Social

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil

IAB-BA – IAB, Departamento Bahia

IAB-GB – IAB, Departamento Guanabara

IAB-RJ – IAB, Departamento Rio de Janeiro

IAB-RS – IAB, Departamento Rio Grande do Sul

IAB-SP – IAB, Departamento São Paulo

IAPs – Instituto de Aposentadorias e Pensões

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBH – Instituto Brasileiro de Habitação

IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho

IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPASE – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IPESP – Instituto de Previdência do Estado

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISSB – Instituto de Serviços Sociais do Brasil

JUC – Juventude Universitária Católica

LCI – Letra de Câmbio Imobiliária

MAM-SP – Museu de Arte de São Paulo

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MRE – Ministério das Relações Exteriores

MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

NEDAB – Núcleo de Estudo e Divulgação da Arquitetura Brasileira

NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital

OEA – Organização dos Estados Americanos

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização não governamental

PAC – Plano de Aceleração do Crescimento

PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo

PBQP-H – Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDC – Partido Democrata Cristão

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S. A.

PL – Projeto de Lei

PLANASA - Plano Nacional de Saneamento

PLC – Projeto de Lei Complementar

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNH – Plano Nacional de Habitação

PNT – Plano Nacional Territorial

PRODEPO – Apoio ao Desenvolvimento de Polos Econômicos

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

QUALIHAB – Programa Qualidade da Construção Habitacional do Estado de São Paulo

RAM – Revista do Arquivo Municipal

SAGMACS – Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais

SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

SEPLAN – Secretaria de Planejamento

SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SESP – Serviço Especial de Saúde Pública

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

SFS – Sistema Financeiro de Saneamento

SHRU – Seminário de Habitação e Reforma Urbana

SNI – Serviço Nacional de Informações

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUDESUL – Seminário sobre Urbanismo

SUPURB – Superintendência da Política Urbana

TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília

UDN – União Democrática Nacional

UIA – União Internacional de Arquitetos

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UPC – Unidade Padrão de Capital

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	22
2. MATERIAIS E MÉTODOS	30
3. POLÍTICAS HABITACIONAIS (1930-1964)	42
3.1. Primeira Era Vargas (1930-1945)	48
3.2. O governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951)	67
3.3. Segunda Era Vargas (1951-1954)	77
3.4. O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960).....	81
3.5. O governo de João Goulart (1961-1964)	89
4. HABITAÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DO IAB (1960-1964)	96
4.1. Projetos de Lei nº 1.911/60 e nº 87/63.....	99
4.2. O Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU) de 1963	113
4.3. Documentos históricos do IAB	122
4.3.1. Boletins Informativos Mensais do IAB-SP.....	125
4.3.2. Atas de reunião do IAB-SP.....	133
4.3.3. Congressos nacionais e internacionais e o IAB.....	141
5. PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO (PNH) DO REGIME MILITAR (1964)	147
5.1. O Golpe de 1964 e o Regime Militar	151
5.2. O Plano Nacional de Habitação e a Lei nº 4.380/64	157
5.3. Os vetos do PNH	162
5.4. O BNH, o SERFHAU e o SFH.....	168
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	190
REFERÊNCIAS.....	196
APÊNDICE A – Arquitetos atuantes no IAB-SP	203
ANEXO A - Nota do IAB-SP, em repúdio aos processos iniciados contra professores pelo Regime Militar, em 1964.....	206
ANEXO B - PL nº 1.911/60, apresentado pelo Deputado Floriceno Paixão ao Congresso Nacional	207

ANEXO C - PL nº 87/63, apresentado pelo deputado Floriceno Paixão ao Congresso Nacional	215
ANEXO D - Relatório final do SHRU, em 1963, publicada pela <i>Revista Arquitetura</i> , edição de setembro do mesmo ano, PP. 17 a 23.....	232
ANEXO E - Lista dos participantes no SHRU, em 1963, publicada pela <i>Revista Arquitetura</i> , edição de setembro do mesmo ano, P. 24	239
ANEXO F - Boletim informativo mensal, em 1953, documentado pelo IAB-SP, circular nº 607, P.1	240
ANEXO G - Boletim informativo mensal, em 1953, documentado pelo IAB-SP, circular nº 609, P.1	241

1. INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema desta dissertação começou após o curso de pós-graduação *lato senso* “Geografia, Cidade e Arquitetura”, da Escola da Cidade, com os seguintes estudos de caso: Brasil (Manaus), Venezuela (Caracas), Cuba (Havana) e Chile (Santa Olga); e a participação, como aluna especial, na disciplina “Cultura, Arquitetura e Cidade na América Latina”, na Universidade de São Paulo (USP).

Os primeiros esboços desta pesquisa surgiram a partir do estudo da crise da arquitetura na América Latina; das complexidades entre as relações de autonomia e dependência dos países latino-americanos com relação aos países do Norte; dos embates sociológicos; e da relevância dos Congressos Pan-americanos de Arquitetos (CPA), realizados entre 1920 e 1975¹.

Esses congressos podem ser divididos em dois momentos de acordo com as contextualizações históricas em que estavam inseridos. Um primeiro, de 1920 (pós Primeira Guerra Mundial) a 1945 (fim da Segunda Guerra Mundial), quando houve a redução da influência francesa² e a ascensão dos Estados Unidos sobre a América.

E um segundo momento, de 1945 (pós Segunda Guerra Mundial) a 1975 (fim dos encontros do CPA), quando os latinos vivenciaram a possibilidade de uma mobilidade social inédita, alavancada pela alta industrialização dos países de maneira geral, em busca de minimizar as distâncias econômicas e sociais do então dito Primeiro Mundo³.

¹ Ao todo, foram realizados **15 congressos**: I CPA: Montevideo, 1920; II CPA: Santiago do Chile, 1923; III CPA: Buenos Aires, 1927; IV CPA: Rio de Janeiro, 1930; V CPA: Montevideo, 1940; VI CPA: Lima, 1947; VII CPA: Havana, 1950; VIII: Cidade do México, 1952; IX CPA: Caracas, 1955; X CPA: Buenos Aires, 1960; XI CPA: Washington, 1965; XII CPA: Bogotá, 1968; XIII CPA: San Juan, 1970; XIV CPA: São Paulo, 1972; XV CPA: Cidade do México, 1975.

² A expressão ***Amérique Latine*** começou a ser utilizada pelos intelectuais franceses, no início do século XIX, para justificar o imperialismo francês no continente, considerando o país em questão como líder natural e defensor contra a dominação anglo-saxã, principalmente a norte-americana.

³ Termo originado durante a **Guerra Fria** (compreendida entre o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e a extinção da União Soviética, em 1991), pertencente à Teoria do Mundos.

A organização desses congressos foi uma iniciativa dos arquitetos uruguaios, que formaram o grupo *Sociedad Central de Arquitectos del Uruguay*, em 1914 (ATIQUE, 2009, p.50). Dois anos depois, foi criado o *Comité Permanente de los Congresos Panamericanos de Arquitectos*, responsável por estruturar a participação dos países das Américas nos congressos. Em cada país anfitrião, havia uma comissão organizadora local, subordinada a esse comitê permanente. Essa estrutura foi alterada no VI Congresso, ocorrido em Havana, em 1950, com a criação da Federação de Associações Pan-Americanas de Arquitetos – FPAA⁴, entidade organizadora desses congressos desde então (GUTIÉRREZ, 2007, p. 72).

Apesar da predominância sul americana nos CPA ao longo dos anos e da pouca participação dos Estados Unidos, a hegemonia norte-americana destacou-se desde os primeiros encontros. A delegação estadunidense, apesar de numericamente pequena, se comparada aos argentinos e uruguaios, por exemplo, era vista como modelar para a resolução de muitas questões de interesse dos demais países americanos. (ATIQUE, 2005, p. 48)

Havia, claramente, um estímulo para que os latinos estudassem naquele País. E umas das explicações para isso era a facilidade de difusão das técnicas, princípios e estéticas estadunidenses pelas Américas, ampliando as possibilidades de trabalhos profissionais dos norte-americanos, em meio ao *boom* do crescimento populacional e à intensa urbanização das cidades latino-americanas. Conforme Atique (2009), os Estados Unidos exerceram considerável influência sobre governos, fundações e universidades desses países latinos.

Entretanto, considerados os assuntos em pauta, fica claro que os temas discutidos nos CPA estavam relacionados a questões da América Latina, tida não apenas como diferente dos Estados Unidos, mas cada vez mais como uma região problemática, pertencente ao chamado Terceiro Mundo: politicamente instável e atrasada econômica, social e culturalmente.

Desde a primeira edição dos CPA o debate sobre moradia popular foi recorrente, incluindo a ideia de que o Estado deveria participar da construção de casas proletárias. Um dos tópicos mais importantes do I CPA (1920) foi a formação

⁴ Atualmente, a instituição, ainda ativa, compreende 32 nações, agrupadas em cinco grandes regiões: Região Norte, Região Centro América, Região Caribe, Região Andina e Região Cone Sul.

desordenada das cidades no início do século XX. Ao longo dos 20 anos (1920-1940) estudados por Atique (2009), sempre houve, entre os países da América Latina, um esforço no sentido de detectar e buscar soluções para seus problemas particulares.

Nas décadas seguintes, pós-guerras mundiais e na contramão do imperialismo norte-americano, organizações e instituições (entre outros, a CEPAL⁵, CLACSO⁶, ALALC⁷), surgiam com a intenção de enfrentar problemas e desafios comuns a todo o continente sul-americano. No campo da Arquitetura, houve, em 1950, a concretização do Movimento Moderno no âmbito acadêmico, impulsionado pela circulação de ideias nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs).

Nos anos 1960, as grandes cidades da América Latina viveram um intenso processo de industrialização e urbanização, associados à solidificação e à expansão do capitalismo como modelo econômico. A discussão sobre cidade culminou na realização do X CPA, em 1960, realizado na cidade de Buenos Aires, dedicado exclusivamente ao estudo da habitação social.

No caso do Brasil (similar a outros países da América Latina), a urbanização não é decorrência direta da industrialização, já que esta é considerada tardia quando comparada a países pioneiros da Revolução Industrial. Esse fenômeno foi responsável por gerar um setor secundário (produção fabril) comprimido, incapaz de absorver o volume de mão-de-obra disponível. Simultaneamente, gerou um setor terciário (comércio de bens e prestação de serviços) hipertrofiado, pouco capitalizado e com atividades de pequeno porte classificadas como subemprego⁸ (VESENTINI, 2001, p.108).

No âmbito urbanístico, a modernização rápida do setor industrial a partir da importação de tecnologia teve implicação direta na organização das cidades, em seus

⁵ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe: criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os países membros.

⁶ *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, criado em 1967, com o objetivo de promover a investigação social para o combate à pobreza e à desigualdade, o fortalecimento dos direitos humanos e a participação democrática, fortalecendo os processos de internacionalização acadêmica da América Latina e do Caribe.

⁷ Associação Latino-Americana de Livre Comércio, criada em 1960, com a intenção de integrar comercialmente a América Latina. Os primeiros países-membro foram: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

⁸ De acordo com o entendimento da geografia crítica, tais características representam o capitalismo dependente ou capitalismo “selvagem”.

processos de conurbação e consequentes problemas de infraestrutura urbana, além da desordenada ocupação do solo. Para Carlos Sambricio:

As cidades – que no passado tinham sido cenários da intensa dinâmica das economias exportadoras – se converteram em centros de consumo, de provimento de indústrias, dando-se em poucos anos uma singular transformação delas mesmas (SAMBRICIO, 2012, p. 11).

Dada tal complexidade acerca das cidades latino-americanas, ganharam destaque os temas de planejamento urbano e habitação, a partir de repercussões geradas nos próprios Congressos, além de conferências e seminários interamericanos organizados por institutos de arquitetos. Nesse período, as metrópoles latino-americanas eram estudadas a partir de suas contradições, evidentes nas relações entre a distribuição de renda desproporcional, a migração, o crescimento populacional, a estrutura agrária arcaica, a industrialização tardia e a demanda habitacional crescente – aspectos que fundamentaram a defesa de um planejamento nacional do território e da habitação no campo da arquitetura.

Os CPA, que seguiram até 1975, não conseguiram prever as explosões de ocupações urbanas, que desafiam até hoje, na América Latina, qualquer política habitacional. O déficit habitacional nesses países subiu de 38 milhões de residências, em 1990, para uma cifra entre 42 milhões e 51 milhões em 2011, sendo que apenas o déficit habitacional brasileiro é de 7,757 milhões de moradias, segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com dados de 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁹.

Partindo da questão habitacional, no contexto da década de 1960 e restringindo o foco das análises de um conjunto maior, que compreende a América Latina, para um universo estritamente brasileiro, esta dissertação buscou verificar o papel do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) na formulação do Plano Nacional de Habitação (PNH) de 1964.

A organização uruguaia, *Sociedad Central de Arquitectos del Uruguay*, serviu de exemplo para a criação do IAB, em 1921, por um grupo de 27 profissionais, logo após a realização do I CPA, em 1920, em Montevideu. O Instituto teve sua primeira sede

⁹ Dados publicados pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC), em julho de 2018, em parceria com a FGV Projetos, sobre a análise das necessidades habitacionais e suas tendências para dez anos seguintes.

na cidade do Rio de Janeiro, antiga capital nacional. O primeiro presidente do IAB foi Adolfo Morales de Los Rios, de 1921 a 1924. Formado pela Escola de Belas Artes de Paris, estabeleceu-se no Brasil em 1890. Embalados pela onda vanguardista, os arquitetos fundadores, além de estimular debates acerca da Arquitetura Moderna, em detrimento da corrente Neocolonial, estavam, então, preocupados com a regulamentação da profissão no País, com a consolidação e união da categoria e com sua divulgação junto à sociedade brasileira.

O livro *O IAB e a Política Habitacional*, de João Ricardo Serran (1976), com os documentos do departamento do IAB Guanabara (IAB-GB¹⁰) reunidos, contribuiu para a fundamentação da pesquisa. Conforme colocado pelo próprio autor, dois são os momentos do IAB com relação à habitação social no País: 1) a luta pela implementação de uma política nacional, que durou até 1964; 2) a luta pela reformulação da política adotada, que se iniciou em 1964, com a Lei nº 4.380/64. Evidentemente, há outros aspectos relevantes na trajetória do IAB, mas, nesta dissertação, o que está em discussão é a inflexão entre esses dois momentos marcantes.

Desde sua fundação, o Instituto se mostrou comprometido em lidar com questões sociais nacionais, mas em finais da década de 1950 e início dos anos 1960, os debates ganharam maiores proporções a partir da aproximação dos arquitetos com o poder público em diferentes esferas de governo, além do momento peculiar da história nacional e internacional (Revolução Cubana, em 1959; inauguração de Brasília, em 1960; eleição de Jânio Quadros, em 1961).

O ápice desse momento (1) foi a organização e realização do Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU) de 1963. Os encontros no Rio de Janeiro e em São Paulo (julho de 1963) concretizaram e fortaleceram os Projetos de Lei (PL) nº 1.911/60 (junho de 1960) e nº 87/63 (abril de 1963). Ambos os PL foram apresentados pelo deputado Floriceno Paixão, eleito pelo mesmo partido de Jânio Quadros e João Goulart (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB), e quem também participou do SHRU. Ambas as propostas estavam alinhadas ao posicionamento do IAB sobre habitação

¹⁰ IAB-GB: O IAB Guanabara foi um dos setores estaduais criados que se estabeleceu no antigo Estado da Guanabara (1960-1975), fundido ao Estado do Rio de Janeiro, em 1975, no governo de Ernesto Geisel.

social no País e defendiam a criação de um PNH associado a um Plano Nacional Territorial (PNT), pensando especificamente nas necessidades regionais brasileiras.

Os dois projetos foram desconsiderados e substituídos por uma nova proposta apresentada pelo próprio Poder Executivo dos militares. O PL nº 2.006/64 (maio de 1964), originário da Lei nº 4.380/64 (agosto de 1964), foi redigido pelos ministros Arnaldo Lopes Sussekund (Ministro do Trabalho e Previdência Social) e Roberto de Oliveira Campos (Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica). O Regime Militar (1964-1985), que acabou com o governo de Jango, presidente eleito democraticamente, também encerrou políticas habitacionais vigentes (como os Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs e a Fundação da Casa Popular - FCP) e modificou outras que estavam por surgir (como o Conselho Nacional de Habitação e o Fundo Nacional de Habitação) em um contexto de fomento de discussões urbanísticas e de uma possível Reforma Urbana.

A partir daí, os principais tópicos estudados são o papel do IAB como instituição ativa no contexto de consolidação das grandes cidades brasileiras e a discussão sobre habitação; o programa estatal para lidar com a precariedade da moradia popular; e a ausência de um consenso entre arquitetos do IAB e o Governo Federal na proposição de políticas públicas habitacionais (2).

Esta dissertação, de caráter documental, está dividida em três capítulos, além deste atual, de introdução e o seguinte, sobre os materiais e métodos. O primeiro deles, “Políticas Habitacionais (1930-1964)”, retrata o crescimento e a concentração populacional nas grandes cidades brasileiras e seus complexos processos de produção do espaço urbano, a partir de análises da geografia urbana e crítica. Estão, também, colocados os fatos históricos, econômicos e políticos e suas relações com o conjunto de medidas coordenadas pela ação do Poder Executivo da União, sob a ótica do IAB durante os governos dos presidentes Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra, Juscelino Kubitschek e João Goulart.

O segundo capítulo, “Habitação Social na Perspectiva do IAB (1960-1964)”, dedica-se à contextualização das condições urbanas das cidades brasileiras no início dos anos 1960; às proposições inovadoras colocadas pelo curto governo de Jango e acompanhadas pelo IAB; à consequente realização do SHRU; e às repercussões

sobre habitação social discutidas e orientadas por arquitetos do IAB apontadas em registros históricos da década de 1960.

No terceiro capítulo, “Plano Nacional de Habitação (PNH) do Regime Militar (1964)”, está apresentada a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, uma reação avessa ao pleiteado nos debates do SHRU; a constituição e as realizações do Banco Nacional da Habitação (BNH); a criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU); o funcionamento do sistema de créditos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH); as implicações dessas medidas no desenvolvimento e crescimento das cidades brasileiras; e o posicionamento crítico dos arquitetos do IAB quanto à postura imposta e regulamentada pelo Regime Militar.

A oposição do IAB às propostas federais centrava-se em alguns pontos: nas condições dos sistemas de financiamento; na utilização política do BNH como instrumento de propaganda do próprio Regime Militar, subsidiada por recursos do Exterior; nas remoções de favelas; no exílio dos economicamente menos favorecidos para as periferias; na cidade vista como mercadoria e não como provedora de bem-estar social; e na concentração seletiva de renda.

Também estão relacionadas às consequências das políticas públicas adotadas ao longo da década de 1960, com destaque, à exclusão de profissionais qualificados e capacitados, que contribuiu para a crise do sistema habitacional brasileiro. Obviamente que a produção da habitação e das cidades extrapola os campos de estudos arquitetônicos e urbanísticos, expandindo-se para as áreas de conhecimentos econômicos, políticos, sociais e filosóficos.

A presente pesquisa aponta para as divergências entre as proposições dos arquitetos brasileiros e as realizações do Estado. As primeiras, baseadas em estudos acadêmicos e conhecimento de causa; as segundas, coniventes com as flutuações do interesse do mercado imobiliário em um contexto de urbanização acelerada nos países latino-americanos (governos autoritários e poder centralizador contra as possíveis subversões do sistema capitalista, propostas liberais e construções lucrativas).

A aproximação com os Estados Unidos, de interesse expansionista; a consolidação da Aliança para o Progresso; a quase totalidade dos imóveis financiados em condições de juros elevados; e a condição de lucro dos investidores em cima de um

sistema de créditos aponta para os fatores acima citados - fortalecimento do setor da construção civil em detrimento de fatores sociais.

É imprescindível explicar, portanto, que, nesse período, a implementação de políticas habitacionais no Brasil estava intrinsecamente associada à expansão e à consolidação do sistema econômico capitalista. A entrada de capital estrangeiro e a negociação da compra de produtos importados, sobretudo norte-americano, estavam relacionadas ao início de um processo de globalização. Esse fenômeno mundial representou a opressão de países nomeados como subdesenvolvidos e o fortalecimento dos desenvolvidos em uma terceira fase do sistema capitalista (meados do século XX), conhecido como capitalismo financeiro ou monopolista. A reflexão de Milton Santos, abaixo, elucida tais conflitos.

O capitalismo monopolista agrava a diferenciação quanto à dotação de recursos, uma vez que parcelas cada vez maiores da receita pública se dirigem à *cidade econômica* em detrimento da *cidade social*. A lei da escassez se afirma, então, com mais força, e ampliam-se as diferenças já existentes entre lugares urbanos, do ponto de vista das amenidades. O estabelecimento de um mercado da habitação “por atacado”, a partir da presença do Banco Nacional da Habitação e do sistema de créditos correspondente, gera novas expectativas, infundadas para a maioria da população, mas atuantes no nível geral. Como isso se dá paralelamente à expansão das classes médias urbanas e à chegada de numerosos pobres à cidade, essa dupla pressão contribui para exacerbar o processo especulativo. A terra urbana, dividida em loteamentos ou não, aparece como promessa de lucro no futuro, esperança justificada pela existência de demanda crescente (SANTOS, 2018, p. 107).

Para completar este raciocínio, é importante ressaltar que, no caso brasileiro, durante a década de 1960, a venda de unidades habitacionais foi muito superior à locação, sendo que a apropriação da unidade habitacional é uma forma de privatização da propriedade. Representa, portanto, a clara oposição entre habitação coletiva e habitação individual e entre governos progressistas e conservadores.

Relevante pontuar também que, no Brasil, muitas vezes, projetos bem-sucedidos não estão aliados ao poder federal. Há casos nos quais o sucesso de intervenções em cidades brasileiras resulta do suporte/ação de movimentos populares, prefeituras, organizações não governamentais (ONGs) e institutos de pesquisa.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Recorte

Esta pesquisa partiu do levantamento dos conteúdos debatidos nos CPA, realizados entre 1920 e 1975 e identificou o debate recorrente sobre habitação social nas Américas. Posteriormente, vista a conexão direta entre o envolvimento do IAB e a pauta habitacional brasileira ao longo das décadas correspondentes aos congressos, definiu-se a necessidade de se averiguar mais a fundo, no Brasil, o papel do IAB na formulação do PNH de 1964.

Para isso, o recorte aqui proposto foi baseado na estruturação desenvolvida por Nabil Bonduki (1998). Em seus estudos, Bonduki organizou uma periodização em função da participação do Estado na produção habitacional brasileira. São estes períodos: 1) 1889 a 1930 - produção rentista da habitação; 2) 1930 a 1964 - origens da habitação social no Brasil – Pré-BNH; 3) 1964 a 1986 - política habitacional e urbana no Regime Militar – BNH; 4) 1986 a 2002 - ampliação de programas locais e mutirões; 5) 2003 a 2010 - política nacional de habitação no século XXI.

Para esta dissertação interessou a compreensão de todo o segundo período (1930 a 1964), ou seja, a partir do início das políticas habitacionais sociais no Brasil até o início do Regime Militar de 1964 e os seus primeiros passos para a instauração do BNH no País.

Este momento 2 foi marcado pelo crescimento da população urbana, com relevante consolidação de órgãos nacionais e regionais relacionados à habitação. Foi quando se criaram os diversos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs - 1930); o Serviço Social Contra o Mocambo, em Pernambuco (1945); a Fundação da Casa Popular (FCP - 1946); o Departamento de Habitação Popular (DHP - 1946) e a Fundação Leão XII (1947), no Rio de Janeiro; a Caixa Estadual de Casas para o Povo

(CECAP – 1949); a Superintendência de Habitação (1950), em Porto Alegre; a Caixa de Habitação Popular (1950), no Paraná; o Instituto de Bem-Estar Espírito Santense (1952), no Espírito Santo; o Fundo Especial para a Casa Popular (1952), em Caxias do Sul; a Comissão de Assistência Social do Município (1953), em São Paulo; o Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares (1956), em Belo Horizonte; a Comissão Estadual de Terras e Habitação (1960), no Rio Grande do Sul; a Companhia Estadual de Habitação Popular (1962), na Paraíba; o Conselho Estadual de Planejamento da Habitação Popular (1962), em Minas Gerais; a Fundação da Habitação Popular (1963), no Rio Grande do Norte; a Sociedade de Habitações Econômicas de Brasília (1962), no Distrito Federal; a Fundação do Serviço Social (1963), em Fortaleza; e a Companhia Urbanizadora (1963), em Salvador.

Como a instância do trabalho era analisar a atuação dos governos em âmbito federal, dentre todas essas organizações acima citadas, cada qual com sua devida relevância, aqui foram estudados os IAPs e a FCP, únicos de atuação nacional. Já o DHP, apesar de atuar apenas na cidade do Rio de Janeiro, também foi considerado, em função de suas relevantes contribuições arquitetônicas.

A somatória contributiva entre IAPs e FCP, durante o período de atuação das organizações, chegou a atender cerca de 10% da população urbana que vivia em cidades com mais de 50 mil habitantes, como é o caso do Rio de Janeiro, antiga capital nacional. Nesse mesmo contexto que o DHP, da Prefeitura do Distrito Federal, ganhou visibilidade sob o comando da primeira mulher a se formar engenheira no Brasil, Carmen Portinho. Em associação com o arquiteto Affonso Reidy, obras exponenciais da arquitetura moderna brasileira foram realizadas, como os conjuntos do Pedregulho e da Gávea.

Acrescida em finais deste momento 2, está a produção financiada pelo BNH. Neste trabalho foi considerado apenas os primeiros anos de atuação do Banco (1964 a 1967), marcados pela explosão de São Paulo como principal capital econômica do País e pela intensificação dos problemas sociais e urbanos, resultantes das políticas implementadas pelos próprios militares. Apesar do crescimento aparente do País e da criação de novos postos de trabalho, a redução dos salários e a falta de investimentos públicos em setores sociais foram responsáveis pelo *boom* da desigualdade e, consequentemente, pelo aumento de miseráveis nos centros urbanos.

A adoção de medidas econômicas que beneficiaram, primordialmente, os empresários estava associada ao caráter repressivo do Regime, que sufocou a atuação de movimentos sociais e sindicatos organizados. No campo da arquitetura, o cenário não era diferente. João Batista Vilanova Artigas chegou a ser preso dentro do prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), durante o período de aulas e diante dos alunos. O IAB-SP se envolveu no episódio e escreveu uma carta aos governantes sobre a perseguição descabida aos professores universitários (ver Anexo 01). Algumas das revistas que circulavam na época, como *Acrópole* e *Arquitetura*, deixaram de ser publicadas. Em termos de contribuições teóricas e críticas, esse foi um momento de grande retrocesso para a profissão.

Materiais

As fontes iniciais desta pesquisa foram os registros dos CPA. Os anais foram levantados, fotografados e estudados, a partir dos volumes catalogados e disponíveis na biblioteca da FAUUSP. O desenvolvimento de relatórios e a organização dos temas discutidos em tópicos gerais possibilitaram a identificação da relevância da habitação social na circulação de ideias entre arquitetos na América Latina, principalmente, na década de 1960.

Delimitando o recorte da análise de maneira mais precisa, o estudo teve como base o levantamento de dados em acervo, físico e digital, do próprio IAB-SP, departamento em que o acesso aos materiais histórico foi mais bem-sucedido. O site do Instituto tem disponível grande parte das versões originais dos boletins informativos mensais digitalizados (segundo site do próprio IAB-SP são 399 boletins e 2.604 páginas). Infelizmente, devido ao descaso e desconhecimento, parte dos arquivos perdeu-se ao longo dos anos. Aqui, para esta pesquisa, interessa o período de 1946 a 1967, para compreensão do contexto e das consequências da já citada década de 1960.

Já as atas de reunião, estão disponíveis na sede do IAB-SP para consulta do público em geral, reunidas em caixas, separadas ano a ano e identificadas no índice organizacional do arquivo morto do Instituto. Em um primeiro momento, foram levantadas anotações da **caixa nº 7**, nos livros: *Formulação de assuntos profissionais*

e defesa de classe; *Livro de Atas nº6 – das reuniões do conselho diretor de 3/8/65 a 13/4/70*, dois livros de atas de reuniões da década de 1960 sem identificação de capa; e documento da 3ª Reunião da Assembleia Nacional.

E em um segundo momento, foram consultadas também as caixas números **12, 55, 120, 144 e 148**. Esses materiais são formados por livros sem identificação de capa; suplementos informativos do *Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento* (CINVA); recortes de revistas e jornais; documentos oficiais da Aliança para o Progresso; além de documentos do próprio IAB, como correspondências.

A pesquisa foi complementada por consulta e estudo de revistas da época. Dentre tantos periódicos de arquitetura (*Anteprojeto, Pilotis, Brasil – Arquitetura Contemporânea, Bem-Estar*), foram selecionadas as Revistas *Acrópole* e *Arquitetura* como os dois principais materiais de pesquisa em função das importantes publicações com relação ao tema da habitação social e a ligação com os departamentos do IAB de São Paulo e da Guanabara.

A *Revista Acrópole*, aliada às publicações do IAB-SP, teve importante participação do arquiteto Eduardo Corona. Todos os volumes do periódico que circulou entre os anos de 1938 a 1971 estão digitalizados, organizados em arquivos individuais, mês a mês e mantidos em um site de domínio da FAUUSP. Os diversos volumes produzidos, ao longo destes 33 anos, apresentavam, majoritariamente, a divulgação de projetos de casas unifamiliares projetadas por arquitetos contemporâneos. Isso foi característico, principalmente nas edições da década de 1940. O maior número de artigos sobre a temática da habitação social foi identificado nos volumes de 1968.

A *Revista Arquitetura*, editada e publicada pelo IAB-GB em seus últimos anos de circulação, transformou-se na revista oficial do Instituto, como periódico nacional. Seus exemplares estão disponíveis na biblioteca da FAUUSP, edições de 1963 a 1968. As publicações são unificadas ano a ano e compiladas em livros de capa dura. O periódico teve, em algumas de suas edições, uma coluna exclusiva dedicada à habitação de interesse social – *O problema da Habitação e os Arquitetos*. Esta coluna foi utilizada para discutir questões nacionais e internacionais da habitação. Em palavras de Alceu Amoroso Lima, o intuito do IAB-GB era criar uma consciência nacional do problema de habitação.

Figura 1 – *Revista Arquitetura* nº 11, Rio de Janeiro, 1963, capa da edição de maio (funcionários em obra civil sem equipamentos de segurança)



Fonte: Biblioteca FAUUSP.

Uma peculiaridade em analisar uma revista de São Paulo (*Acrópole*) e outra do Rio de Janeiro (*Arquitetura*) é a diferença de temas abordados. Apesar de ambas tratarem sobre habitação popular, percebe-se que a *Revista Acrópole* pontuava mais as questões da própria cidade de São Paulo e regiões, e/ou assuntos internacionais. A *Revista Arquitetura*, por sua vez, publicava sobre o antigo Estado da Guanabara, mas também sobre São Paulo, Recife, Manaus, Recôncavo Baiano, Vale do Jequitinhonha e assuntos internacionais.

Os materiais acima citados foram essenciais para o embasamento crítico da pesquisa sobre o envolvimento do IAB nas discussões nacionais da habitação social. Para um melhor entendimento da causa, foram usados autores que conformam o material primário sobre os estudos de habitação social no Brasil. Entre eles, João Ricardo Serran, João Batista Vilanova Artigas, Eduardo Kneese de Mello, Nestor Egydio e Eduardo Corona. E também por estudiosos contemporâneos, como, Paulo Bruna, Nabil Bonduki, Raquel Rolnik, Ermínia Maricato e Marisa Carpintéro.

Uma terceira etapa de busca de dados foi o levantamento e interpretação da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, juntamente com os PL nº 2.006, de 27 de maio de 1964; nº 87, de 3 de abril de 1963 (ver Anexo 03); e nº 1.911, de 28 de junho de 1960 (ver Anexo 02); e a leitura de teses e artigos sobre a realização do SHRU, sobre a constituição do BNH, e sobre a criação do SERFHAU e do SFH.

A pesquisa conta também com informações de arquivos do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV. Entre estes estão consultas sobre personagens históricos (como ex-presidentes da república, arquitetos e outros) e instituições (tanto públicas quanto privadas) relacionados ao tema da pesquisa.

Dito isso, é importante ressaltar a preservação de arquivos como uma rica fonte de pesquisas para levantamento de dados eventualmente nunca consultados anteriormente, sob determinada perspectiva. Os recortes temáticos e temporais são inúmeros e apenas dados originais e históricos podem ser analisados a cada nova pesquisa. Para isso é fundamental a conservação e a atualização das formas de manutenção dos mesmos, além da manipulação e do acesso a esses documentos.

Metodologia

A análise das realizações dos CPA e a constatação da troca de conhecimentos entre arquitetos de diferentes países da América Latina marcaram o início da pesquisa, no intuito de contextualizar influências e rebatimentos teóricos. A repetição e a consolidação do tema da habitação social como destaque dos Congressos, principalmente, na década de 1960, definiu o questionamento central desta dissertação. O recorte preciso do objeto de estudo no caso do Brasil, concentrado na contribuição do IAB, norteou a organização metodológica do trabalho.

Apesar de alguma dificuldade na busca de materiais originais, como é o caso do IAB-SP, onde faltam arquivos organizados com o material completo e sequenciado das atas de reunião, a utilização de periódicos da época, disponibilizados, inclusive, digitalmente, facilitou imensamente a pesquisa. A extinção de organizações e periódicos também dificulta o levantamento de materiais, mas, ao mesmo tempo, explica, por si só, o contexto histórico no final da década de 1960 e a problemática circulação de ideias durante governos autoritários.

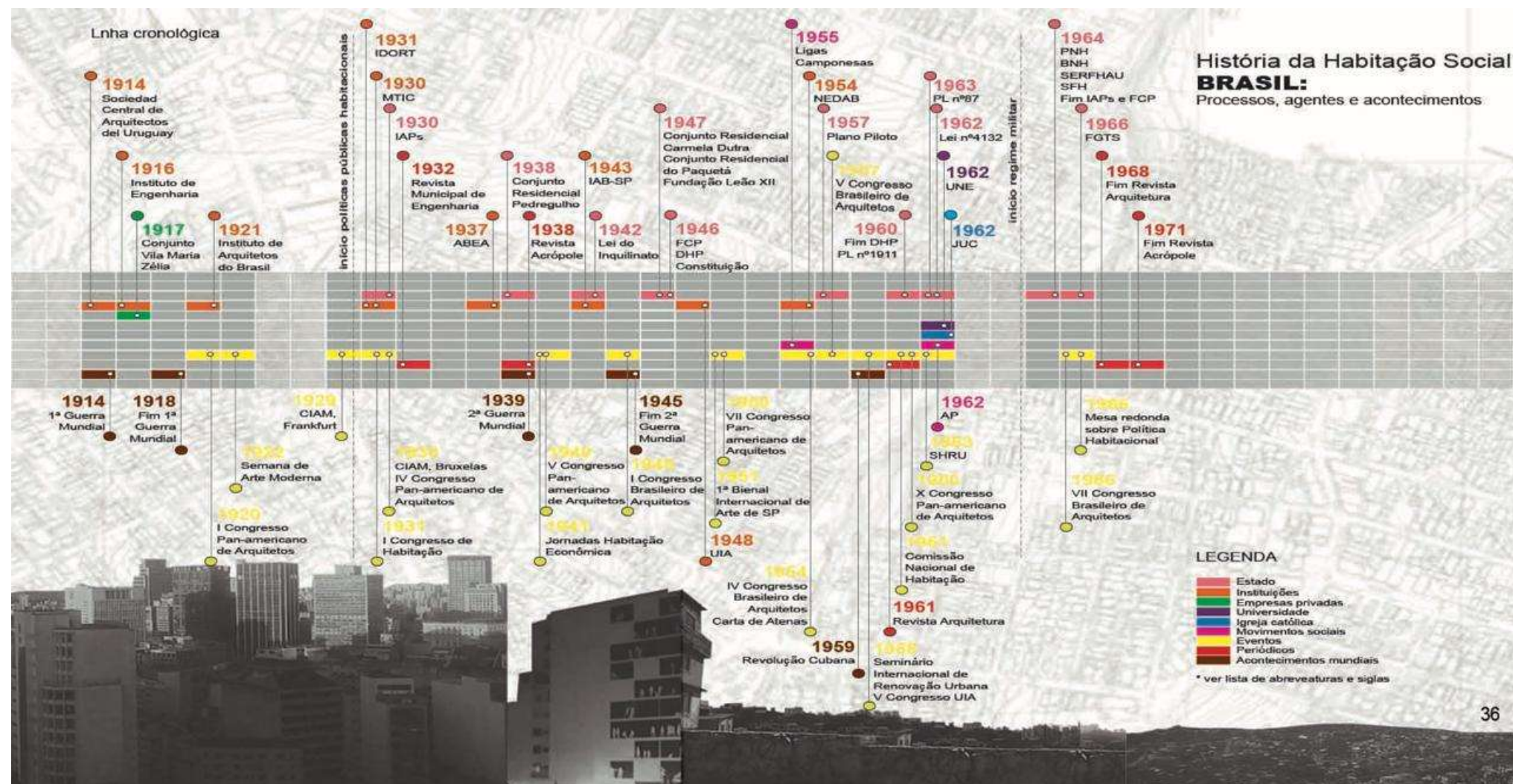
O mapeamento das atas de reuniões e dos boletins informativos mensais disponibilizados pelo IAB-SP, a sistematização das publicações das revistas *Acrópole* e *Arquitetura*, a análise de documentos pertinentes ao tema estudado (como a Lei nº 4.380/64) e a leitura e digitalização de dados relevantes sobre a bibliografia de fonte primária do tema foram metodologias usadas para concluir o real envolvimento dos arquitetos do IAB na participação e desenvolvimento do PNH de 1964.

Além dos critérios acima citados, foram analisados, mais específica e cuidadosamente, os documentos contidos no livro de João Ricardo Serran (1976), *O IAB e a Política Habitacional*. Esses documentos são: Conclusões do IV Congresso Brasileiro de Arquitetos; Proposta para uma Lei da Casa Própria; Posição Oficial dos Arquitetos ante o Problema da Habitação; Editorial da *Revista Arquitetura* sobre Mensagem Presidencial; Conclusões do Seminário sobre Habitação e Reforma Urbana; Análise dos Vetos da Presidência da República ao Projeto de Lei nº 2.006/64; Conclusões da Mesa Redonda sobre Política Habitacional; Resposta à Comissão Especial do Congresso Nacional; Conclusões do VII Congresso Brasileiro de Arquitetos; Contribuição do IAB ao X Congresso Internacional do UIA; Exposição do

IAB ao III Congresso Interamericano de Habitação; Declaração do IAB ao V Congresso Interamericano de Habitação.

Depois de levantadas as informações relativas ao IAB e à questão habitacional no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1960, ambos os materiais foram sintetizados e organizados em uma linha do tempo de acordo com suas respectivas periodizações, instituições e agentes responsáveis pelas veiculações das políticas públicas no País e de suas possíveis contribuições.

Figura 2 – Linha do tempo e agentes responsáveis pelas veiculações das políticas públicas no país e possíveis contribuições



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Os acontecimentos mostram a evolução das intervenções para com a habitação de interesse social em uma crescente até o Golpe de 1964 e o início do Regime Militar. A quebra brusca de ideologias e proposições progressistas oriunda de um governo autoritário foi responsável pelo fim de um ciclo democrático. Junto com este, encerraram-se diálogos fomentados por periódicos, encontros nacionais e internacionais, instituições e movimentos ativos e articuladores de ideias. A própria configuração do IAB sofreu alterações. Com o desenvolvimento de tabela comparativa, abaixo, entre os presidentes do IAB e os presidentes da República foi possível ver alinhamentos políticos em mais de um momento da história nacional.

Tabela 1 – Tabela comparativa presidentes do IAB e os presidentes da República

ANO	Presidentes Brasil	Presidentes IAB	Presidentes IAB-SP	Presidentes BNH
1930	Getúlio Vargas	Adolfo Morales de Los Rios		
1931	Getúlio Vargas	Nestor Egydio de Figueira		
1932	Getúlio Vargas	Angelo Bruhns		
1933	Getúlio Vargas	Roberto Magno de Carvalho		
1934	Getúlio Vargas	Augusto Vasconcellos Junior		
1935	Getúlio Vargas	Augusto Vasconcellos Junior		
1936	Getúlio Vargas	Nestor Egydio de Figueira		
1937				
1938				
1939				
1940				
1941				
1942				
1943	Getúlio Vargas	Paulo Camargo de Almeida		
1944				
1945	José Linhares	Paulo Camargo de Almeida	Eduardo Kneese de Mello	
1946	Eurico Gaspar Dutra	Firmino Fernandes Saldanha	Eduardo Kneese de Mello	
1947				
1948				
1949	Eurico Gaspar Dutra	Milton Roberto	Oswaldo Bratke	
1950	Eurico Gaspar Dutra	Milton Roberto		
1951	Getúlio Vargas	Milton Roberto		
1952	Getúlio Vargas	Paulo Antunes Ribeiro	Armando Ciampolini	
1953	Getúlio Vargas	Paulo Antunes Ribeiro	Armando Ciampolini	
1954	Café Filho	Paulo Antunes Ribeiro	Rino Levi	
	Carlos Luz	Paulo Antunes Ribeiro	Rino Levi	
1955	Nereu Ramos	Paulo Antunes Ribeiro	Rino Levi	
	Nereu Ramos	Paulo Antunes Ribeiro	Ícaro de Castro Mello	
	Nereu Ramos	Ary Garcia Rosa	Ícaro de Castro Mello	
1956	Juscelino Kubitschek	Ary Garcia Rosa	Ícaro de Castro Mello	
1957				
1958				
1959				
1960	Juscelino Kubitschek	Ícaro de Castro Mello	Ícaro de Castro Mello	
1961	Jânio Quadros	Ícaro de Castro Mello	Ícaro de Castro Mello	
	Ranieri Mazzilli	Ícaro de Castro Mello	Ícaro de Castro Mello	
	João Goulart	Ícaro de Castro Mello	Ícaro de Castro Mello	
	João Goulart	Ícaro de Castro Mello	Oswaldo Corrêa Gonçalves	
1962	João Goulart	Ícaro de Castro Mello	Alberto Botti	Sandra Cavalcanti
1963	João Goulart	Ícaro de Castro Mello		
1964	Castelo Branco	Ícaro de Castro Mello	Alberto Botti	Sandra Cavalcanti
1965	Castelo Branco	Ícaro de Castro Mello	Alberto Botti	Luiz Gonzaga do Nascimento
	Castelo Branco	Ícaro de Castro Mello	Júlio Neves	Luiz Gonzaga do Nascimento
1966	Castelo Branco	Fábio Penteado	Júlio Neves	Mário Trindade
	Artur da Costa e Silva	Fábio Penteado	Júlio Neves	Mário Trindade
1967	Artur da Costa e Silva	Fábio Penteado	Abelardo Gomes de Abreu	Mário Trindade
1968	Artur da Costa e Silva	Eduardo Kneese de Mello	Abelardo Gomes de Abreu	Mário Trindade
1969	Aurélio Lyra	Eduardo Kneese de Mello	Abelardo Gomes de Abreu	Mário Trindade
	Augusto Rademaker	Eduardo Kneese de Mello	Abelardo Gomes de Abreu	Mário Trindade
	Márcio Mello	Eduardo Kneese de Mello	Abelardo Gomes de Abreu	Mário Trindade
	Emílio Garrastazu Médici	Eduardo Kneese de Mello	Abelardo Gomes de Abreu	Mário Trindade
	Emílio Garrastazu Médici	Eduardo Kneese de Mello	Pedro Paulo de Melo Saraiva	Mário Trindade
1970	Emílio Garrastazu Médici	Benito Sarno	Pedro Paulo de Melo Saraiva	Mário Trindade
1971	Emílio Garrastazu Médici	Benito Sarno	Pedro Paulo de Melo Saraiva	Rubens Costa
1972	Emílio Garrastazu Médici	Benito Sarno	Paulo Mendes da Rocha	Rubens Costa
1973	Emílio Garrastazu Médici	Miguel Alves Pereira	Paulo Mendes da Rocha	Rubens Costa
1974	Emílio Garrastazu Médici	Miguel Alves Pereira	Eurico Prado Lopes	Rubens Costa
1975	Ernesto Geisel	Miguel Alves Pereira	Eurico Prado Lopes	Maurício Schulman
1976	Ernesto Geisel	Miguel Alves Pereira	Benno Perelmutter	Maurício Schulman
1977	Ernesto Geisel	Demetrio Ribeiro	Benno Perelmutter	Maurício Schulman
1978	Ernesto Geisel	Demetrio Ribeiro	Pedro Taddei Neto	Maurício Schulman
1979	Ernesto Geisel	Demetrio Ribeiro	Pedro Taddei Neto	Maurício Schulman

Fontes:
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1537268-confira-quem-foram-os-presidentes-do-brasil-desde-a-proclamacao-da-republica.shtml>
<http://www.iab.org.br/historia>
<https://www.iabsp.org.br/iab-sao-paulo/ex-presidentes-2/>
SERRAN, João Ricardo. O IAB e a Política Habitacional. São Paulo: Schema Editora, 1976.

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Além dos arquitetos já mencionados (João Ricardo Serran, João Batista Vilanova Artigas, Eduardo Kneese de Mello, Nestor Egydio, Eduardo Corona, Paulo Bruna, Nabil Bonduki, Raquel Rolnik, Ermínia Maricato e Marisa Carpintéro) a presente pesquisa também contou com o embasamento de profissionais teóricos de outras áreas. Entre historiadores, geógrafos, sociólogos e outros, Milton Santos, Darcy Ribeiro, Boris Fausto e Caio Navarro de Toledo são alguns estudiosos importantes no auxílio da compreensão do cenário nacional ao longo das décadas analisadas.

3. POLÍTICAS HABITACIONAIS (1930-1964)

O objetivo desse capítulo é apresentar o início das políticas públicas habitacionais brasileiras, também chamadas de políticas Pré-BNH. A periodização proposta inicia-se em 1930, no governo do presidente Getúlio Vargas, até o momento de radicalização social, em princípios da década de 1960, e encerramento do governo João Goulart.

Trata-se de identificar e esclarecer as intervenções realizadas por dois órgãos atuantes na esfera federal. Primeiro deles, os IAPs, ativo no período de 1930 a 1964, subdividido em categorias profissionais (marítimos, comerciários, bancários e industriários). E o segundo, a FCP, atuante de 1946 a 1964.

Apesar de ambas as instituições serem as únicas no período, e somarem, juntas, um número relativamente expressivo de novas unidades habitacionais, as críticas recorrentes se baseiam no direcionamento dessas moradias essencialmente para associados dos Institutos e também para a classe média, por conta dos custos elevados do produto final. De acordo com Villaça (2015), a produção habitacional de interesse social provida pelo Governo Federal foi pouco expressiva quando comparada ao crescente déficit habitacional e, principalmente, de alcance limitado para as camadas mais pobres da população.

Os IAPs atendiam somente aos associados, majoritariamente de classe média. Entre 1937 e 1945 foram produzidas 124 mil unidades habitacionais, grande parte delas na Capital Federal, Rio de Janeiro. A Fundação da Casa Popular, também um órgão de âmbito nacional, como os IAPs, foi a primeira a oferecer habitação ao povo em geral. Trabalhando na base de subsídios, não produziu mais que 16100 moradias entre 1946 e 1964, grande parte delas para a classe média. (VILLAÇA *apud* MAUTNER, p. 249).

Além de uma produção pequena e restritiva de novas unidades habitacionais, Maricato (1979) pontuou outros problemas das primeiras políticas habitacionais brasileira. Segunda ela, os sistemas de crédito implantados; o favorecimento e o

fortalecimento da indústria da construção civil; o acúmulo de capital por parte de empresários; e a manutenção intencional de mão de obra não qualificada foram (e ainda são) indícios da produção capitalista da casa e também da cidade:

Significa apenas que estes (*problemas habitacionais*), como tantos outros problemas da população do país, têm sido formulados falsamente; formulados não a partir das características intrínsecas ao problema, mas a partir das necessidades da estratégia do poder e das ideologias que foram elaboradas durante os últimos quinze ou vinte anos (MARICATO, 1979, p. 40).

Sobre as produções dos IAPs, importante destacar as diferentes tipologias de planos de implementações dos conjuntos. Os Institutos tinham três planos base: A, B e C. O Plano A consistia na locação ou venda de unidades habitacionais em conjuntos residenciais comprados ou construídos pelos próprios Institutos, sem perdas de remuneração mínima do capital investido. O Plano B era o financiamento aos associados para aquisição ou construção em terreno próprio.

O terceiro e último plano, Plano C, consistia em empréstimos hipotecários, de elevada rentabilidade. Era, por isso, cumulativo e mantinha a estabilidade financeira dos Institutos em alta. Os planos A e B, portanto, atenderam melhor à nova demanda social que as cidades, em processo de industrialização, enfrentaram no início do século XX. Apesar de, também, contemplar associados de média e alta renda, pois as unidades habitacionais visavam, principalmente, os funcionários de cargos mais elevados dentro das fábricas, em detrimento dos menos favorecidos, ambos se mostraram mais eficientes do que o Plano C.

Neste caso específico, as unidades habitacionais eram concedidas por meio de empréstimos hipotecários feitos a qualquer pessoa física ou jurídica, altamente passíveis de margem de lucro abusiva. De acordo com a síntese de Farah:

Já o Plano C representava a perspectiva atuarial dos IAPs, cujo objetivo era assegurar a máxima rentabilidade para as reservas acumuladas. Varon (1988:237) a definiu como uma “tendência empresarial”, cuja “principal preocupação (era) a manutenção da estabilidade econômico-financeira das instituições previdenciárias, o que limitava as aplicações imobiliárias destinadas a possibilitar o acesso à casa à classe trabalhadora ao montante de verba que não comprometesse o equilíbrio financeiro dos IAPs”. Através do Plano C, o IAPI financiava construções de todo tipo – de asilos a indústrias -, mas os edifícios para as classes média e alta foram de longe a principal inversão, atingido no IAPI cerca de 80% do total (FARAH *apud* BONDUKI, 1998, p. 105).

Em levantamento de dados organizados para possibilitar uma reconstrução histórica, Marta Farah (*apud* Bruna, 2015) quantificou as produções realizadas pelos IAPs, nos formatos dos planos A e B, conforme tabela abaixo.

Tabela 2 – Produção de unidades habitacionais entre 1937 e 1941 pelos IAPs, para os planos A e B

IAPs	PLANO A	PLANO B	SUBTOTAL
IAPB	5 511	12 347	17 858
IAPC	11 760	16 219	27 979
IAPETC	3 339	2 917	6 256
IAPFESP	742	25 053	25 795
IAPI	19 194	17 219	36 413
IAPM	882	2 451	3 333
IPASE	6 361	-	6 361
TOTAIS	47 789	76 236	124 025

Fonte: Farah, *apud* Bruna (2015, p. 121).

As mais de 124 mil novas unidades habitacionais, além daquelas produzidas pelo Plano C, foram significativas para as cidades brasileiras recém urbanizadas e industrializadas. Independente das condições de venda e locação, estas mais de 124 mil unidades habitacionais foram assinadas, em sua maioria, pelas próprias instituições financiadoras das construções. Isto é, são poucos os conjuntos assinados por arquitetos enquanto profissionais liberais.

Quanto à FCP, de acordo com Azevedo (2011), o levantamento feito na década de 1960 pela própria Fundação indica que, 68% das construções foram realizadas em cidades grandes e os outros 32% foram feitas em cidades de médio e pequeno porte. A planilha abaixo ilustra tal informação por tamanho das cidades.

Tabela 3 – Fundação da Casa Popular, casas e conjuntos construídos por tamanho de cidades até 31 de dezembro de 1960

<i>Tamanho de cidades</i>	<i>Casas construídas</i>	<i>%</i>	<i>Números de conjuntos construídos</i>	<i>%</i>
Até 5.000	836	5	22	15
5.000 a 10.000	914	5	24	17
10.000 a 20.000	1.109	7	22	15
20.000 a 50.000	2.586	15	35	25
50.000 a 100.000	2.157	13	19	13
+ de 100.000	9.362	55	21	15
Total	16.964	100	143	100
Fontes: Dados básicos: Fundação da Casa Popular, Rio de Janeiro. <i>Fundamentos e bases de um plano de assistência habitacional</i> . 1961, 60 pp. IBGE: Censo demográfico, Brasil, 1950.				

Fonte: Azevedo, 2011 (p. 15)

As cidades grandes que tiveram intervenção da FCP foram Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Recife e Fortaleza. As cidades de São Paulo, Salvador e Porto Alegre, tidas como grandes, não tiveram edificações da FCP. A tabela a seguir demonstra quantitativos e percentuais nessas cidades citadas.

Tabela 4 – Fundação da Casa Popular, casas e conjuntos construídos nas maiores cidades do País até 31 de dezembro de 1960

<i>Cidades</i>	<i>Número de casas construídas</i>	<i>% total das construções da FCP</i>	<i>Número de conjuntos</i>	<i>% total dos conjuntos da FCP</i>
Rio de Janeiro	3.993	24,0	5	3,0
Brasília	1.520	9,0	4	3,0
Belo Horizonte	1.109	7,0	3	2,0
Recife	588	3,0	1	1,0
Fortaleza	456	3,0	1	1,0
Salvador	—	—	—	—
São Paulo	—	—	—	—
Porto Alegre	—	—	—	—
Total	7.666	46,0	14	10,0
Fonte: Dados básicos: Fundação da Casa Popular, Rio de Janeiro. <i>Fundamentos e bases de um plano de assistência habitacional</i> . Rio, 1961, 60pp.				

Fonte: Azevedo, 2011 (p. 18)

Outra informação importante levantada por Azevedo (2011) foi a distribuição das construções por região. Segundo dados da própria FCP, 70% das novas habitações estabeleceram-se no Sudeste, 14% no Nordeste, 11% no Centro-Oeste e 5% no Sul.

Isso significa que a região Norte não foi contemplada. E a porcentagem correspondente à região Centro-Oeste foi atribuída basicamente à construção de Brasília.

Tabela 5 – Fundação da Casa Popular, casas e conjuntos construídos por região até 31 de dezembro de 1960

<i>Regiões</i>	<i>Números de casas</i>		<i>Número de conjuntos</i>	
	<i>construídas</i>	<i>%</i>	<i>construídos</i>	<i>%</i>
Norte	—	—	—	—
Nordeste	2.317	14,0	31	22,0
Centro-oeste	1.860	11,0	10	7,0
Sudeste	11.837	70,0	84	60,0
Sul	950	5,0	18	11,0
Total	16.964	100,0	143	100,0
Fonte: Dados básicos: Fundação da Casa Popular, Rio de Janeiro. <i>Fundamentos e bases de um plano de assistência habitacional</i> . Rio, 1961, 60pp.				

Fonte: Azevedo, 2011 (p. 16)

Os números absolutos e as porcentagens indicam as desproporções entre as diferentes regiões do País desde as primeiras intervenções governamentais no âmbito da habitação social. As ações nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro (antigo Estado da Guanabara) correspondem praticamente a 50% das construções da FCP.

Tabela 6 – Fundação da Casa Popular, casas e conjuntos construídos por Estado até 31 de dezembro de 1960

<i>Estados</i>	<i>Números de casas</i>		<i>Número de conjuntos</i>	
	<i>construídas</i>	<i>%</i>	<i>construídos</i>	<i>%</i>
Rio Grande do Norte	240	1,5	7	5,0
Rio Grande do Sul	613	3,5	13	10,0
Minas Gerais	4.248	25,0	46	32,0
Bahia	100	0,5	4	3,0
Sergipe	65	0,5	1	1,0
Rio de Janeiro (antigo Estado da Guanabara)	3.993	24,0	5	3,0
São Paulo	2.959	17,0	24	17,0
Distrito Federal (Brasília)	1.520	9,0	4	3,0
Espírito Santos	294	2,0	2	1,0
Pernambuco	982	6,0	7	5,0
Mato Grosso	160	0,5	2	1,0
Paraná	141	1,0	2	1,0
Paraíba	228	1,0	6	4,0
Ceará	526	3,0	2	1,0
Goiás	180	1,0	4	3,0
Santa Catarina	196	1,0	3	2,0
Piauí	74	0,5	2	1,0
Maranhão	50	0,5	1	1,0
Alagoas	52	0,5	1	1,0
Ex-Rio de Janeiro	343	2,0	7	5,0
Total	16.964	100,0	143	100,0
Fonte: Dados básicos: Fundação da Casa Popular, Rio de Janeiro. <i>Fundamentos e bases de um plano de assistência habitacional</i> . Rio, 1961, 60pp.				

Fonte: Azevedo, 2011 (p. 17)

Além dos IAPs e da FCP, foram também discutidas, neste capítulo, as realizações do DHP do Rio de Janeiro. Apesar da escala municipal, o Departamento teve produções arquitetônicas relevantes, no período de 1946 a 1960, como o Conjunto Residencial do Pedregulho (1938), o Conjunto Residencial Carmela Dutra (1947) e o Conjunto Residencial do Paquetá (1947).

Bonduki (2014), responsável por reunir em um extenso inventário das obras habitacionais, construídas entre 1930 e 1964, estimou 322 empreendimentos, situados em 77 cidades e em 24 unidades federativas brasileiras. Tais obras foram realizadas por instituições tanto nacionais (IAPs e FCP) quanto regionais (como o DHP).

Nesse trabalho, o interesse foi avaliar as contribuições de maneira mais ampla e compará-las às políticas habitacionais realizadas futuramente, entendendo o processo evolutivo da questão habitacional no País e sua relação com o estabelecido no PNH de 1964.

3.1. A Primeira Era Vargas (1930-1945)

A Revolução de 1930 representou o surgimento de um maior número de atores urbanos na vida política nacional. Ao longo do primeiro mandato de Getúlio Vargas (1930-1945), com seu projeto nacional-desenvolvimentista, diversas medidas sociais foram tomadas. Esse foi o início das políticas públicas habitacionais voltadas aos setores populares. A velocidade e o volume da produção de novas unidades mostraram, pela primeira vez, empenho do Estado na viabilização de planos sociais de moradia.

As habitações dirigiam-se principalmente a migrantes que chegavam às cidades para trabalhar na indústria, no comércio, na ferrovia e em vários outros setores. O Governo Federal tinha seus próprios interesses ao garantir condições mínimas para esses trabalhadores, que compunham um novo setor econômico secundário, sustentando a base de consumo para o modelo econômico de um capitalismo já consolidado, principalmente nas décadas de 1940 e 1950.

Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do país; por isso, a partir daí, uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado nas cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de Estados (SANTOS, 2018, p. 30).

Essa urbanização acelerada, e o empenho por uma industrialização e modernização de mesmo ritmo, surgiu em um momento em que o café ainda era base decisiva da economia nacional (e assim continuou até 1964) que estava sujeita às variações do mercado internacional. Com forte contribuição do setor público na produção de novas unidades habitacionais, as configurações urbanas sofreram alterações nesse período. Em 1940, a maioria da população residia em moradias alugadas – em São Paulo, eram 70% dos domicílios, número que se reduziu para 57%, em 1950 (BONDUKI, 1998, p. 221).

A questão da privatização da propriedade está alinhada com os debates sobre os sistemas econômicos capitalistas e socialistas. Para explicar tal questão, Bonduki (1998) se utiliza de Friedrich Engels, quem escreveu uma importante sequência de três artigos, publicados em seu livro *Sobre a questão da moradia*. Os textos foram escritos entre 1872 e 1873 e, assim como outras publicações da época, veiculados no jornal *Der Volksstaat* (*O estado do povo*).¹¹ Nesses artigos, Engels opõe-se à linha de raciocínio proudhonista¹² e responde a uma série de publicações sobre os problemas de habitação dos trabalhadores alemães de autoria de Arthur Mulberger (1847-1907), médico de Wurttemberg (Alemanha).

A casa uma vez construída serve como documento legal perene que dá direito a uma determinada fração do trabalho social, mesmo que o valor efetivo da casa há muito já tenha sido pago ao seu possuidor na forma de aluguel. É por isso que uma casa construída, por exemplo, há cinquenta anos, durante esse período já cobriu duas, três, cinco, dez etc. vezes seu preço de custo original mediante o ganho proporcionado por seu aluguel (MULBERGER, 1872, p.1).

Uma das grandes discussões propostas por Engels (1872) é a comparação do que o trabalhador assalariado é para o capitalista, com o que o locatário é para o proprietário da moradia. Ainda que o valor do aluguel represente um custo alto, trata-se de uma transferência de um valor já existente. Ressalta a existência de juros sobre os custos da construção, consertos, dívidas, possíveis aluguéis não pagos e ociosidade do imóvel.

Em contrapartida, o empresário faz com que seus empregados reponham seu próprio valor e ainda gerem mais-valor. Esse capital permanece, provisoriamente, nas mãos dos trabalhadores e depois, inevitavelmente, é repartido entre a classe dos capitalistas. Nesse caso, há produção de valor excedente. No caso do aluguel, não.

Tal ponto de inflexão reforça as ideologias de Engels (1872) quando este ironiza o fato de que a propriedade particular do trabalhador moderno (ter uma casa) torna-se uma “benção”. Para o próprio Engels, só há um meio de colocar fim à crise da habitação:

¹¹ *Der Volksstaat*: foi órgão central do Partido Operário Social-Democrata alemão, publicado em Leipzig. Suas publicações datam de 1869 a 1876. Também foram contribuintes: Wilhelm Liebknecht, August Bebel e Karl Marx.

¹² Proudhonismo: Base teórica do movimento social conhecido como Anarquismo. Apesar de também opor-se à propriedade e ao acúmulo de capitais, o Proudhonismo diverge do socialismo por defender a propriedade coletiva para grupos de trabalhadores e não o monopólio estatal e a nacionalização.

eliminar pura e simplesmente a exploração e a opressão da classe trabalhadora pela classe dominante a partir do equilíbrio econômico entre procura e oferta.

Voltando para o caso brasileiro, na contramão do que foi acima explicado, uma questão importante estabelecida pelo poder público, na década de 1940, foi a Lei do Inquilinato. Determinada pelo Decreto-lei nº 4.598/42, definiu o congelamento dos aluguéis residenciais por dois anos (1942-1944), baseado nos valores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 1941. A justificativa do governo Vargas era manter condições de habitabilidade em um momento de adversidades econômicas com as flutuações do mercado financeiro, em função da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O País sofria com as altas taxas de inflação e com a pressão por falta de mercadoria: “Sr. Getúlio Vargas, atendendo a situação de momento e a fim de garantir o povo contra especulações criminosas, proibiu o aumento dos aluguéis das casas residenciais” (*Correio Paulistano*, 29/8/1942 apud BONDUKI, 1998, p. 221).

Fundamentada em um discurso de defesa do locatário, a Lei rendeu a Vargas o bordão de “pai dos pobres”¹³. Quando, na realidade, o congelamento dos preços dos aluguéis desorganizou a estrutura do mercado imobiliário. Conforme Bonduki (1998), a Lei do Inquilinato foi responsável por uma política econômica e social contraditória e descontinua. O que parecia ser uma simples medida para garantir moradia de parte da população, precisa ser vista e interpretada como uma complexa intervenção do Governo Federal para privilegiar o estímulo ao parque industrial brasileiro, por meio de privatizações de novas unidades habitacionais.

O congelamento no preço dos aluguéis dos imóveis beneficiou, sobretudo, as empresas capitalistas, pois, paralelamente, os salários não subiam na mesma proporção e rapidez que os preços de outros produtos, de maneira geral (BONDUKI, 1998, 222). Essa iniciativa significou, para o Estado, uma ampliação de sua base de apoio, a partir de sua aproximação com os industriários e com a população que, ao menos inicialmente, se sentiu favorecida pela Lei. As duas compreensões de realidade, distorcidas ou não, foram fundamentais para o apoio e consequente legitimação do governo, até sua queda em 1945. Combinado a isso, era um momento em que nenhum grupo econômico detinha, com exclusividade, o poder político.

¹³ O apelido surgiu também pelo fato de Getúlio ter sido o responsável pela consolidação da CLT. Apesar das primeiras legislações trabalhistas brasileiras serem do final do século XIX, foi com Vargas que se ampliou o alcance dos decretos já estabelecido e criou ainda alguns novos.

Portanto, o Estado atuava com soberania nesse contexto (Cf. BONDUKI, 1998, p. 219).

Tais complexidades econômicas geradas pela nova Lei foram responsáveis diretas pela transformação das cidades brasileiras. Foi a partir da Segunda Guerra Mundial que a técnica do planejamento urbano começou a ser usada como instrumento da política econômica estatal (BONDUKI, 1998, 234). No caso do Brasil, foi um momento de valorização da indústria a todo custo, como grande beneficiária da política econômica. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), por exemplo, ao se pronunciar em favor da Lei, mostrava o apoio que o empresariado dava à iniciativa governamental, fato que talvez explique a vigência da mesma por mais de vinte anos, justamente no período em que se promovia uma industrialização alicerçada em capitais nacionais (BONDUKI, 1998, 244).

Em associação aos planos do governo em fortalecer a indústria nacional, os empresários/proprietários encontraram maneiras de driblar a lei, prejudicando ainda mais as condições dos trabalhadores e novos habitantes das cidades que estavam se tornando grandes concentrações populacionais. Muitos moradores foram expulsos dos imóveis locados (com desculpas das mais variadas), partindo então para a periferia e iniciando a autoconstrução. Os que não o foram, “vendiam” seu direito aos aluguéis congelados em um sistema de exploração dos mais necessitados.

A promulgação da Lei do Inquilinato, em 1942, e sua manutenção por mais de vinte anos deve ser vista como parte integrante da série de intervenções efetuadas pelo Estado após 1930 visando direcionar a economia para a criação de um novo e mais dinâmico modo de acumulação, baseado numa estrutura urbano-industrial (BONDUKI, 1998, p. 234).

Também foi ao longo do governo Vargas que houve, pela primeira vez, colaboração técnica de arquitetos brasileiros nas políticas vigentes. Foi criada uma base intelectual, fomentada pela efervescência de movimentos organizados por agentes públicos e privados. Para Bonduki:

A infinidade de eventos deveu-se sobretudo à criação de novas entidades públicas e privadas, o que estimulou as investigações e os debates sobre o desenvolvimento nacional. Entre essas entidades, merece destaque o Instituto de Engenharia, que em 1931 promoveu o I Congresso de Habitação e o Idort (Instituto de Organização Racional

do Trabalho), que promoveu em 1941 as Jornadas de Habitação Econômica (BONDUKI, 1998, p.73).¹⁴

O I Congresso de Habitação foi realizado de 23 a 30 de maio de 1931, na cidade de São Paulo. O evento, de maneira geral, foi dado como algo positivo no cenário brasileiro. Teve publicações na *Revista Politécnica*¹⁵, no *Jornal O Estado de São Paulo* e na *Revista Arquitetura e Construções*. Bruna (2015) destacou os arquitetos Bruno Simões Magro e Alexandre Albuquerque como duas figuras influentes no Congresso.

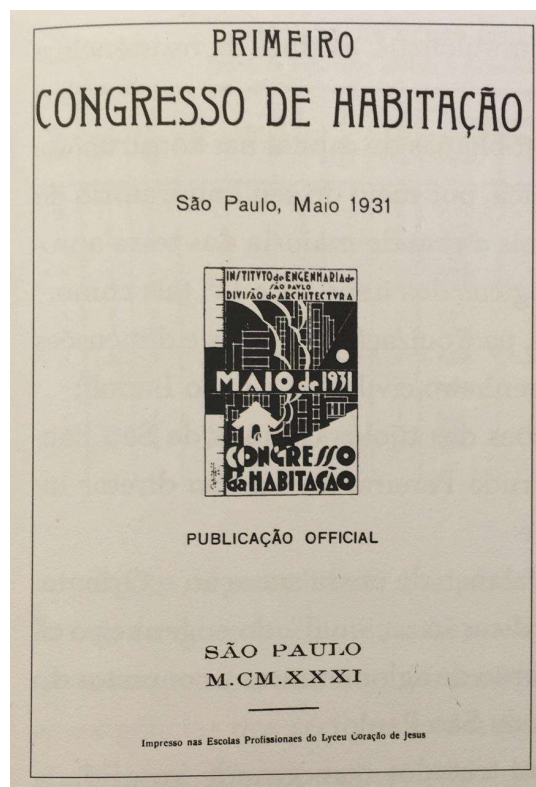
A temática presente nos debates do I Congresso de Habitação (1931) e na Jornada Econômica de Habitação (1941) tinha muito em comum. Embasados por questões sanitárias, os atores envolvidos (arquitetos, engenheiros, políticos, sociólogos e médicos) defendiam a habitação mínima (voltada, sobretudo, para os novos trabalhadores fabris das cidades), alugada ou comprada, segundo princípios de economia, higiene e moral. A padronização de hábitos e costumes ainda era uma maneira de supervisionar a população operária em período integral.

O Congresso, promovido pela Divisão de Arquitetura do Instituto de Engenharia de São Paulo, contou com a apresentação de 21 teses, quatro conferências e teve a participação de 227 congressistas. Alguns nomes de destaque são Luís de Anhaia Melo (na época, prefeito de São Paulo), Alexandre Albuquerque (presidente do Congresso), Henrique Doria Vasconcelos, Luiz Dumont Villares, Lysandro Pereira da Silva e Francisco Prestes Maia (Cf. CARPINTÉRO, 1997). De acordo com Carpintéro (1997), ficou claro que o objetivo do encontro era tratar de questões técnicas, como, área mínima, pé direito, renovação de ar e iluminação, em função de condições básicas de habitabilidade para as construções econômicas.

¹⁴ O Instituto de Engenharia, responsável pela realização dos encontros, foi fundado em 15 de fevereiro de 1917 e teve por objetivo inicial a luta pela regulamentação da profissão no País. Alexandre Albuquerque, Luís de Anhaia Melo e Francisco de Paula Souza são alguns dos fundadores. Além da organização de eventos, a publicação de boletins e revistas também foi uma maneira de ampliar a discussão com a sociedade. Além do Instituto de engenharia, o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), fundado em 1931, pretendia configurar um grupo de profissionais técnicos para estabelecer proximidade com o governo nacional no intuito de viabilizar estudos científicos.

¹⁵ *Revista Politécnica*, nº101, mar-abr 1931. A publicação foi organizada por Alexandre Albuquerque.

Figura 3 – Contracapa da publicação oficial do Primeiro Congresso de Habitação, de 1931

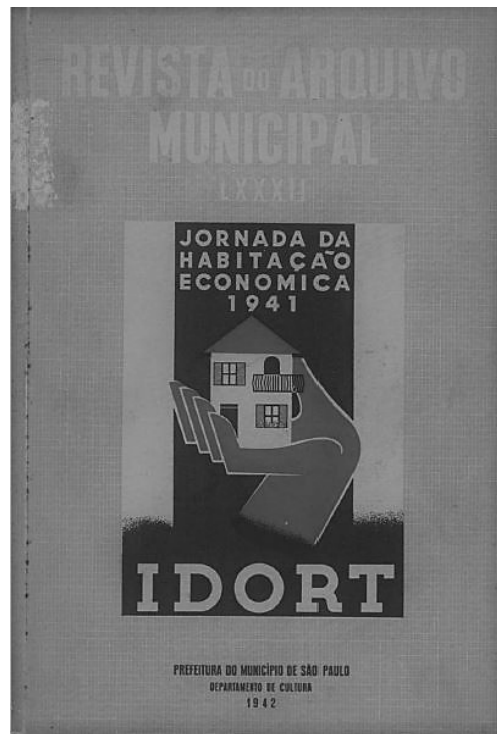


Fonte: Bruna (2015, p. 123).

As propostas apresentadas na Jornada Econômica de Habitação, em 1941, foram divulgadas em quase 400 páginas pela *Revista do Arquivo Municipal* (RAM)¹⁶, e também foram publicadas em folhetos, conferências e programas de rádio. Além da discussão sobre habitação mínima, questões de higiene e educação permeavam os discursos.

¹⁶ Os trabalhos apresentados na *Jornada Econômica de Habitação* também foram voltados para economia, higiene e moral. Alguns exemplos, entre os inúmeros trabalhos apresentados, são: “O papel da habitação e do salário no nível de vida da família operária”, de Oscar Egídio de Araujo; “Noção do bem de família”, de Luiz Nardy; “Métodos para baratear as habitações e os aluguéis”, de Erick Leyser; “A habitação como fator da delinquência”, de Aldo Sinisgall; “A habitação e a moral”, de Francisco de Paula Ferreira; “Lares e casas – educação do morador”, de Maria Antonieta de Castro; “Tipificação. Habitação econômica. Lote econômico. Código de obras”, de Atílio Fugulin; “A habitação e a harmonia conjugal”, de Helio Arruda; “Vivendas populares e habitações econômicas, como fator da profilaxia antituberculosa”, de Clemente Ferreira; “Construção – métodos atuais (desperdícios) – métodos econômicos – organização da construção como indústria – mobiliário – novos materiais”, de Antonio dos Santos Oliveira; “Higiene da habitação – higiene do terreno – insolação – ventilação – isolamento térmico”, de Heitor Pinheiro; “Algumas considerações sobre a provisão de águas e esgotos das habitações suburbanas e rurais”; “A habitação econômica na higiene social”, de Antenor Silveira. Fonte: *Revista do Arquivo Municipal*, Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, ano 8 volume 82, 1942.

Figura 4 – Publicação número 82 da Revista do Arquivo Municipal (RAM) de São Paulo, com referência ao IDORT e à Jornada da Habitação Econômica de 1941



Fonte: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/publicacoes/index.php?p=8312

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, os arquitetos Rubens Porto e Carlos Frederico Ferreira ocuparam importantes cargos públicos, como assessores técnicos no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). A esta Instituição, criada pelo Decreto nº 19.433, de novembro de 1930, estavam subordinadas as realizações de todos os IAPs. As principais competências do MTIC eram a política e as diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador; política e diretrizes para a modernização das relações do trabalho; fiscalização do trabalho, política salarial; segurança e saúde no trabalho; política de imigração; e cooperativismo e associativismo urbanos.

Além do I Congresso de Habitação de 1931 e da Jornada Econômica de Habitação de 1941, mais três encontros proeminentes sobre habitação aconteceram no período. O primeiro deles foi o IV CPA, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 1930. O

evento organizado pelo IAB, sob a presidência de Nestor Egydio de Figueiredo¹⁷ discutiu aspectos da arquitetura e do urbanismo em vista da metropolização das cidades da América do Sul. Os profissionais discutiram sobre habitação social como integrantes de entidades diversas (públicas e privadas) e não como representantes do próprio IAB.

O segundo encontro relevante foi o I Congresso Pan-americano de Habitação Popular, realizado em Buenos Aires, em 1939. O Congresso foi estudado por Feldman (2014), quem levantou eventos organizados de 1939 a 1963. Tida como um problema comum entre os países da América Latina, a habitação social foi tratada em aspectos econômicos, higiênicos, sociais, financeiros, jurídicos, legislativos, arquitetônicos, construtivos e urbanísticos (FELDMAN, 2014, pp. 132 e 133).

Feldman (2014) destacou a participação dos seguintes brasileiros no acontecimento: Plínio Reis Catanhede, Rubens Porto, Paulo Accioly de Sá e Francisco Baptista de Oliveira (presidente do Departamento de Urbanismo do Centro Carioca, em 1937). Os quatro integrantes foram responsáveis por publicações de artigos e conferências futuras, além do incentivo para a realização do I Congresso Brasileiro de Urbanismo, em 1941, organizado pelo Departamento de Urbanismo do Centro Carioca.

Este terceiro evento notório, estudado por Faria (2009), discutiu a necessidade e a importância de planos diretores municipais. Segundo o autor, o encontro foi relevante para a circulação de ideias entre profissionais.

Fundamental considerar, portanto, o *1º Congresso Brasileiro de Urbanismo* como evento ímpar na aglutinação dos profissionais interessados nas discussões urbanísticas mais abrangentes (não especificamente sobre o financiamento urbanístico), onde muitos deles atuaram como autores de estudos apresentados nas várias Comissões, ou participaram ativamente dessas como secretários dos respectivos presidentes (FARIA, 2009, P. 34).

O material levantado por Faria (2009) e sua análise crítica mostram que, na década de 1940, existia essa preocupação evidente entre ações associadas da arquitetura com o urbanismo. Isso significa, portanto, que as medidas tomadas pelos

¹⁷ Nestor Egydio de Figueiredo esteve duas vezes no comando do IAB. Uma primeira gestão de 1930 a 1932, e outra, de 1936 a 1943. Em 1931, Egydio assumiu, oficialmente, a corrente modernista em sua gestão à frente do Instituto, engajando-o na luta pela arquitetura contemporânea: foi o despontar de uma nova linguagem formal, atrelada à função social. Segundo Bruna (2015), esses foram os primeiros arquitetos modernos atuantes no Brasil.

profissionais, a partir desses encontros, priorizavam diretrizes organizacionais em vista do crescimento dos municípios brasileiros.

Nesse contexto, é destacável a visão de Porto e seu posicionamento em relação à evolução dos problemas da habitação econômica. Os cargos ocupados¹⁸ possibilitaram o contato direto do arquiteto com o cotidiano de muitos operários no País e permitiram seu acesso a diversos dados e pesquisas desenvolvidas no Brasil e em países da Europa. Além disso, em função de viagens realizadas para a participação em palestras, conferências, apresentação de tese e eventos do próprio Ministério do Trabalho, conheceu políticas e técnicas implantadas em diversas regiões (ALMEIDA, 2008, p. 46).

Almeida (2008) pontuou a proximidade de Rubens Porto com a Igreja Católica, espaço no qual atuou em conjunto com o Estado para atender uma população carente. A autora explicou a participação do arquiteto em um momento de transformação da moradia operária no Brasil. Os Institutos representaram, segundo ela, um lugar de pesquisas acerca da habitação popular, de estudos técnicos sobre conforto térmico e ambiental, além do estudo mais crítico sobre a composição de plantas tipo. Outro elemento bastante comentado por Almeida (2008) foi sobre a racionalização das edificações. Tal racionalização estava alinhada com as novas medidas bastante técnicas do modo de construir uma arquitetura funcional nesse período.

Segundo Bruna (2015), Rubens Porto defendia uma posição avançada para o momento em que seus trabalhos foram propostos. Assim como o que havia sugerido Le Corbusier (1922), no *immeuble villa*¹⁹, Rubens Porto chegou a sugerir apartamentos em dois pavimentos, tipo duplex:

Entre os tipos de apartamentos, adotamos o do sistema “Duplex” pelas reais vantagens que apresenta, a despeito de alguns

¹⁸ Rubens Porto foi responsável pelo Serviço de Engenharia do Conselho Nacional do Trabalho (CNT), órgão técnico encarregado de prestar serviços ao MTIC; conselheiro técnico do Ministro do Trabalho, Agamêmnon Magalhães, e assistente-técnico do Gabinete do Ministro subsequente, Waldemar Falcão, entre os anos de 1930 e 1938; Presidente do Secretariado Econômico-Social da Ação Católica (AC), de 1935 a 1938; Presidente de honra da Federação dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul (FCORS) e Conselheiro Técnico da Comissão Nacional de Objectores de Consciências (CNOC-Portugal), órgãos vinculados à Igreja Católica, em fins da década de 1930.

¹⁹ Proposta apresentada para uma cidade contemporânea de 3 milhões de habitantes, para o Salão de Outono de Paris, de 1922. O projeto propunha a construção de habitações e edifícios espaçosos e iluminados, bem distribuídos em áreas verdes, como reação às ruas e circulações estreitas existentes. Prevalencia a ordem geométrica e a composição axial. Na zona central da cidade estavam localizados os arranha-céus, identificados como as áreas de negócios, depois à volta deste núcleo estariam os *Immeubles-à-redents* e do lado mais exterior da cidade os *Immeuble-Villas* (SILVA, 2014, p. 101).

senões. [...] É muito usado nos Estados Unidos visto aliar à intimidade da habitação individual as comodidades das habitações coletivas. Oferece uma economia de 15% de espaço e de 20% nas despesas com corredores, móveis, iluminação, etc. A grande vantagem, no entanto, é a decorrente da instalação em dois pisos, que traz a real separação da parte de uso diário da outra, havendo assim mais tranquilidade e intimidade (PORTO *apud* BRUNA, 2015, P. 144).

Além da tipologia da planta, Bruna (2015) destaca mais alguns conceitos propostos por Rubens Porto. Estes eram: a altura máxima de até quatro pavimentos para edifícios sem elevadores; a preferência por ducha higiênica ao invés de banheira para melhor manutenção e limpeza; o uso de pilotis para ganho de espaço de recreação; a previsão de áreas de lazer e cultura dentro dos conjuntos, como biblioteca e cinema; e a concepção dos conjuntos habitacionais como unidades autônomas, providos de serviços básicos dentro de uma cidade maior (Cf. BRUNA, 2015).

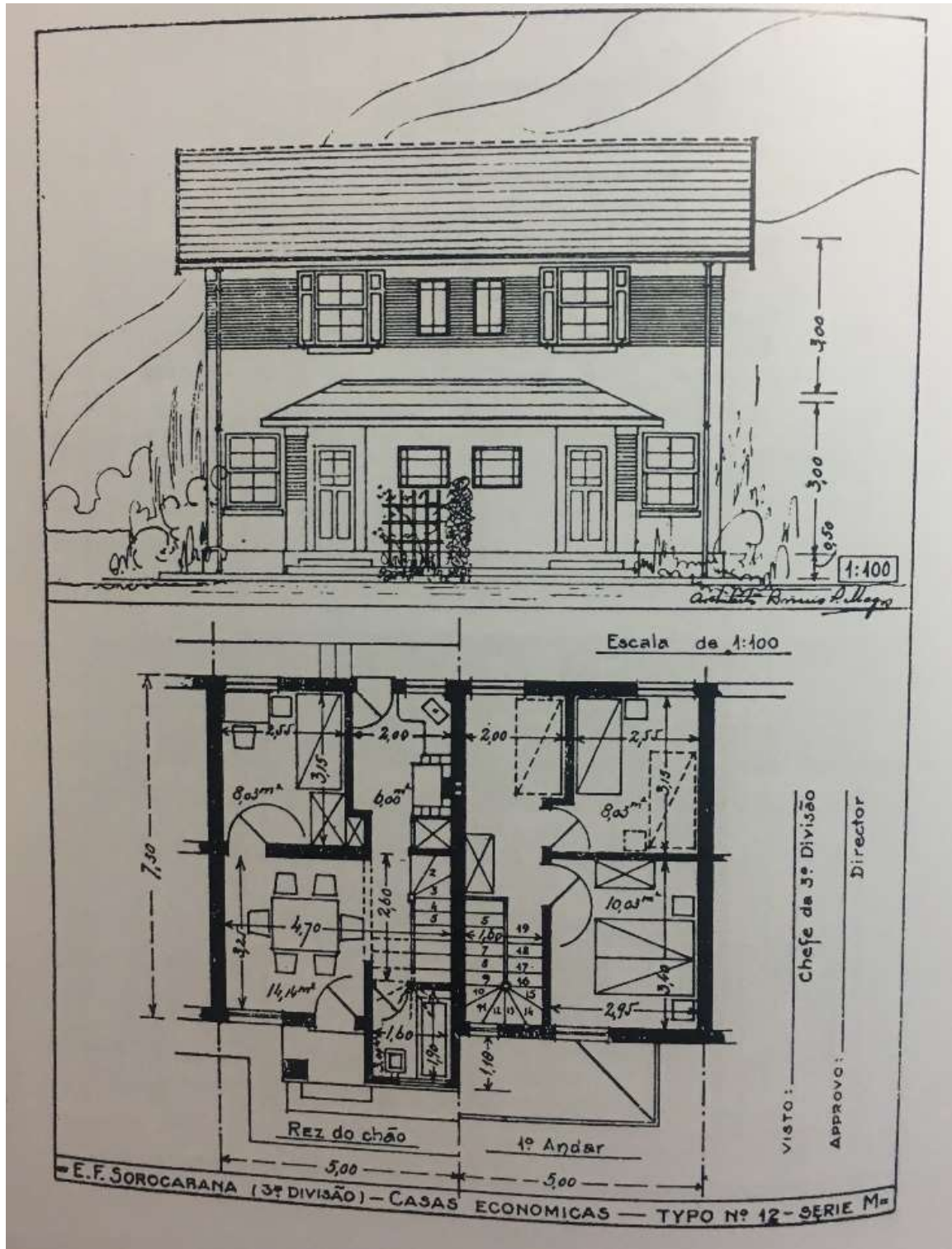
Além de Rubens Porto, Bruna (2015) também destaca obras realizadas por Carlos Frederico Ferreira, Attilio Corrêa Lima, Eduardo Kneese de Mello, Hélio Duarte e Affonso Eduardo Reidy. Rubens Porto, Carlos Frederico Ferreira e outros arquitetos estavam envolvidos em grandes debates, principalmente nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs). Tais debates incluíam temas como um código de obras regulador do que seria uma habitação mínima e como deveria ser seu funcionamento e sua inserção espacial e social. Arquitetos concordaram que cada morador deveria ter seu próprio quarto; uma cozinha funcional para simplificar atividades domésticas; e mobiliário adequado, de manutenção simples, dimensões proporcionais ao espaço e custo acessível.

Nesses congressos internacionais, também se discutiu o uso da terra urbana - concentração de renda, má distribuição de recursos de infraestrutura, espraiamento das cidades, intervencionismo do Estado e desapropriações, entre outros temas fundamentais ao urbanismo moderno. A participação em debates internacionais resultou na implementação de ideias bem-sucedidas no Brasil: apesar de alinhadas às tendências europeias, eram adaptadas à realidade local. Predominou a concepção de habitação como um serviço público para assegurar condições mais dignas aos grandes contingentes populacionais das cidades brasileiras.

Muitas moradias eram alugadas ou financiadas e o Estado se responsabilizava pela implementação e gestão de equipamentos e espaços coletivos, como escolas, postos

de atendimento médico, áreas comerciais, cinemas, ginásios e áreas verdes, de recreação e lazer. Um exemplo é o projeto do arquiteto Bruno Simões Magro, para as casas de trabalhadores da Estrada de Ferro Sorocabana, ilustrado na figura 5.

Figura 5 – Proposta para casas de funcionários da Estrada de Ferro Sorocabana, tipo nº 12, do arquiteto Bruno Simões Magro, Mairinque, S.



Simões era formado pela Escola Politécnica e professor da mesma instituição, além da Escola de Engenharia Mackenzie, e também foi diretor da FAUUSP. Seu trabalho apresentado no I Congresso de Habitação foi resultante de uma pesquisa sobre o que seria a casa mínima, considerando estudos desenvolvidos principalmente por alemães, mas contextualizados às condições brasileiras. Em palavras do próprio arquiteto sobre os projetos para realidades distintas:

[...] de passagem, devo referir-me à crítica que, em geral, costumam fazer os estrangeiros aos planos de nossas casas econômicas. Acham que nelas há excesso de divisões e proclamam ser muito preferível dispor-se de menor número de cômodos, tendo porém, cada compartimento maior área. Seria a reprodução de conhecidos tipos de 'kleinest-haus' dos alemães, cuja peça principal é a 'salle-commune' dos franceses – cozinha, sala de trabalho e de refeições a um tempo e, muitas vezes, também dormitório (SIMÕES, apud BRUNA, 2015, p. 125).

Mais cômodos nas residências justificava-se pelo fato de as famílias brasileiras serem, de maneira geral, mais numerosas que as famílias europeias. Os europeus, em contraponto, optaram pela casa com menos compartimentos internos, criando ambientes com melhor acessibilidade e mais flexibilidade de usos. Outra grande diferença era o espaço do banho que, segundo Simões, sempre teve mais importância no Brasil, como um país tropical, do que na Alemanha.

[...] pessoas de certa educação, além do banho diário do corpo inteiro (no Norte mais de um) são frequentes as abluções parciais, hábito que convém despertar nas classes menos educadas. De tais considerações decorre naturalmente a necessidade de prover-se a casa proletária de um compartimento para banhos, peça que muitas vezes não existe em habitações congêneres de países de climas e hábitos diferentes. Em mais de trinta projetos de prédios econômicos alemães não encontrei o quarto de banho. Penso que o asseio individual seria feito em tina colocada em qualquer compartimento, por detrás de algum paravento, sendo feitas as abluções com a esponja, como é de hábito em certos lugares da Europa (SIMÕES, apud BRUNA, 2015, p. 130).

Outro exemplo é o Conjunto Residencial Operário do Realengo, na cidade do Rio de Janeiro, de 1938. Foi o primeiro empreendimento de grande escala no País. Idealizado por Carlos Frederico Ferreira, primeiro arquiteto contratado pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), tinha 2.345 unidades e cerca de 10 mil habitantes, na época de sua inauguração (Cf. BONDUKI, 2014). Recebeu medalha de ouro no V Congresso Pan-americano de Arquitetos, realizado em Montevideo, em 1940. As figuras 6 e 7, abaixo, mostram as unidades unifamiliares e

os blocos de apartamentos; e a figura 8, uma perspectiva interna desenhada pelo próprio arquiteto.

Figura 6 - Jogo de volumes das sacadas na fachada do bloco principal, Conjunto Residencial Operário de Realengo, Rio de Janeiro, RJ



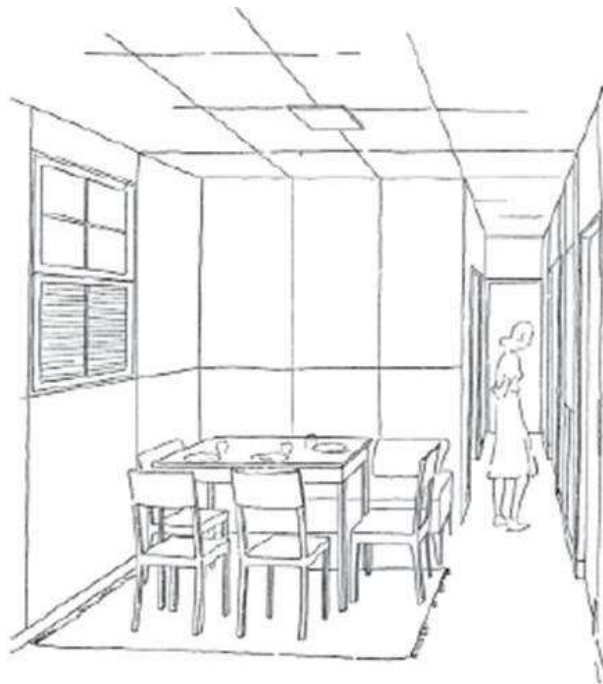
Fonte: Bonduki (1998, p. 17)

Figura 7 – Casas geminadas, foto à época, quando ainda não tinham sido muradas e abriam-se diretamente para o espaço público, Conjunto Residencial Operário de Realengo, Rio de Janeiro, RJ



Fonte: Bonduki (1998, p. 21)

Figura 8 - Desenho do arquiteto Carlos Frederico Ferreira, esquema de sala para estudo de “habitação mínima”, Conjunto Residencial Operário de Realengo, Rio de Janeiro, RJ



Fonte: Bonduki (1998, p. 179).

Neste período (1930-1945), o então presidente Getúlio Vargas mostrou uma aproximação com os princípios modernos apresentados pela arquitetura internacional nos CIAMs, no sentido de tentar viabilizar o acesso à habitação mínima para as classes populares. Em entrevista à imprensa, em 10 de novembro de 1938, Vargas pronunciou:

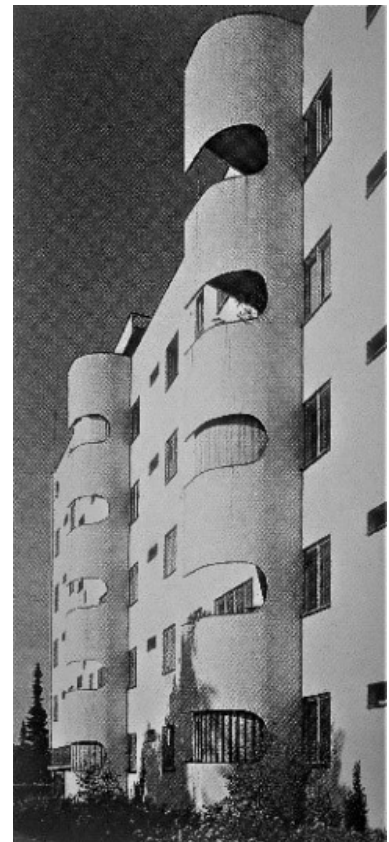
As casas operárias, construídas pelas Caixas e Institutos em vários estados, ainda são em pequeno número e de preço elevado, em relação às posses dos empregados. Dei instruções ao Ministério do Trabalho para que, sem prejuízo das construções isoladas onde se tornarem aconselháveis, estude e projete grandes núcleos de habitações modestas e confortáveis. Recomendei, para isso, que se adquiram grandes áreas de terrenos e, se preciso, que se desapropriem as mais vantajosas; que se proceda à avaliação das mesmas; que se leve em consideração os meios de transporte para esses núcleos; que se racionalizem os métodos de construção; que se adquiram os materiais, diretamente, ao produtor; tudo, enfim, de modo a se obter, pelo menor preço, a melhor casa (VARGAS, *apud* SEGAWA, 2018, p. 114).

Dentre os congressos do CIAM, Bruna (2015) aponta dois, como os mais relevantes. O de 1929, em Frankfurt, e o de 1930, em Bruxelas. Os trabalhos apresentados e aprovados em ambos levantaram cinco temas principais: habitações econômicas, programas, loteamento do terreno, distritos; habitações coletivas, casas de

apartamentos, inquilinos e proprietários; racionalização dos materiais de construção, processos de construção, padronização, condições de conforto; codificação, códigos estaduais e municipais, exames de resistência e recepção dos materiais; financiamento das construções, problemas de capital nas construções.

Almeida (2008) aproxima esse enfoque de projeto não apenas às formulações de Gropius e Le Corbusier nos primeiros CIAMs, mas também às experiências das sociais-democracias europeias, com destaque para a *Hofe* vienense, a *Siedlungen* (assentamentos residenciais modernos e racionalistas construídos depois da Revolução alemã, entre 1918 e 1930) e as casas comunais soviéticas. As fotos abaixo, projeto do arquiteto alemão Hans Scharoun, é um exemplo de habitação mínima que foi construída no período acima citado.

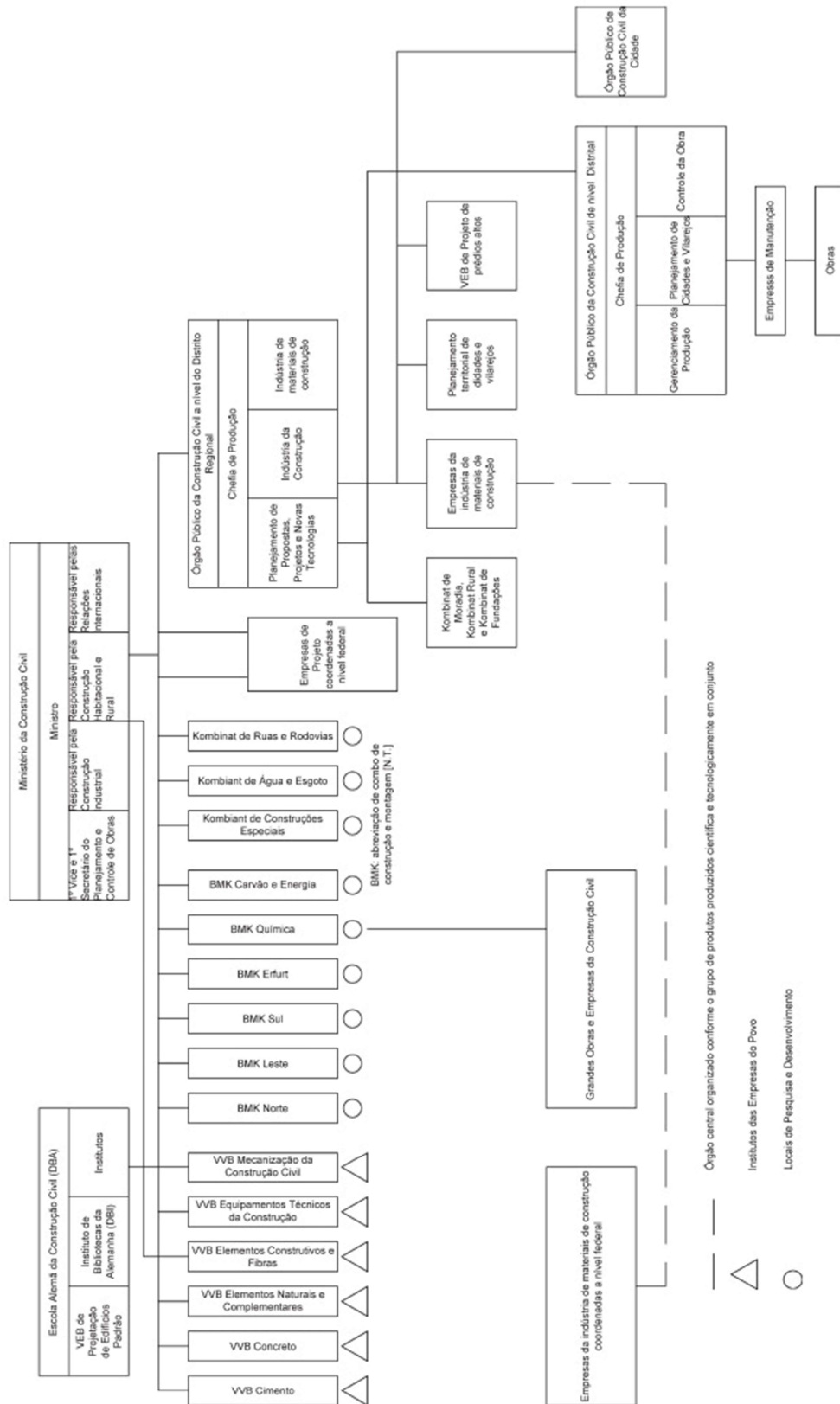
Figuras 9 e 10 – Urbanização Siemensstadt (1929 - 1931), do arquiteto Hans Scharoun, varandas e vista do 'cruzador blindado', Berlim, Alemanha



Fonte: Syring & Kirschenmann (2004, pp. 40 e 42).

Apesar de uma repetição de edifícios, o conjunto forma uma composição dinâmica tanto em planta, quanto em perspectiva. Os tipos de apartamentos e as fachadas ora são viradas para a rua, ora para a praça interna. Apesar da racionalização e da velocidade da construção o pára-vento (figuras 9 e 10) extremamente fino e homogêneo das varandas contribui para a exclusividade e leveza de projeto. Scharoun foi diretor do Departamento de Construção e Habitação na Alemanha, onde a estrutura funcional era bastante racionalizada. Segue abaixo ilustração de como se organizavam engenheiros e arquitetos na atuação no campo habitacional para moradia popular no País.

Figura 11 – Estrutura da construção civil na RDA segundo o “Princípio de Construção” (Broschure 1964:30/31), Alemanha



Fonte: Hannemann (2014, p. 286).

O diagrama mostra uma estrutura organizacional bastante avançada e rigorosa. Este 'Princípio de Produção', como foi chamado, contribuiu para o êxito na implantação de unidades habitacionais na Alemanha. De maneira mais efetiva do que o modelo brasileiro, havia um projeto de urbanização maior que contemplava o projeto de cidade. No caso de Siemensstadt, a ideia inicial foi concebida pelo arquiteto alemão Martin Wagner.

Outro projeto desenvolvido pouco tempo depois e que pode ser mencionado como referência é o Charlottenburg-Norte (1954-1961), também do arquiteto Hans Scharoun, criado para ser uma célula habitacional (de aproximadamente cinco mil habitantes) idealizada para Berlim. A imagem abaixo mostra a variedade volumétrica e estética do conjunto habitacional ao mesmo modo de obras realizadas por Rubens Porto, como o Conjunto Residencial Operário de Realengo, na cidade do Rio de Janeiro.

Figura 12 – Charlottenburg-Norte, do arquiteto Hans Scharoun, perspectiva externa edifícios, Berlim, Alemanha



Fonte: Syring & Kirschenmann (2004, p. 62).

Nestes 15 anos de governo Vargas, a participação do IAB no debate sobre habitação popular foi ínfima. Praticamente alheio ao processo, o Instituto, criado duas décadas antes, teve como realização mais importante o IV CPA (1930). O IAB que, até a primeira metade da década de 1940, era federal, com sede apenas no Rio de Janeiro, transformou-se em estrutura federativa, com a criação dos primeiros departamentos estaduais. Minas Gerais e São Paulo foram os primeiros a serem criados, em 1943. A seção do IAB-SP, com participação de João Batista Vilanova Artigas, Eduardo Kneese de Mello, Rino Levi, Ícaro de Castro Mello, Eduardo Corona e Oswaldo Correa Gonçalves despontava como influência nacional. Em 1944, manifestou-se abertamente pelo fim do governo Vargas, pela anistia geral, pela libertação de presos políticos e pela convocação de uma Assembleia Constituinte, relacionando a prática profissional às questões políticas mais abrangentes.

O quadro síntese abaixo é um resumo dos principais acontecimentos ao longo do Governo Vargas, das contribuições de eventos organizados por arquitetos, e da contribuição do IAB por meio de alguns profissionais (nomes em **negrito**).

Figura 13 – Quadro síntese 1930-1945

3. POLÍTICAS HABITACIONAIS PRÉ-BNH (1930-1964)

GOVERNO	1ª Era Vargas (1930-1945)
MODELO ECONÔMICO	Industrialização capital nacional
INSTITUIÇÕES	IAPs (1930); IDORT, MTIC (1931)
EVENTOS NACIONAIS	I Congresso de Habitação (1931); I Congresso Brasileiro de Urbanismo, Jornada Econômica de Habitação (1941); I CBA (1945)
EVENTOS INTERNACIONAIS	II CIAM (1929); III CIAM, IV CPA (1930); I Congresso Pan-americano de Habitação Popular (1939); V CPA (1940)
CIRCULAÇÃO DE IDEIAS	Revista Municipal de Engenharia (1932); Revista do Arquivo Municipal SP (1934); 1º Boletim Informativo IAB (1935); Revista Acrópole (1938)
ARQUITETOS DE DESTAQUE	Alexandre Albuquerque; Bruno Simões Magro; Luís de Anhaia Melo; Francisco Prestes Maia; Carlos Frederico Ferreira; Rubens Porto; Nestor Egydio de Figueiredo ; Francisco Baptista de Oliveira; Eduardo Kneese de Mello

Fonte: Elaboração própria, 2020.

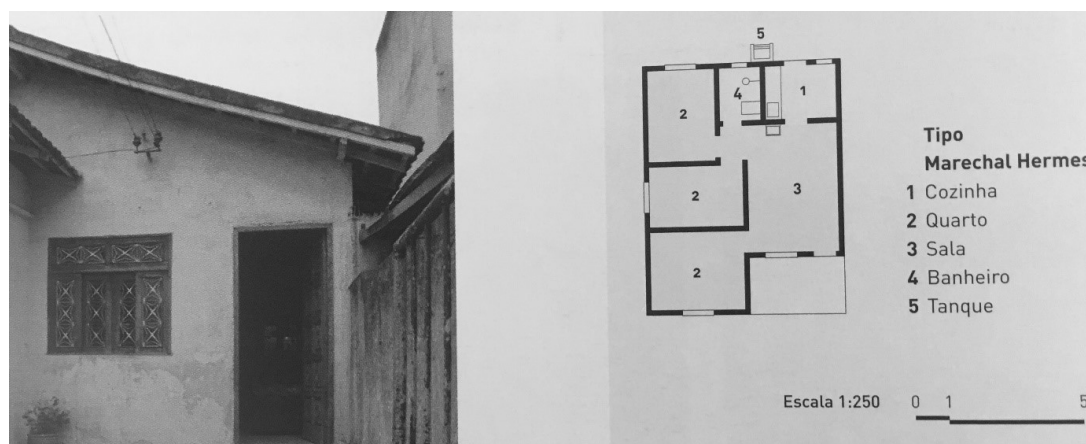
3.2. O governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951)

Em um governo de caráter também desenvolvimentista, Eurico Gaspar Dutra deu prioridade a investimentos para quatro grandes áreas: Saúde, Alimentação, Transporte e Energia, cujas iniciais formavam a sigla SALTE. Os recursos para a execução do Plano SALTE seriam provenientes da Receita Federal e de empréstimos externos. Foi com esse Plano que Dutra abriu a rodovia Rio de Janeiro – Bahia e instalou a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF).

Também inaugurou a ligação rodoviária entre Rio de Janeiro e São Paulo, pavimentada, a BR-2, atual Rodovia Presidente Dutra, uma das mais importantes do País. Em seu governo foi elaborado o Estatuto do Petróleo, a partir do qual tiveram início a construção das primeiras refinarias e a aquisição dos primeiros navios petroleiros. O período compreendido entre os anos 1940 e 1960, portanto, foi marcado pelo surgimento de uma economia urbana-industrial.

No âmbito das questões habitacionais, os programas sociais para habitação foram continuados com os IAPs. Além desses, foi criada a FCP, em 1946, como uma organização exclusiva para a construção de casas populares para as classes de baixa renda. O Conjunto Residencial Carmela Dutra, de 1947, é um exemplo de destaque. As construções serviram como uma espécie de laboratório, responsáveis por testar novos materiais (alumínio, papelão e concreto) e modelos de unidades habitacionais (lineares e circulares). Nesse caso, o Departamento de Engenharia da FCP trabalhou em parceria com o arquiteto Renato Sá, também funcionário da Fundação, responsável por assinar um modelo de casa, conhecida como tipo Marechal Hermes, o mais replicado por outros conjuntos da FCP no Brasil.

Figura 14 – Vista e planta de uma unidade tipo Marechal Hermes, Conjunto Residencial Carmela Dutra, Rio de Janeiro, RJ



Fonte: Bonduki (1998, p. 324).

Em um período de 14 anos, compreendidos entre 1946 e 1960, a FCP contribuiu com 16.964 unidades habitacionais em todo o País (Cf. AZEVEDO, 2011).

Importante destacar, também, que esse período do Governo Dutra foi o que mais produziu habitação social, quando comparado com momentos anteriores e posteriores à FCP e aos IAPs, conforme tabela abaixo. Representa expressivos 50% de um total que inclui dados do período para as tipologias apenas do Plano A.

Tabela 7 – Produção habitacional dos conjuntos residenciais nas décadas de 1930, 40, 50 e meados de 1950

Órgão	1937-45	1946-50	1951-64	Total**
IAPB	98	2.325	2.679	5.102
IAPC	201	1.199	1.579	2.979
IAPETC/IAPE	1.178	998	897	3.073
IAPFESP	—	—	742	742
IAP	4.749	12.976	1.427	19.152
IAPM	—	824	58	882
IPASE	400	1.348	4.047	5.795
Subtotal IAPs (Plano A)	6.626	19.670	11.429	37.725
FCP	—	8.265	9.817	18.082
Total (em conjuntos com data conhecida)	6.626	27.935	21.246	55.807
Porcentagem por período	11,9%	50,0%	38,1%	100%
Média de unidades por ano em cada período	736	5.587	1.517	1.973
Porcentagem média por ano em cada período	1,48%	10,02%	2,73%	

Fonte: Bonduki (1998, p. 131).

Apesar do impressionante quantitativo gerado por estas instituições (IAPs e FCP), a grande crítica dos arquitetos é que, em um cenário econômico favorável, pós Segunda Guerra Mundial, pouco foi feito no sentido de se implementar uma política nacional consistente e complexa (interdisciplinar, inclusive). Esses projetos, em sua maioria, visavam à ordenação e à realização de princípios modernos tanto da arquitetura como do urbanismo, de maneira funcional e racional. É possível pontuar aqui os julgamentos de Vilanova Artigas e Niemeyer, quando ambos criticavam arquitetos modernistas que se utilizaram dos grandes conjuntos habitacionais para criar uma “assinatura” de sua arquitetura.

A moradia popular tornou-se tema obrigatório e recorrente no repertório da quase totalidade dos arquitetos modernos. Vozes dissonantes emanaram de dois importantes profissionais, de correntes estilísticas diversas, ambos filiados ao Partido Comunista Brasileiro, que se opunham firmemente à adoção da moradia popular como principal tarefa profissional. De acordo com Oscar Niemeyer: “Num regime capitalista não me atraía essa ideia de habitação mais barata. Atender ao pobre para ele continuar pobre.” Aponta ainda como foi utilizado o tema, apenas, para legitimar a profissão: “Era uma discussão técnica que interessava muitíssimo mais ao arquiteto do que aos operários.”

Para Vilanova Artigas, tanta preocupação com a habitação econômica era “um índice do afã com que a burguesia lançava na luta suas últimas reservas a fim de sobreviver mais alguns anos (CAVALCANTI, 2006, p. 126).

Os projetos modernos destes bolsões residenciais (trabalhar, circular, habitar e cultivar o corpo e o espírito, conforme previsto e seguido pela Carta de Atenas²⁰) contavam com um ideal de território, no qual pressupunham o perfeito controle das terras urbanas por parte do Governo e, portanto, o fim da lógica da exploração intensiva do uso do solo, visando principalmente ao interesse dos proprietários. Como essas condições não se aplicavam às cidades brasileiras (e ainda não se aplicam), ocorreu que parcela considerável da população carente dos centros urbanos foi assentada em áreas periféricas.

Trata-se aqui da combinação de medidas públicas e privadas presentes na especulação imobiliária; no Estado passivo com relação aos investimentos privados;

²⁰ Carta de Atenas: documento gerado a partir do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) realizado em Atenas, em 1933. O tema do Congresso foi a “cidade funcional” e esteve regado, principalmente, por ideias de Le Corbusier. Relevante dizer que os preceitos modernos foram internacionalizados e foram grandes influenciadores das novas organizações das cidades europeias depois da Segunda Guerra Mundial; e da criação do Plano Piloto de Lúcio Costa.

na produção arquitetônica desassociada das questões urbanísticas complexas das cidades industrializadas; no atendimento seletivo das classes menos favorecidas; na remoção de famílias de áreas já estruturadas; e na autoconstrução como única alternativa viável por parte dos moradores.

Os fatores acima foram responsáveis por áreas periféricas ficarem cada vez mais inchadas à medida que a urbanização brasileira foi se consolidando. Isto é, a cada década, a população urbana foi se aproximando percentualmente da população rural de forma acelerada. A porcentagem da população urbana sobre o total da população brasileira passou de cerca de 16%, em 1920; para 31%, em 1940; e para 45%, em 1960 (VESENTINI, 2001, p. 107).

Ainda no governo Dutra, além da relevante produção dos IAPs e da FCP, é importante destacar a contribuição do DHP, criado em abril de 1946, pela Lei nº 9.124, da prefeitura do Rio de Janeiro, capital federal brasileira. Na época, o Departamento, que estimulava a discussão nacional sobre habitação popular, se manteve ativo até 1960. Segundo declaração do próprio DHP:

[...] a solução do problema da habitação para os grupos sociais de salários baixos, incluindo neles, inicialmente, os servidores da Prefeitura do Distrito Federal, mediante a construção de grupos residenciais para aluguel módico (Decreto nº 9124, de 4 de abril de 1946).

O DHP foi criado para substituir o antigo Departamento de Construções Proletárias da Secretaria Geral da Viação e Obras, instituído pela Lei nº 4.549, de 4 de agosto de 1942, com Getúlio Vargas, para intervir em ocupações de favelas. Abaixo segue o levantamento de Bonduki para o período de 1940 a 1960 com as produções do DHP somadas ao Plano C dos IAPs:

Mesmo tomando-se um período mais abrangente do que o governo Dutra, ou seja, entre 1940 e 1960, destaca-se a produção estatal de moradias no Distrito Federal. Nessas duas décadas, a população do Rio de Janeiro passou de 1,6 milhão para 3,3 milhões, um incremento de cerca de 280 mil famílias; acrescentando-se os financiamentos do Plano C e os conjuntos habitacionais realizados pela prefeitura (como Pedregulho e Gávea), atingir-se-ia um total em torno de 60 a 70 mil unidades produzidas em decorrência da intervenção pública federal, ou seja, quase um quarto do total das necessidades de moradia no Rio de Janeiro (BONDUKI, 1998, pp. 129 e 130).

Além de projetar e construir habitações, o DHP tinha a responsabilidade de fiscalizar e emitir *habite-se* para as construções residenciais de até 70 m². Era um órgão público ligado tanto ao poder municipal quanto ao federal, já que a Prefeitura do Distrito Federal estava diretamente ligada à presidência da República, responsável pela nomeação do prefeito.

Em 12 de seus 14 anos de existência, o DHP (1946-1960) foi comandado por Carmen Portinho (1948-1960). Anos antes de assumir o Departamento, Carmen lutou em prol das conquistas femininas, como o direito ao voto; a favor do reconhecimento profissional das mulheres; e ajudou a criar a Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas (ABEA), em 1937.

Figura 15 – Carmen Portinho, única mulher compondo o Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro, out. 1941



Fonte: Bruna (2015, p. 142).

Portinho teve artigos publicados tanto no periódico *Correio da Manhã* (1901-1974) como na *Revista Municipal de Engenharia* (1932-1999). A *Revista PDF*, como ficou conhecida, teve a primeira edição publicada em julho de 1932, na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo da Revista era, além de apresentar obras públicas realizadas no próprio Rio de Janeiro, documentar feitos de distintas gestões públicas e veicular

trabalhos científicos sobre outras cidades do Brasil e do exterior, de considerável prestígio no cenário técnico nacional e internacional (Cf.: HORTA, 2020).

Figura 16 – Primeira capa da *Revista Municipal de Engenharia* ou *Revista PDF*, como ficou conhecida, julho de 1932



Fonte: Nascimento (2007, p.72)

A *Revista Municipal de Engenharia* tratava, regularmente, sobre habitação de interesse social e, discutia, entre outras coisas, modelos e implantação de casas²¹.

A existência de “favelas” e de outras habitações anti-higiênicas como os cortiços, sempre trouxe, para todos os países do mundo, despesas e prejuízos incalculáveis. São verdadeiros focos de doenças contagiosas, como a tuberculose e outras. As despesas

²¹ Alguns exemplos são “A arquitetura moderna na Holanda” e “Influência do nosso clima na arquitetura das prisões”.

que as autoridades são obrigadas a fazer com a saúde pública, com os menores abandonados, delinquentes e toda espécie de vadios, loucos e criminosos que saem desses núcleos insalubres, poderiam ser aplicadas, com mais proveito para a coletividade, em prevenir esses males em vez de remediá-los. As habitações populares construídas então pelas municipalidades constituiriam uma medida de profilaxia, passando desta forma a fazer parte do programa dos serviços de utilidade pública (PORTINHO, 17. mar. 1946 *apud* NASCIMENTO, 2007, pp. 75 e 76).

Além da discussão sobre a produção de moradia popular, fica claro no discurso de Portinho a problematização da questão habitacional relacionada ao sanitarismo, ideário herdado do final do século XIX. No entanto, já em meados do século XX, as intervenções realizadas na cidade do Rio de Janeiro extrapolaram as questões primordiais de saneamento básico como medida preventiva de possíveis doenças e embelezamento da cidade e tornaram-se uma razão multidisciplinar.

Na década de 1930, Portinho participou do primeiro curso de urbanismo do País. Poucos anos depois, recebeu uma bolsa do Conselho Britânico para estagiar junto às comissões de reconstrução e remodelação das cidades inglesas destruídas pelas guerras. De volta ao Brasil, guiada pelas experiências europeias e pelos ideais da arquitetura moderna propostos pelos CIAMs, sugeriu a construção de grandes conjuntos habitacionais populares, equipados com serviços sociais, distanciando-se dos antigos modelos tradicionais e burocráticos de blocos isolados e repetitivos de apartamentos ou das sequências de casas individuais.

Além de Portinho, outros profissionais atuaram nesse mesmo contexto, como o engenheiro Antônio Laviola, na obra do Estádio para Regatas, sede da Federação do Remo, de 1954; e o arquiteto Francisco Bolonha (também funcionário do DHP), com as obras do Conjunto Residencial do Paquetá, de 1947, e do Conjunto Residencial Vila Isabel, de 1955.

Além destes, o arquiteto Affonso Eduardo Reidy, chefe da Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras, diretor do DHP e da Secretaria de Urbanismo do Rio de Janeiro, teve duas importantes realizações profissionais, de grande visibilidade nacional e internacional, foram o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, conhecido como Pedregulho, de 1946; e o Conjunto Habitacional Marquês de São Vicente, conhecido como Minhocão da Gávea, de 1952.

Há uma nítida oposição entre as propostas apresentadas durante e após a existência do DHP. Em duas situações, famílias foram removidas de favelas nos arredores da Lagoa Rodrigo de Freitas, zona Sul e cartão postal da capital do Rio de Janeiro, no intuito de se mudarem para casas minimamente estruturadas e definitivas.

Na primeira situação, caso do Minhocão da Gávea, a população foi abrigada na mesma vizinhança, nas imediações da própria lagoa. Apesar de alterações no projeto inicial, depois do falecimento de Reidy e da aposentadoria e afastamento de Portinho, por questões políticas, a obra é um dos maiores destaques da arquitetura moderna brasileira da década de 1950.

Figura 17 – Conjunto Habitacional Marquês de São Vicente, conhecido como Minhocão da Gávea, Rio de Janeiro



Fonte: <http://reidy-ofilme.blogspot.com/2011/11/reidy-e-o-minhocao-da-gavea.html>

Por outro lado, na segunda situação, a Cidade de Deus, intervenção pós-DHP, realocou os moradores da favela da Catacumba a cerca de 30 quilômetros de distância das ocupações iniciais, sem projeção de implementação de equipamentos básicos de saúde, educação e infraestrutura urbana.

O Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, o Pedregulho, foi o maior expoente em habitações sociais da arquitetura moderna brasileira no período. O uso

de *brises* verticais e elementos vazados (cobogós) caracterizam as especificidades dos princípios dos CIAMs adaptados à realidade local (estética, climática, social, econômica). O projeto foi implantado em um terreno grande e ocioso da própria prefeitura, no bairro de São Cristóvão, na zona Norte do Rio de Janeiro.

Ao todo, foram propostas 522 unidades habitacionais e, a princípio, o conjunto foi pensado para abrigar funcionários da própria prefeitura da cidade. A seleção dos moradores e o acompanhamento da ocupação eram feitos por Portinho e pela equipe de assistentes sociais do DHP (NASCIMENTO, 2016, p.388).

Com um funcionamento bastante diferente dos IAPs, a ideia era que as unidades fossem, em sua totalidade, alugadas e, automaticamente, o valor acordado era descontado da folha de pagamento dos funcionários beneficiados. Nessa situação, não havia um recolhimento de aposentadoria como no modelo proposto pelos pioneiros Institutos. Os trabalhadores que habitavam as unidades ocupavam cargos variados dentro da prefeitura (enfermeiros, seguranças, técnicos, entre outros) e compunham uma população bastante heterogênea, consagrando o sonho dos arquitetos modernistas.

É importante pontuar que as enormes contribuições do DHP foram destinadas única e exclusivamente à cidade do Rio de Janeiro. Representaram intervenções significativas, mas no âmbito regional e não nacional. São relevantes a contribuição e o esforço do poder público para a realização dos projetos, mas essas experiências bem-sucedidas não foram multiplicadas em outras regiões do país, também bastante adensadas.

Figura 18 – Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes – Pedregulho, 1946, Rio de Janeiro



Fonte: Nascimento (2016, p. 391).

O quadro síntese abaixo é um resumo dos principais acontecimentos ao longo do Governo Dutra, das contribuições de eventos organizados por arquitetos, e da contribuição do IAB por meio de Vilanova Artigas.

Figura 19 – Quadro síntese 1946-1951

3. POLÍTICAS HABITACIONAIS PRÉ-BNH (1930-1964)

GOVERNO	Eurico Gaspar Dutra (1946-1951)
MODELO ECONÔMICO	Industrialização capital nacional
INSTITUIÇÕES	FCP (1946); DHP (1946); UIA (1948)
EVENTOS NACIONAIS	II CBA (1948)
EVENTOS INTERNACIONAIS	VII CPA (1950)
CIRCULAÇÃO DE IDEIAS	1º Boletim Informativo IAB-SP (1946); Revista <i>Fundamentos</i> (1948); Revista <i>Pilotis</i> (1948)
ARQUITETOS DE DESTAQUE	Renato Sá; Francisco Bolonha; Afonso Eduardo Reidy; Carmen Portinho; João Batista Vilanova Artigas ; Jorge Wilhelm; Carlos Milan; Salvador Candia

Fonte: Elaboração própria, 2020.

3.3. Segunda Era Vargas (1951-1954)

Com o fim do governo Dutra e o início do segundo período de Vargas no poder, importantes medidas foram tomadas com relação ao futuro do País. O projeto econômico foi embasado na exploração do petróleo (sob o *slogan* “o petróleo é nosso”) e da energia elétrica como monopólio estatal para alavancar o crescimento brasileiro. A pressão por uma política mais liberal na economia, defendida por grupos mais conservadores da sociedade, foi encabeçada pelo partido União Democrática Nacional (UDN)²². As instabilidades geradas no governo provocaram aumento da inflação e do custo de vida, refletindo-se na condição dos trabalhadores, o que culminou com dois atos importantes: a marcha das panelas vazias e a greve dos 300 mil, em 1953.

Em resposta às manifestações, Vargas nomeou João Goulart como ministro do Trabalho. Goulart era uma figura importante, pois tinha articulação com grupos sindicais. Ao mesmo tempo em que tentava amenizar as manifestações populares, o presidente viu crescer sua rejeição entre a oposição: as pressões aumentaram novamente e Goulart foi removido do cargo. Apesar disso, Vargas ratificou a proposta do ministro de aumentar o salário mínimo em 100%. Essa medida, somada ao atentado da Rua Tonelero²³, foi suficiente para que os opositores se unissem, de forma organizada, para derrubá-lo do poder. Segundo carta-testemunho²⁴, o ex-

²² UDN: Partido criado em abril de 1945 e extinto em 1965. Teve boa parte de seus filiados migrando para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Fez oposição desde o primeiro mandato de Getúlio Vargas, sempre defendendo uma postura mais conservadora e liberal da política e da economia.

²³ Atentado da Rua Tonelero: Carlos Lacerda, um dos principais nomes da UDN na oposição ao Governo de Getúlio Vargas, sofreu um atentado em Copacabana, Rio de Janeiro, quando chegava em sua residência. Foi ferido com um tiro no pé e seu guarda-costas foi assassinado. A repercussão enfraqueceu ainda mais o governo e alimentou a forte oposição que estava se alinhando para culminar no Regime Militar de 1964.

²⁴ Carta-testemunho: até hoje em exposição no Palácio do Catete, também conhecido como Museu da República, no Rio de Janeiro, está exposto no antigo quarto de Getúlio Vargas o ambiente como estava no dia de sua morte e a carta que ele mesmo escreveu com a famosa frase “... saio da vida para entrar na história.”

presidente se colocou como vítima dos acontecimentos que depunham contra ele e lamentou o abandono, até mesmo pelo próprio partido, o que teria culminado em seu suicídio.

Embora tenham sido apenas três anos e meio de governo, medidas relevantes foram tomadas. A criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE (junho de 1952, pela lei nº 1.628), do Banco do Nordeste (julho de 1952, pela lei nº 1.649) e da Petrobrás (outubro de 1953, pela lei nº 2.004) estão entre elas. Essas instituições são importantes, pois influenciaram no desenvolvimento das cidades e suas respectivas organizações espaciais e sociais.

Uma somatória de fatores contribuiu para um adensamento mais intenso das cidades, que vinham sendo urbanizadas desde a década de 1930. Por isso, assim como em outros momentos, também na década de 1950 esteve no radar dos arquitetos a preocupação com as questões habitacionais. As produções dos IAPs, da FCP e do DHP foram continuadas durante esse período. O assunto foi longamente discutido em congressos nacionais e internacionais.

Apontamentos dos boletins informativos do IAB-SP relatam alguns destes momentos. Um deles aparece em um registro de 1953, por exemplo, sobre uma oferta de vaga de trabalho para arquitetos brasileiros com quatro anos de experiência na Construtora Velman, em Caracas, Venezuela (Cf. IAB. Boletim Mensal nº 600/53. São Paulo, 1953, p. 5). Ainda, no mesmo ano, há uma publicação sobre a promoção de uma bolsa de estudo para o ano de 1954, na Cidade Universitária de Bogotá, Colômbia, sobre aspectos construtivos, econômicos, sociais e administrativos da habitação, incluindo trabalhos de investigação, divulgação e assessoria técnica (Cf. IAB. Boletim Mensal nº 600/53. São Paulo, 1953, p. 9).

A circulação de profissionais e de informações entre os países da América Latina foi cultivada pelo IAB e facilitada pela aproximação com a União Internacional de Arquitetos (UIA). A Instituição foi criada em 1948, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. O intercâmbio de experiências entre especialistas acontecia em encontros, congressos e seminários, para debater assuntos emergentes, como o tema da habitação social. Destacam-se, então, os arquitetos brasileiros Eduardo Corona, Ícaro de Castro Mello, Nestor Egydio Figueiredo e João Batista Villanova Artigas, representantes do IAB na UIA.

No âmbito nacional, em janeiro de 1954, realizou-se o IV Congresso Brasileiro de Arquitetos. Além da participação de arquitetos argentinos, bolivianos e uruguaios, o Congresso teve a presença de Walter Gropius, Alvar Alto e Aquiles Capablanca. Documentos históricos da época registraram o posicionamento dos arquitetos brasileiros e a aspiração em participar mais ativamente dos projetos nacionais sobre habitação social.

Que o IAB solicite aos poderes executivo e legislativo um maior desenvolvimento na terceira parte do projetado Ministério do Bem-Estar Social, dando-lhe a designação de Ministério do Bem-Estar Social, Habitação e Urbanismo, como primeira fase de um futuro desdobramento em ministérios: Ministério do Bem-Estar Social e Ministério de Habitação e Urbanismo (Conclusões das Comissões de Estudos sobre o Urbanismo *apud* SERRAN, 1976, p. 28).

Ao longo dos anos, o IAB manteve um discurso coerente com relação às habitações populares. Considerando os materiais estudados, é possível colocar em destaque duas questões mais abordadas nos discursos e ações dos arquitetos. Uma delas é a insistência na criação de instituições públicas (eventualmente, com participação de empresas privadas), reguladoras de assuntos referentes aos interesses sociais. A ideia era que profissionais qualificados e especializados fossem consultados e tivessem espaço e liberdade para implementar novas propostas arquitetônicas, baseadas em estudos de casos bem-sucedidos. A citação acima é um exemplo disto. Segundo o IAB, e o que parece óbvio, quanto mais específica a atuação dessas organizações, maior a possibilidade de resultados positivos.

Outro fator insistentemente colocado era a compreensão da habitação não apenas como um abrigo, mas, sim, como uma trama complexa, que envolve a relação da casa com o contexto urbano e do homem com a comunidade. Afinal, todo tipo de ocupação territorial está associada a relações humanas com o espaço geográfico e com as interações da própria sociedade. Nesse sentido, muitas das intervenções realizadas pelo DHP, no Rio de Janeiro, alcançaram esse objetivo e são vitoriosas, pois, ao menos do ponto de vista espacial, assentaram comunidades na mesma localização às quais já estavam conectadas e servidas de infraestrutura urbana.

Nesse segundo Governo Vargas, a crítica do IAB, voltava-se para a ausência de um plano nacional de habitação. De maneira geral, as intervenções habitacionais para a população menos favorecida atenderam casos isolados dentro de um país de dimensões continentais e, muitas vezes, de forma ineficiente – especialmente ao

privilegiar o discurso demagógico e/ou o lucro sobre o capital investido. Fundamentalmente, o Instituto defendia a implementação emergencial de uma diretriz única territorial em vez de pequenas medidas paliativas, pontuais e algumas vezes desconexas.

O quadro síntese abaixo é um resumo dos principais acontecimentos ao longo do segundo Governo Vargas, das contribuições de eventos organizados por arquitetos, e da contribuição do IAB por meio de alguns profissionais (nomes em **negrito**).

Figura 20 – Quadro síntese 1951-1954

3. POLÍTICAS HABITACIONAIS PRÉ-BNH (1930-1964)

GOVERNO	2ª Era Vargas (1951-1954)
MODELO ECONÔMICO	Industrialização capital nacional
INSTITUIÇÕES	CINVA (1952); NEDAB (1954)
EVENTOS NACIONAIS	IV CBA (1954)
EVENTOS INTERNACIONAIS	VIII CPA (1952); Congresso de Lisboa (1953)
CIRCULAÇÃO DE IDEIAS	Carta de Atenas (1954): habitação, lazer, trabalho, circulação e patrimônio histórico das cidades (setorização e planejamento do uso do solo)
ARQUITETOS DE DESTAQUE	Eduardo Corona; Ícaro de Castro Mello; Leo Moraes Ribeiro; Oswaldo Corrêa Gonçalves; Rino Levi

Fonte: Elaboração própria, 2020.

3.4. O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960)

Com o *slogan* “50 anos em 5”, Juscelino Kubitschek venceu as eleições presidenciais de 1955. Durante todo seu governo, o País viveu um desenvolvimento econômico notável, caracterizado por um rápido processo de industrialização, sustentado, sobretudo, na indústria automobilística.

Similar ao Plano SALTE, de Eurico Gaspar Dutra, JK implantou o Plano de Metas. Os objetivos de seu mandato estavam organizados em cinco grandes grupos: energia²⁵, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Ao contrário do governo Vargas, as propostas de JK permitiram a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro. O presidente isentou máquinas e equipamentos industriais de impostos de importação e, para ampliar o mercado interno, ofereceu uma generosa política de crédito ao consumidor.

Ribeiro (2007) fez uma análise sobre o dilema da política econômica governamental brasileira rumo à industrialização, nos governos de Vargas e JK. Segundo o autor, apesar de ambos industrialistas, os políticos seguiram orientações opostas.

Estas duas orientações industrialistas se formulam como políticas econômicas concretas com Getúlio Vargas, a primeira, e com Juscelino Kubitschek, a segunda. Getúlio Vargas e sua assessoria militar nacionalista, ainda que de direita, propugna pela reserva ao Estado do papel fundamental na implantação da siderurgia, na produção e no refino de petróleo, na produção e distribuição da energia elétrica, na prospecção de minérios, na produção de ácidos e bases e de motores e veículos. Deixava, porém, todas as outras áreas livres à exploração empresarial privada, assegurando-lhes, ainda, o amparo do Estado na forma de financiamento privilegiado e de reserva de mercado (RIBEIRO, 2007, p. 245).

Assim, Ribeiro (2007) concluiu o pensamento dizendo que enquanto Vargas culpou a exploração estrangeira pela crise que entrava o País, JK recorreu à ampliação das

²⁵ Construção das hidrelétricas de Furnas e Três Marias.

regalias para a entrada do capital estrangeiro. E justamente por esse motivo, mostra que a burguesia industrial brasileira se consolidou dependente da dinâmica internacional.

A burguesia industrial autenticamente brasileira, sufocada pelo alude das grandes corporações internacionais que se instalaram no país, teve seu crescimento jugulado e foi compelida, na sua maior parte, a associar-se aos interesses estrangeiros para sobreviver. Não alcançou, por isso, aquela massa crítica mínima indispensável para torná-la capaz de enfrentar a mole de interesses exógenos, desenvolvendo uma conduta autonomista (RIBEIRO, 2007, p. 251).

Essa relação de dependência explicada por Ribeiro (2007) é algo que, segundo ele próprio, se estendeu ao longo dos anos e persiste nos tempos atuais da história brasileira. Além da estrutura de funcionamento da economia, associada ao mercado internacional, o descolamento da realidade local propicia e contribui para a fragilidade da democracia e para a desassistência da população de maneira geral.

Para o Brasil, como para toda a América Latina, o desafio que se coloca é o enfrentamento dessas forças como condição prévia para a ruptura com o subdesenvolvimento. Só através da erradicação da estrutura tradicional de poder que fracassou secularmente em conduzir o país a uma ordem democrática e a um progresso generalizável a toda a população poderá o Brasil realizar suas potencialidades, deixando de ser a segunda nação do Ocidente e a primeira das latinas apenas em massa populacional, para sê-lo também por seu grau de desenvolvimento (RIBEIRO, 2007, p. 261).

Para além das medidas econômicas, não há dúvida de que a maior realização do governo JK foi a construção de Brasília e a transferência da capital nacional do Rio de Janeiro (foi o último presidente a governar no Palácio do Catete) – projeto que tinha como objetivo desenvolver o interior e integrar o País, proposta pensada desde o final do século XIX²⁶.

A transferência para o planalto central era uma antiga exigência da Constituição Federal brasileira de 1891, por ser uma região relativamente equidistante da maior parte das capitais estaduais. Nesse cenário, o IAB envolveu-se, diretamente, no concurso para a criação da nova capital, assegurando-se de que o projeto fosse executado por arquitetos brasileiros. Conforme dito anteriormente, a década de 1950 foi um momento de troca de experiências internacionais e havia a real possibilidade

²⁶ Constituição de 24 de fevereiro de 1891: Art. 3º - *Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal.*

de contratações de escritórios estrangeiros para a realização do novo centro político brasileiro.

Tanto Reidy quanto Burle Marx, integrantes da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, sugeriram a participação de um estrangeiro na coordenação da equipe de projeto, nos moldes do que foi realizado na cidade do Rio de Janeiro, na experiência do Ministério da Educação e Cultura (MEC), quando Le Corbusier esteve no Brasil para algumas consultorias.

A forte pressão dos arquitetos brasileiros e a proximidade com JK fez com que, de fato, o concurso fosse realizado unicamente com a participação de brasileiros – JK, durante o Estado Novo, nomeado como prefeito de Belo Horizonte, já havia trabalhado com Oscar Niemeyer e Burle Marx no projeto e na construção do bairro da Pampulha.

O Presidente da República, em entrevista pública dada a 24/5, respondendo a uma pergunta, disse ter decidido entregar ao IAB o encargo de organizar o plano diretor da Nova Capital Federal, aproveitando os estudos já existentes. Esta declaração é resultado do trabalho realizado pelo IAB no sentido de prestigiar a classe dos arquitetos brasileiros, fazendo-os participar do empreendimento (Boletim Informativo Mensal IAB-SP, 1956, nº 27, p. 1)

O Plano Piloto de Lúcio Costa (Eixo Monumental e Eixo Rodoviário-Residencial), vencedor do concurso de 1957, e os projetos desenvolvidos por Oscar Niemeyer concretizaram de vez a arquitetura moderna brasileira e seu lugar de destaque no cenário internacional. A nova cidade, “cidade da esperança”²⁷, foi construída em cerca de três anos.

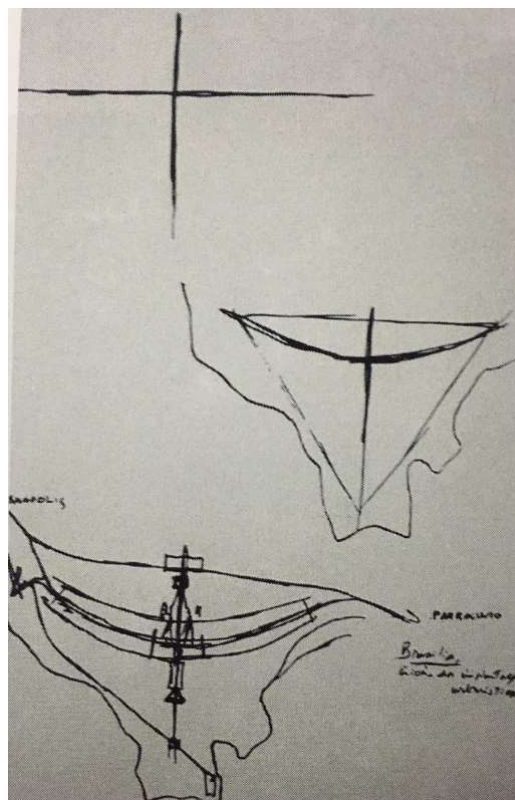
²⁷ Denominação de Juscelino Kubitschek em discurso durante a instalação do Governo Federal em Brasília, em 25 de abril de 1960.

Figura 21 – Vista aérea de Brasília, ainda com muitos terrenos não ocupados



Fonte: Cavalcanti (2006, p. 206).

Figura 22 – Croquis iniciais de Lúcio Costa para o projeto da nova capital



Fonte: Cavalcanti (2006, p. 214).

Apesar do esforço na construção de rodovias (como Rodovia Belém-Brasília), da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da implementação da nova capital, o crescimento da Região Sudeste foi muito superior ao do restante do País. O processo de industrialização mais intenso resultou na criação de mais emprego e, conseqüentemente, na atração de trabalhadores nordestinos, principalmente, para São Paulo e Rio de Janeiro – assim como migrantes das áreas rurais de todo o território nacional.

O estado do Rio de Janeiro, sobretudo, apresentou alguns pontos de aglomerados urbanos, oriundos das concentrações de investimentos e ocupações enquanto ainda era polo econômico da capital nacional. Destaque para os adensamentos da Região Metropolitana e da Região Serrana (Zona da Mata). São Paulo teve crescimento marcante da Região Metropolitana, especialmente na Região do ABC (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul), em função da instalação das indústrias automobilísticas.

A *Revista Acrópole* publicou em dezembro de 1963, ano 26, edição nº 301, sobre a cidade operária²⁸. O artigo de Eduardo Corona tratava dos novos e grandes centros industriais do país, olhando mais especificamente o caso de São Bernardo do Campo. O município, vizinho à cidade de São Paulo, nas décadas de 1950 e 1960, alavancou um crescimento de forma desordenada. O elevado acréscimo no contingente populacional resultou no retalhamento do espaço urbano com a divisão máxima da terra em lotes de áreas mínimas. São as primeiras críticas às intervenções sem princípios básicos do planejamento urbano, às discontinuidades e falta de amparo para uma política habitacional brasileira e às tendências especulativas da iniciativa privada.

Além do caso do ABC paulista, houve também um crescimento rumo ao interior do Estado, principalmente em direção ao Vale do Paraíba. No caso de São Paulo, essas levadas populacionais, vindas de diversos estados, criaram um volume de mão de obra para a construção civil, que impulsionou ainda mais a febre imobiliária, baseada em

²⁸ O tema foi retomado pela mesma Revista e pelo mesmo autor na edição de dezembro de 1966, ano 28, edição nº 335. Assim como no trabalho anterior, o artigo intitulado “Cidades Novas”, discutiu a questão do crescimento alarmante dos arredores de São Paulo, impulsionado pela indústria automobilística.

um desenvolvimento incoerente. O conjunto de ações e reações foi responsável pelo espraiamento da cidade e pelo crescimento das periferias, pelo aumento das desigualdades sociais e pelo abismo entre os níveis de qualidade de vida.

A segunda forma urbana, a centro-periferia, dominou o desenvolvimento da cidade dos anos 40 até os anos 80. Nela, diferentes grupos sociais estão separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentram-se nos bairros centrais com boa infraestrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias (CALDEIRA, 2000, p. 211).

Conforme pontuado por Teresa Caldeira (2000), na citação acima, o contraste na cidade era acentuado. Paralelamente ao aumento das construções faveladas, São Paulo foi marcada, na década de 1950, pela atuação de arquitetos estrangeiros que assinaram obras de grande envergadura. Profissionais vindos da Europa pós Segunda Guerra Mundial procuravam estabilidade política e econômica. Os projetos, principalmente comerciais e residenciais, desses imigrantes concentraram-se na área central da cidade, servida de infraestrutura urbana e atendiam, sobretudo, as classes mais elevadas da sociedade. Responsáveis por construções icônicas na capital paulista, alguns exemplos são: o Edifício CBI-Esplanada, no Vale do Anhangabaú, projeto do polonês Lukjan Korngold; o Edifício Conde de Prates, ao lado do Viaduto do Chá, de autoria do italiano Giancarlo Piretti; e o Edifício Itália, de frente para a Praça da República, projeto do alemão Franz Heep.

No caso do Rio de Janeiro, os edifícios Maison de France e Chopin, respectivamente, no centro e na zona sul, ambos do arquiteto francês Jacques Pilon, são exemplos²⁹. A cidade que também foi tomada pela especulação imobiliária, ao invés do espraiamento paulista, viveu a intensificação das ocupações nos morros cariocas - fundamentalmente por limitações da própria geografia.

No caso de Brasília, ponto de articulação entre regiões desiguais, a cidade tornou-se um local atrativo para correntes migratórias campesinas, oriundas das regiões mais carentes do País rumo às novas frentes de ocupação do Centro-Oeste. A Capital, projetada sem planejar habitações para seus próprios trabalhadores civis, não foi capaz de abrigar também essa onda migratória vinda de localidades distintas. A somatória desses dois fatores foi responsável pela explosão demográfica e,

²⁹ O mesmo ocorreu nas cidades de Salvador, com obras da arquiteta ítalo-brasileira, Lina Bo Bardi; e em Recife, com as relevantes contribuições do português Delfim Amorim e do italiano, Mário Russo.

consequentemente, pelo surgimento de inúmeras favelas e cidades-satélites, que configuraram as desigualdades econômicas e sociais repetidas em outras grandes cidades brasileiras na década de 1960.

Planejadas para alojar quinhentos mil habitantes, total que se previa originalmente, as áreas residenciais da nova capital nunca deram conta das necessidades habitacionais de Brasília. Os candangos, que construíram a cidade, ficaram alojados em acampamentos de obras e, depois, em assentamentos informais e nas cidades-satélites, localizadas na periferia. Os mais pobres – com exceção de alguns poucos funcionários de baixo escalão que obtiveram uma unidade nas quadra 700 ou 400 – nunca tiveram lugar na área residencial no Plano Piloto, que se tornou região privilegiada, com o comércio e serviços especializados, em contraposição às favelas e cidades-satélites que cresceram à sua margem, a longa distância, como única alternativa para os excluídos do planejamento habitacional proposto (BONDUKI, 2014, p. 448).

Niemeyer, João Filgueiras Lima (Lelé) e Luigi Pratesi assinam alguns dos projetos habitacionais realizados na capital brasileira pelos IAPs e pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP)³⁰.

Diante da falta de planejamento, o IAB envolveu-se em numerosos debates sobre o crescimento das grandes cidades (brasileiras e latino-americanas) e sobre as questões habitacionais em eventos como o V Congresso Brasileiro de Arquitetos (1957), o Seminário Internacional de Renovação Urbana (1958), o V Congresso da UIA (1958) e o X CPA (1960).

O quadro síntese abaixo é um resumo dos principais acontecimentos ao longo do Governo JK, das contribuições de eventos organizados por arquitetos, e da contribuição do IAB por meio de alguns profissionais (nomes em **negrito**).

³⁰ NOVACAP: Empresa pública criada pela Lei nº 2.874, de 1956, para atender especificamente às necessidades de Brasília. Era responsável, além das obras públicas e urbanização, de fornecimento de energia, abastecimento de água, tratamento de esgoto, assim como a administração das terras públicas do Distrito Federal. Com o desenvolvimento da cidade, ela foi desmembrada em empresas independentes e específicas: Companhia Energética de Brasília, Caesb e Terracap.

Figura 23 – Quadro síntese 1956-1960

3. POLÍTICAS HABITACIONAIS PRÉ-BNH (1930-1964)

GOVERNO	Juscelino Kubitschek (1956-1960)
MODELO ECONÔMICO	Industrialização capital internacional
INSTITUIÇÕES	Brasília (1957-1960)
EVENTOS NACIONAIS	V CBA (1957)
EVENTOS INTERNACIONAIS	Seminário Internacional de Renovação Urbana (1958); V Congresso UIA (1958); X CPA (1960)
CIRCULAÇÃO DE IDEIAS	Carta de Los Andes (1958)
ARQUITETOS DE DESTAQUE	Lúcio Costa; Oscar Niemeyer; João da Gama Filgueiras Lima; Luigi Pratesi

Fonte: Elaboração própria, 2020.

3.5. O governo de João Goulart (1961-1964)

João Goulart, também conhecido como Jango, iniciou carreira política como deputado estadual, em 1947. Foi ministro do Trabalho no governo de Getúlio Vargas (1953). Foi vice-presidente de Juscelino Kubitschek (1956) e vice-presidente de Jânio Quadros (1961). Jânio, autor da “campanha da vassoura” e defensor da eliminação de corruptos na política, tomou posse, mas renunciou, ainda em seu primeiro ano de governo, alegando perseguição política. Era 1961 quando Jango assumiu a presidência do País, em um momento de grande instabilidade. O salário mínimo estava defasado; a inflação rondava os 30%; as dívidas internas e externas eram elevadas, em função dos enormes gastos governamentais, como a construção da nova capital; e havia forte pressão política de diferentes grupos sociais.

Para combater as altas inflacionárias, Goulart estabeleceu o Plano Trienal, sob comando do economista Celso Furtado. Em oposição ao que foi realizado durante o governo de JK, o plano estava fundamentado na substituição do consumo das mercadorias externas em favor do produto interno, como medida para fortalecer o mercado nacional e alavancar a economia.

No âmbito da arquitetura, o início da década de 1960 foi marcado pelo posicionamento extremamente crítico dos arquitetos com relação à própria profissão e ao ensino; e acerca de suas responsabilidades e contribuições perante a sociedade civil. Entre outros fatores, os profissionais reivindicavam medidas mais efetivas, por parte do Estado, na questão da moradia. A luta mais ativa da categoria como um todo estava atrelada à consolidação e força do IAB (nacional e departamentos estaduais) como seu principal representante nesse período.

O Instituto era responsável por encaminhar e defender as exigências dos arquitetos perante o Governo Federal. Os documentos reunidos por Serran (1976), do IAB-GB, retratam esse fato. A citação abaixo, por exemplo, expressa a cobrança dos arquitetos

do IAB frente ao Governo Federal, sobre o problema da habitação, em junho de 1962. O documento atendia à solicitação do Conselho Superior do IAB, redigido pelo departamento da Guanabara, logo após a Conferência de Punta del Este (1962)³¹ e com base nas promessas da Aliança para o Progresso em doar ao Brasil a quantia de quarenta mil dólares, para a solução dos problemas relacionados à habitação social (SERRAN, 1976, p. 10).

O Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento da Guanabara, dentro das diretrizes traçadas pelo Órgão Nacional, para uma posição oficial dos arquitetos ante o problema da habitação e, considerando

1 – que o encaminhamento da questão habitacional vem sendo feito, sob certos aspectos, de maneira inadequada e ausente da compreensão global do fato em suas dimensões nacionais;

2 – que a divulgação das medidas tomadas pelo governo, para enfrentar a situação, tem gerado inúmeras controvérsias, provocando manifestações contrárias de vários órgãos representativos de diversas classes sociais;

3 – que é imprescindível dar aos arquitetos em geral e, em particular, àqueles que, como seus representantes, atuam em comissões governamentais encarregadas de questões referentes à habitação, uma norma geral de ação, assegurando-lhes, desta forma, uma real cobertura;

4 – que os arquitetos da Guanabara, não só como elementos integrados em uma comunidade, mas, principalmente, como profissionais intimamente ligados ao problema, não podem ficar indiferentes ante a momentosa e alarmante questão da habitação no Brasil (IAB-GB, 1962 *apud* SERRAN, 1976, p. 41).

Alinhados ao IAB, periódicos e congressos (nacionais e internacionais) também foram importantes na discussão sobre moradia popular, no entendimento do tema como urgência nacional, na unificação da categoria e na pressão por uma política federal de habitação de interesse social. A *Revista Arquitetura* (1961-1968), por exemplo, criou uma seção exclusiva chamada *O problema da habitação entre os arquitetos*.

O tópico trazia discussões nacionais (migrações; favelas; mocambos; autoconstrução; política e reforma habitacional; higiene e salubridade; Lei do Inquilinato) e internacionais (habitação social na França; habitação na URSS; habitação e saúde – CINVA; Holanda: planejamento físico, habitação e arquitetura). Alguns dos autores foram Eduardo Knesse de Mello, Maurício Roberto, José Cláudio Gomes, Brenno

³¹ A Conferência de Punta del Este, janeiro de 1962, tratou dos efeitos da Revolução Cubana. Os resultados do encontro foram a declaração de incompatibilidade do comunismo com os princípios americano e a suspensão de Cuba da Junta Interamericana de Defesa (JID) e da Organização dos Estados Americanos (OEA) (FRANCHINI NETO, 2005).

Gyrino Nogueira, Maurício Nogueira Batista, Arthur Lima Cavalcanti e Marcos Konder Netto.

Nós que havíamos, nestes editoriais, criticado, anteriormente, a nenhuma importância dedicada no Plano Trienal de Desenvolvimento, a este setor básico da realidade brasileira, fazemos questão, agora, de destacar os termos da Mensagem relativos à habitação e planejamento urbano. E, ao fazê-lo, asseguramos ao presidente da República a irrestrita e integral colaboração dos arquitetos na implantação e execução de uma política nacional de habitação que tem base nas diretrizes gerais fixadas na Mensagem (*Revista Arquitetura apud* SERRAN, 1976, p. 49).

Nos Congressos Pan-americanos de Arquitetos, foi importante a presença brasileira no décimo evento, realizado em Buenos Aires, em 1960. A organização da delegação e a apresentação sobre o problema da habitação no Brasil ficaram sob a responsabilidade do arquiteto Eduardo Corona, integrante do IAB-SP e autor de inúmeros artigos sobre o tema, muitos publicados na *Revista Acrópole*³². Ainda no mesmo ano (1960), o boletim informativo nº 76 do IAB-SP fez a seguinte publicação sobre a posição dos arquitetos do Instituto frente a questões da arquitetura, do planejamento e de problemas de interesses nacionais:

(O IAB) Participou e acompanhou com interesse a proposta levada ao presidente Jânio Quadros no sentido da criação do Conselho Nacional da Habitação e Planejamento Regional, que se posto em prática, de acordo com o pensamento e desejo dos arquitetos, consistirá num grande progresso para a elevação do nível da habitação no país. É a primeira vez que interferimos nessa questão, mas esperamos poder alargar o campo de atuação dos arquitetos em mais essa frente de trabalho. A situação da habitação no Brasil é calamitosa sendo o nosso país um dos mais atrasados nesse setor, motivo pelo qual os arquitetos se sentem honrados com a sua participação e pela contribuição que possam dar para a solução do problema. Por proposta de São Paulo haverá uma conferência nacional de arquitetos em torno da habitação e do planejamento regional (IAB-SP, 1960, p. 07).

A aproximação entre arquitetos e políticos, que já vinha acontecendo há alguns anos – como nos casos das realizações do DHP, no Rio de Janeiro; na execução do complexo da Pampulha, em Belo Horizonte; e na construção do novo distrito federal, em Brasília –, também é marcante no início da década de 1960. Foi nesse contexto

³² Alguns de seus artigos publicados na *Revista Acrópole* são: Acerca da habitação popular (1965); Cidades Novas (1966); O conjunto habitacional de Cumbica (1968); A renovação urbana em Congresso (1968); VII Congresso Brasileiro de Arquitetos (1968); Uma arquitetura para as massas, porém boa (1968).

que Jânio criou o Plano de Assistência Habitacional e o Instituto Brasileiro de Habitação (IBH).

A política habitacional do Governo Jânio quadros pretendia ações de curto e médio prazos. A curto prazo propunham-se as iniciativas consolidadas no Plano de Assistência Habitacional, para as quais se solicitara financiamento junto ao BID (*Banco Interamericano de Desenvolvimento*). As de médio prazo viriam com a criação do Instituto Brasileiro de Habitação (Fundação da Casa Popular, Rio de Janeiro. *Fundamentos e bases de um plano de assistência habitacional*. Rio, 1961, p. 60 *apud* AZEVEDO, 2011, p. 24).

O Plano de Assistência Habitacional pretendia auxiliar famílias necessitadas de acordo com critérios como, número de filhos, tempo de permanência na cidade, capacidade de trabalho, poder aquisitivo e estabilidade no emprego. No entanto, segundo Bonduki (1998), a formulação de critérios como esses, por si só, já era o suficiente excludente. Com o início da industrialização e a mudança na organização do trabalho, poucos eram os empregos realmente estáveis. Isso significava que a capacidade de trabalho e o tempo de permanência em uma mesma cidade também eram conceitos frágeis (Cf. BONDUKI, 1998).

Quanto ao IBH, a ideia era centralizar a atuação das entidades relacionadas à habitação social, combinando diretrizes de âmbito nacional às peculiaridades de cada região. Isto quer dizer que, pretendia-se, a partir de uma dimensão econômica, contribuir para atenuar problemas de desemprego em áreas críticas, como no Nordeste. Era o que se alegava com o exemplo do plano norte-americano, *New Deal*³³, em que obras públicas tiveram papel de destaque na absorção de mão de obra e no combate à recessão da economia. Era também de responsabilidade do Instituto o financiamento e a execução de obras urbanísticas (Cf. AZEVEDO, 2011).

Retomando questões debatidas no Governo de João Goulart, aliadas ao Plano Trienal de economia, as Reformas de Base são uma discussão primordial no período, ao propor iniciativas que visavam promover alterações bancárias, fiscais, urbanas, administrativas, agrárias, educacionais e eleitorais. O projeto previa uma maior

³³ *New Deal*: a política fazia parte de uma série de programas implementados nos Estados Unidos entre 1933 e 1937, sob o governo do Presidente Franklin Roosevelt, com o objetivo de recuperar e reformar a economia norte-americana, e assistir os prejudicados pela Grande Depressão. O nome dessa série de programas foi inspirado no *Square Deal*, nome dado pelo anterior presidente Theodore Roosevelt à sua política econômica. Os principais objetivos eram: investimento em obras públicas para geração de novos empregos; eliminação de estoque agrícola para conter a queda de preços; impedimento de superprodução na indústria; e diminuição da jornada de trabalho para abrir novas vagas.

integração da sociedade em diversas esferas. Propunha a ampliação do direito ao voto; aumento no número de vagas oferecidas em universidades; reajuste de impostos de acordo com o poder aquisitivo dos cidadãos; taxaço sobre terras ociosas; controle de especulação imobiliária; e redistribuição de terras agrícolas, entre muitas outras medidas. Esses feitos, ou melhor, a tentativa de viabilizá-los, criou um ambiente de contestação e insegurança que, ao mesmo tempo em que fomentou grande oposição da ala conservadora, também abriu espaço para movimentos sindicais organizados pelos trabalhadores.

No curto governo de Goulart, 1963 foi o ano mais polêmico. Entre os meses de março e agosto ocorreram inúmeros debates em torno de propostas para uma possível reforma agrária, que resultaram em uma radicalização política inédita. No contexto internacional, a Guerra Fria e a Revolução Cubana acirravam ainda mais as divergências (Cf. FAUSTO, 2019).

Carlos Lacerda, integrante da UDN e governador do Estado da Guanabara, representou a maior oposição frente ao Governo Nacional. Empresários brasileiros, com financiamento internacional, organizaram campanhas e divulgações golpistas, responsáveis por isolar a figura do presidente de qualquer possibilidade de articulação política. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais³⁴ (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática³⁵ (IBAD), por exemplo, receberam, comprovadamente, ajuda de custo dos Estados Unidos, por meio da Aliança para o Progresso, durante o governo do presidente John Kennedy, de 1961 a 1963 (Cf. DOMINGOS, 2018)³⁶.

O inevitável desmonte do governo Jango deu-se em setembro de 1963, quando os militares, já organizados, realizaram a Rebelião dos Sargentos, em Brasília. No mês seguinte, em uma tentativa frustrada de reaver a ordem pública, o presidente da República decretou Estado de Sítio. A medida provisória foi imediatamente derrubada em outubro do mesmo ano, representando a derrota do governo Goulart e a

³⁴ Instituto fundado por empresários, em 1961, que funcionou regularmente até 1973. Tinha por principal objetivo criar oposição ao governo Jango e barrar o suposto avanço do comunismo no ocidente.

³⁵ A Instituição, de mesmo objetivo da anterior, foi fundada em 1959. Seu financiamento irregular comprovado por investigações organizadas em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), o IBAD teve suas atividades suspensas em 1963.

³⁶ Ambos os Institutos receberam dinheiro de empresas norte americanas por meio de negociações mediadas pelo embaixador norte americano, Lincoln Gordon. Gordon veio para o Brasil no governo de João Goulart e tinha por objetivo principal, bloquear as ações do então presidente. Declarações e documentos importantes foram reunidos pela Comissão da Verdade, a partir de remessas recebidas em 2014, por meio do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

concretização do avanço da direita mais conservadora. O desfecho de seu comando deu-se com o famoso Discurso da Central do Brasil, realizado no Rio de Janeiro, em março de 1964, para 200 mil pessoas.

A reforma agrária não é capricho de um governo ou programa de um partido. É produto da inadiável necessidade de todos os povos do mundo. Aqui no Brasil, constitui a legenda mais viva da reivindicação do nosso povo, sobretudo daqueles que lutaram no campo. A reforma agrária é também uma imposição progressista do mercado interno, que necessita aumentar sua produção para sobreviver (GOULART, 1964 *apud* CHIAVENATO, 1994, P. 20).

Além da discussão sobre a reforma agrária, debates sobre habitação popular ocuparam espaço nas pautas governamentais de Jango. Conforme discurso do próprio presidente da República:

O problema da habitação em nosso país apresenta aspectos de maior gravidade. Dados incompletos demonstram que o nosso déficit de moradias é alarmante: cerca de cinco milhões de unidades. Se forem computados, entretanto, as precárias condições de habitabilidade existente na maior parte dos nossos centros urbanos e rurais, o déficit real é ainda mais elevado. Com o incremento demográfico cumulativo de 3% ao ano, a população brasileira deverá ser acrescida, nos próximos 10 anos, de cerca de 30 milhões de habitantes. A simples manutenção do déficit habitacional ao nível atual exige a construção de 5,5 milhões de novas residências no período (GOULART, 1963 *apud* SERRAN, 1976, p. 49-50).

O posicionamento do IAB com relação à habitação social, somado ao discurso presidencial, tinham uma questão importante: habitação não se restringia apenas ao *morar*, estava muito além disso, compreendendo a questão como uma rede complexa composta por diversas necessidades humanas (educação, saúde, transportes e outras), assim como ocorreu em algumas realizações do DHP na cidade do Rio de Janeiro.

[...] o problema da habitação não se reduz, unicamente, ao mero abrigo de um teto. A CASA não está isolada do contexto urbano e o HOMEM é parte de uma comunidade. A inserção da CASA neste contexto e na integração com o HOMEM nesta comunidade exigem um mínimo de serviços públicos e de equipamento comunitário: ruas, água, esgotos, luz, vias de circulação, escolas, centros de saúde, facilidades comerciais, locais para culto e diversões e fácil acesso aos lugares de trabalho (IAB, 1962 *apud* SERRAN, 1976, p. 42).

Esta aproximação entre poder público e IAB culminou, em 1963, com a realização do histórico SHRU, de que será tratado mais à frente.

O quadro síntese abaixo é um resumo dos principais acontecimentos ao longo do Governo João Goulart, das contribuições de eventos organizados por arquitetos, e da contribuição do IAB por meio de alguns profissionais (nomes em negrito).

Figura 24 – Quadro síntese 1961-1964

3. POLÍTICAS HABITACIONAIS PRÉ-BNH (1930-1964)	
GOVERNO	João Goulart (1961-1964)
MODELO ECONÔMICO	Industrialização capital nacional
INSTITUIÇÕES	CFH (1962)
EVENTOS NACIONAIS	SHRU (1963)
EVENTOS INTERNACIONAIS	Conferência de Punta del Este (1962)
CIRCULAÇÃO DE IDEIAS	Revista <i>Arquitetura</i> (1961); Arquitetos na TV (1961)
ARQUITETOS DE DESTAQUE	Maurício Roberto; José Cláudio Gomes; Brenno Gyrino Nogueira; Maurício Nogueira Batista; Arthur Lima Cavalcanti; Marcos Konder Netto; Fábio Penteadó

Fonte: Elaboração própria, 2020.

4. HABITAÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DO IAB (1960-1964)

Este capítulo trata, primordialmente, da visão do IAB e de possíveis intervenções do Instituto nas políticas públicas habitacionais entre 1960 e 1964. Para isso foram considerados os materiais históricos de pesquisa conforme já detalhado anteriormente e que serão pontuados mais especificamente nos itens que seguem. No entanto, além dessa proposição, segue abaixo uma breve trajetória do IAB no intuito de mostrar como a Instituição ganhou representatividade a partir de finais da década de 1940, tendo grande destaque para as décadas de 1950 e 1960. Os primeiros 20 anos do Instituto podem ser considerados mais introspectivos, dedicados à consolidação da categoria e das escolas de arquitetura.

Desde a criação do IAB, em 1921, com a presidência de Adolfo Morales de Los Rios (1921-1924), o Instituto ocupou-se em consolidar uma profissão que ainda estava muito atrelada à engenharia. Fernando Nereu de Sampaio, segundo presidente do IAB (1924-1928), deu continuidade a esse projeto de consolidação e união da categoria³⁷. Ao longo da década de 1920 e início dos anos 1930, portanto, a Instituição esteve, primordialmente, preocupada em regulamentar as atividades relativas à arquitetura que se concretizou, parcialmente, em 1933, com a criação do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)³⁸.

A década de 1930 foi marcada pelas primeiras publicações organizadas pelo Instituto. Em 1935, foi emitido o primeiro boletim informativo da Instituição. Em 1936 circulou a primeira revista organizada pelo IAB, a *Revista Arquitetura e Urbanismo* (1936-1938).

³⁷ Mais sobre a história do Instituto pode ser acessado pelo site: <https://iab.org.br/historia>.

³⁸ A independência da categoria dos arquitetos aconteceu de fato, recentemente, em 2010, com a criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

O periódico foi elaborado pelo arquiteto Cipriano Lemos, terceiro presidente (1928-1929). A *Revista Acrópole* (1938-1971) foi vanguardista em âmbito nacional e, em seus primeiros anos, foi editada e produzida pelo próprio IAB entre os anos de 1954 e 1959³⁹.

Para além das revistas, nesta mesma década, arquitetos como Rubens Porto e Carlos Frederico Ferreira, que estiveram envolvidos em congressos internacionais, como os CIAMs, e trabalharam em organizações públicas e privadas em assessoria ao governo do presidente Getúlio Vargas, não foram ativos na organização interna do IAB.

Ainda nos anos 1930, importante citar a presidência de Nestor Egydio de Figueira quem teve, ao todo, seis mandatos (1930-1931; 1931-1932; 1936-1937; 1937-1939; 1939-1941; 1941-1943). Foi um grande incentivador da corrente contemporânea dentro do IAB que, nesse momento, foi marcada por obras nacionais como o Park Hotel de Lucio Costa, em Friburgo, em 1938; e o Grande Hotel de Ouro Preto de Oscar Niemeyer, em Ouro Preto, em 1939.

A partir da década de 1940, o IAB começou a organizar os Congressos Brasileiros de Arquitetos sendo o primeiro deles, realizado em São Paulo, em 1945. Foi também nos anos de 1940 que surgiram os primeiros departamentos estaduais do Instituto. Em 1943, criaram-se as seções de São Paulo (IAB-SP) e Minas Gerais (IAB-MG); e em 1948, a seção do Rio Grande do Sul (IAB-RS). Na década de 1950 surgiram mais alguns departamentos como do Pernambuco (IAB-PE), em 1951; da Bahia (IAB-BA), em 1954; e do Ceará (IAB-CE), em 1957.

Apesar da criação de novos departamentos, com a criação do Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil (COSU), encabeçada pelo arquiteto Ary Garcia Rosa (presidente entre os anos de 1956-1960), garantiu-se uma unidade nacional articulada por meio das lideranças estaduais e de uma Diretoria Nacional (essa mesma organização funciona até os dias de hoje). Foi justamente neste momento, em meados dos anos de 1950 que, de fato, o IAB começou a ganhar força e prestígio, principalmente a partir da aproximação com o governo JK. A convivência dos arquitetos com líderes do governo e com o próprio presidente foi fundamental para

³⁹ Cf. <https://iab.org.br/historia>.

concretizar algumas das propostas que estavam previstas para o concurso e a realização de Brasília, por exemplo.

No início da década de 1960, o IAB esteve muito próximo do Governo Federal de João Goulart, participando ativamente da realização do SHRU. Poucos anos depois, com o início do Regime Militar, o Instituto ainda tentou uma primeira aproximação com o governo vigente. A Instituição deixa transparecer esse posicionamento no documento de primeira análise de vetos da Presidência da República ao Projeto de Lei nº 2.006/64:

Assim também, ao serem divulgados os firmes propósitos do governo do presidente Castello Branco em empenhar-se a fundo na solução do problema habitacional no país, o IAB fez chegar imediatamente à Sua Excelência o seu aplauso, colocando inteiramente ao dispor para o equacionamento e solução do problema. Idêntico oferecimento fez ao Senhor Ministro do Planejamento, Doutor Roberto Campos (SERRAN, 1976, p. 72).

No entanto, a partir do momento em que o IAB percebeu as contradições entre o que propôs e o que o governo pretendia realizar, iniciou campanha contra o BNH, inicialmente sob a direção de Ícaro de Castro Mello (gestões 1962-1965) e, depois, sob a direção de Fábio Penteado (gestão 1966-1968). Na realização de uma mesa redonda sobre política habitacional, realizada em 1966, com a presença de arquitetos do IAB e também de representantes do governo, os participantes afirmaram:

- a) a importância de continuar o governo em seus esforços no sentido de implantar corretamente uma política habitacional, corrigindo as distorções até aqui observadas;
- b) a necessidade de incentivar o estudo e a pesquisa dos problemas de habitação e planejamento, acionando e estimulando a estrutura universitária;
- c) a necessidade de melhor utilizar os quadros profissionais existentes, ampliando-os, tendo em vista as grandes tarefas decorrentes da política de desenvolvimento geral do País (SERRAN, 1976, p. 72).

A citação acima é apenas exemplo de um momento de enfrentamento entre o IAB e o Governo Federal. A oposição do Instituto às propostas federais foi recorrente a partir das propostas do Regime Militar, contrárias aos princípios básicos defendidos pelos arquitetos há décadas.

4.1. Projetos de Lei nº 1.911/60 e nº 87/63

Importante explicar que o PNH de 1964 e o programa habitacional do BNH, determinado na Lei nº 4.380/64, têm origem no início da década de 1960, com as apresentações dos PL nº 1.911/60, nº 87/63 (ambos do deputado federal, Floriceno Paixão) e nº 2.006/64 (do Poder Executivo do Regime Militar). Em um momento de efervescência nacional (e também internacional) quanto ao debate da habitação, alguns fatos podem ser relatados. Em 1960, realizou-se o X CPA, em Buenos Aires. O evento direcionou-se exclusivamente à discussão sobre problemas habitacionais nos distintos países da América. O tema foi alvo de discussões em encontros anteriores, mas sob outras perspectivas.

Os temas de migração rural para as cidades como consequência dos processos de industrialização, acelerados no pós-guerra, geraram a vertiginosa formação de periferias urbanas residenciais. Nos anos 1960, portanto, já se sugeria a superação do “*zoning*” do CIAM quando se afirmava que o critério de zoneamento urbano tendia a buscar uma maior interrelação entre as distintas funções, com o objetivo de evitar a formação de imensas zonas de habitação que caracterizam as cidades. Entretanto, não haviam sido notadas as áreas vazias que originariam a terceirização das zonas centrais da cidade.

Os principais objetivos do X CPA foram reconhecer que a solução do problema da habitação na América estava estreitamente relacionada com a necessidade inadiável de desenvolvimento econômico, estabilidade política e segurança social de cada país; declarar que a magnitude e urgência do problema habitacional são definidos por um estado de emergência que obriga a utilização de todo o potencial científico e técnico de cada país; considerar que o arquiteto, como membro especializado da sociedade, deveria intervir ativamente e fundamentalmente na solução dos problemas coletivos relacionados à habitação e, portanto, ocupar lugares correspondentes na organização e administração dos recursos culturais e técnicos de cada país; declarar que desde o ponto de vista técnico, as características do problema habitacional impõem a

necessidade de elevação decidida do rendimento da indústria da construção, com objetivo de obter o máximo proveito dos recursos humanos, culturais e técnicos comprometidos; assumir a necessidade de criar dentro da FPAA o Instituto de Vivenda, cujas premissas seriam organizar reuniões regionais periódicas onde estudariam os avanços de materiais e métodos construtivos; centralizar, publicar e difundir os trabalhos realizados; criar campos de experimentações e de treinamentos de oficinas técnicas; discutir isenção de impostos (Cf. GUTIÉRREZ, 2007).

Figura 25 – Publicação do X Congresso Pan-americano de Arquitetos, realizado em Buenos Aires (pela segunda vez), em 1960



Fonte: Gutiérrez (2007, p. 27).

Eduardo Corona foi o representante oficial brasileiro no evento. Além dele, a equipe formada por Oswaldo Correa Gonçalves, Jorge Wilhelm, Eduardo Kneese de Mello, Fábio Penteado e Pedro Paulo de Melo Saraiva, apresentou um trabalho intitulado *A habitação fixa um aspecto na forma de vida do homem. – O planejamento significa a consideração da totalidade dessa forma de vida.* O artigo considerou o Brasil sob a condição de colônia de exploração, os diferentes ciclos econômicos que isso

proporcionou (ciclo do açúcar, pastoril, ciclo do ouro, ciclo do café e ciclo da industrialização) e os consequentes rebatimentos nas cidades brasileiras.

Para Santos (2001), há uma importante definição sobre os diferentes períodos da lógica centro-periferia existente no Brasil. As relações de dependência territorial, segundo ele, são definidas em três momentos:

[...] podemos, *grosso modo*, admitir a existência de três grandes períodos da história territorial brasileira. O primeiro, que dura até a Segunda Guerra Mundial, é anterior à unificação do território e do mercado. O segundo, com o Brasil unificado, teria como fator dinâmico a indústria e como objetivo a construção nacional. O terceiro coincide com o processo de globalização e vige até nossos dias (SANTOS, 2001, p. 265).

Santos definiu o primeiro período na representação do Governo Geral e do Império como centralizadores, em partes, pois não havia controle do território como um todo e a economia era extremamente fragmentária. Cada região produtora se ligava a um centro litorâneo, ou próximo dele, que assegurava as suas relações externas, enquanto as relações internas eram limitadas (SANTOS, 2001, p. 266). O segundo período circunscreve uma aproximação entre as diferentes regiões e o início do processo de internacionalização do Brasil. O País que, até então, tivera diversos ciclos econômicos isolados (açúcar, ouro, algodão, café, borracha), viveu, a partir da década de 1950, e se estendeu pela década de 1960, uma maior integração territorial, decorrente da industrialização e da fundação do novo centro político, Brasília – no caso, símbolo máximo da Arquitetura Moderna Brasileira.

A construção de Brasília acarreta, de forma direta ou indireta, juntamente com a ascensão industrial de São Paulo, a emergência de uma nova arquitetura territorial e de novas centralidades (SANTOS, 2001, p. 267).

Esse momento é marcado, principalmente, pela expansão econômica de São Paulo e política de Brasília, com subtração do destaque do Rio de Janeiro no comando dos dois campos no cenário nacional.

E o terceiro período corresponde aos tempos da substituição do foco da indústria para a informação em rede (*meio técnico-científico*). Essa fase também é marcada pelo crescimento da cidade de São Paulo e a confirmação da mesma como polo nacional. Além de São Paulo, houve um desenvolvimento desigual no País, com maior destaque para as regiões Sul e Sudeste.

Poderíamos assim, grosseiramente – e como sugestão para um debate –, reconhecer a existência de quatro Brasis: uma Região Concentrada, formada pelo Sudeste e pelo Sul, o Brasil do Nordeste, o Centro-Oeste e a Amazônia (SANTOS, 2001, p. 268).

Para o recorte deste trabalho, interessa especificamente o segundo grupo, acima citado, responsável pelo momento de expansão, integração e urbanização das cidades brasileiras. Um dos elementos determinantes para tal condição, apontado por Santos (2018), é a construção de estradas de ferro após o término da Segunda Guerra Mundial.

Se até o fim da Segunda Guerra Mundial ainda é grande a importância das economias de autossubsistência em algumas regiões, esse fenômeno tende a desaparecer desde então. A necessidade de intercomunicação é assim exaltada com a complementação recíproca entre regiões levando à ampliação quantitativa e qualitativa da urbanização (SANTOS, 2018, pp. 46 e 47).

Essa modernização capitalista pela qual o Brasil passava durou até a década de 1960. Com o início do Regime Militar, em 1964, houve um novo marco no cenário nacional que se caracterizou por uma rápida integração e internacionalização do Brasil promovida por uma economia de exportação de produtos agrícolas. Ainda segundo Santos (2001), o novo rumo foi responsável pelo aumento da população brasileira, pela ampliação da classe média nacional e pelo aumento do sistema de créditos para a população mais pobre, impulsionando à expansão industrial.

Essa condição de desenvolvimento, segundo os próprios arquitetos, delineou características particulares às cidades brasileiras. Tais características muitas vezes responsáveis por desigualdades regionais e contextos caóticos. Dada tal situação, o planejamento urbano e regional, com participação popular, foi posto como prioridade.

O evidente esforço da coletividade brasileira nas regiões, nos municípios e nas cidades, no sentido de constatar as instalações existentes, aproveitar totalmente os recursos disponíveis, racionalizar a distribuição populacional e recuperar suas expressões culturais, assinalam o planejamento como instrumento capaz de elevar o rendimento desse esforço a um nível de maturidade que condiz com as pretensões nacionais. Cabe ao arquiteto como técnico, como artista e como homem culto, a responsabilidade de formular esse planejamento de modo a: garantir um nível tecnológico, em contraposição aos tradicionais níveis técnicos e artesanais; assegurar a legitimidade cultural e a eficácia das soluções; autenticar a elaboração do planejamento com a participação efetiva da população (Anais X CPA, 1960, p. 198)

No mesmo ano do X CPA, foi apresentado o PL nº 1.911, em 28 de junho de 1960, pelo deputado federal Floriceno Paixão, e tramitado na Câmara dos Deputados. Paixão foi deputado federal por cinco mandatos, todos pelo Estado do Rio Grande do Sul (RS) – 1959-1963, pelo Partido Trabalhista Brasileiro⁴⁰ (PTB); 1963-1967, pelo PTB; 1967-1969, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB); 1983-1987, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT); e de 1987-1991, pelo PDT.

De acordo com o preâmbulo do Projeto, o objetivo era estabelecer um PNH, criar a Superintendência Nacional da Habitação e instituir o Fundo Nacional da Habitação. Isso para reduzir o crescente déficit habitacional no País, por meio de providências subordinadas a uma política de habitação, segundo linhas gerais de um PNH. O PL foi organizado em 19 artigos sucintos, dispostos em apenas quatro páginas (ver Anexo 02).

Dentre tais artigos, não há dúvida de que o terceiro é o mais importante. Foi descrito, ponto a ponto, como se daria o PNH. Em nove incisos foram definidas as características essenciais e as condições de funcionamento. Primeiramente, importante frisar que o PNH previa lidar com habitações urbanas e também rurais. E os custos destas não deveriam ultrapassar o valor de 150 vezes o salário mínimo estabelecido em cada região ou sub-região. Essa medida é explicada em mais de uma oportunidade ao longo do PL para reforçar a ideia de que os trabalhadores assalariados deveriam ser capazes de pagar/financiar a própria moradia. E que o Estado tinha total responsabilidade sobre o êxito dos mesmos.

O Plano também previa obras de urbanização e/ou instalação de equipamentos públicos, de acordo com as necessidades dos diferentes endereços. As indústrias de materiais de construção receberiam subsídios do Governo Federal, o que possibilitaria a venda de mercadoria a preços mais acessíveis, contribuindo para o barateamento do preço final da habitação. Aliado a isso, estava previsto o ensino de técnicas mais econômicas. Assim como debatido no X CPA, pela equipe brasileira, acima citado, havia a necessidade de garantir o alcance a níveis tecnológicos, em contraposição aos tradicionais níveis técnicos e artesanais característicos de países em desenvolvimento.

⁴⁰ Mesmo partido político do presidente em exercício, João Goulart.

Já havia sido compreendido e debatido, à época, amplamente por arquitetos e outros profissionais a relevância da standardização como forma de barateamento do custo final do produto. E por fim, os últimos itens do artigo terceiro discutem os benefícios tributários que se locupletariam as pessoas físicas e jurídicas, os estabelecimentos bancários e as sociedades de créditos imobiliário ao contribuir para o fomento de habitação social no País. Era sabido que, para atender aos déficits habitacionais, levantados na década de 1960, a produção deveria ser mais intensa do que havia sido em qualquer outro momento da história da habitação social brasileira.

Além dos artigos, Paixão explica em uma justificação, também sucinta, como lidar com a problemática da insuficiência habitacional no Brasil. Segundo Floriceno e o PL nº 1911/60, em acordo mútuo com os arquitetos, havia a necessidade de estudos aprofundados e aplicações de planos práticos e estratégicos a longo prazo almejando um resultado satisfatório para a realidade brasileira. De acordo com o próprio Projeto, os índices da década de 1950 já eram alarmantes.

A solução, se possível, parecia ser a construção, em 1951, de 4 milhões de habitações. Mas a população, aumentando anualmente à volta de 1,3 milhões de habitantes, exigia um aumento anual de 260.000 novas residências. Por outro lado, as casas em vias de perecimento precisavam de ser substituídas à razão aproximada de 160.000 por ano. Ao todo, se em 1951 se houvesse atacado o problema, seria necessário construir 560.000 casas por ano. Muito embora tenham sido construídas muitas habitações desde então, nunca foi alcançado aquele nível e temos todas as razões para acreditar que a situação é de ano a ano pior, o que será amplamente documentado pelo próximo recenseamento de 1960⁴¹ (PL nº 1.911, 1960, p. 5 – Ver Anexo 02).

Os dados levantados, além do déficit habitacional, também anunciavam a produção da construção civil abaixo da média estimada para o período.

Outra questão importante, explicada na justificação, é a mudança de diretriz no que seria a organização interna das instituições responsáveis pela produção de habitação social no País. No PL, fica claro que a ideia por trás da proposta não era apenas de alterar o nome da Fundação Casa Popular, regente no período, o objetivo era transferir as responsabilidades para um órgão subordinado diretamente à Presidência da República, em uma tentativa de elevar a importância da moradia para além da

⁴¹ De acordo com o Projeto de Lei os dados estatísticos foram baseados em trabalho elaborado por Natexilpatri Guitton, técnico do IAPI e estudioso de habitação popular no Brasil.

subdivisão de uma pasta ministerial (Cf. Projeto de Lei nº 1911, de 28 de junho de 1960, p. 6).

Ainda de acordo com o PL, a França seria exemplo de um país com ministério próprio para lidar com assuntos habitacionais. E complementando a formação da Superintendência Nacional da Habitação, o PL visava um modelo rígido de descentralização administrativa. Essa estrutura garantiria planejamento e supervisão de uma administração central, de interpretação territorial, porém, com participação ativa das esferas locais. Dessa maneira, as contribuições seriam mais democráticas e os municípios não ficariam atados em função de questões orçamentárias, por exemplo.

E por fim, o PL explica que o Fundo Nacional da Habitação seria formado a partir da arrecadação de impostos sobre lucros aprovados para pessoas físicas na venda de propriedades imobiliárias. O superávit gerado após a dedução dos gastos seria utilizado única e exclusivamente no fomento de habitação de interesse social. Isso significa também que o Estado seria colocado como maior provedor e como maior responsável por gerar habitações populares em todo o território brasileiro.

Este PL nº 1.911/60, porém, não teve continuidade. Não foi aprovado na Câmara dos Deputados e não foi encaminhado ao Senado. Mais de dois anos depois, em publicação do Diário Oficial, de 29 de novembro de 1962, Floriceno Paixão se posicionou pedindo um veredicto positivo para o Projeto. De acordo com o deputado, o interesse em aprovar o PL transcendia questões partidárias e circunscrevia assuntos prioritários no cenário nacional. Conforme colocado inúmeras vezes, por arquitetos, advogados, engenheiros, políticos e outros, o problema habitacional brasileiro era algo que não poderia ser deixado em segundo plano. Exigia propostas a curto, médio e longo prazo.

Figura 26 – Floriceno Paixão, publicação em Diário Oficial, 29 de novembro de 1962

Portanto, formulo mais uma vez meu apêlo aos líderes de partido, a todos os colegas para que evitem a aprovação de qualquer emenda à primeira proposição, e renovo meu apêlo para que a Comissão de Justiça faça em verdade justiça, votando o Projeto de minha autoria, nº 1.911, que cria o Fundo Nacional de Habitação, que estabelece o Plano Nacional de Habitação, ao qual foi anexado projeto de origem do Executivo propondo idênticas medidas. Esse projeto encontra-se na Comissão de Justiça desde 1960. Sei que seu Relator, Deputado Andrade Lima Filho devolveu a proposição, por ue passou do PSD para outro partido, estando o projeto para ser redistribuído. O meu apêlo, portanto, é no sentido de que o Presidente dessa Comissão, o nobre e digno Deputado Nelson Carneiro faça a redistribuição urgente do projeto para que se possa, até junho do próximo ano, ser votada aqui na Câmara que afinal dê a devida solução ao problema gravíssimo...

Fonte: Porta da Câmara dos Deputados, p. 37

(<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD29NOV1962.pdf#page=37>).

O recorte acima mostra cobrança do próprio deputado Floriceno Paixão sobre aprovação do Projeto, mais de dois anos depois de sua apresentação. Apesar da descontinuidade no processo de aprovação do PL nº 1.911/60, outros acontecimentos relevantes despontavam no início da década de 1960. Em 1961, por exemplo, foi feita a primeira publicação da *Revista Arquitetura*, um dos principais meios de informações dos arquitetos. Contou com 78 números, lançados entre agosto de 1961 e dezembro de 1968. As publicações de artigos sobre a questão habitacional tiveram destaque por anos consecutivos. A Revista chegou até mesmo a emitir um editorial sobre Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional, em 1963, em apoio e disponibilidade dos arquitetos para o que lhes fosse ao alcance.

Um evento importante foi a criação da Comissão Nacional de Habitação, em 23 de novembro de 1961, pelo decreto nº 209⁴². A Comissão foi idealizada pelo político Franco Montoro, ministro do Trabalho e Previdência Social entre 1961 e 1962.

⁴² Posteriormente a Comissão Nacional de Habitação foi transformada em Conselho Federal de Habitação (C.F.H), subordinada ao Presidente do Conselho de Ministros, pelo decreto nº 1281, de 25 de junho de 1962.

Montoro, que não estava alinhado com os arquitetos do IAB, publicou um documento maior que apenas a Comissão, intitulado *Campanha Nacional da Casa Própria – Casas para a Família Trabalhadora*.

Figura 27 – Capa da publicação da *Campanha Nacional da Casa Própria – Casas para a Família Trabalhadora*, em 1961

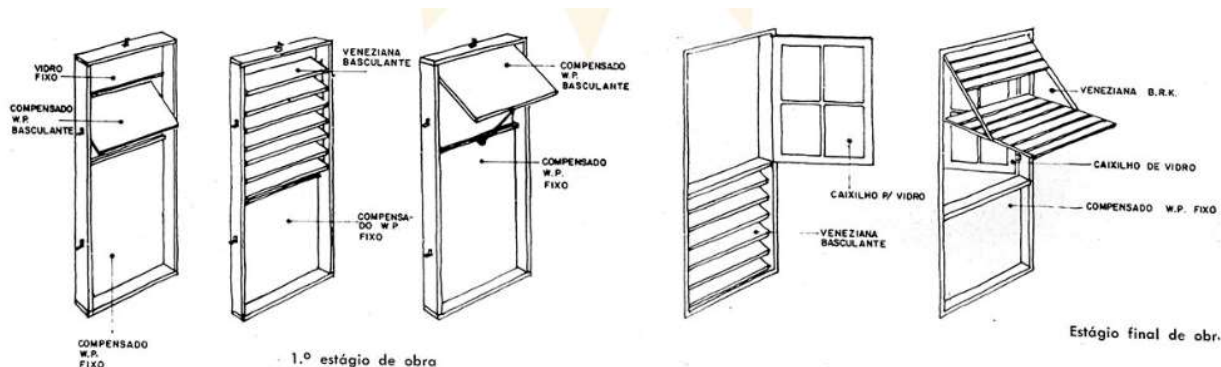


Fonte: <https://www.cedem.unesp.br/#!/noticia/377/dificuldades-na-construcao-de-moradia-popular-/>.

A equipe multidisciplinar contou com a participação do arquiteto Oswaldo Bratke, que teve trabalho proposto e publicado, em 1962, para a Comissão da Casa Popular. Seu projeto contava com memorial descritivo, orçamentos, esquemas e arruamentos. Seus desenhos foram publicados pela *Revista Acrópole*, ano 28, edição nº 335, São Paulo, dezembro de 1966, p. 26. O artigo recebeu o título de “Habitações populares” e fez proposta para criação de um escritório ou departamento que compreendesse arquitetos, engenheiros, sanitaristas, sociólogos, economistas e advogados, com a

finalidade de preparar um conjunto de normas disciplinares para a construção e uso de agrupamentos habitacionais, dentro do sistema, estabelecendo diretrizes de atuação para as escalas exigidas.

Figura 28 – *Revista Acrópole* ano 28, edição nº 335, São Paulo, dezembro de 1966, P.26 – croquis mostram nível de detalhamento e preocupação quanto ao conforto ambiental e à estética muito maior do que os conjuntos habitacionais realizados pelo BNH ou, atualmente, pelo PMCMV.



Fonte: Acervo digital: <http://www.acropole.fau.usp.br/>

Ainda em 1962, a União Nacional dos Estudantes (UNE) radicalizou suas propostas de transformação social e passou a intervir diretamente no jogo político da época (Cf. FAUSTO, 2019, p. 379). Com a pressão dos estudantes, João Goulart tentou se aproximar do movimento em uma tentativa de apaziguamento. Jango já estava em contato com os estudantes desde 1959, quando foi lançado à vice-presidência na chapa de Jânio, compondo o Movimento Jan-Jan (iniciativa de caráter não oficial, pois o partido lançara Jânio para presidente e Jango para vice, definitivamente, apenas em outubro de 1960).

Figura 29 – Jango no restaurante dos estudantes, em 1959



Fonte: Fausto (2019, p. 379).

No mesmo ano, em 1962, a Juventude Universitária Católica (JUC), oposta ao ultraconservadorismo de alas da Igreja Católica, reconhecadora dos males do capitalismo, tomada pela radicalização do movimento estudantil, entrou em choque com a hierarquia eclesiástica da época (Cf. FAUSTO, 2019, p. 380). Foi nesse contexto que surgiu a Ação Popular (AP), ainda no mesmo ano. Essa Organização, de objetivos revolucionários, participou ativamente das lutas políticas da época e foi duramente reprimida após a instauração do Regime Militar, em 1964.

Também, no ano de 1962, houve uma conquista dos arquitetos do IAB. A aprovação da Lei nº 4.132⁴³, de 10 de setembro de 1962, previa desapropriação territorial em

⁴³ Tal Lei foi responsável pela previsão da função social da propriedade, no intuito de prover bem-estar de seus habitantes, na Constituição Federal de 1988, nos artigos números 182 e 183, no Capítulo II – da política urbana. No Art. 182 ficou determinada as desapropriações em caso de exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor (instrumento obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes). E no Art. 183, direito adquirido por usucapião àquele que possuir como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Discussões avançadas sobre o tema e a reativação de um corpo técnico ativo foram retomadas apenas na década de 1990. Posteriormente, tais artigos ganharam mais espaço com a instauração do Estatuto da Cidade, denominação oficial da Lei nº 10.527, de 10 de julho de 2001. Os princípios básicos da Lei são garantir o planejamento urbano participativo e fazer exercer a função social da propriedade. O fim do Ministério das Cidades, em 2019, indica um novo retrocesso na consolidação de cidades mais sociais e humanitárias.

caso de interesse social. A Lei decretada tinha, como objetivo, promover justa distribuição da propriedade e condicionar o seu uso ao bem estar social. Foi incorporada no artigo nº 147 da Constituição Federal de 1946 e também previa a construção de casas populares, e a proteção do solo e a preservação de cursos e mananciais de água e de reservas florestais.

Profissionais da arquitetura também estavam entusiasmados com os debates acerca das Reformas de Base, organizadas no governo de João Goulart. Comemoravam, ainda, a fundação dos Ministérios da Habitação, da Saúde e da Educação. Incitados com os acontecimentos da época e aproveitando-se do momento propício, pouco tempo depois, Floriceno Paixão apresentou um novo PL à Câmara dos Deputados.

O PL nº 87, de 3 de abril de 1963, foi resultado das discussões que antecederiam o famoso SHRU, realizado em julho de 1963. No enunciado do próprio PL, em sintonia com as recomendações do IAB, ficava claro que o principal objetivo era estabelecer uma política de habitação efetiva para combater os altos índices de déficits habitacionais no país. Em meio ao caos, pediu-se urgência em sua tramitação.

O preâmbulo do Projeto de 1963, muito similar ao do PL nº 1.911/60, estabelecia um PNH e propunha a criação de um Conselho Nacional de Habitação e a instauração de um Fundo Nacional da Habitação. De acordo com o projeto do deputado Paixão, acreditava-se que as questões econômicas estariam subordinadas às questões sociais e não o contrário. Para isso, previa-se que esses órgãos funcionassem exatamente nesta ordem de autonomia.

Com estrutura também muito similar ao Projeto anterior, o PL nº 87/63 foi organizado em 21 artigos sucintos, dispostos em apenas cinco páginas (ver Anexo 03). Dentre tais artigos, o terceiro também é o mais importante. Foram descritas, minuciosamente, as características essenciais, as regras e as condições para a implantação do PNH. Ao todo, o artigo está subdividido em 11 incisos. Previa-se que os custos das unidades habitacionais não deveriam exceder o valor de 150 vezes o salário mínimo estabelecido em cada região ou sub-região. A proposta do baixo custo reforça a ideia da possibilidade da habitação para todos.

A ideia central era favorecer o acesso à moradia para trabalhadores que ganhavam até 15 salários mínimos, por meio de recursos financiados pela Caixa Econômica Federal. Outros pontos importantes que devem ser valorizados nesse PL são: a

proposição de que o próprio Estado deveria ser responsável pela urbanização das áreas de intervenção, antes mesmo da comercialização dos terrenos; que fosse estimulada a instalação de novas indústrias de materiais da construção civil para aumentar a concorrência e a competitividade e, conseqüentemente, baratear os preços; que os municípios, com população igual ou superior a 10 mil habitantes, tivessem direito a assistência técnica e financeira para a elaboração de planos diretores; que fornecedores de materiais, máquinas e/ou prestadores de serviços para as construções de interesse social tivessem isenção de tributos; e que coubesse ao Conselho Nacional de Habitação a coordenação da execução dos planos, com autonomia técnica, administrativa e financeira.

Com tantos pontos em comum, a justificação do PL nº 87/63 citava alguns trechos do PL anterior como, por exemplo, os dados de déficits habitacionais levantados referentes à década de 1950. Além dos dados da década anterior, Floriceno aponta o agravamento da crise no decorrer de três anos a partir de levantamentos do início da década de 1960.

Agora, decorridos três anos da apresentação daquele nosso projeto, que nem sequer (*sic*) foi apreciado pela primeira Comissão técnica a que foi submetido, a situação se modificou, para pior, conforme veremos pelos dados a seguir, o que vem demonstrar que o problema tende a agravar-se [...] Deficit total de moradias [em 1961 e 1962] 6.7000.000 (PL nº 87, 1963, pp. 8 e 9).

De acordo com PL anterior, em 1951, se houvesse o interesse em atacado o problema efetivamente, seria necessário construir 560.000 casas por ano (Cf. PL nº 1.911, 1960, p. 5). Diferença bastante considerável quando comparada ao número acima, marcada pela rápida expansão das cidades brasileiras e pelo aumento populacional, somados às questões de insalubridade.

Importante pontuar também que, juntamente com o PNH, pretendia-se com o PL nº 87/63, elaborar um Plano Nacional Territorial (PNT) capaz de delimitar questões mais abrangentes antes de instaurar os planos de habitação social de acordo com demandas regionais. No entanto, muito mais progressista do que o PL nº 2.006, de 27 de maio de 1964, convertido na Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, responsável pela instauração do PNH e do BNH, esse texto acabou sendo descartado, juntamente com tantas outras ideias abandonadas neste período de retrocesso da história brasileira.

O quadro síntese abaixo é um resumo dos dois PL apresentados pelo deputado federal Floriceno Paixão, em contribuição com os arquitetos do IAB e também de outros profissionais de áreas afins.

Figura 30 – Quadro síntese PL números 1.911/60 e 87/63

4. HABITAÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DO IAB (1960-1964)

PL Nº 1.911/60	PL Nº 87/63
CIDADE SOCIAL	CIDADE SOCIAL
HABITAÇÃO COLETIVA	HABITAÇÃO COLETIVA
SUP. NAC. HAB. + FUND. NAC. HAB.	CONS. NAC. HAB. + FUND. NAC. HAB.
PODER DESCENTRALIZADO	PODER DESCENTRALIZADO
PREVIA URBANIZAÇÃO	PREVIA URBANIZAÇÃO
PRIORIDADE SETOR PÚBLICO	PRIORIDADE SETOR PÚBLICO
AUTOR FLORICENO PAIXÃO (PTB)	AUTOR FLORICENO PAIXÃO (PTB)
REURBANIZAÇÃO DE FAVELAS	REURBANIZAÇÃO DE FAVELAS
ATUAÇÃO CENTRAL	ATUAÇÃO CENTRAL
ALUGUEL + AQUISIÇÃO	ALUGUEL + AQUISIÇÃO
ATUAÇÃO CORPO TÉCNICO	ATUAÇÃO CORPO TÉCNICO
AUTONOMIA DA SUPERINTENDÊNCIA	AUTONOMIA DO CONSELHO



PL Nº 1.911/60



PL Nº 87/63

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Ainda no mesmo ano, em 1963, aconteceu o SHRU. Entre arquitetos, engenheiros, advogados, economistas, médicos e assistentes sociais, Paixão foi um dos participantes do evento. O acontecimento realizado em duas etapas, em meados do ano, será detalhado no tópico a seguir.

4.2. O Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU) de 1963

O Seminário foi realizado em 1963, em um contexto histórico de crescimento acelerado e desordenado das cidades brasileiras. Era um cenário de produção urbana sem planejamento efetivo, que contribuía para o agravamento da crise das ocupações urbanas em função da desproporção entre oferta e demanda de moradias. O governo de Jango representou, pela primeira vez, uma tentativa de inversão desse sistema, o que favoreceu a realização do SHRU.

Além da participação predominante de arquitetos, o evento também reuniu engenheiros, sociólogos, assistentes sociais, médicos, advogados e economistas. O Seminário aconteceu em duas etapas. Uma primeira, no estado do Rio de Janeiro, no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, em julho de 1963. E uma segunda, na cidade de São Paulo, na sede do IAB-SP, também em julho do mesmo ano.

A Sessão Plenária teve lugar no Hotel Quitandinha, tendo como presidente Álvaro Milanez⁴⁴, o orientador de debates Vinicius da Fonseca e, como secretário o arquiteto Edgard Bittencourt. Os documentos parciais foram debatidos, emendados, aprovados e encaminhados à Comissão Relatora para elaborar o Relatório Final⁴⁵ desta etapa, sintetizando os documentos dos quatro grupos e as resoluções do plenário. Compunha essa Comissão o advogado Clóvis

⁴⁴ De acordo com Silva (2000), o principal trabalho de Milanez (o livro *Casa de Terra – as técnicas de estabilização do solo a serviço do homem do campo*, de 1958) criticava o estado de insalubridade em que se encontravam as casas camponesas que não atendiam aos princípios básicos de higiene, conforto e segurança, em comparação à casa rural norte-americana. Havia uma real preocupação sobre o risco de contaminação pela Doença de Chagas em moradias de pau-a-pique. Milanez não criticava o material em si, mas o modo como as construções eram executadas. Pelo contrário, recomendava que essas melhorias fossem realizadas, utilizando-se o favorável (segundo questões econômicas e de disponibilidade de material) sistema construtivo local, ou seja, o próprio pau-a-pique.

⁴⁵ Ver Anexo 04.

Garcia⁴⁶, o arquiteto Jorge Wilhelm⁴⁷ e o economista Vinícius Fonseca⁴⁸.

Este Relatório foi apresentado na segunda etapa do seminário, em São Paulo. Aprovado em sua essência depois de debatido, o documento teve a redação final elaborada por uma comissão composta pelos arquitetos Alberto Xavier (IAB-RS), Joaquim Guedes (IAB-SP), Mauricio Nogueira Batista (IAB-GB) e o economista Vinicius da Fonseca (IAB, 1963).

O Seminário, promovido pelo IAB, juntamente com o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE⁴⁹) foi batizado de *O Homem, sua Casa, sua Cidade*. Foi o presidente do próprio IPASE⁵⁰, Clidenor de Freitas, quem fez o discurso inaugural, apoiando o SHRU e transmitindo a mensagem do presidente João Goulart e do presidente do Congresso Nacional, Auro Soares de Moura Andrade.

Clidenor de Freitas, que se manteve na presidência do Instituto de março de 1963 a abril de 1964, também integrava o PTB, mesmo partido de Jango e Paixão, pelo qual se elegeu deputado federal de 1959 a 1963. Aqui está mais uma vez colocada a proximidade entre os arquitetos e os governantes.

Foram discutidos quatro temas centrais no Seminário: a situação habitacional no País – exposição e análise das condições; a habitação e o aglomerado humano; a reforma urbana – medidas para o estabelecimento de uma política de planejamento urbano e de habitação; e a execução dos programas de planejamento urbano e de habitação.

⁴⁶ Nos anos de 1957 e 1958, Garcia foi procurador do Instituto de Previdência do Estado (IPESP), fez curso de planejamento para bem-estar social na Organização dos Estados Americanos (OEA).

⁴⁷ Jorge Wilhelm foi Diretor da Divisão Nacional de Planejamento e Habitação (1968); participou do Seminário Internacional do Mar del Plata, realizado na Argentina (1969); esteve no Seminário sobre Urbanismo (SUDESUL), realizado em Brasília (1970); foi secretário de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (1975-79); duas vezes Secretário de Planejamento da capital paulista (1983-1985 e 2001-2004); Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (1987-1990); além de presidente da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – EMPLASA (1991-1994) – ref. <http://www.jorgewilhelm.com.br/legado>

⁴⁸ O economista e cientista social carioca Vinicius da Fonseca, mediador de debates no primeiro encontro, foi coordenador da área de saúde do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e integrante da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) da Presidência da República. Em 1971, Fonseca traçou planos para a campanha de vacinação contra a epidemia de meningite no País, e também foi presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), na segunda metade da década de 1970 (1975-1979), durante o governo de Ernesto Geisel (PONTE, 2007).

⁴⁹ O IPASE foi criado pelo decreto-lei nº 288, de 23 de fevereiro de 1938, assinado por Getúlio Vargas. O Instituto tinha como objetivo realizar as funções de órgão de assistência aos servidores do Estado e praticar operações de previdência e assistência a favor de seus contribuintes. A presidência da Organização era exercida por pessoas livremente nomeadas pelo presidente da República.

⁵⁰ Além do IPASE, o Seminário contou com apoio da ONU e da OEA, por meio de seus órgãos específicos, o Comitê de Habitação e o CINVA, respectivamente (*Revista Arquitetura*, número 12, edição junho, Rio de Janeiro, 1963, p.24).

Muitos dos pontos críticos levantados tinham a ver com conversas latino-americanas entre arquitetos representantes da UIA dos diversos países do continente. Nos debates, a presença e atuação do Estado eram de extrema importância. Desapropriações, implementações de novas unidades habitacionais, instrumentos de reforma urbana, diagnósticos de demanda populacional, entre outras ferramentas, seriam fundamentais para a condução de novos sistemas operantes.

[...] o problema da habitação é de responsabilidade do Estado, sendo que a sua intervenção deve ser no sentido de equacionar o problema em sua totalidade; disciplinar as atividades no campo habitacional; incentivar quaisquer medidas que visem à solução do problema e suprir diretamente as deficiências que se manifestem; que a política habitacional do Estado não pode ser de ordem assistencial, concedendo apenas, paternalisticamente, a casa, como até agora tem sido a ação governamental; mas, ao contrário, deve ser relacionada ao desenvolvimento global do país (SHRU, 1963, *apud* SERRAN, 1976, p. 57).

A questão da moradia social voltada para a população de baixa renda vinha sendo discutida desde a década de 1930. No entanto, ao incluir o planejamento urbano e regional como itens associados à habitação, o debate tornou-se mais amplo, com propostas que abordavam problemas como tributação e renda da terra urbana, uso e ocupação do solo, direito seletivo às cidades, e condições mínimas de moradia e infraestrutura urbana.

O documento final foi organizado nos seguintes itens: constatações do problema da habitação; afirmações sobre o que precisaria ser feito; e proposições de como deveriam ser realizadas as propostas do âmbito da habitação social no Brasil.

Relativo às constatações sobre o problema da habitação social, nove foram os tópicos considerados: a condição de subdesenvolvimento e exploração do País, assim como outros países latino-americanos; a crescente desproporção entre a renda familiar e os custos da moradia, atendendo quase exclusivamente às classes economicamente mais favorecidas; a problemática da intensa industrialização, movimentos migratórios e incremento demográfico nas cidades brasileiras; aumento considerável das ocupações faveladas; a falta de serviços públicos; a incapacidade da iniciativa privada em lidar com o problema da moradia de interesse social; a veracidade do déficit habitacional comprovado por dados estatísticos e a necessidade de informações mais precisas; o empenho de técnicos na aplicação de novas tecnologias no país; e a

necessidade de uma política habitacional sistemática, em nível federal, capaz de lidar com a questão como um todo.

Entende-se que tais itens compõem um conjunto de ideias que já estavam sendo discutidas entre arquitetos (além de profissionais de outras áreas), há tempos. Congressos nacionais e internacionais, periódicos, palestras, cursos e outros, convergiam exatamente para os mesmos debates. É possível dizer, assim, que o documento é pertinente ao que o IAB defendia sobre habitação de interesse social.

Um tema essencial colocado pelo Seminário foi a necessidade imediata de medidas práticas quanto às políticas públicas. Nesse momento, imaginava-se atuar imediatamente em áreas emergenciais. Em anos anteriores, muito se discutia no plano teórico sobre habitação social e alguns programas, inclusive, estavam em vigor. No entanto, o questionamento dos arquitetos era sobre a demagogia política envolvida e a pouca concretização desses programas perto à real dimensão do problema. Durante muito tempo apresentou-se a questão nacional da moradia como sendo de ordem meramente assistencial e quantitativa, isto é, um evento apenas de construção de mais casas ditas populares. Isso atribuía ao Governo a responsabilidade exclusiva para essa questão, ao mesmo tempo em que se escondia toda sua verdadeira problemática (*Revista Arquitetura*, número 14, edição agosto, Rio de Janeiro, 1963, p.2).

O Seminário também discutiu o passo a passo para a implantação dos Planos Nacionais Territorial e de Habitação. A primeira medida seria a criação de um órgão central e federal, de autonomia financeira e de competência de jurisdição sobre o território brasileiro. Imaginava-se incorporar a essa organização a FCP e o Conselho Federal de Habitação (CFH). Esse novo Conselho seria responsável por fixar diretrizes da política habitacional e do planejamento territorial por meio da elaboração de planos, de organização descentralizada. Para a execução dos mesmos, imaginava-se o estabelecimento de parcerias público-privadas.

A Instituição também teria competência de coordenar, supervisionar e distribuir os recursos e assistência técnica estrangeira. Além disso, regularia as medidas de desapropriações por interesse social. Havia interesse em investir na indústria de materiais da construção civil pensando na standardização do processo. O tema foi tratado na *Revista Arquitetura*, publicação de maio de 1963, edição nº 11. Pensava-

se no estudo sobre o uso variado de materiais com relação às questões do conforto ambiental e da velocidade das construções.

Figura 31 – *Revista Arquitetura* edição nº 11, Guanabara, maio de 1963, p.5

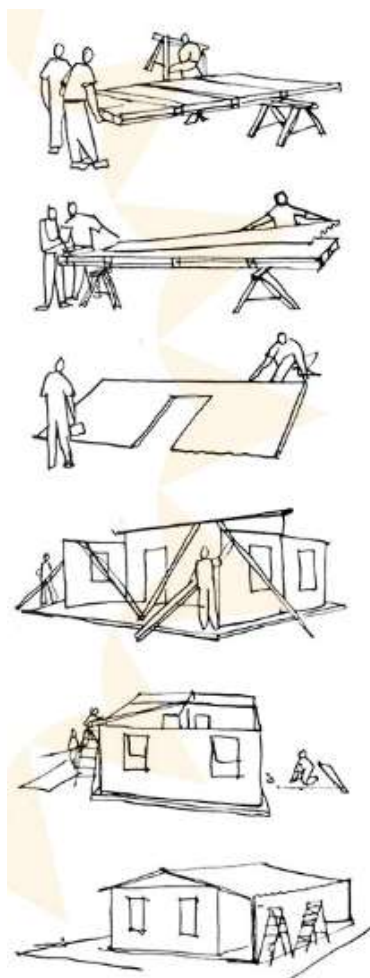
Nestas peças, de distribuição muito simples, seria empregada a técnica da “panelização” intensiva. Isto é: paredes muito leves, compostas de painéis aproximadamente de 1,22m por 2,44m isolados térmica e acusticamente. Executados na oficina, viriam para a obra prontos para a sua rápida e fácil instalação. O material dos painéis poderia ser o mais variado possível: comercialmente existe na praça, atualmente (indústria relativamente nova aqui, mas antiga alhures), os “duratex”, “eucatex”, “celotex” (todos da classe dos “herd-boards”, ou sejam, compostos à base de fibra de madeira prensada), os “brasilit”, “interflex”, “eternit” (à base de cimento amianto) “eraklit”, “gabilit” (à base de raspas de fibras de madeira, também prensadas), os “compensados” dos mais variados tipos e, finalmente, a boa, velha, antiga e sempre eficiente madeira em tábuas comuns ou aparelhadas com encaixe de macho-fêmea. Enfim, a gama de variedade para escolha é, felizmente, enorme, graças à tecnologia de hoje. Para o caso, contudo, seria aconselhável, pela ordem: o compensado à prova d’água, as tábuas de peroba e finalmente, os “duratex” os “eucatex”.

Fonte: Acervo biblioteca FAUUSP.

Poucos antes, a *Revista Acrópole* também publicou sobre o mesmo tema. No exemplar de janeiro de 1961, ano 23, edição nº 267, divulgou um artigo de Milton Julio Carstens sobre a possibilidade da construção de casas populares pré-fabricadas em alumínio. O modelo de painéis modulares para as paredes e a planta tipo repartida em quatro retângulos pretendia agilizar a velocidade das construções e maximizar a mão de obra empregada na construção civil.

Essa alternativa não pode ser vista como inovadora se pensar que a variação no uso de materiais (como alumínio, papelão e concreto) já estava pensada desde a década de 1940 com projetos de IAPs. Porém, representava o início do período de maior discussão sobre a problemática da demanda por habitação social na década de 1960, com o crescimento excessivo das cidades.

Figura 32 – *Revista Acrópole* ano 23, edição nº 267, São Paulo, janeiro de 1961, P.43 – desenho representativo da montagem rápida de casas pré-fabricadas de alumínio



Fonte: Acervo digital: <http://www.acropole.fau.usp.br/>

Uma das prioridades era ampliar o debate sobre habitação para criar uma maior conscientização sobre o problema. Outro ponto de extrema importância era a aproximação da política habitacional à política agrária e de desenvolvimento econômico. Inseridas em um sistema capitalista, as diretrizes econômicas eram determinantes para o condicionamento da lógica de exploração do solo urbano e rural e, conseqüentemente, da distribuição espacial da sociedade.

Para o funcionamento adequado do Conselho, imaginava-se que ele seria dividido em duas vertentes: um Conselho Deliberativo, formado por técnicos em planejamento e habitação e por um executor financeiro; e por um Conselho Consultivo, composto por integrantes do governo e por movimentos sociais voltados para a problemática habitacional; além de setores administrativos. Complementar ao Conselho, as

propostas defendiam a criação de um Fundo Nacional de Habitação (da mesma maneira que havia sido sugerido no PL nº 1.911/60 e no PL nº 87/63), formado por capital recolhido a partir de impostos de habitação (registro de loteamento, transferências e não utilização do imóvel urbano); arrecadação do selo de habitação; arrecadação de tributo; arrecadação de operações imobiliárias; renda líquida da loteria federal; dotações orçamentárias; rendas de bens e serviços eventuais; contribuição de entidades oficiais ou particulares.

No relatório final do SHRU, foram estabelecidas condições de atendimento dos Planos Nacionais Territorial e de Habitação, segundo critérios de crescimento da população; intensidade de urbanização; disponibilidade de recursos e fatores produtivos ociosos; densidade relativa em sub-habitação; e integração com os planos locais e regionais de habitação e de desenvolvimento econômico-social. Importante dizer que esses planos locais e regionais só seriam executados nas condições previstas pelo plano central de desenvolvimento nacional. Esse plano nacional de habitação visava lidar diretamente com o déficit habitacional e com os equipamentos urbanos pertinentes.

Outro fator importante, colocado pelo Seminário, foi a recomendação de investimentos públicos para áreas já urbanizadas, porém, de sub-habitações. O principal objetivo era orientar as comunidades no sentido de disseminar informações técnicas e esclarecer riscos e cuidados com as construções, ainda que de pequeno porte. Esse processo, infelizmente, não teve êxito. Nos dias atuais, não são raras as novas edificações sem condições mínimas de iluminação e ventilação, ou sem nenhuma área permeável, por exemplo. Aliado aos investimentos financeiros, estavam previstas medidas para tornar produtiva toda mão de obra ociosa em pequenos negócios.

A interpretação do documento final, gerado no SHRU, é condizente com as propostas encaminhadas à Câmara dos Deputados a partir do PL nº 1.911/60 e do PL nº 87/63 e aos demais eventos que vinham sendo realizados no mesmo período. Havia insistência, por parte dos arquitetos, sobre as premissas básicas para que as questões habitacionais fossem solucionadas.

As conclusões do Seminário resultaram em um projeto completo que contemplava as minúcias para o funcionamento do sistema. Estavam previstos os registros de loteamentos urbanos, as desapropriações legais, em caso de área de interesse social; a cobrança de taxas sobre o imóvel de acordo com o perímetro urbano e a proposição

de planos em esferas locais e regionais. O quadro síntese abaixo é um resumo da organização do Seminário e de como os profissionais pretendiam lidar com a questão habitacional em âmbito nacional.

Figura 33 – Quadro síntese SHRU

4. HABITAÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DO IAB (1960-1964)

- SHRU – *O Homem, sua Casa, sua Cidade*:
 - Evento: Petrópolis, RJ + São Paulo, SP (jul.63)
 - Instituições organizadoras: IPASE + apoio ONU e OEA
 - Organizadores: Álvaro Milanez (presidente), Vinicius da Fonseca (orientador dos debates), Edgard Bittencourt (secretário) e Clidenor de Freitas (presidente IPASE)
 - Temas centrais: situação habitacional no País; habitação e aglomerado urbano; Reforma Urbana (política de planejamento urbano e de habitação); e execução dos programas de planejamento urbano e de habitação
 - Premissa: PNH + PNT (conceito de habitação social + planejamento urbano e regional = tributação e renda da terra urbana; uso e ocupação do solo; direito seletivo às cidades; e condições mínimas de moradia e infraestrutura urbana)
 - Recomendação: investimentos públicos em áreas já urbanizadas, porém, de sub habitações
 - Atuação: curto, médio e longo prazo (atuação imediata em áreas emergenciais)
 - Funcionamento: CFH = conselho deliberativo (técnicos + financeiro) + conselho consultivo (governo + movimentos sociais) + administrativo
 - Documento final: constatações do problema habitacional, afirmações sobre o que precisava ser feito e como deveriam ser realizadas as propostas de habitação social no Brasil
 - Conclusões: registros de loteamentos urbanos; desapropriações legais, em caso de área de interesse social; cobrança de taxas sobre o imóvel de acordo com o perímetro urbano e a proposição de planos em esferas locais e regionais

Fonte: Elaboração própria, 2020.

A edição de setembro de 1963 da *Revista Arquitetura* publicou o documento final do Seminário na íntegra (conforme Anexo 04), inclusive com a lista de todos os participantes presentes, com quase 200 integrantes (ver Anexo 05). Além de Floriceno Paixão, Arthur de Lima Cavalcanti, Milton Cabral e Rubens Paiva foram outros deputados presentes no encontro, todos eleitos pelo PTB.

Nas edições de janeiro e fevereiro de 1964 da *Revista de Administração Municipal*, o SHRU foi chamado de I Seminário de Habitação e Reforma Urbana. Tal nomenclatura permite dizer que havia a expectativa de realização de outras edições do evento que pretendia solucionar os problemas habitacionais no País. E como é sabido, não foram realizados outros eventos posteriormente. No mesmo ano foi aprovada a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, responsável pela instauração de um PNH e pela criação do BNH.

No capítulo seguinte, será apresentada essa Lei, mais detalhadamente. Tal Lei aprovada e as intervenções das três instituições (BNH, SERFHAU e SFH) geraram

uma nova problematização da questão habitacional nas cidades brasileiras, em função de suas origens capitalistas e da mercantilização da terra urbana.

4.3. Documentos históricos do IAB

Em relação ao tema da habitação de interesse social, os arquitetos brasileiros utilizaram boletins informativos, atas de reunião, congressos nacionais e internacionais, além de periódicos para a circulação de ideias na tentativa de concretizar algumas delas. Neste trabalho de pesquisa, foram estudados boletins do IAB-SP entre 1946 e 1969; atas do IAB-SP de 1946 a 1975; congressos e encontros realizados entre 1954 e 1969; e revistas publicadas entre 1961 e 1968.

Neste subitem, entretanto, foram analisadas mais detidamente os boletins informativos, as atas de reuniões e os congressos nacionais e internacionais. Os conteúdos debatidos em artigos das revistas já foram contemplados ao longo de todo o texto.

O estudo de todos esses documentos evidencia a intenção do IAB de criar dois planos: o PNT e o PNH. Com ambos, pretendia-se ordenar o crescimento urbano a partir de intervenções arquitetônicas, urbanísticas, econômicas e sociais nas cidades brasileiras para melhorar o desenvolvimento regional e a qualidade de vida no País e, ao mesmo tempo, reduzir o alarmante déficit habitacional. Os apontamentos consultados demonstram, também, que, desde meados da década de 1940, o IAB definiu uma linha de atuação concisa e multidisciplinar nesse sentido.

Para isso, os arquitetos organizaram eventos como palestras, cursos e congressos. Importante dizer que, por muitos anos, esse grupo esteve próximo ao Governo Federal e, em algumas oportunidades, trabalhou em conjunto com o poder público. A imagem abaixo, por exemplo, mostra a participação de arquitetos que compunham o Grupo de Planejamento para discutir ações em âmbito estadual para o Estado de São Paulo.

Figura 34 – Boletim informativo mensal nº 67, São Paulo, 1959, P.8



Fonte: Acervo IAB-SP.

A defesa por uma composição de equipe mista para o estudo do planejamento urbano pode ser vista também no recorte abaixo, publicação da *Revista Arquitetura*, em junho de 1963, edição nº 12. Foi feita uma entrevista com o médico francês, Dr. Robert Henri Hazemann, estudioso da saúde pública e do urbanismo. Nos diferentes níveis de conhecimento discutia-se as condições mínimas de habitabilidade que deveriam ser proporcionadas e os dimensionamentos mínimos que as unidades precisariam ter para atender decentemente uma família. O entendimento era de que as pessoas, mesmo ausente em boa parte do dia para trabalhar e estudar, têm o direito de ter um abrigo que não se resume a dormir. E que as condições urbanas determinavam a qualidade de vida de seus moradores.

Figura 35 – *Revista Arquitetura* edição nº 12, Guanabara, junho de 1963, p.7

— Se admitirmos que a superurbanização e a construção de gigantescos arranha-céus dão motivo ao aumento do número de estados nervosos, provocados por situações de tensão, é normal que um higienista se preocupe com os meios adequados a atenuar esses efeitos na vida em família e na comunidade. Na verdade, não se trata tanto de cuidar dos inconvenientes físicos das habitações e sim de suas repercussões, por vezes maléficas, sobre a saúde mental.

Fonte: Acervo biblioteca FAUUSP.

Ainda na *Revista Arquitetura*, publicação de outubro de 1963, edição nº 16, fez-se uma matéria extensa sobre habitação e saúde, listando as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Tais medidas compreendiam tanto áreas urbanas, quanto as rurais.

No entanto, é possível perceber que, apesar do esforço do IAB em aproximar a arquitetura da agenda nacional de atuação do governo (no âmbito nacional e regional), nos campos da habitação popular e do planejamento urbano, as medidas da Instituição, nem sempre, foram as esperadas. Em termos teóricos e burocráticos, os arquitetos foram capazes de se aparelhar, criar organizações e realizar eventos para gerenciar questões da habitação e do planejamento. O IDORT (1931); a Jornada Econômica de Habitação (1941); o I Congresso Brasileiro de Arquitetos (1945); o DHP (1946); o IV Congresso Brasileiro de Arquitetos (1954); o Núcleo de Estudo e Divulgação da Arquitetura Brasileira (NEDAB, 1954); a Comissão Nacional de Habitação (1961); o SHRU (1963); e os PL nº 1.911 (1960) e nº 87 (1963) são alguns exemplos disto.

Porém, na prática, a consolidação do BNH (1964), do SERFHAU (1964) e do SFH (1964), nos moldes em que foram concebidos, direcionaram as políticas públicas habitacionais do Brasil para rumos com os quais o IAB não concordava. A diretriz econômica adotada pelo Regime Militar distorceu os princípios sociais propostos nos anos anteriores.

4.3.1. Boletins Informativos Mensais do IAB-SP

Os boletins informativos do IAB-SP formam um relevante conjunto de documentos para o resultado conclusivo da pesquisa proposta. Disponíveis digitalmente no site do próprio IAB-SP, do período de 1946 a 2009, estão organizados em arquivos individuais, separados mês a mês. Para essa dissertação, foram analisados os materiais de 1946 a 1969. A delimitação da periodização foi considerada a partir do objeto central de pesquisa, considerando alguns anos anteriores e durante o Regime Militar e ao estabelecimento da Lei nº 4.380/64 para melhor compreensão de um cenário bastante complexo.

Dentre esse espaço de mais de 20 anos, ao qual compreende o recorte para este levantamento, não foram encontrados boletins referentes aos anos de 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1962, 1964 e 1967, pois foram perdidos, danificados e/ou extraviados. Além disso, as edições de 1961, 1963 e 1965 são publicações muito mais apáticas do que as anteriores. Todo o ano de 1965, por exemplo, está contido em apenas três páginas. Entre os anos de 1964 e 1967, entende-se que as edições são mais enxutas, em função da dificuldade da livre circulação de ideias no período do Regime Militar.

Apesar da ausência dos documentos mencionados acima, os boletins consultados são de extrema relevância para o entendimento da participação do IAB no PNH de 1964. Além disso, todos os documentos estão em perfeitas condições de consulta e compreensão. Desde os arquivos mais antigos, todo o material é datilografado, o que facilitou muito a busca pelo tema da habitação popular. Importante dizer também que, entre os anos de 1954 e 1959, os boletins do IAB-SP foram publicados como encarte da *Revista Acrópole*. Nesse período, portanto, o boletim teve colunas fixas. De acordo com Taiana Car Vidotto alguns exemplos são:

[...] a 'Revista das Revistas', um compilado de matérias publicadas em revistas internacionais; a coluna 'Um Detalhe', que incluía o desenho de um detalhe de alguma obra em andamento e a coluna 'Croqui dos Fatos', com notas sobre as notícias do mês (VIDOTTO, 2014, p. 13).

Figura 36 – Boletim informativo mensal nº 18, São Paulo, 1955, P.4



Fonte: Acervo IAB-SP.

De maneira geral, os boletins foram importantes para o registro das principais discussões da categoria, principalmente sobre os conflitos profissionais; os desafios do ensino da arquitetura; os concursos promovidos pelo IAB-SP; os inúmeros cursos

complementares oferecidos pelo Instituto (para a área da arquitetura ou não); e também sobre questões referentes à legislação do município de São Paulo, relacionadas às Leis do Plano Diretor e do Código de Obras.

A década de 1950 marcou o início de um grande movimento dos arquitetos no sentido de intervir mais efetivamente nos debates relativos à habitação. A circulação de profissionais entre os diversos países latino-americanos, principalmente do cone sul, possibilitou um intercâmbio de experiências relevantes e produtivas. O recorte abaixo ilustra uma iniciativa do Centro Interamericano de Vivienda (CINVA), convocando os interessados em pesquisa sobre habitações populares a entrarem em contato, objetivando criar uma rede de profissionais:

CENTRO INTERAMERICANO DE VIVIENDA: – Recebemos desta entidade um ofício em que nos solicita (*que*) divulguemos entre nossos associados interessados, a existência de publicações especializadas sobre habitações, que aquele Centro enviará a quem as solicitar, – e cuja lista poderá ser pedida no seguinte endereço: Centro Interamericano de Vivienda – Ciudad Universitaria – Apartado Aereo 6209 – Bogotá – Colombia, S.A. (Ver Anexo 06).

O Centro foi estabelecido por decisão do Conselho Interamericano Econômico e Social, de acordo com o programa de Cooperação Técnica da Organização dos Estados Americanos. Foi instituído por meio de um acordo multilateral firmado em 1951, e inaugurado em maio de 1952, com a participação da maioria dos países do continente. O objetivo do CINVA era disseminar conhecimento sobre aspectos construtivos, econômicos, sociais e administrativos da habitação. E, a partir da troca de conhecimentos científicos e informativos, propor melhores soluções para o problema habitacional.

De acordo com Feldman (2014), a reunião teve como produto final o documento da Carta de los Andes (1958) e participaram os seguintes brasileiros: Antônio Bezerra Baltar (contribuiu na CEPAL, nas Sociedade para Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicadas aos Complexos Sociais⁵¹ (SAGMACS) e no Centro de Estudos de Planejamento Urbano e Regional – CEPUR), Newton Oliveira (presidente do IAB-BA

⁵¹ A SAGMACS, organização vinculada ao Mouvement Économie et Humanisme, dirigido pelo Padre Louis-Joseph Lebre, tinha por objetivo estudar o ambiente urbano sob a ótica dos problemas sociais e da precariedade da habitação. Lebre chega ao Brasil e se instala inicialmente no Rio de Janeiro. Posteriormente tem importante passagem por São Paulo, onde desenvolveu estudos sobre as necessidades e problemas da cidade.

entre 1959 e 1961) e Mário Larangeira de Mendoça (também fazia parte da democracia cristã brasileira e, junto com Baltar, contribuiu com as SAGMACS).

Passou-se um mês em Bogotá discutindo seis temas, cada um dos quais tinha sido desenvolvido por técnicos de nível internacional, ONU, OEA e outros órgãos internacionais que estavam presentes a reunião e que discutiram cada tema com todos os presentes, que eram mais ou menos uns quarenta. Então escreveram a Carta dos Andes da qual boa parte fui eu quem redigi, porque haviam discussões muito grandes e eu era tido como o apaziguador, dava a redação que todos aceitavam (BALTAR, 1995 *apud* PONTUAL, p. 165).

O arquiteto brasileiro Glauco Giacobbe, formado pela FAUUSP em 1962, posteriormente, fez o curso de Habitação Popular no CINVA, patrocinado pela OEA, em 1963. A intenção era preparar os arquitetos, profissionalmente, pois o PNH estava prestes a ser implantado. Quando Glauco retornou ao país, tentou – e não conseguiu – trabalhar no BNH, naquele momento presidido pela engenheira Sandra Cavalcanti. A grande frustração não apenas de Glauco, mas dos profissionais de forma geral, foi o direcionamento do BNH para o financiamento à construção civil das unidades habitacionais, sem o embasamento de um plano nacional, adaptado segundo as características de cada região do País.

Dentre todas as edições analisadas, as publicações de 1960, na presidência de Ícaro de Castro Mello, são as mais relevantes quanto ao tema da habitação social. A primeira delas trata das conclusões do X CPA, realizado em 1960, em Buenos Aires. Entre os membros da comissão brasileira estavam os arquitetos Eduardo Corona, Oswaldo Correa Gonçalves, Jorge Wilhelm, Eduardo Kneese de Mello, Fábio Penteado e Pedro Paulo de Melo Saraiva.

No boletim, há uma transcrição dos quatro pontos principais debatidos sobre problemas habitacionais: o que tinha sido feito (olhando retrospectivamente às propostas dos Congressos anteriores), com o que estava se fazendo (referindo-se aos novos materiais e métodos na linha de pré-fabricação leve e pesada), como se estava fazendo (referindo-se aos aspectos administrativos e financeiros – garantias constitucionais) e onde se estava fazendo (introdução ao estudo no campo da planificação urbana).

Outra publicação importante foi a proposta levada ao presidente Jânio Quadros, com posições do IAB-SP em face de várias questões de interesse dos arquitetos, da arquitetura, do planejamento e de problemas de interesse nacional. Para isso, o

Instituto acompanhou, com interesse, a criação do Conselho Nacional de Habitação e Planejamento Regional, que, de acordo com o pensamento dos arquitetos, consistiria em um grande progresso nas condições habitacionais no país. Em palavras dos próprios arquitetos:

É a primeira vez que interferimos nessa questão, mas esperamos poder alargar o campo de atuação dos arquitetos em mais essa frente de trabalho. A situação da habitação no Brasil é calamitosa sendo o nosso país um dos mais atrasados nesse setor, motivo pelo qual os arquitetos se sentem honrados com a sua participação e pela contribuição que possam dar para a solução do problema. Por proposta de São Paulo haverá uma conferência nacional de arquitetos em torno da habitação e do planejamento regional (*Boletim informativo mensal*, nº 76).

Os boletins da década de 1960 registraram, também, o avanço tecnológico dos Estados Unidos e suas diversas tentativas de expansionismo comercial: os países latino-americanos, no âmbito da construção civil, importaram máquinas, materiais e métodos construtivos. Isso assinalou o auge dos sistemas de pré-fabricação, que uniam execução rápida a custos mais baixos. Dessa forma, é pertinente o estudo deste intercâmbio econômico-cultural para melhor compreensão de seus impactos nas grandes cidades brasileiras.

VISITA DE ARQUITETOS AMERICANOS: – Entre os dias 12 e 19 de fevereiro de 1954, deverá chegar ao Rio de Janeiro, em visita àquela Capital um grupo de 30 a 35 arquitetos americanos, – os quais estenderão suas viagens a São Paulo (Ver Anexo 07).

Gorelik (2005), em contraponto à ideia de pan-americanismo, aponta meados da década de 1950 e a década de 1960 como o auge da construção a que chamou de a “cidade latino-americana”. Segundo ele, esse é o período em que ela teria sido produtiva do ponto de vista da reflexão e da prática, funcionando como uma categoria do pensamento social e como figura do imaginário intelectual e político em distintas regiões do continente.

A “cidade latino-americana” não pode ser tomada, então, como uma realidade natural, como uma categoria explicativa da diversidade de cidades realmente existentes na América Latina. Assim, devemos constatar, ao mesmo tempo e de modo inverso, que a “cidade latino-americana” existe, mas de outra forma: não como uma ontologia, mas como uma construção cultural. Durante períodos específicos da história, a ideia de “cidade latino-americana” funcionou como uma categoria do pensamento social, como uma figura do imaginário intelectual e político em vastas regiões do continente e, como tal, pôde ser estudada e puderam ser reconstruídos seus itinerários conceituais

e ideológicos, suas funções políticas e institucionais, em cada uma das conjunturas específicas da região (GORELIK, 2005, p. 112).

Nas publicações do IAB-SP, independentemente de aparecerem isoladas ou como encarte da *Revista Acrópole*, a análise de projetos internacionais, com a intenção de enriquecer a produção nacional, foi sempre recorrente. Muitas das concepções avaliadas fazem parte de um conjunto de edifícios habitacionais construídos principalmente na Europa, no período de reconstrução pós-guerras do continente.

Figura 37 – Boletim informativo mensal nº 1, São Paulo, janeiro de 1954, P.4

Habitações Coletivas

As habitações coletivas de Monti e Bertarini apresentam-se com uma clássica fachada regular; bonitos detalhes e ritmos; mas a fachada esconde uma planta quebrada com longos corredores sinuosos e colunas aparentes. Ao contrário, simples e agradável a solução dada por Svenn Kristensen; mas estranhemos a localização dos sanitários abrindo para o vestibulo. Interessante seu uso de blocos em níveis diversos, interrompendo a escada. Encontramos a mesma solução num bonito projeto de Roberto Aflalo; problema típico e bem conhecido dos arquitetos nacionais, êsse projeto é bem solucionado e tem detalhes interessantes. Nota-se certa desenvoltura por parte dos arquitetos brasileiros ao tratar dêsse proble-

Fonte: Acervo IAB-SP.

Nos boletins informativos, principalmente a partir da década de 1950, fica cada vez mais clara a necessidade de se estudar a habitação em conjunto com a planificação das cidades. As condições econômicas das famílias foram sempre determinantes na espacialização das cidades brasileiras. Por esse motivo, muitas vezes, o IAB tentou sugerir a criação de instituições exclusivas para tratar dessa questão. As próprias conclusões do SHRU foram convergentes no sentido de democratizar o uso do espaço urbano por meio de intervenções da arquitetura e do urbanismo. Imaginou-se, também, que a criação do SERFHAU seria capaz de lidar com essa demanda.

A imagem abaixo, publicação do boletim informativo de 1954, por exemplo, sugere a criação de um Ministério de Habitação e Urbanismo que fosse gerido pelo próprio IAB

no intuito de colocar em prática estudos da época para defesa do interesse coletivo com relação ao uso e ocupação da terra.

Figura 38 – Boletim informativo mensal nº 2, São Paulo, fevereiro de 1954, P.2

Urbanismo

As três comissões relacionadas a esta disciplina reuniram-se juntas e deram um só parecer. Analisando as diversas teses apresentadas, recomendaram sejam criados grupos locais de urbanistas e arquitetos encarregados de levantar dados e estudos de planificação; sugeriu ainda que fosse criado a Ministério de Habitação e Urbanismo; que o IAB organize uma comissão de especialistas para estudar as leis que permitam a defesa do interesse coletivo relativamente ao uso da terra.

Tendo em vista a crise de energia elétrica, manifestou a necessidade urgente de realização dum plano nacional que englobe os planos regionais. Apresentou ainda a comissão uma conclusão de ordem geral, segundo a qual, — verificando ser nosso país subdesenvolvido, exportador de matérias primas, importador de manufaturadas etc., enuncia só ser possível a realização dum verdadeiro e sadio planejamento urbanístico, quando se modificar a situação econômica básica atual.

Fonte: Acervo IAB-SP.

Importante concluir esse raciocínio lembrando que o posicionamento dos arquitetos brasileiros em função da sociedade muito tem a ver com as resoluções da Carta de Atenas, de 1954, e da circulação de ideias entre os países por meio da UIA, cujos eventos (cursos, palestras, congressos, bolsas de estudos e outros) foram muito divulgados nos boletins da Instituição.

Por fim, é importante destrinchar o boletim de 1968-1969 que fez uma primeira avaliação dos três anos iniciais do PNH e do BNH. Em uma visão crítica dos arquitetos, analisando especificamente o caso do Estado da Guanabara, a principal discussão é a condição de implementação dos novos conjuntos habitacionais, a defesa do sentido social do projeto e a necessidade de aplicar o capital estatal da melhor maneira. Ainda há um alerta sobre os riscos do crescimento desenfreado das

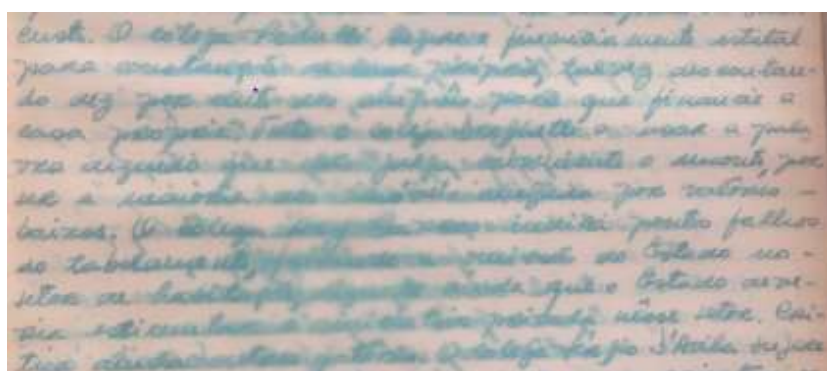
idades e os reflexos nas intervenções de outras políticas sociais, como a saúde pública.

Entendemos que o custo de conjuntos habitacionais deste porte seja uma condição das mais importantes, principalmente tendo em vista a necessidade que temos, por viver em um país subdesenvolvido, de obter a máxima rentabilidade possível de nossos parques capitais de investimento. Mas exatamente por isso, por tudo aquilo que representaria de negativo a criação de verdadeiras favelas de concreto armado, pelo tremendo custo que suas consequências sociais podem trazer à nação, é que não podemos aceitar, nem admitir o critério assumido nestas concorrências (Boletim informativo mensal nº1, São Paulo, 1968-1969, p. 3).

4.3.2. Atas de reunião do IAB-SP

As atas de reunião e alguns documentos históricos formam um conjunto de análise elementar para o sucesso da pesquisa proposta. Os documentos, armazenados em caixas na sede do IAB-SP, foram estudados um a um, na medida do possível, pois nem sempre o material estava em condição de leitura, uma vez que foi arquivado sem cuidado ao longo do tempo: algumas páginas, por exemplo, foram, nitidamente, molhadas e estão borradas (como figura abaixo). É sabido que o IAB-SP já teve sua unidade queimada e inundada em mais de uma oportunidade. Funcionários informaram que, no passado, tais documentos eram guardados no subsolo do edifício, sem preocupações mínimas com sua integridade.

Figura 39 – Ata de reunião registrada em livro de capa dura, sem identificação específica, caixa nº 107



Fonte: Acervo IAB-SP.

Atualmente, o IAB-SP está digitalizando seus documentos físicos (em sua totalidade), com a intenção de preservar essas cópias únicas e ampliar as consultas por meio de acesso digital. Entende-se que esse é um processo demorado e que exige enorme dedicação organizacional da Instituição (ao todo, são 242 caixas de arquivos). Ao

mesmo tempo, trata-se de um trabalho fundamental para futuras pesquisas relacionadas ao próprio IAB.

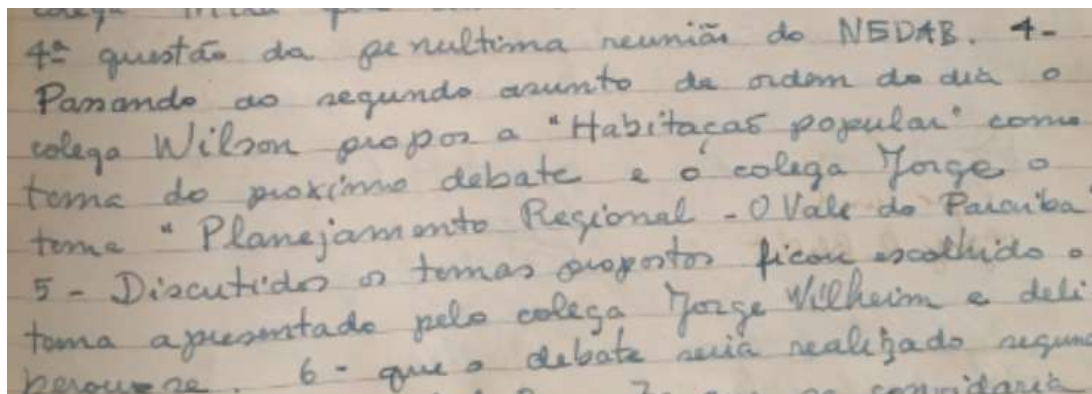
Tomando por base o levantamento de dados perfeitamente legíveis, e a consulta do índice do arquivo morto, foram analisadas as caixas números **12** (Atas das Assembleias de 1954 a 1986), **55** (Correspondências Recebidas de 1959 a 1964), **107** (Livros de Registro de Atas do Período de 1946 a 1975 – duas caixas), **120** (Recortes de Jornais), **144** (Minutas de 1964 a 1970) e **148** (Documentos Diversos de 1963 a 1975). Cada uma dessas caixas é composta por livros de capa dura com as atas de reunião manuscritas (parcialmente com identificação de capa). Além dos livros, há recortes de jornais, revistas e documentos variados em Anexo (publicações da época, pertinentes aos temas identificados).

Ao longo do percurso do mestrado, houve a tentativa de contatar outras sedes do IAB, com o intuito de complementar a pesquisa, mas sem êxito. A unidade de Brasília, composta por apenas uma funcionária de dedicação em período integral, não consegue tratar das demandas internas e atender o público ao mesmo tempo. A sede do Rio de Janeiro retomou seu site oficial recentemente – no início desta pesquisa, estava indisponível para consulta e contato. Outras unidades não deram retorno, como Minas Gerais e Bahia. Por isso, entendeu-se, também, que o IAB se mostra hoje como uma Instituição enfraquecida quando comparada à época da pesquisa.

Enfraquecimento esse que vem desde o Regime Militar, momento de instabilidade e dificuldade na circulação de informações. O governo em questão também fortaleceu o poder das construtoras, que assumiram a frente da construção civil no País, lugar antes ocupado pelos escritórios de arquitetura.

Reuniões realizadas no período estudado registraram discussões sobre planos diretores, intervenções na escala da cidade e debates acerca do planejamento regional – como na ata de reunião abaixo.

Figura 40 – Ata de reunião (07.06.1956) registrada em livro de capa dura, sem identificação específica, caixa nº 12



"4 – Passando ao segundo assunto de ordem do dia o colega Wilson propôs a 'Habitação popular' como tema do próximo debate e o colega Jorge o tema 'Planejamento Regional – O Vale do Paraíba'." (sic) Fonte: Acervo IAB-SP.

O tema da habitação como um dos elementos do planejamento urbano foi bastante estudado por Feldman (2005), suas pesquisas explicam a implantação do urbanismo brasileiro montado na matriz norte-americana, caracterizada pela origem econômica do sistema, em oposição à concepção alemã, de cunho social e entendimento formal das cidades baseado em um urbanismo extremamente funcionalista.

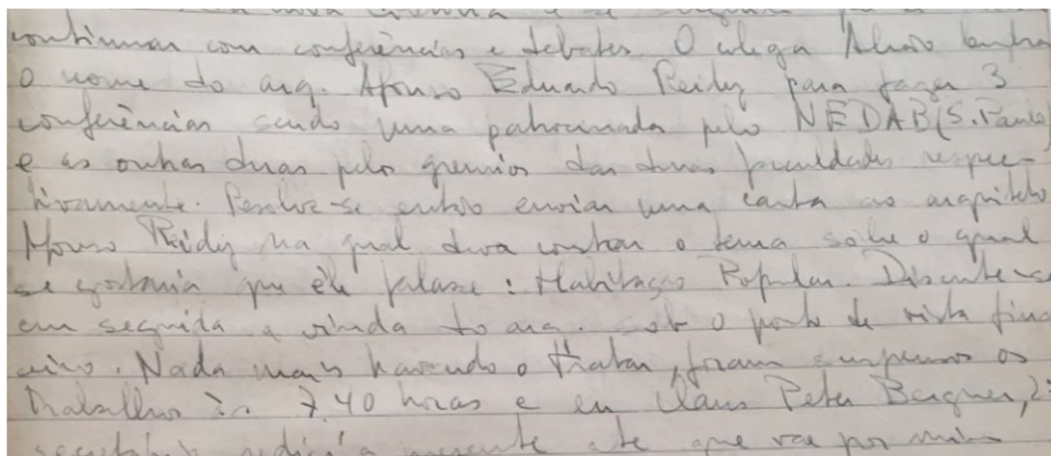
No caso alemão, surgiu como resposta às guerras mundiais para a reconstrução de parte da Europa. Esse planejamento resultou em cidades inteligentes fundamentadas em um modelo global de entendimento, proposto por profissionais de conhecimento específico sobre o assunto.

No caso das cidades brasileiras, a prioridade voltou-se para o interesse do mercado imobiliário, com soluções propostas, principalmente, por advogados e economistas, sem priorizar debates com a comunidade e interdisciplinaridade de políticas públicas. Portanto, de maneira geral, o zoneamento deu-se de forma desvinculada e despreocupada de questões arquitetônicas, urbanísticas e sociais.

Outra realização importante de 1954 foi a criação do Núcleo de Estudo e Divulgação da Arquitetura Brasileira (NEDAB). Instituição organizada por arquitetos cariocas, pretendia ampliar a rede de contatos e contribuir para o conhecimento da produção arquitetônica de todo o Brasil. O Núcleo é amplamente citado entre os documentos do IAB-SP, uma vez que os arquitetos paulistas participaram das reuniões organizadas

pelo Órgão. Entre outros assuntos, o tema da habitação popular e do planejamento urbano são preponderantes.

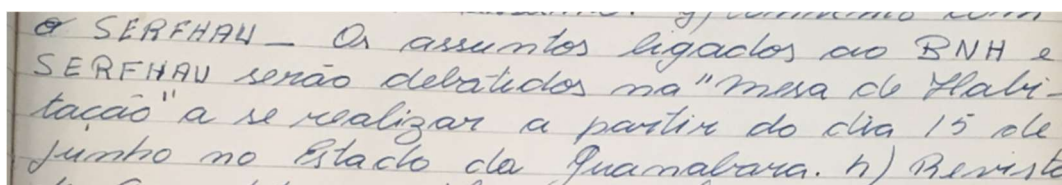
Figura 41 – Ata de reunião (24.04.1956) registrada em livro de capa dura, sem identificação específica, caixa nº 12



“O colega Abrahão lembra o nome do arq. Afonso Eduardo Reidy para fazer 3 conferências sendo uma patrocinada pelo NEDAB (S. Paulo) e as outras duas pelos grêmios das duas faculdades respectivamente. Resolve-se então enviar uma carta ao arquiteto Afonso Reidy na qual deva constar o tema sobre o qual se gostaria que ele falasse: Habitação Popular.” (sic) Fonte: Acervo IAB-SP.

O SERFHAU também foi um dos assuntos discutidos nas atas de reuniões dos arquitetos do IAB. Os profissionais tentaram retomar a discussão proposta nos debates do SHRU e no anteprojeto de lei antecessor do PL nº 87, ambos de 1963.

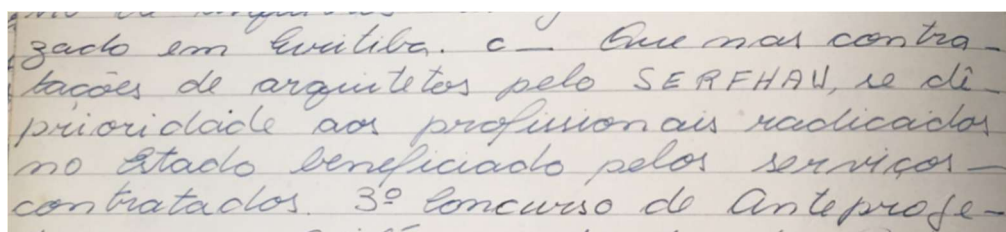
Figura 42 – Ata de reunião (17.05.1966) registrada em livro de capa dura, sem identificação específica, caixa nº 107



“SERFHAU_ Os assuntos ligados ao BNH e SERFHAU serão debatidos na ‘mesa de habitação’ a se realizar a partir do dia 15 de junho no Estado da Guanabara.” (sic) Fonte: Acervo IAB-SP.

Uma das motivações era estabelecer uma aproximação com o SERFHAU e aumentar sua autonomia e eficiência. Imaginado para coordenar as intervenções sociais da habitação de origem popular, com a Lei nº 4.380/64, o Órgão passou a ser totalmente submisso ao BNH. O recorte abaixo também mostra uma preocupação com as implementações dos planos habitacionais projetados e executados por arquitetos locais.

Figura 43 – Ata de reunião (10.05.1966) registrada em livro de capa dura, sem identificação específica, caixa nº 107

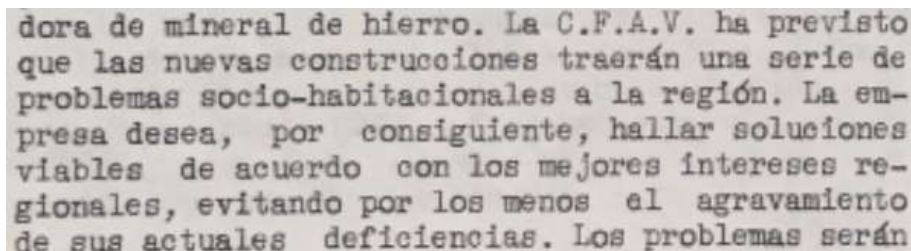


“c_ que nas contratações de arquitetos pelo SERFHAU, se dê prioridade aos profissionais radicados no Estado beneficiado pelos serviços contratados.” (sic) Fonte: Acervo IAB-SP.

É importante a análise dos demais documentos anexados a essas caixas. Entre eles, há um suplemento informativo sobre o CINVA, de Bogotá. A publicação, de maio de 1964, reúne considerações sobre os vários países latino-americanos. No caso do Brasil, foi feita uma análise sobre a Companhia de Ferro e Aço de Vitória (CFAV), Espírito Santo. O breve texto é uma publicação das SAGMACS, de 1963, sobre a importância de a Companhia realizar um trabalho de prospecção em função da implantação de uma siderúrgica em Ponta do Tubarão, onde a empresa Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)⁵² construiria um porto para exportação de minério de ferro.

⁵² Atualmente nomeada de Vale S. A.

Figura 44 – Suplemento informativo do CINVA (maio/1964), caixa nº 55



dora de mineral de hierro. La C.F.A.V. ha previsto que las nuevas construcciones traerán una serie de problemas socio-habitacionales a la región. La empresa desea, por consiguiente, hallar soluciones viables de acuerdo con los mejores intereses regionales, evitando por los menos el agravamiento de sus actuales deficiencias. Los problemas serán

“A CFAV previu que as novas construções terão uma série de problemas socio-habitacionais na região. A empresa deseja, portanto, encontrar soluções viáveis de acordo com os melhores interesses regionais, evitando pelo menos o agravamento dos déficits atuais.” (tradução própria). Fonte: Acervo IAB-SP.

Além deste suplemento informativo, há um documento de 1967, talvez o mais importante, oficial do IAB-GB, em resposta à Comissão Especial encarregada de elaborar um novo anteprojeto de lei e reformular a estrutura do BNH, definida pelo Congresso Nacional. O material é formado por proposições acerca da habitação de interesse social, além de esclarecer a trajetória do IAB ao longo de mais de uma década na tentativa de constituir uma política nacional única e multidisciplinar sobre o assunto.

Figura 45 – Documento IAB-GB (1967), caixa nº 144

As eleições presidenciais de 1960 deram oportunidade ao IAB de insistir em suas teses: foram enviadas propostas aos candidatos à Presidência da República, obtendo-se a criação, em 1961, pelo então presidente Jânio Quadros, do Instituto Brasileiro de Habitação, mais tarde, Instituto Nacional de Habitação. Paralelamente, o Departamento da Guanabara do IAB lançou, em fins de 1961, a revista ARQUITETURA, publicação mensal que passou a divulgar os pontos de vista da classe além de publicar artigos nacionais e estrangeiros sobre a matéria; enquanto o Departamento de São Paulo realizava a 1ª Jornada Brasileira de Habitação onde foi possível estudar o problema com mais detalhes.

Fonte: Acervo IAB-SP.

Em crítica bastante negativa, o documento do IAB-GB desconstrói a política, prioritariamente econômica, adotada pelo BNH, relacionando as inúmeras consequências prejudiciais às cidades brasileiras. Também deixa claro que, desde o PL nº 87/63, os arquitetos brasileiros iniciaram uma campanha no sentido de alterar os pontos considerados extremamente inadequados às condições do País.

Figura 46 – Documento IAB-GB (1967), caixa nº 144 (trecho dois)

Tomando conhecimento do ante-projeto de lei nº 2006/64, os arquitetos brasileiros iniciaram uma campanha junto aos Senhores Congressistas no sentido de se alterar os pontos considerados negativos no trabalho enviado pelo Executivo e criar condições de exequibilidade para a nova lei. A compreensão do Poder Legislativo para o conteúdo das proposições do IAB possibilitou a inserção de emendas que tornaram o anteprojeto de lei mais adequado às necessidades da população. Em julho de 1964 o Conselho Superior do IAB, conferenciou com o Presidente da República e mais tarde enviou telegrama reiterando as considerações apresentadas na audiência e solicitando a sanção presidencial do projeto-de-lei, tal como aprovado pelo Congresso Nacional.

Fonte: Acervo IAB-SP.

As contestações dos arquitetos, sobre o tema da habitação popular, ganharam força ao longo de anos de protestos e em 1966, por exemplo, o jornal *Correio da Manhã* publicou matéria sobre a realização de mesa de debates com o tema habitação popular, realizada em Curitiba.

Figura 47 – Matéria jornal *Correio da Manhã* (28.07.1966)

Sob o patrocínio do Instituto de Arquitetos do Brasil, realizou-se, ontem, no auditório da ABI, a primeira de uma série de palestras e debates, que se deverá estender até o próximo dia 30 de julho, sobre a atual política nacional de habitação e planejamento territorial, com a participação de representantes do Banco Nacional da Habitação, Ministério do Planejamento e outros órgãos, para uma ação homogênea, e atualizada.

A mesa redonda que foi organizada pela Divisão Estadual de Planejamento e Habitação do Departamento da Guanabara (CEPHA/GB), com a colaboração da Divisão Nacional de Planejamento e Habitação (DINPHA), tem como tema a análise do Plano Nacional de Habitação, consubstanciado na Lei 4.380.

Fonte: Acervo IAB-SP.

A sequência de documentos disponibilizados acima representa o esforço do IAB em discutir amplamente os temas da habitação social e do planejamento urbano. Aliado a isto, apresenta também propostas para a implementação de um plano nacional capaz de lidar com os problemas habitacionais. Entretanto, apesar das medidas tomadas, a participação dos arquitetos na elaboração do PNH foi ínfima. Tanto os eventos quanto as instituições não foram suficientes para alterar os rumos das intervenções propostas pelo BNH e pelo enfraquecido SERFHAU.

4.3.3. Congressos nacionais e internacionais e o IAB

Ao menos vinte foram os congressos nacionais e internacionais relevantes, ocorridos entre 1930-1964, em que os arquitetos brasileiros organizaram e participaram para discutir dilemas da arquitetura, da habitação e das cidades modernas no século XX. Esses eventos foram patrocinados por instituições como institutos de arquitetos e engenheiros, centros de pesquisa, conselhos regionais e federais e ministérios.

Um dos eventos de grande importância foi o IV Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado em São Paulo, em 1954. Além de longas discussões sobre o ensino e a profissão de arquiteto, houve uma comissão especial para o debate de questões urbanísticas e as realidades nacionais. Oswaldo Corrêa Gonçalves, Eduardo Kneese de Mello, Nestor de Figueiredo e Leo Ribeiro de Moraes são alguns dos integrantes do encontro. Princípios básicos foram discutidos e estabelecidos como primordiais para a garantia das condições humanas.

O nosso Congresso, podemos dizer sem exagero, é o palco de um drama: o drama do arquiteto brasileiro, que está em busca sempre de uma boa solução para a arquitetura no Brasil, para que essa arquitetura, que tem suas características próprias, que já mostrou sua vitalidade e que nós precisamos preservar a todo custo, evitando que caia, não sendo verdadeira, não representando mais aquilo que o povo brasileiro está desejando como solução para o seu problema de habitação, do seu hospital, de sua cidade, enfim (ANAIS IV Congresso Brasileiro de Arquitetos, 1954, p.20).

O texto acima, redigido pelo arquiteto Leo Moraes Ribeiro, representando o IAB, retrata uma preocupação da década de 1950, sobre o entendimento do problema da habitação como componente do planejamento urbano. A evolução dos documentos analisados mostra isso claramente.

No boletim informativo de março de 1954, há uma extensa publicação da UIA sobre as conclusões do Congresso de Lisboa, de 1953. O evento tratou de questões da

arquitetura, do urbanismo, das artes plásticas, da engenharia de escolas, de industrialização e, sobretudo, de habitação. Nesse quesito, foi discutido direito à habitação, programas nacionais, propostas econômicas, planificação integral e abrigos emergenciais.

No boletim de junho de 1955, foi publicada uma nota sobre o IV Congresso da UIA, sediado em Haia (Holanda). A habitação e a posição social do arquiteto foram os principais temas. O programa de projeto e os métodos construtivos compreenderam os subtemas. Em setembro de 1958, foi feita uma nova publicação do V Congresso da UIA, sediado em Moscou (Rússia). Sobre o evento, Carlos Lodi escreveu um artigo. Nele, explicitou os principais temas tratados: relação entre a habitação e os planos urbanos; necessidade de basear o planejamento urbano na escala regional; importância do profissional técnico, dos administrativos e do povo nas etapas de evolução urbana; e a consideração do arquiteto como principal profissional na elaboração de planos.

A publicação de maio de 1958, notificou uma chamada para o 24º Congresso Internacional de Habitação e Planejamento Urbano, a ser realizado em Lieja (Bélgica) e sobre o Congresso Mundial da Família, a ser realizado em Paris (França). No que se refere ao 24º Congresso Internacional de Habitação e Planejamento Urbano (imagem abaixo), mais uma vez, as questões habitacionais aparecem interligadas à planificação regional.

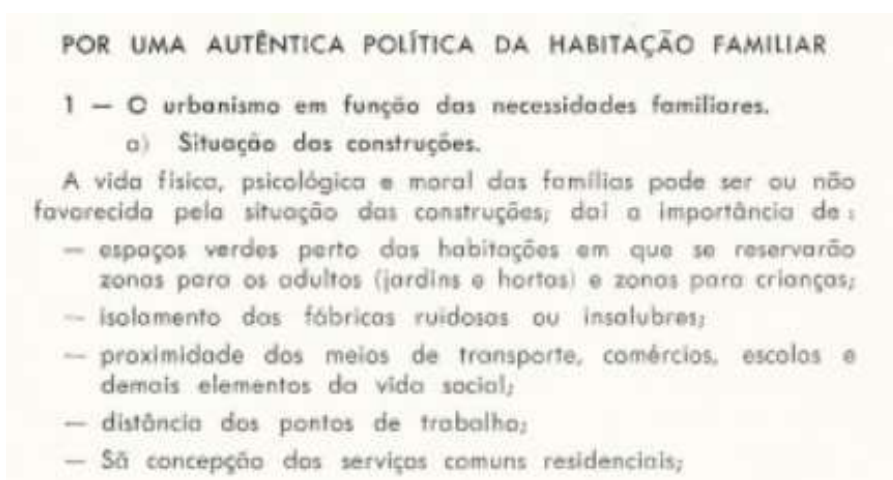
Figura 48 – Boletim informativo mensal nº 51, São Paulo, 1958, P.1

O temário do Congresso versará sobre problemas de habitação e planificação regional, de atualidade crescente em todos os países do mundo. Os trabalhos apresentados reunirão um inquérito anteriormente distribuídos em todos os países participantes. O tema principal se dividirá nos seguintes aspectos: caracteres, objetivos, proposições e realizações dos planos regionais; problemas da habitação rural na planificação regional; métodos de trabalho etc.

Fonte: Acervo IAB-SP.

E quanto ao Congresso Mundial da Família, o principal objetivo era entender a composição das famílias e suas necessidades primárias, evitando proposições errôneas (figura abaixo). Essa idealização fazia parte da composição dos já citados grupos heterogêneos de profissionais, com formações diversas. A complexidade e o esforço desses estudos foram abandonados e ignorados pelo PNH de 1964, empobrecendo as intervenções do BNH.

Figura 49 – Boletim informativo mensal nº 51, São Paulo, 1958, P.2



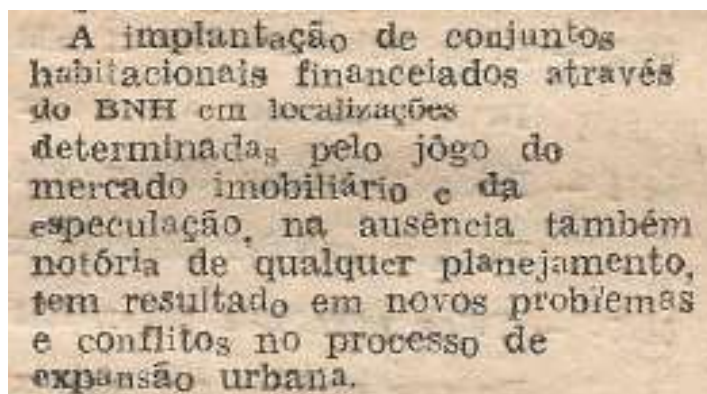
Fonte: Acervo IAB-SP.

Os grandes conjuntos habitacionais, padronizados, altamente adensados, distantes das centralidades, repetitivos e precários quanto ao conforto ambiental, caracterizam a produção habitacional durante o Regime Militar. Importante pontuar que há uma crítica dos arquitetos contemporâneos sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) como uma continuação desastrosa do BNH. Apesar dos esforços da categoria dos arquitetos com a criação do Estatuto das Cidades, do Ministério das

Cidades⁵³ e de Planos Diretores⁵⁴, os conjuntos atuais continuam tendo, prioritariamente, motivações econômicas (Cf. RANGA, 2015).

No boletim informativo dos anos 1968-1969, há uma publicação sobre as conclusões do VII Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado em Salvador, em 1966 (recorte abaixo). O principal questionamento foi em relação a atuação do BNH sem estudos prévios das regiões onde os novos conjuntos habitacionais estavam sendo implantados. Estava claro, para os arquitetos, que a moradia estava conectada a questões essenciais da vida social e cultural dos habitantes, definindo o meio urbano ao qual essas pessoas compunham.

Figura 50 – Boletim informativo mensal nº 1, São Paulo, 1968-1969, P.5



Fonte: Acervo IAB-SP.

No entanto, a atitude tomada pelo BNH foi justamente oposta às crenças dos arquitetos. Tais medidas foram explicadas por Maricato (1987). Segundo a autora, o processo de urbanização brasileiro é organizado sob um sistema arcaico de fundamentação patrimonialista. Isto significa dizer que, na origem, as cidades

⁵³ Segunda Maricato (2006) o princípio do Ministério das Cidades era articular transversalmente a questão financeira e fundiária buscando definir políticas gerais e setoriais integradas – habitação, saneamento ambiental e transportes – para as cidades, sem desconhecer as competências municipais e estaduais. Esta transversalidade seria o ponto chave para evitar o que foi alertado no texto de Silva (2014) sobre as trocas de governo e as batalhas no legislativo com as demandas interrompidas.

⁵⁴ Ainda de acordo com Silva (2014), apesar da aparente revolução com o Estatuto da Cidade e com os Planos Diretores implementados nas cidades brasileiras, o zoneamento continuou a ser utilizado como principal instrumento urbanístico, disputado em áreas já valorizadas ou em valorização, com infraestrutura urbana, principalmente de transporte. As corriqueiras trocas de governo forçaram batalhas no legislativo e normalmente as novas demandas do Plano Diretor são interrompidas.

brasileiras são caracterizadas pela concentração do patrimônio, do poder econômico e do poder político. Durante o Regime Militar não foi diferente.

Esse patrimonialismo explica a associação entre o Estado (poder público) e os interesses privados. Alguns dos reflexos dessa dinâmica no espaço construído são: falta de informações rigorosas sobre o uso e a ocupação do solo permitindo manobras de interesse do mercado imobiliário; inflexibilidade formal para a regularização de assentamentos majoritariamente de baixa renda; investimentos públicos regressivos, alimentando a exclusão social e os ganhos imobiliários privados; investimento público alimentando, também, a cooptação de “currais” eleitorais; e mercado privado restrito à elite (Cf. MARICATO, 1987).

Importante colocar que, essa cultura patrimonialista não desestimula a formulação de propostas transformadoras, mas fornece elementos da realidade que devem ser considerados, pois nenhuma mudança é rápida e tampouco deixa de levar em conta os valores sociais e a mentalidade historicamente construídos. Desconstruí-los é uma das tarefas da Política Nacional de Habitação e da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, daí a importância da formação de agentes sociais que assumam tais identidades.

Além de Maricato (1987), Rolnik (2015) conceitua a ‘guerra de lugares’ característica das cidades brasileiras, como falta de um marco de planejamento territorial em escala nacional e a negligência das necessidades dos ocupantes de áreas informais ou irregulares. A consequência é a divisão alarmante entre centros e periferias com as distinções entre condições de infraestrutura urbana e oportunidades de trabalho, lazer e cultura. A multiplicação de habitats precários, inacabados e inseguros vem à tona quando barracos desabam, em consequência de chuvas intensas, e quando eclodem crises ambientais como o comprometimento de áreas de recarga de mananciais em função de ‘ocupação desordenada’ (Cf. ROLNIK, 2015).

Os eventos aqui apontados são apenas alguns exemplos dentre muitos outros que foram realizados entre as décadas de 1940 e 1960. O objetivo deste tópico, portanto, não é elencar os eventos um a um, mas sim demonstrar algumas qualidades específicas. Um dos pontos importantes é a participação e o conhecimento dos arquitetos brasileiros tanto sobre congressos nacionais, como internacionais.

Acredita-se que a agenda ativa e dupla formação profissional, prática e acadêmica, contribuiu para a excelência da arquitetura brasileira.

Sobre as participações internacionais, a UIA foi fundamental. A União organizou, divulgou e patrocinou boa parte dos encontros entre países da América e também da Europa. Além disso, é importante perceber o posicionamento constante dos arquitetos, sempre a favor da função social da profissão. É possível dizer que, ao menos neste período da historiografia da arquitetura, havia um consenso universal entre os profissionais com relação à habitação social e ao planejamento urbano, embasados pela Carta de Atenas (1954), resultante dos encontros internacionais dos CIAMs. Justamente por esse motivo, todas as publicações que citam a atuação do BNH criticam, veementemente, a atuação do mercado imobiliário em detrimento de condições sociais mínimas.

Outro ponto importante é que, mais uma vez, fica clara a intenção de trabalhar o tema habitacional juntamente com a planificação urbana. O crescimento impetuoso das cidades era uma preocupação relevante e influenciou as propostas da época.

5. PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO (PNH) DO REGIME MILITAR (1964)

A década de 1960 foi marcada por revolução tecnológica nos países do Norte e por ruptura institucional, processo inflacionário e endividamento externo na América Latina. O avanço tecnológico dos países desenvolvidos, importado pelos latinos, assinalou o auge dos sistemas de pré-fabricação, principalmente na construção de edifícios institucionais, que uniam execução rápida a custos mais baixos. Nesse intercâmbio, os Estados Unidos tiveram papel fundamental, por meio de convênios de assistência técnica e financeira com os governos dos países latino-americanos. Empenhados em adentrar mais efetivamente novos territórios e estreitar laços com as nações vizinhas, insistiram em uma solidariedade pan-americana que se dizia em luta pela democracia e contra o fascismo. Nos primeiros anos pós-Segunda Guerra Mundial e com o início da Guerra Fria, a visão oficial dos Estados Unidos era a de influenciar governos, instituições multilaterais, fundações e universidades, ampliando cada vez mais o alcance dos *Latin American Studies* também na Europa, sobretudo depois da Revolução Cubana (1959).

Em sua perspectiva expansionista, os próprios norte-americanos dedicaram-se ao estudo de assuntos interdisciplinares relacionados à América Latina, como história, geografia, sociologia, economia e ciência política, e ao desenvolvimento de suas cidades no século XX. A Escola de Chicago⁵⁵, com nomes como Robert Redfield e Oscar Lewis, se aprofundou em questões como crescimento desenfreado e desordenado das cidades; ocupações irregulares seguidas do crescimento das favelas e *barreadas*; e a perpetuação da cultura da pobreza resultante da perda da identidade territorial.

⁵⁵ Desenvolvimento de estudos de sociologia da Universidade de Chicago, começando a partir dos anos 1930. Sendo a América Latina, tida como laboratório das experiências internacionais.

Segundo Lewis (1971), as semelhanças culturais entre as cidades latinas ocorreram porque eram "adaptações comuns a problemas comuns" e "a cultura da pobreza é simultaneamente uma adaptação e uma reação das classes pobres à sua posição marginal em uma sociedade capitalista estratificada, altamente individualista". Em seus estudos sobre as causas das migrações e os impactos socioculturais nos imigrantes de uma cidade, o processo de urbanização não é unitário, tampouco universal. É dependente das condições sócio históricas dos imigrantes⁵⁶. Em Santiago, em 1959, no primeiro seminário sobre problemas de urbanização da América Latina, organizado pela CEPAL e pela UNESCO⁵⁷, foram apresentados estudos para as cidades de Buenos Aires, Lima e Rio de Janeiro.

Nesse contexto, os temas dominantes eram a habitação de interesse social; a planificação integral; a pré-fabricação; a standardização; a necessidade de especialização; e o trabalho profissional interdisciplinar. Havia também a ideia de estabelecer um "mercado comum interamericano", que facilitaria a incorporação e o consumo universal. Tudo isso dentro das condições estipuladas pela Aliança para o Progresso e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que definiram exigências mínimas de importações de produtos, sistemas e tecnologia para validação de empréstimo a governos dos países da América Latina e Caribe, para o fomento da habitação, fundamentalmente.

A expectativa era criar em cada país um sistema similar ao norte-americano da *Federal Housing Administration*⁵⁸ (FHA), que fracassou diante das condições em que operavam os mercados latino-americanos, onde não havia estabilidade, tampouco a rentabilidade que se esperava dos sistemas pré-fabricados importados frente à construção tradicional racionalizada.

As malogradas experiências internacionais levaram os arquitetos brasileiros a defender que, ante a impossibilidade de assumir o custo da habitação por setores com

⁵⁶ Milton Santos, posteriormente (1978), criticou pertinentemente às análises de Lewis, embasado no estudo de Charles A. Valentine, *Culture and Poverty*, de 1969. Segundo Santos, o estudioso, também da Escola de Chicago, foi o responsável por fazer uma crítica mais aguda contra o ponto de vista de Lewis, associando o fator de pobreza a questões de crescimento e desenvolvimento dos países.

⁵⁷ Fundada em 1946, em Paris, com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo. Diretamente relacionada à preservação das entidades e tradições culturais.

⁵⁸ A *Federal Housing Administration* (FHA): é uma agência do governo dos Estados Unidos, atuante desde 1934, com o objetivo de estabelecer padrões de construção e assegurar a garantia de empréstimos feitos por bancos e outros credores privados para a execução de casas próprias. Ao menos teoricamente, os principais objetivos dessa organização são melhorar os padrões e condições habitacionais da população de maneira geral.

poucos recursos, o Estado deveria arbitrar os meios para assegurar o direito à moradia, como um valor social, definindo políticas habitacionais de interesse social. Também consideravam que moradias isoladas não atendiam às necessidades humanas e, sempre dentro do contexto desenvolvimentista, os programas de construção deveriam resultar de uma planificação integral prévia.

Esses preceitos foram implementados em alguns dos projetos realizados na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, no final da década de 1940 e início de 1950, sob a administração do DHP, estudados no quarto capítulo. Infelizmente, foram intervenções pontuais, longe de solucionar problemas estruturais da antiga capital do Brasil. Com o fim do Departamento, seus princípios foram substituídos por outras medidas, adotadas na sequência, como é o caso das realizações do BNH.

Na contramão de tudo que foi proposto pelos arquitetos, com o fim do governo de João Goulart e com o início do Regime Militar de 1964, inúmeras foram as manobras dos militares no poder para perpetuar o sentimento de falso desenvolvimento no País. Para conter a alta da inflação, extinguiram-se diversos subsídios estatais, houve aumento nas taxas de impostos, redução de gastos públicos, injeção de dinheiro privado na economia, fim da estabilidade no emprego, e achatamentos salariais. Esses fatores foram diretamente responsáveis pela concentração do capital, pelo direito seletivo à cidade, pelo fortalecimento do poder da ditadura a partir de uma imagem ilusória, pelo aumento da dívida externa, pela superexploração dos trabalhadores e pela dependência de produtos importados, entre outras consequências negativas, que culminaram na fuga do capital estrangeiro decorrente da crise internacional.

A ausência de subsídios também para habitação popular incentivou o aumento do custo da terra e favoreceu a explosão das ocupações faveladas. Enquanto muitos não tinham onde morar, para outros, a propriedade do solo urbano tornou-se um investimento. Nesse contexto, o Estado deixou de ser protagonista na produção de habitações sociais e transferiu essa atividade essencial para o capital privado. O poder público, portanto, passa a ser conivente com as regras do mercado de favorecimento dos mais abonados em detrimento dos mais necessitados. Entre os anos de 1964 e 1986, foram construídas 5 milhões de unidades habitacionais, sendo que apenas 25% foram produzidas pelo Estado, a partir do BNH.

A economia brasileira girava (e ainda gira) em torno de uma lógica perversa. Foi desse período a famosa frase do economista Delfim Neto, “primeiro crescer o bolo para depois dividir”, enquanto ocupava o cargo de ministro da Fazenda (1967-1974), nos governos de Costa e Silva e Médici. Empresários e investidores enriqueceram, o bolo cresceu, mas nunca chegou a ser dividido.

5.1. O Golpe de 1964 e o Regime Militar

Além das questões políticas e sociais, o Regime Militar implantado no Brasil, a partir do Golpe de 1964, precisa ser entendido como um sistema econômico. O governo de João Goulart, quando caiu, contava com 76% da opinião pública a seu favor⁵⁹, elevado índice de popularidade, não obstante a formidável campanha que as oposições interna e externa promoveram, com o objetivo de o desestabilizar (Cf. TOLEDO, 2014, p. 119).

Chiavenato (1994) ressaltou a influência da mídia no processo de articulação do Golpe e do completo isolamento político de Jango. Segundo ele, *O Jornal*, do Rio de Janeiro, foi um dos maiores responsáveis pela perseguição ao presidente logo após o Comício do dia 13⁶⁰.

Dois dias depois do comício, um dos principais órgãos da imprensa brasileira, *O Jornal*, do Rio de Janeiro, publicou em editorial que o Exército não devia obediência ao governo. O texto dizia que ninguém “é obrigado a acatar ou obedecer uma ordem abusiva, muito menos dar proteção àqueles que desafiam e infringem as leis que fazem agitações numa praça pública em favor de uma revolução comunista (CHIÁVENATO, 1994, P. 19).

⁵⁹ Pesquisa do Ibope revelada pelo *Correio Brasiliense*, Brasília, 11.9.1989. *Vide* também pesquisa completa de Antônio Lavareda. In: *Isto é Senhor*, São Paulo, Editora Três, 12 de dezembro de 1990, nº 1108, pp. 44-46

⁶⁰ O Comício do dia 13 ou Comício da Central foi realizado na Praça da República (em frente à estação Central do Brasil), na cidade do Rio de Janeiro, em 1964, às vésperas do Golpe de estado. O ato contou com a presença do presidente João Goulart e, também, do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. O feito pretendia anunciar a desapropriação das refinarias de petróleo (que ainda não estavam sob o comando da Petrobrás), a desapropriação de propriedades subutilizadas no campo (Reforma Agrária) e a formulação da Reforma Urbana.

Figura 51 – O presidente João Goulart, ao lado da esposa, Maria Teresa, no comício do dia 13 de março de 1964



Fonte: Chiavenato (1994, p.21).

Além da mídia impressa, a televisão foi uma importante ferramenta de comunicação e manipulação das massas urbanas. Segundo o próprio autor, a contribuição televisiva foi decisiva para a fabricação da imagem de uma administração subversiva, antipatriótica e ofensiva às crenças “ocidentais e cristãs” do povo (CHIAVENATO, 1994, p. 29). A companhia religiosa contra o governo de Jango, representada pelo ultraconservadorismo de bispos como dom Geraldo Sigaud e dom Castro Mayer, por exemplo, endossou ainda mais a falta de apoio do político.

Com a inflação considerável e uma taxa máxima de juros de 12% ao ano, as camadas mais pobres da população sofreram forte impacto. As complicações econômicas, em parte, foram herança de finais do governo JK e de seu ambicioso Plano de Metas. Os altos custos para a construção de Brasília também devem ser pontuados.

Juscelino fez de tudo para obter as divisas de que precisava para realizar o seu ambiciosíssimo Plano de Metas. O Brasil, efetivamente, teve um crescimento enorme em 1956-1961, e a crise econômica que se desenha no país no último ano do governo JK e durante os três anos do de João Goulart pode ser atribuída ao sobre-esforço a que a economia brasileira foi submetida. O Plano de Metas deixou uma série de pontas soltas, entre as quais uma dívida externa de curto prazo para o que precisaríamos ter sorte no mercado mundial, como uma melhoria dos termos de intercâmbio, que não estávamos tendo (TOLEDO, 2014, p. 23).

Ao que se refere à habitação popular, foi mais um momento de expansão das periferias como alternativa de moradia. As condições brasileiras na década de 1960 eram quase coloniais. Mais da metade da população ainda vivia no campo e a economia dependia do café como principal produto de exportação.

O café representava, em 1964 e nos anos precedentes, cerca de 70% ou 80% de toda a receita de exportação. Quando o preço do café caía, o Brasil entrava em crise; quando o preço do café subia, havia euforia não apenas no setor cafeeiro, mas, através da exportação cambial, também do setor industrial. As divisas proporcionadas pela cafeicultura permitiam importar meios de produção. Quando o volume importado crescia, a indústria acelerava. Portanto, o ritmo de desenvolvimento do Brasil era comandado pelo câmbio, pela exportação e pelo preço do café (TOLEDO, 2014, p. 22).

Apesar do café como principal produto de exportação e a população, majoritariamente camponesa, havia um elevado índice de desemprego e uma precariedade da qualidade de vida nas regiões interioranas. Tais fatores contribuíram para um enorme fluxo migratório do campo para as cidades em busca de melhores condições. Como as cidades não estavam preparadas para receber os altos contingentes populacionais, as camadas mais pobres enfrentaram dificuldades.

Neste contexto, pouco antes do Golpe de 1964, as greves eram frequentes. Ao mesmo tempo, cresciam a independência, a autonomia e o caráter de massa de um sindicalismo cada vez mais contundente e muito semelhante ao que é hoje equivalente ao sindicalismo da Central Única dos Trabalhadores – CUT (TOLEDO, 2014, p. 25). Além dos movimentos populares concentrados nas cidades, ocorreu uma luta de classes também no campo, onde fazendas foram ocupadas, desde o Rio Grande do Sul até o Maranhão. Com principal destaque para o Nordeste, em especial, Pernambuco, foco das Ligas Camponesas.

As Ligas pretendiam defender os camponeses contra a expulsão da terra, a elevação do preço dos arrendamentos, a prática do “cambão”, pela qual o colono deveria trabalhar um dia por semana de graça para o dono da terra⁶¹ (FAUSTO, 2019, p. 378).

Outros dois pontos de protestos foram consideráveis no período: a movimentação dos estudantes por meio da UNE; e as contestações do grupo religioso JUC, responsável por criar a AP, em 1962, e participar, ativamente, das lutas políticas da época. Todo

⁶¹ A contrapartida aconteceu em 1963, quando Jango sancionou o Estatuto do Trabalhador Rural. A intervenção tratou de medidas básicas, como, a duração do tempo de trabalho, o pagamento de salários mínimos, os descansos semanais e as férias remuneradas.

esse cenário teve um papel significativo na mobilização que antecedeu a queda de Jango.

Ao mesmo tempo em que os movimentos contestadores ganhavam forma, o governo de Goulart tentava colocar em prática suas principais prioridades: reforma agrária e reforma urbana. A reforma agrária pretendia lidar com a miséria no campo, proporcionando condições mínimas de trabalho e habitabilidade aos camponeses, em uma tentativa de reduzir os elevados índices de êxodo rural.

Afinal, a fuga dos trabalhadores rurais era responsável direta pelo adensamento acelerado das cidades brasileiras no período. Ainda sobre a vida rural, outro ponto de questionamento era sobre a redação da Constituição Federal de 1946, artigo 141, parágrafo 16. Segundo o próprio IAB, no documento final de realização do SHRU (2ª proposta – ver Anexo 04), os arquitetos se posicionaram contrariamente à indenização dos proprietários rurais de forma antecipada e em dinheiro, por parte do Estado, para aquisição de bens de interesse social. A solicitação de reforma da Constituição era vista como uma forma de evitar o estímulo de proprietários rurais a usarem suas terras para rendimento pessoal, quando se almejava justamente o inverso para equilibrar as condições dos trabalhadores.

[...] como o Estado não tinha recursos para indenizar proprietários a serem desapropriados, o que inviabilizava a reforma agrária, defendia-se a mudança da Constituição. Isso permitiria que os proprietários fossem pagos ao longo dos anos, após a desapropriação, com títulos da dívida pública (FAUSTO, 2019, p. 381).

Ao mesmo tempo, ainda no governo de João Goulart, a reforma urbana pretendia criar condições para que os inquilinos se tornassem proprietários de suas casas alugadas; estender o direito ao voto; e intervir amplamente na economia a partir de medidas nacionalistas para a proteção de produtos locais. É importante dizer que essas medidas, apesar de fundamentalmente progressistas, faziam parte de um conjunto de ações capitalistas.

É fácil perceber que as reformas de base não se destinavam a implantar uma sociedade socialista. Eram apenas uma tentativa de modernizar o capitalismo e reduzir as profundas desigualdades sociais do país, a partir da ação do Estado (FAUSTO, 2019, P. 382).

No entanto, como isto implicava em mudanças nas lógicas organizacionais das classes empoderadas e dominantes, a elite aproveitou-se da desinformação generalizada para validar o fantasma do comunismo como um mau a ser combatido,

e ganhou apoio dos conservadores moderados nos moldes do que acontece atualmente. Importante entender que:

Nos anos 1930-1964, ao lado da estratégia destinada a implantar o capitalismo nacional, desenvolveu-se também a estratégia orientada no sentido de implantar o *socialismo nacional*. Muitas vezes, o nacionalismo presente nos debates, nas diretrizes governamentais, nos programas de partidos políticos, nas atividades de movimentos sindicais e em outras esferas da sociedade era um nacionalismo no qual convergiam forças sociais comprometidas com o capitalismo nacional e forças sociais comprometidas com o socialismo nacional (TOLEDO, 2014, p. 169).

É possível notar que, em 1964, com o início do Regime Militar, foram rompidas as diretrizes e as práticas destinadas à implantação do capitalismo nacional e inauguraram-se as diretrizes e práticas destinadas à implantação do capitalismo associado ou dependente (TOLEDO, 2014, p. 168-169), característico da América Latina. Marcado por um discurso vazio, o novo governo ganhou espaço com a justificativa de que a crise pela qual o País estava passando só poderia ser resolvida pelos militares. E, como deveria se imaginar, os trabalhadores foram efetivamente submetidos a condições extremamente exploratórias, as manifestações operárias foram fortemente reprimidas a ponto de não haver mais greves, a rebeldia camponesa foi liquidada com grande repressão e as manifestações estudantis também foram perseguidas (TOLEDO, 2014, p. 27).

O novo governo ilegítimo, que deveria livrar o País da corrupção e do comunismo, começou a governar a partir de Atos Institucionais (AI), que eram organizados por meio da concessão de poderes excepcionais. Foi nesse cenário que se iniciaram as perseguições, prisões e torturas a opositores ao Regime. A repressão mais violenta concentrou-se no campo, especialmente no Nordeste, atingindo sobretudo às Ligas Camponesas (Cf. FAUSTO, 2019, p. 399).

O controle dos envolvidos, em quaisquer que fossem os movimentos, era feito por meio do Serviço Nacional de Informações (SNI), instaurado em junho de 1964. Essa foi a maneira encontrada para controlar a massa trabalhadora no campo e na cidade, além de promover uma reforma do aparelho do Estado.

Na área econômica, as realizações estavam previstas no Programa de Ação Econômica (PAEG), sob a responsabilidade dos ministros do Planejamento, Roberto Campos (um dos autores do PNH de 1964), e da Fazenda, Otávio Gouveia de Bulhões

(ministro no curto governo de Café Filho). O objetivo do Programa era reduzir o déficit do setor público, contrair o crédito privado e comprimir os salários (Cf. FAUSTO, 2019, p. 402). Três pontos foram importantes nesta organização: reequilíbrio das finanças públicas; alta rotatividade da mão de obra; e criação do FGTS.

O reequilíbrio das finanças da União foi obtido através da melhora da situação das empresas públicas, do corte dos subsídios a produtos básicos como o trigo e o petróleo, que eram importados a uma taxa de câmbio mais baixa, e do aumento da arrecadação de impostos [...] Ela veio acompanhada de medidas destinadas a impedir as greves e a facilitar a rotatividade da mão de obra [...] ainda que a adesão ao fundo não fosse por lei obrigatória, ela tomou de fato esse caráter [...] A criação do fundo foi vantajosa para os empregadores, que passaram a contratar e dispensar seus empregados mais livremente (FAUSTO, 2019, p. 402).

Tais medidas contribuíram para o favorecimento do empresariado e, conseqüentemente, para o aumento das desigualdades sociais no País. Além disso, o aparente êxito do Programa muito teve a ver com ajuda internacional.

Devemos lembrar ainda que o problema crítico da dívida externa pode ser provisoriamente resolvido, graças ao sinal verde do FMI e à maciça ajuda do governo americano através da Aliança para o Progresso, inaugurada pelo presidente Kennedy (FAUSTO, 2019, p. 404).

Era interessante (e ainda é) para países imperialistas que as relações de dependência fossem mantidas a todo custo em troca de inúmeras vantagens comerciais internacionais. No caso, o Brasil foi (e ainda é) um dos principais representantes na relação de subordinação com os norte-americanos. Para Ribeiro (2015):

Um bando de tecnocratas assaltou, nos últimos anos, os órgãos definidores da política econômica e financeira de nosso país. São os *chicago boys*, discípulos de Delfim e de Roberto Campos, todos de cabeça feita lá fora, todos colonizados mentalmente. Em sua arrogância, não reconhecem nenhuma função social da propriedade, nem qualquer ordem de interesse econômico propriamente nacional. Atribuem qualquer ideia de planejamento econômico ao comunismo. Apátridas, nada sabem nem querem saber da história brasileira. Comportam-se como se o país devesse nascer agora de suas mentes avassaladas ao capital transnacional (RIBEIRO, 2015, p. 39).

De acordo com as considerações acima, a condição de Estado mínimo e de uma economia socialmente irresponsável, pode ser percebida em diferentes momentos da história brasileira, sendo a década de 1960 um deles.

O quadro síntese abaixo é um resumo dos principais acontecimentos ao longo do Governo Castello Branco, das contribuições de eventos organizados por arquitetos, e da contribuição do IAB por meio de alguns profissionais (nomes em negrito).

Figura 52 – Quadro síntese 1964-1967

5. PNH DO REGIME MILITAR (1964)

GOVERNO	Humberto Castello Branco (1964-1967)
MODELO ECONÔMICO	Industrialização capital internacional
INSTITUIÇÕES	BNH, SERFHAU, SFH (1964)
EVENTOS NACIONAIS	I Encontro Nacional de Arquitetos Planejadores; Mesa Redonda sobre Política Habitacional; VII CBA (1966)
EVENTOS INTERNACIONAIS	XI CPA (1965); VIII CIAM (1966); X Congresso UIA (1969)
CIRCULAÇÃO DE IDEIAS	Resposta à Comissão Especial do Congresso Nacional (1967)
ARQUITETOS DE DESTAQUE	Domingos Theodoro de Azevedo Netto; Harry James Cole; Maurício Nogueira Batista; José Arthur Rios; Sylvio de Vasconcellos; John Turner; Joaquim Guedes ; Dalmir Motta Durante; Edmilson Carvalho de Almeida

Fonte: Elaboração própria, 2020.

5.2. O Plano Nacional de Habitação e a Lei nº 4.380/64

A Lei reguladora do PNH, Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, foi aprovada sob o comando do general Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967), primeiro representante do Regime Militar no poder que, a partir de um Golpe de estado, tinha por principal objetivo contrapor-se aos nacionalistas reformistas, representados pelo PTB, e ao projeto das Reformas de Base do já mencionado governo de Jango.

A versão final e oficial do PNH foi aprovada a partir do PL nº 2.006, de 27 de maio de 1964, iniciativa do Poder Executivo, que encaminhou ao Congresso Nacional proposta elaborada por seus ministros Arnaldo Lopes Sussekund (Ministro do Trabalho e Previdência Social) e Roberto de Oliveira Campos (Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica). Após aprovação na Câmara dos Deputados, o PL seguiu para o Senado Federal, onde recebeu o número de Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 75/64 e, posteriormente, foi encaminhado à Castello Branco para sanção ou veto.

Com o PLC em mãos, algumas foram as intervenções de Castello Branco. Os itens vetados ou com tentativa de vetos serão analisados no tópico seguinte. Inicialmente, interessa uma avaliação sobre o panorama geral ao qual o PNH foi responsável por atuar em território nacional no âmbito da habitação social a partir dos mecanismos criados (BNH; SERFHAU e SFH) e executados de acordo com a Lei nº 4.380/64, aprovada apenas três meses depois da proposição de seu PL.

A Lei que instituiu correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, o BNH, as Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o SERFHAU, o SFH, além de outras providências⁶², agravou problemas sociais e urbanos a partir do momento em que ignorou as

⁶² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4380.htm Acessado em: 6 mar. 2019

discussões urbanísticas proporcionadas pelo SHRU. Empoderou os construtores civis e os empresários e priorizou o lucro imediato de um banco que deveria ter funções exclusivamente sociais. As medidas, atreladas a outras intervenções econômicas, resultaram em grandes desigualdades e produção acelerada de um espaço urbano sem qualidades básicas e/ou mínimas.

Analisando mais detalhadamente os itens da Lei, no capítulo I, artigo primeiro, foi proposto que o próprio Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica seria o responsável por formular a política nacional de habitação e de planejamento territorial. Um dos temas amplamente debatido pelos arquitetos, além de outros profissionais, integrantes do Seminário foi a necessidade de descentralizar essas medidas e a importante tendência mundial sobre a constituição de grupos heterogêneos para a formulação de equipes de planejamento urbano mais eficientes.

Logo a seguir, no artigo terceiro, parágrafo segundo, ficou definido que apenas órgãos federais teriam autonomia para suprir necessidades locais. Essa medida fez com que municípios fossem enfraquecidos em função das dimensões consideráveis do território brasileiro e da urgência habitacional nas mais diversas regiões. As áreas mais dinâmicas economicamente foram priorizadas em detrimento de locais mais afastados dos grandes centros urbanos que vinham se formando no processo de urbanização do final da década de 1960, início de 1970.

No artigo quarto fica clara que a ideia da construção dos novos conjuntos habitacionais com o objetivo de eliminar favelas que se disseminavam pelas periferias das cidades. Esse posicionamento também estava na contramão do que vinha se pensando no contexto internacional. As favelas que já haviam sido vistas como aberrações e como problemas de saúde pública no início do século XX, nesse momento, eram entendidas como componentes das grandes cidades latino-americanas.

Na realidade, desde a década de 1940 as ocupações faveladas já estavam sendo compreendidas como algo importante no funcionamento geral dos centros urbanos. Nesse momento, os arquitetos estavam próximos ao princípio da função social da arquitetura e passavam por um momento de fortalecimento da profissão. A Fundação Leão XII (1947), atuante no Rio de Janeiro, por exemplo, deteve à assistência material e moral aos moradores de favelas. Com os graves retrocessos, ao longo do Regime Militar, a cidade de São Paulo, por exemplo, veio a ter uma grande intervenção de

urbanização de favelas muito mais tarde, com a prefeitura de Luiza Erundina (1989-1992).

Além disso, importante pontuar também que a lógica de implantar novos conjuntos habitacionais apenas em antigas áreas faveladas, nas periferias das cidades, fez com que a população de menor poder aquisitivo ficasse afastada das regiões centrais, locais de maior disponibilidade de serviços de maneira geral. Portanto, a lógica dos arquitetos, em sua maioria, sempre foi uma tentativa de abrigar a população carente em bairros centrais, já servidos de infraestrutura. Minimizando, inclusive, gastos públicos. No capítulo III, seção II, artigo décimo primeiro, a lei volta a mencionar a iniciativa de eliminar favelas, mocambos e outras aglomerações urbanas.

No mesmo capítulo e seção, artigo nono, ficou definido que o funcionamento do SFH priorizaria a aquisição da casa própria. É importante esclarecer que os mecanismos escolhidos para produzir políticas habitacionais no Brasil, naquele momento, estava associada à expansão e consolidação do sistema econômico capitalista.

No capítulo IV, artigo décimo sexto, ficou definida a total autonomia do BNH, vinculado ao Ministério da Fazenda. No artigo seguinte ficou definido que o BNH iria orientar, disciplinar e controlar todo o sistema de finanças. E no artigo décimo oitavo, foi dada total autonomia ao BNH que seria responsável por autorizar e fiscalizar o funcionamento das sociedades de crédito imobiliário, além de fixar limites, prazos e juros das contas de depósito do SFH. Entretanto, no SHRU foi discutida a necessidade de existir um órgão de arquitetura e planejamento urbano acima do sistema financeiro e dos interesses mercado imobiliário e das empresas privadas.

Oposto ao que os arquitetos haviam sugerido, ainda no capítulo IV, artigo vigésimo sétimo, ficou definido que o BNH seria administrado por um Conselho de Administração e por Diretoria, ambos formados por integrantes nomeados pelo próprio presidente da república. Complementando essas dissonâncias, no capítulo VII, artigo quinquagésimo quarto, parágrafo segundo, ficou definido que o superintendente responsável pelo SERFHAU seria nomeado pelo Conselho de Administração do BNH. Como esse Conselho estava atrelado ao Presidente, indiretamente, o SERFHAU também estaria.

Nesse mesmo capítulo ficou ainda definido que os servidores da FCP seriam mantidos e aproveitados no SERFHAU e que trabalhariam em parceria e com colaboração do IBGE em levantamentos estatísticos. No entanto, tais medidas não foram suficientes

para compor e concretizar um grupo técnico capacitado e independente conforme havia sido pensado.

5.3. Os vetos do PNH

Pleiteado o PLC nº 75/64, foram vetados enunciados de interesse social, conforme defendido pelos arquitetos no SHRU, em 1963.

Figura 53 – Nota do Planalto para os itens vetados da Lei 4.380

Nº 298, de 21 de agosto de 1964. Comunica ao Senado Federal as razões do veto parcial ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.006-64, (no Senado nº 75-64), que institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), as Sociedades de crédito imobiliário, as letras imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências, transformado na Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964. (Enc. ao S.F. em 21-8-64).

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Mensagem_Veto/anterior_98/Vep-Lei-4380-64-resumuo.pdf

Diante dos vetos de Castello Branco, o IAB se manifestou contrariamente, na tentativa de manter as condições discutidas no Seminário. O Instituto insistia na criação de um Conselho Nacional de Habitação e Planejamento Territorial, nos moldes do que já se fazia em outros países⁶³, como forma de proporcionar condições sociais mais adequadas às classes menos favorecidas. Para isso, os arquitetos questionaram os vetos da Presidência da República aos itens do PL nº 2.006/64 e encaminharam o documento ao ministro do Planejamento (um dos responsáveis por elaborar o projeto) e ao próprio Presidente da República.

⁶³ Como é o caso do CORVI (Corporación de la Vivienda) no Chile. Criado em 1953, operou em paralelo ao Plano Habitacional de 1959, na promoção de soluções habitacionais no País. Outro exemplo é o PREVI (Proyecto Experimental de Vivienda) no Peru. Proposta concebida em 1966, que começou a ser implantada em 1968. A partir de concursos nacionais e internacionais, diversos estudos e projetos foram realizados no levantamento de dados das *barriadas* existentes e na realização de novos planos.

Assim também, ao serem divulgados os firmes propósitos do governo do presidente Castello Branco em empenhar-se a fundo na solução do problema habitacional do país, o IAB fez chegar imediatamente à Sua Excelência o seu aplauso, colocando-se inteiramente ao dispor para o equacionamento e solução do problema. Idêntico oferecimento fez ao Senhor Ministro do Planejamento, Doutor Roberto Campos (IAB, 1964 *apud* SERRAN, 1976, p. 72).

No mesmo documento em que os arquitetos exaltam a aceitação dos congressistas em complementar a Lei, no intuito de gerar uma política habitacional muito mais coerente, também pontuaram os itens com os quais não concordaram, destacando suas possíveis consequências negativas. A primeira delas trata da completa subordinação do SERFHAU, órgão de planejamento, ao sistema econômico-financeiro. A crítica concentra-se na impossibilidade de autonomia dos municípios brasileiros:

Ser necessário rejeitar os vetos que retiram a possibilidade dos municípios receberem financiamentos para a elaboração de seus planos diretores (item VI do art. 17 e item VII do art. 24). (IAB, 1964 *apud* SERRAN, 1976, p. 72).

Esse texto acima refere-se ao trecho ‘de planos diretores’ vetado no PL nº 2.006/64, no item VI do artigo 17⁶⁴. A questão também foi pontuada, anos depois, por diversos arquitetos e profissionais de outras áreas do conhecimento. Segundo Maricato (1987), essa postura representou um atraso para os municípios brasileiros até a década de 1980:

Raras foram as realizações de governos municipais ou estaduais na área de habitação, independentes do BNH, tal o acentuamento da centralização de recursos e decisões nas mãos do governo federal, durante o período que vai do início do regime militar, 1964, até seus últimos anos, 1982 a 85 (quando novas experimentações são tentadas, principalmente através da institucionalização de construção com mutirões) (MARICATO, 1987, p. 31).

Apesar da defesa de uma política nacional de habitação para integração do território e garantia de qualidade de vida para todos, o IAB reconhecia as necessidades específicas das distintas regiões do País. Com sua vasta dimensão territorial, o Brasil não podia prescindir de regulação estatal em diversos níveis – além do federal, o estadual e o municipal eram fundamentais.

⁶⁴ No texto original: “VI – financiar ou refinarciar a elaboração e execução de projetos promovidos por entidades locais de planos diretores de conjuntos habitacionais, obras e serviços correlatos”.

O segundo apontamento do IAB foi sobre os vetos relacionados aos serviços complementares que deveriam ser de competência do BNH:

Ser necessário rejeitar o veto que impede o Banco Nacional de Habitação de financiar serviços de complementação urbanística (redes de água, luz e esgoto, arruamentos e prédios para assistência médica e educacional, abastecimento etc. Item VIII do art. 17 e idem VII do art. 24). (IAB, 1964 *apud* SERRAN, 1976, p. 74).

Os enunciados vetados foram “[...] serviços e equipamentos urbanos [...] de construção [...] e que obedeçam às normas técnicas fixadas pelo serviço Nacional de Habitação e Urbanismo”, no item VIII do artigo 17⁶⁵; “planos diretores, serviços e equipamentos urbanos [...] de construção”, no item VII do artigo 24⁶⁶.

A grande problemática desses cortes era o aumento das desigualdades, pois os municípios mais pobres certamente não teriam condições de realizar obras complementares de infraestrutura, o que deveria ser da alçada do próprio BNH. Com razão, o IAB colocou esses vetos como um retrocesso ao planejamento urbano brasileiro.

O terceiro ponto questionado pelo Instituto refere-se ao esvaziamento da participação de arquitetos e demais profissionais de cargos técnicos da área da construção civil e do planejamento regional:

“Ser necessário rejeitar os vetos que esvaziam o setor técnico do plano: o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Item IV do art. 4º, parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 54 e parágrafo único do art. 56).” (IAB, 1964 *apud* SERRAN, 1976, p. 74).

Ficaram vetados os trechos “definidos como prioritários pelas autoridades locais e pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo”, no item IV do artigo 4⁶⁷; “e orientado por um conselho técnico”, “pelo Presidente da República, de uma lista tríplice apresentada”, nos parágrafos 1 e 2 do artigo 54⁶⁸.

⁶⁵ No texto original: “VIII – financiar ou refinanciar projetos relativos a serviços e equipamentos urbanos, a instalação e desenvolvimento da indústria de construção de materiais de construção e pesquisas tecnológicas, necessárias à melhoria das condições habitacionais do país e que obedeçam às normas técnicas fixadas pelo serviço Nacional de Habitação e Urbanismo”.

⁶⁶ No texto original: “VII – financiamento ou refinanciamento da elaboração ou execução de projetos de construção de conjuntos habitacionais planos diretores, serviços e equipamentos urbanos, instalação e desenvolvimento da indústria de construção de materiais de construção e pesquisas tecnológicas”.

⁶⁷ No texto original: “IV – os projetos da iniciativa privada que contribuíram para a solução de problemas habitacionais definidos como prioritários pelas autoridades locais e pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo”.

⁶⁸ No texto original: “§ 1º O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo será dirigido por um Superintendente e orientado por um conselho técnico.”; “§ 2º O Superintendente, de notória

Sobre esse questionamento, é importante também observar o preâmbulo do PL que definiu a criação do BNH para a realização dos projetos de habitação de interesse social, a partir de um sistema de financiamento e créditos imobiliários.

Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências (Lei nº 4.380, 1964).⁶⁹

Esse enunciado inicial, apesar de muito sucinto, já apontava para o fato de que o SERFHAU seria uma instituição de importância secundária no plano nacional. Isto, sem dúvida alguma, representou o domínio da produção capitalista sobre qualquer possibilidade de intervenções primordialmente humanitárias. O poder concedido ao BNH fez dele o principal ator de produção habitacional no período.

A partir da centralização de responsabilidades e do domínio do Banco neste setor, a participação de arquitetos e setores técnicos foi ínfima e os resultados ficaram muito aquém do esperado. Houve espraiamento das cidades; afastamento das classes mais pobres para as novas periferias; insuficiência de serviços de infraestrutura de qualidade; favorecimento das classes mais altas em função da concentração de renda; e aumento do número das construções faveladas.

As intervenções do BNH também não podem ser analisadas enquanto um laboratório de experimentações. No caso dos IAPs, da FCP e do DHP – Rio de Janeiro, por exemplo, alguns projetos formaram um conjunto de ensaios de técnicas construtivas, materiais e tipologias das unidades habitacionais. O BNH, por outro lado, limitou-se a utilizar técnicas e materiais que barateassem os custos de execução e servissem como válvula de escape para empregar um enorme contingente de mão de obra não qualificada.

A construção de prédios de quatro andares em organizações como bloco “H”, implantados lado a lado, sem nenhuma preocupação com o espaço público resultante, contribuiu para o empobrecimento do projeto arquitetônico e para a negação do conceito de habitação ampliado (como componente vivo das cidades). Representou, portanto, prejuízos básicos em quesitos de conforto térmico, como ventilação e

competência em matéria de habitação e urbanismo, será nomeado pelo Presidente da República, de uma lista tríplice apresentada pelo Conselho de Administração do Banco Nacional de Habitação.”

⁶⁹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4380.htm Acesso em: 6 mar. 2019

insolação, urbanismo falho do ponto de visto das atividades essenciais discutidas na Carta de Atenas, e também falso atendimento das demandas familiares, cada vez mais diversificadas.

E o quarto e último item do PL questionado pelo IAB foi sobre o veto à construção de moradias em áreas rurais:

Ser necessário rejeitar o veto que exclui a moradia rural dos benefícios da lei (Item V do art. 4º).” (IAB, 1964 apud SERRAN, 1976, p. 75).

Dentre os quatro tópicos listados acima, apenas este último foi derrubado em uma sessão conjunta das duas casas do Congresso Nacional⁷⁰. Conforme colocado pelo IAB, o problema da habitação rural atingia cerca de 54% da população brasileira à época. Apesar do item acima ter sido mantido na lei aprovada, a situação apontava claramente para a omissão do Governo Federal em dar prioridade à questão da moradia popular para todos, inclusive em áreas não urbanizadas.

A compreensão do meio rural como contribuinte de uma rede maior e complexa, que alimenta as cidades, poderia ocorrer com a suposta Reforma Agrária, debatida no governo João Goulart. No entanto, com o rompimento da linha de governo e o início do Regime Militar, quebrou-se o raciocínio que defendia condições mais humanitárias e igualitárias também no campo.

Os quadros sínteses abaixo são uma comparação entre os principais tópicos propostos pelos PL nº 1.911/60 e nº 87/63 e de seus contrastes com o PL nº 2.006/64 e consequentemente com a Lei nº 4.380/64.

⁷⁰ No texto original mantido: “V – a construção de moradia a população rural.”

5.4. O BNH, o SERFHAU e o SFH

O BNH, criado em 1964, foi inspirado em um discurso social, embasado fundamentalmente por arquitetos. No entanto, assim que colocado em prática, intensificou o crescimento das periferias e consolidou a segregação socioespacial brasileira. Com a aprovação da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e com os militares no poder, coube ao IAB promover uma campanha contra a lógica de funcionamento das políticas habitacionais no país, inicialmente sob a gestão de Ícaro de Castro Mello (1962-1965) e, depois, sob a gestão de Fábio Penteado, que assumiu a presidência do Instituto em 1966.

Importantes esperanças da classe para a correção da política habitacional (planos urbanos, pesquisa e treinamento de recursos humanos), estas entidades chegaram a apresentar bons serviços em seus primeiros momentos – principalmente o SERFHAU, durante maior tempo – mas, acabaram fechando recentemente. A despeito do relevante serviço prestado – que ficará aguardando a dedicação de estudiosos à busca de temas para teses de mestrado – a existência destes órgãos levou a uma redução no ímpeto da campanha ostensiva que o IAB desenvolvia no correr dos anos 65 e 66 (SERRAN, 1976, p.18).

O Governo Federal, apesar de discutir com arquitetos o adensamento excessivo e desordenado das cidades brasileiras, não atendeu às propostas previstas pelo SHRU e privilegiou a classe média em detrimento das camadas mais pobres, em uma sociedade que, a propósito, nunca deixou de ser individualista e capitalista.

“As propostas do Seminário de Reforma Urbana promovido pelo IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil) em 1963 são, na sua maioria, apropriadas e adotadas pelo sistema SFH/BNH – como reconhece o próprio IAB. Mas, embora as propostas não mudem substancialmente, o significado que lhe é atribuído pelos arquitetos, como instrumento de mudança social, é drasticamente reduzido. O sistema BNH/SFH rechaça o idealismo socializante que permeava aquele discurso coletivo (em parte fundamentado nas crenças utopistas das vanguardas europeias do século XIX e começo do XX, parcialmente levadas a cabo no pós-Segunda Guerra e assumidas por arquitetos e outros intelectuais) em prol de um realismo tacanho

que busca quase exclusivamente atender questões financeiras, de consumo e de mercado – mais palatáveis ao sistema autoritário que se implantava com o golpe militar de 1964 e mais conformes com a realidade político-econômica do país –, definido, nos termos daquela época como subdesenvolvido, dependente e subordinado ao bloco ocidental capitalista. Assim, embora algumas das políticas habitacionais almejadas pelos arquitetos sejam implantadas pelo SFH/BNH, seu conteúdo social é descartado, ou não realizado, ou quando muito torna-se um simulacro de mudança social despido de intenções utópicas”. (BASTOS e ZEIN, 2015)

A grande subversão do sistema foi priorizar o Banco e suas demandas econômicas em detrimento de instituições criadas e dedicadas exclusivamente ao estudo das cidades brasileiras e das possibilidades de intervenções a favor dos índices de bem-estar social. Incluem-se aí o próprio IAB, o SERFHAU e o IBGE, entre outras entidades.

O ato de Castello Branco, ao tentar vetar da Lei nº 4.380 o § 6º⁷¹, do Art. 54, que determinava a incorporação dos servidores da FCP à SERFHAU, deixa claro que o novo governo não tinha interesse, tampouco respeito, por conhecimentos produzidos sob o comando de outros presidentes. O fim da FCP não deveria significar, em nenhum momento, o não aproveitamento de seus bons resultados. A ideia era criar novos organismos (BNH, SERFHAU e SFH) mais organizados, estruturados hierarquicamente; e inter-regionais, com pleno conhecimento territorial e intervenções priorizadas em âmbito nacional.

Apesar de o Congresso Nacional ter votado pela manutenção do § 6º do Art. 54, a tentativa de veto, assim como outras manobras, esvaziou o corpo técnico das instituições públicas, montado ao longo de anos de trabalho. O fim dos IAPs também data de finais da década de 1960. Nesse caso, os Institutos foram unificados e substituídos pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), criado em 1966, que, na década de 1990, tornou-se o atual Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O DHP chegou ao fim em 1960, mesmo ano em que Carlos Lacerda assumiu o governo do estado da Guanabara (1960-1965) e Sandra Cavalcanti, o posto de deputada estadual da Guanabara (1960-1963). Ambos trabalharam juntos e mudaram radicalmente os rumos da cidade do Rio de Janeiro em relação às políticas para habitações sociais, optando por programas opostos aos que vinham sendo realizados

⁷¹ § 6º. Os servidores da atual Fundação da Casa Popular serão aproveitados no Serviço Nacional de Habitação e Urbanismo ou em outros serviços de igual regime – Lei 4.380/64.

na gestão de Carmen Portinho à frente do Departamento. Em depoimento para o filme *Reidy, a construção da utopia*, a engenheira explica:

Reidy já tinha morrido, eu já tinha me aposentado, e aí eles fizeram o que bem entenderam ou o que mais conveniente foi para todos os demais interessados. E resolveram cortar uma parte dos edifícios e passar um túnel por lá. Mas é gente de baixa renda, ninguém quer saber de atender. Aquilo foi um crime. A rua passava em outro lugar. A rua não atravessava o conjunto. Fizeram outras coisas lá. Largaram o prédio lá sozinho. O prédio deixou de pertencer a uma “unidade de habitação”. Quer dizer, estragaram tudo. E por fim, acabaram com o departamento. O Departamento de Habitação Popular deixou mais dois conjuntos construídos, e um projeto de Reidy para habitantes desalojados da favela do morro das Catacumbas. As curvas de Reidy inspiradas nos edifícios “autopistas” de Le Corbusier, reinventando o meio transtornado, promovendo bem-estar social, e integrando natureza, arquitetura e urbanismo, são a síntese do possível. Elas nos lembram que a habitação é fator determinante para o futuro das cidades (PORTINHO, 2008).

Ao todo, 27 favelas foram removidas, principalmente de áreas nobres, na zona Sul da cidade do Rio de Janeiro; mais valorizada, em um pensamento conservador e atrasado, nos moldes do que foi realizado pelo prefeito Francisco Pereira Passos, no início do século XX (1902-1906). As primeiras expulsões na cidade do Rio de Janeiro iniciaram no governo de Passos. Com a remoção dos velhos prédios residenciais da área central, as famílias mais necessitadas viram-se obrigadas a mudarem-se para os subúrbios, em função dos caros aluguéis. As medidas de “embelezamento” e “melhoramento” implicaram em altos custos sociais para uma cidade originalmente desigual.

Antes de iniciar as campanhas sanitárias lideradas por Oswaldo Cruz, no início do século XX, a remodelação do espaço urbano, sob a direção do prefeito Pereira Passos, começaria pela expulsão dos pobres do centro da cidade. A demolição de casebres, cortiços e casas de cômodos, na opinião dos médicos sanitaristas, representava eliminar os locais propícios para contaminação e propagação das doenças infecciosas (CARPINTÉRO, 1997, p. 55).

Posteriormente, ao longo do Regime Militar e das intervenções realizadas pelo BNH, na década de 1960, outras atrocidades foram realizadas ao que se refere ao urbanismo e à habitação social. Os novos endereços não tinham luz, asfalto e transporte, em contrapartida, ficavam convenientemente distantes do cenário de cartão postal da cidade.

Para nós a questão era simples e objetiva. Se a favela estava em área de risco, tinha de ser reassentada em outro local. Se invadia a Mata Atlântica, tinha de ser retirada dali. Se poluía margens de rios, lagos e lagoas, ou se ficava à mercê de marés, também tinha de ser deslocada (CAVALCANTI *apud* FREIRE, 2002, p.81).

Qualquer sociedade minimamente humanitária não deve, de fato, defender ocupações em áreas passíveis de desastres naturais, que coloquem em risco as vidas de seus moradores. No entanto, a frase acima, da deputada Sandra Cavalcanti, é essencialmente demagógica, pois, ainda hoje, áreas de Mata Atlântica são ocupadas, na cidade do Rio de Janeiro, por casas luxuosas. As favelas foram retiradas há mais de 50 anos, mas a Lagoa Rodrigo de Freitas representa, atualmente, um dos principais problemas ambientais da cidade, em função dos dejetos que recebe rotineiramente.

Figura 56 – Antiga Favela da Catacumba, uma das removidas da área da Lagoa Rodrigo de Freitas. Atualmente é o Parque da Catacumba



Fonte: Freire (2002, p. 70).

Esse panorama contraditório transforma muitas das cidades brasileiras em palco de conflitos ideológicos, sociais, econômicos, arquitetônicos e urbanísticos, acirrando a questão étnico-racial. Complementando sua linha de raciocínio, Cavalcanti também

defendia, abertamente, a produção de moradia como minimizador de lutas sociais e, ainda, como propaganda política de um governo ilegítimo.

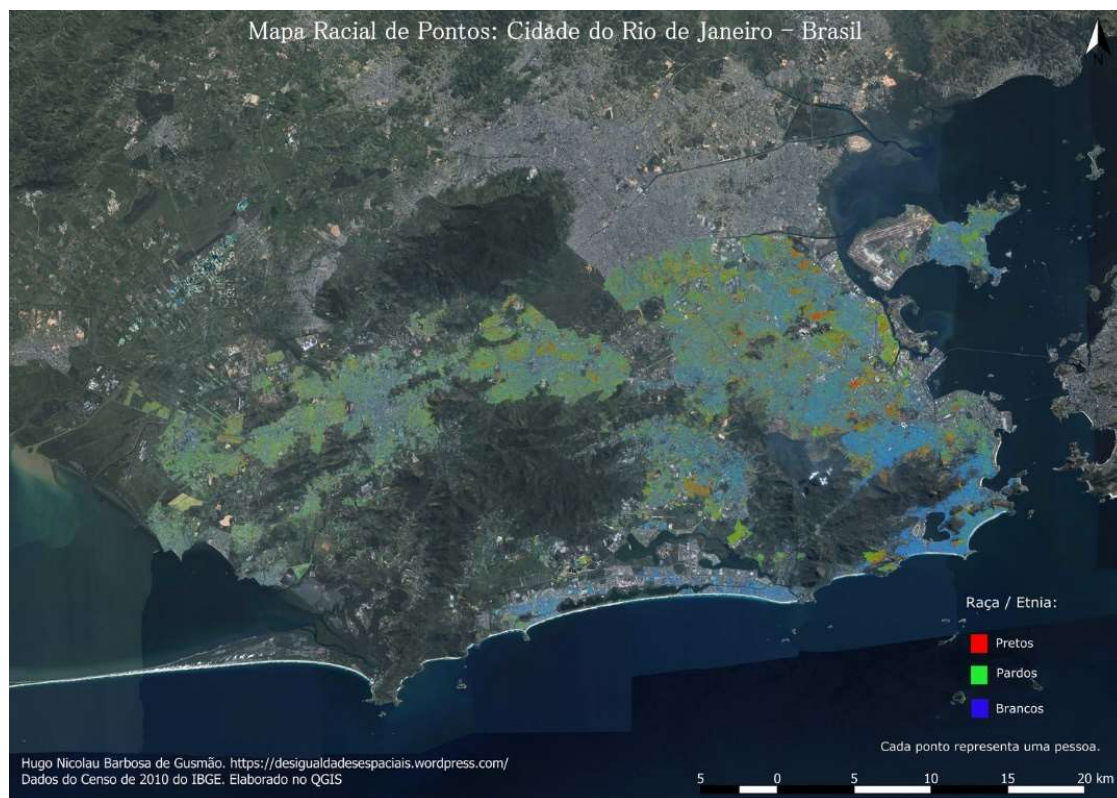
Nós achamos que a revolução vai necessitar de agir vigorosamente junto às massas. Elas estão órfãs e magoadas, de modo que vamos ter que nos esforçar para devolver a elas uma certa alegria. Penso que a solução dos problemas de moradia, pelo menos nos grandes centros, funcionará de forma amenizadora e balsâmica sobre suas feridas cívicas (CAVALCANTI *apud* AZEVEDO, 2011, p.39).

Cavalcanti foi a primeira presidente do BNH (1964-1965), e, nas palavras acima, mostrou sua predileção por intervenções em grandes centros urbanos, o que resultou em cidades abarrotadas e no abandono de regiões carentes do país. Defensora do sanitarismo, do embelezamento da cidade e da valorização da propaganda política em detrimento de melhores condições sociais, a deputada era integrante da ARENA, partido de sustentação do Regime Militar, mas, por discordâncias internas, abdicou do cargo no final de 1965.

Tanto na gestão de Cavalcanti como nas seguintes, comandadas por Luiz Gonzaga do Nascimento (1965-1966) e Mário Trindade (1966-1971), os planos do BNH não concretizaram medidas essenciais, como inserção de moradias de interesse social em áreas centrais das cidades; barateamento no custo das habitações; prazos mais enxutos de execuções; integração de trabalhadores não qualificados na economia de mercado; expansão progressiva de atendimento à população carente; e redução nos custos financeiros decorrentes da economia de escala.

No caso da capital carioca, foi criada e mantida uma Zona Sul elitista e turística, que não representa a realidade brasileira. Consequentemente, a distribuição de pessoas negras e pardas está concentrada nas áreas mais pobres da cidade, no caso as Zonas Norte e Oeste. O mapa abaixo, desenvolvido por Hugo Nicolau Barbosa de Gusmão, estudante de geografia da USP, representa graficamente tal segregação:

Figura 57 – Mapa da cidade do Rio de Janeiro, segundo Censo de 2010, IBGE



Fonte: <https://rioonwatch.org.br/?p=17005>

Nesse sentido, o BNH não foi capaz de gerar condições de habitabilidade, acessibilidade e disponibilidade de serviços. Tornou-se, ao contrário, um órgão comandado pelas flutuações do mercado econômico e, portanto, um mecanismo de mercantilização descontrolada da terra urbana.

A intervenção do BNH na política urbana no Brasil é acompanhada de um esforço no sentido de disciplinar o uso e ocupação do solo urbano por parte do Estado. A tendência a disciplinar (relativamente) o crescimento urbano é ao mesmo tempo uma tendência de modernizar o processo de produção e comercialização (MARICATO, 1987, pp. 77-78).

A colocação acima, sobre uso e ocupação do solo urbano, trata de relatividade. Até hoje, existe uma contradição entre as medidas tomadas para as habitações faveladas e as de alto padrão. Enquanto desapropriações nas periferias acontecem, até mesmo sem ordem judicial, mansões particulares são desfrutadas em Angra dos Reis (RJ), por exemplo.

Importante ressaltar que, de acordo com Azevedo (2011), no processo de avanço do BNH, foram favorecidos investidores, donos de terras urbanas, grandes empresas de

edificações e, sobretudo, empresas de materiais para a construção civil. Não à toa eram elas algumas das maiores incentivadoras da produção de habitação em larga escala.

As empresas de edificações e, mais poderosas do que elas, as empresas produtoras de material e equipamentos para construção começaram a pressionar o BNH para a produção em massa de habitações. A presença do capital estrangeiro nessa investida (...) é bem marcante na área, com novos materiais e equipamentos para construção, revelando uma tendência à expansão desses setores rumo ao mercado interno brasileiro (MARICATO, 1987, p.56).

O resultado final foi o Estado, convenientemente, afastado, enquanto empresários conduziram a construção de um verdadeiro mar de casas e prédios em meio ao nada, sem as pretendidas funções sociais almejadas pelos arquitetos. Em discurso do próprio poder público, tais construções eram estimuladas. Fala do ministro Roberto Campos, em 1966:

A solução do problema pela casa própria tem esta particular atração de criar o estímulo de poupança que, de outra forma, não existiria, e contribui muito mais para a estabilidade social do que o imóvel de aluguel. O proprietário da casa própria pensa duas vezes antes de se meter em arruaças ou depredar propriedades alheias e torna-se um aliado da ordem (Seminário Sobre o Plano Nacional de Habitação, São Paulo, 1966. *Plano nacional de habitação*, s.1. Banco Nacional da Habitação, 1966. v. 2, pp. 20 e 21, *apud* AZEVEDO, 2011, p. 41).

Um exemplo é a Vila Kennedy. Localizada a, aproximadamente, 50km da Lagoa Rodrigo de Freitas. Foi estabelecida em 1962, financiada pela Aliança para o Progresso. Foi projetada para abrigar famílias expulsas do Morro das Catacumbas. Além das desocupações impulsionadas pelo governo estadual, algumas enchentes e incêndios criminosos marcaram a história dramática da comunidade.

Figura 58 – Vila Kennedy, em 1965. Construções em substituição à Favela da Catacumba



Fonte: Freire (2002, p. 87).

Além da favela da Catacumba, o Largo da Memória, no Leblon, Pasmado, em Botafogo, e outras comunidades localizadas na região da Lagoa Rodrigo de Freitas, como Ilha das Dragas e Praia do Pinto, também foram eliminadas e seus moradores realocados para bairros cada vez mais distantes.

[...] ao percorrer as cidades, ali está presente o mar de conjuntos habitacionais populares que o léxico da língua portuguesa falada no Brasil denominou “os BNHs”. Para lá foram removidos os “invasores” das zonas centrais, em fronteiras recém-abertas ou precariamente consolidadas de “não cidades”. Ali estão as favelas e ocupações, resistindo bravamente em sua estratégia de pertencer e não pertencer ao mesmo tempo, atingidas periodicamente por ondas de violência ou mãos caridosas (ROLNIK, 2015, p. 367).

Apesar desses novos conjuntos habitacionais terem sido instalados em localidades afastadas e privadas de infraestrutura urbana minimamente necessária para uma vida digna, o BNH patrocinou obras de grande porte e não residenciais. O Sistema Financeiro de Saneamento (SFS) – 1968; Financiamento de Saneamento (FINANSA) – 1968; o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) – 1971; o programa Fundos Regionais de Desenvolvimento Urbano – 1973; o Financiamento para Urbanização (FIMURB) – 1974; o Financiamento para Sistemas Ferroviários de Transporte Urbano de Passageiros (FETREN) – 1974; o Financiamento para o Planejamento Urbano

(FIPLAN) – 1974; e o Apoio ao Desenvolvimento de Polos Econômicos (PRODEPO) – 1975 mostram a abrangência de atividades do Banco que realizou obras de apoio a grandes projetos de abrangência inter-regional ou nacional.

As grandes obras financiadas pelo BNH não se restringem ao saneamento. Como já registramos anteriormente, há os chamados polos econômicos, e há obras nas áreas de transporte como o caríssimo metrô de São Paulo, o metrô do Rio de Janeiro, a monumental Ponte Rio-Niterói, além de vias expressas, viadutos e outras mais (MARICATO, 1987, p. 40).

Para Bonduki (1996), de modo geral, os IAPs construíram obras em áreas mais integradas e servidas de equipamentos públicos de usos variados (como escolas, postos de saúde, áreas comerciais e de lazer, ginásios e áreas verdes) do que as intervenções do BNH. Segundo o autor, o Banco foi responsável pela ampliação da horizontalidade das cidades brasileiras já que, muitas vezes, optou por construir em áreas periféricas que nem ao menos tinham instalações sanitárias básicas. Também responsável pelo isolamento e pela ocupação em áreas de proteção ambiental.

Os conjuntos habitacionais financiados pelo BNH se caracterizam, em geral, pela monotonia de sua arquitetura e pela ausência de relação com o entorno, por sua localização periférica, estendendo horizontalmente as cidades, pela despreocupação com a qualidade dos projetos e com o meio físico, resultando na depredação ambiental, pela negação aos processos de participação comunitária, preferindo uma gestão centralizada e a contratação de empreiteiras, entregando moradias prontas (BONDUKI, 1996, pp. 261 e 262).

Outro ponto discutido por Nabil (1996) foi a predileção por implantação de moradias unifamiliares ao invés de moradias coletivas. Arquitetos e urbanistas nas décadas de 1930, 1940, defendiam o conceito moderno de habitações grupais heterogêneas a partir do conceito da cidade múltipla, articulada e inclusiva. De acordo com os levantamentos realizados por Bonduki (2014) e seu grupo de pesquisa:

A polêmica entre a moradia unifamiliar e a coletiva foi intensa. Em Volta Redonda, o urbanista Attilio Corrêa Lima se curvou à preferência da Companhia Siderúrgica Nacional e adotou a casa individual, mas, na expansão da zona residencial nos anos 1950, a empresa aceitou a utilização de blocos coletivos, proposta pelo arquiteto Hélio Modesto em três núcleos promovidos com recursos do IAPI. No parecer urbanístico da Cidade dos Motores (1943), Lima defendeu com ênfase uma proposta moderna, com habitação coletiva, convencendo a direção da Fábrica Nacional dos Motores. Com sua morte em um acidente aéreo, o plano acabou sendo desenvolvido pela *Town Planning Associates*, um escritório americano liderado pelos arquitetos Josep Lluís Sert e Paul Lester Wiener. A proposta, uma das primeiras manifestações urbanísticas da Carta de Atenas no Brasil, acabou não

sendo implantada. Em Ipatinga, o plano original dos arquitetos Raphael Hardy Filho e Marcelo Bhering, que previa uma grande quantidade de blocos coletivos, não foi aceita pela Usiminas, que impôs casas unifamiliares (BONDUKI, 2014, p. 413).

Nos Institutos, de maneira geral, as intervenções multifamiliares predominaram. Por outro lado, parte considerável dos conjuntos realizados pelo BNH formaram-se por casas unifamiliares. Isso significa dizer que os preços pelas moradias se tornaram mais elevados (já que a repartição de gastos era menor), as demandas por serviços não foram tão bem resolvidas e houve menor aproveitamento do solo urbano.

E um terceiro ponto colocado pelo autor foi a rentabilidade das unidades habitacionais produzidas pelo BNH a partir do momento que passaram a ser geridas por um Banco. Nos primórdios do conceito de habitação popular os arquitetos não conceberam uma unidade organizacional, qualquer que fosse, lucrativa. O princípio da moradia social provida pelo Estado deveria atender às classes mais necessitadas a partir de investimentos públicos, recolhidos por meio do pagamento de impostos e aplicado em serviços da construção civil.

Bruna (2013), poucos anos depois da implementação do PNH (1964), mostra as falhas por trás do programa de construção de moradia popular. O autor destaca principalmente a ineficiência dos métodos e sistemas de industrialização da produção; a mão de obra desqualificada; e a ausência de uma política de desenvolvimento tecnológico.

Bruna utilizou-se principalmente da Inglaterra e da França para exemplificar como foi o processo de industrialização em ambos os países, passando pela Primeira e pela Segunda Revolução Industrial. O importante, segundo ele, é mostrar como que os processos aconteceram nesses países de maneira ordenada, coerente e eficiente – ao inverso do caso brasileiro.

Na França, este esforço de racionalização foi marcado por diferentes etapas, cada uma visando objetivos bem definidos, a saber: inicialmente, procurou-se uma racionalização dos mercados no tempo e no espaço. Procurou-se racionalizar a demanda assegurando a regularidade dos financiamentos a longo prazo, e evitar a mudança brusca dos regulamentos e do processamento jurídico. Procurou-se distribuir de forma homogênea sobre o território nacional a soma dos recursos disponíveis ainda que para isso faltasse um planejamento físico-territorial geral e o jogo das influências políticas tivesse prejudicado a regularidade e objetividade das decisões. [...] Em seguida, procurou-se a racionalização dos projetos, abandonando partidos e soluções que derivassem de

modismos passageiros ou das sempre presentes influências acadêmicas, tal como fachadas com cornijas, decorações em gesso, ordens etc. (BRUNA, 2013, pp. 90 e 91).

Bruna (2013) concluiu que a equação industrialização = racionalização + mecanização, proposta pelo francês G. Blachère, é válida e útil para compreender o caso da França, mas também de outros países como Inglaterra, Suécia, Dinamarca, Estados Unidos e nações socialistas, onde o desenvolvimento da tecnologia aplicada à construção civil levou a soluções próprias e originais (BRUNA, 2013, p. 100).

Tratando especificamente de Brasil, Bruna qualifica e quantifica a urbanização no País em contraponto à europeia. Enquanto a urbanização na Europa foi lenta e progressiva, a brasileira foi rápida e, portanto, responsável por gerar cidades incompletas e imperfeitas, pouco favorável à vida humana (BRUNA, 2013, p. 105). Levantamentos indicam que a população brasileira passou de 41 milhões, em 1940, para 94,5 milhões, em 1970 (BRUNA, 2013, p. 104).

Como consequência desse processo dinâmico e desordenado, o elevado déficit habitacional surgiu como uma das principais problemáticas sociais e estruturais. Tal constatação revelou-se em dados levantados indicativos que, em 1971, 40% da população da Guanabara vivia em favelas; 30% em Brasília, morando em habitações precárias nas cidades satélites; 15% em Porto Alegre alojadas em malocas e 58% em Recife fixada em mocambos (BRUNA, 2013, p. 106).

Para Bruna, portanto, o problema habitacional no Brasil não estava associado apenas à construção de novas unidades habitacionais. A questão intrínseca estava na complexidade de integrá-las às cidades, servidas de sistemas básicos de infraestrutura urbana. Sendo assim, para Bruna o BNH não seria capaz de lidar com essa situação, pois não tinha profundidade suficiente para solucionar tais problemas uma vez que, ainda estava inserido em meio à indústria da construção despreparada e desorganizada para tal tarefa (BRUNA, 2013, p. 107). A mesma questão também foi levantada por Serran (1976):

No segundo semestre de 1965, a construção civil entrava em crise por falta de materiais de construção, antevista pelos arquitetos e objeto de suas preocupações, já em 1963 (ver Anexo 03⁷²) e, com

⁷² O Anexo 3, mencionado pelo autor, intitulado de Posição oficial dos arquitetos ante o problema da habitação, de 1962, formulado pelo IAB-GB, tratava das diretrizes para o problema da habitação pensadas pelos arquitetos, em um momento alarmante do crescimento das cidades (segundo o documento, a população favelada no Rio de Janeiro chegava a quase um milhão e, nos mocambos de

ela, todo o sistema montado há menos de um ano (SERRAN, 1976, p. 16).

A falta de materiais no ano seguinte à implantação do PNH já mostrava a fragilidade do sistema construtivo brasileiro que, até os dias de hoje, não foi capaz de racionalizar obras civis, desenvolver tecnologias de alta eficiência construtiva⁷³ e baratear os altos custos da casa própria. Além das contribuições de Serran (1976), também é importante dizer que as considerações de Bruna (2013) foram compiladas em menos de dez anos depois do início da configuração e funcionamento do BNH e já existia a crítica de que a Instituição além de ser incapaz de lidar com os problemas essenciais da moradia no Brasil, também funcionava atendendo aos interesses do setor imobiliário.

O Banco Nacional da Habitação atuando essencialmente como um banco comercial, sem uma clara política de distribuição dos financiamentos pelo espectro social, permitiu distorções na alocação dos recursos, provocadas, sem dúvida, pela especulação imobiliária que preferiu as garantias oferecidas pela classe média, às dificuldades e incertezas das classes de menor poder aquisitivo (BRUNA, 2013, p. 109).

Apesar das críticas e reconhecimento do não atendimento da situação, até mesmo pelo presidente do BNH, entre os anos 1971-1974, o economista Rubens Vaz da Costa, o Banco continuou a atuar por mais de vinte anos subsequentes. Outra questão importante colocada por Bruna são as correntes migratórias rurais, compostas por mão de obra desqualificada, incorporadas às massas urbanas de baixíssima renda. De acordo com ele, a possibilidade de romper com essa problemática seria aumentando a produtividade *per capita*.

Isso significaria aumentar significativamente os investimentos em processos construtivos e, conseqüentemente, elevar o nível de mão de obra especializada. Essa mudança seria responsável pelo emprego de novas técnicas e materiais mais

Recife, a quatrocentos mil). Alertava também para os investimentos perversos da Aliança para o Progresso; a necessidade de proporcionar uma rede de infraestrutura efetiva (serviço público e equipamento urbano) a partir de planejamento em escalas nacional, regional e local; a importância de investir na indústria da construção (tecnologia de ponta, racionalização do serviço e barateamento das moradias); a necessidade de investir também no campo, de modo a estruturá-lo economicamente, barrando os altos índices de êxodo rural; a relevância de se criar um órgão federal responsável por toda política territorial e habitacional com profissionais realmente habilitados; e a proposta de estudar tipologias de moradias.

⁷³ Em pleno 2019, Osasco (SP) teve dois edifícios residenciais (Rua Achilles Beline – Jardim Padroeira) interditados pela defesa civil, no final do ano, com risco de desabamento. A ameaça foi registrada na estrutura do subsolo que começou a ceder. Com fissuras enormes, os moradores foram obrigados a sair às presas. Importante pontuar que a falta de rigor não é exclusividade da cidade informal.

adequados às realidades locais e permitiriam uma nova eficiência e velocidade na construção dos conjuntos habitacionais. Segunda Bruna (2013), essa solução seria elementar para diminuir o abismo entre os custos do trabalhador e os custos da moradia e seria capaz de gerar um processo econômico positivo atendendo às necessidades habitacionais básicas da população.

A solução para esses problemas está, sem dúvida, vinculada à elaboração de uma política de desenvolvimento tecnológico, cujos fundamentos econômicos foram precedentemente estudados, que objetivasse aumentar a produtividade de construção pela industrialização de seus métodos de produção (BRUNA, 2013, p. 130).

A qualificação e especialização de mão de obra na construção civil foi um dos pontos mais importantes colocado como prioridade no SHRU, porém, não foi levado adiante. Tal questão seria fundamental para a evolução da produção civil brasileira. Não apenas residencial, mas de maneira geral.

Complementar a essa questão, Maricato (1987) pontuou o nó existente entre os programas habitacionais brasileiros e as questões políticas de disputa de interesses representado pela ligação direta entre o setor imobiliário e as eleições (correlações de forças). Maricato ainda citou o exemplo da Alemanha, onde 51% dos domicílios são públicos. A autora levantou esse dado para mostrar que a superioridade de moradas públicas a particulares reduz as disputas econômicas do setor imobiliário. Sendo assim, seria mais viável a intervenção do Estado em definições e manutenções de uso e ocupação do solo e de áreas de interesse social em locais estratégicos das cidades.

Sobre a política habitacional no Regime Militar, mais especificamente sobre o BNH, Maricato (1987), em sua análise, determinou dois pontos chave para o entendimento do ‘falso problema’ da habitação social no Brasil forjado pelos militares. O primeiro deles era o contrassenso entre a política econômica opressiva (“primeiro crescer o bolo para depois repartir”) que afetava diretamente as classes sociais de menor poder aquisitivo, justamente as quais seriam “beneficiadas” pelo PNH.

O segundo ponto era o impulsionamento e atrelamento da economia capitalista brasileira à construção civil. Em tal relação de dependência, que os métodos de instrumentalização do BNH, principalmente o FGTS, são uma forma de tributação do Estado sobre as classes trabalhadoras, justamente as mais necessitadas. Tais mecanismos de exploração e acumulação de capitais, conseqüentemente,

beneficiaram diretamente os mais endinheirados, detentores de riquezas e responsáveis pela produção do produto final, as unidades habitacionais.

O BNH pode ser considerado, então, o principal agente captador compulsório de recursos. Considerando a diminuição do poder aquisitivo dos trabalhadores em função da conduta econômica e esclarecendo a política habitacional como centralizadora e elitista, a urgência por moradia foi suprida pela autoconstrução, ou deixou de ser suprida. Esse fenômeno é decisivo na questão urbana brasileira e responsável direto pelo surgimento da periferia urbana.

Essa periferia é caracterizada pelas grandes distâncias dos centros comerciais ou de negócios, não cumprem condições mínimas de dimensionamento do lote, e tampouco seguem as exigências previstas em lei sobre uso e ocupação do solo. Retomando aqui o discurso sofre a conflituosa 'cidade ilegal', construída aos olhos do Estado.

Ainda na tentativa de reaver a situação, em meados da década de 1960, os arquitetos marcaram presença em diversas associações complementares como, o Grupo de Habitação (instituído pelo EPEA do Ministério do Planejamento). Utilizaram-se, sobretudo, da mídia impressa para impulsionar o alcance dos encontros.

[...] ampliaram o interesse da classe pela questão, transformando o ano de 1966 naquele mais rico em reuniões. Assim é que, em maio, o IAB realizava o I Encontro Nacional de Arquitetos Planejadores, em Curitiba; em julho, uma Mesa Redonda sobre Política Habitacional, no Rio de Janeiro, em setembro, o VI Congresso Brasileiro de Arquitetos, em Salvador, preparatório para o VIII Congresso Internacional de Arquitetos que se realizou, no mesmo ano, em Paris (SERRAN, 1976, p. 16).

A representatividade e prestígio dos arquitetos ainda era considerável no período e eles de fato se fizeram marcantes na mídia escrita. Os eventos acima citados, realizados em 1966, fomentaram futuras publicações. A *Revista Arquitetura*, por exemplo, publicou muitos artigos referentes ao tema, principalmente nos anos de 1966 (publicações de março, abril, maio, agosto, setembro, novembro e dezembro); 1967 (publicações de janeiro, abril, maio, junho e setembro); e 1968 (publicações de fevereiro, abril, novembro e dezembro).

Figura 59 – Capa *Revista Arquitetura*, publicação de junho de 1967



Fonte: Biblioteca FAUUSP, compilado *Revista Arquitetura*, 1967.

Essas edições de críticas ao rumo das políticas habitacionais, curiosamente, caminharam juntas ao enrijecimento do Regime Militar e ao alinhamento dos militares da ‘linha dura’⁷⁴. As edições de 1966 contaram com os seguintes artigos: A Cidade e o Campo: Encontro em Curitiba; Avaliação das necessidades habitacionais; O Homem e a Cidade; Uma política de desenvolvimento urbano o grande objetivo para 1966; Os arquitetos e a habitação; Os arquitetos e a política habitacional; Ainda a Política Habitacional; VI Congresso Brasileiro de Arquitetos; O problema habitacional dos servidores da Petrobrás na Bahia; Casa isolada ou *habitat* integrado?; e Reforma urbana ou planejamento de cidades.

Domingos Theodoro de Azevedo Netto, funcionário da Assessoria em Planejamento (ASPLAN S/A.); Harry James Cole, diretor do SERFHAU e idealizador do projeto CURA⁷⁵; Maurício Nogueira Batista, um dos fundadores da redação da *Revista Arquitetura* junto Alfredo Britto; e José Arthur Rios, coordenador de uma pesquisa pioneira sobre favelas realizada no Rio de Janeiro sob orientação do Padre Lebrecht (1960) e coordenador de Serviço Social do governo Carlos Lacerda (1960-1965), são os citados dentre essas produções.

As edições de 1967 contaram com os seguintes artigos: Habitação para o povo; Habitação: arquitetura ou “vivendologia”?; Política habitacional ou programa de construções?; Os arquitetos e a política de desenvolvimento territorial; e Formação urbana e habitação. O único artigo assinado é de Sylvio de Vasconcellos, presidente

⁷⁴ O início da ‘linha dura’ do Regime é definido pelos historiadores com o estabelecimento do AI-5 e o fechamento do congresso nacional, em 1968. E o período mais sombrio, aquele correspondente ao governo de Emílio Garrastazu Médici, entre os anos de 1969 e 1974. Também ficou conhecido por ‘anos de chumbo’.

⁷⁵ O Projeto Cura foi uma vertente do BNH que, na década de 1970, pretendia lidar com o crescimento e o planejamento territorial das cidades brasileiras. De acordo Lucchese (2009), Harry James Cole aplicou seus conhecimentos e experiências anglo-saxônicas no Brasil – tanto no SERFHAU, como no Projeto Cura: “*Como Superintendente do SERFHAU, e através do contato com Johnson-Marshall, traria professores da Universidade de Edimburgo para dar cursos rápidos e palestras sobre planejamento urbano.*” (LUCCHESI, 2004, p. 71). O programa foi bastante criticado por Nabil Bonduki e Raquel Rolnik, pois, de acordo com ambos, os planos de renovação urbana propostos no período tendiam a excluir ainda mais a população carente para as bordas da cidade, abrindo caminho para a especulação imobiliária: “*[...] os planos de renovação urbana, como, por exemplo, o Projeto Cura, assim como a construção de vias expressas ou do metrô, tendem a expulsar a população de baixa renda ali residente, seja através da mera desapropriação, ou de mecanismos menos violentos, como, por exemplo, pela modificação do uso, que visa atualizar a renda fundiária. Essas áreas são, em geral, bem servidas de infra-estrutura (sic) e serviços urbanos e que em função da forma como se processou o crescimento da cidade, deterioram-se, tornando local de habitação popular.*” (BONDUKI & ROLNIK, apud MARICATO, 1979, p. 152)

do IAB-MG e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) estadual, exilado pelo Regime Militar, ainda na década de 1960.

As edições de 1968 contaram com os seguintes artigos: Habitação de Baixa Renda no Brasil: Políticas – Atuais e Oportunidades Futuras; Sugestão para uma Política de Habitação; Habitação e urbanismo no Vale do Jequitinhonha; Bases para um programa habitacional no Nordeste brasileiro; e O problema da habitação e os arquitetos.

John Turner; Jorge Wilhem e Joaquim Guedes, ambos do IAB-SP, contribuíram com a idealização de programas para as políticas habitacionais; Dalmy Motta Durante professor da UFMG; e Edmilson Carvalho de Almeida, integrante do IAB-PE, são os citados dentre essas produções.

Sobre as publicações acima citadas, três pontos precisam ser observados. O primeiro deles é que, o tema da habitação, de maneira geral, esteve quase sempre associado às questões da urbanização.

O segundo ponto é o envolvimento de arquitetos de outros estados brasileiros e não apenas do Rio de Janeiro, onde a revista era editada. A presença de arquitetos mineiros e nordestinos é marcante e importante para compor mais complementariedade a questão habitacional e as diferentes necessidades das cidades brasileiras em um momento de crescimento considerável. Além de análises de centros urbanos e capitais estaduais, os arquitetos mencionados escreveram artigos sobre regiões mais afastadas e cidades de menor porte.

E a terceira questão é perceber que, apesar das divergências, em alguns momentos houve, também, aproximação do IAB com o Regime Militar e com suas propostas habitacionais e territoriais. Em entrevista da arquiteta Maria Cecília Lucchese (2018) para *Cidade Visíveis*, episódio número nove, intitulado *As cidades e os planejadores: A trajetória de Harry James Cole* fala sobre a aproximação do arquiteto brasileiro, de descendência americana, com alguns militares. De acordo com Lucchese foi, inclusive isso, que proporcionou a participação Harry James como mentor do Programa Cura. E segundo Serran (176), houve também uma aproximação entre BNH e IAB na década de 1970, nas gestões de Rubens Vaz da Costa (presidente do BNH de 1971 a 1974 –

responsável pela autorização de utilização de recursos do FGTS para a compra da casa própria) e Miguel Pereira (presidente do IAB Nacional de 1972 a 1975)⁷⁶.

É uma fase de aproximação entre BNH e IAB, a partir das gestões Ruben Costa (BNH) e Miguel Pereira (IAB). O diálogo faz cessarem os documentos-manifestos e cede lugar aos documentos de trabalho e alguma realização em comum. São testemunhos desta época quatro consultorias sobre questões concretas (Recife, Fortaleza, Salvador e Rio de Janeiro) e a I Bienal Internacional de Arquitetura, entre outros (SERRAN, 1976, p. 23).

Apesar deste parêntese, os arquitetos estiveram, principalmente nos anos iniciais, em oposição ao BNH e às demais políticas territoriais propostas e conduzidas pelo Regime Militar. Além da *Revista Arquitetura*, principais jornais do País, sobretudo do Rio de Janeiro, escancararam o duelo entre o IAB e o BNH (SERRAN, 1976, p. 15), antiga capital federal ainda exercia papel de destaque no cenário nacional. Essa característica de aproximação, portanto, é marcante em finais da década de 1960 no IAB-SP e início da década de 1970 para o IAB Nacional (ver página 39).

Um exemplo fora da curva dentre os inúmeros conjuntos do BNH é a Vila Maria Zélia, não construída pelo Banco, mas adquirida por ele e vendida a interessados. Localizada na cidade de São Paulo, a Vila foi inaugurada em 1917, pelo médico e industrial Jorge Street, para abrigar os 2.500 funcionários da filial do Belenzinho da tecelagem Cia Nacional de Tecidos da Juta. Street, no entanto, acumulou dívidas e, para liquidar parte delas, vendeu a Vila e a fábrica para a família Scarpa, em 1924. Em 1929, com a crise financeira no mundo e no Brasil, a então Vila Scarpa foi novamente vendida, agora para o grupo Guinle, que retomou o nome original de Vila Maria Zélia. Na virada dos anos 1930, com débitos fiscais junto à União, Vila e fábrica foram confiscadas pelo IAPI (atual INSS). A partir de 1939, os moradores locais tornaram-se inquilinos, pagando aluguel ao IAPI até 1968, quando foram autorizados a comprar os imóveis através do sistema BNH. As áreas públicas da Vila até hoje são mantidas pelo INSS.

⁷⁶ Ver levantamento de correspondência entre as autoridades do Brasil, do IAB e do BNH na página 39.

Figura 60 – Vila Maria Zélia, em 2018. Foto antiga escola infantil para os filhos dos trabalhadores da fábrica. As unidades eram separadas, uma de cada lado da rua, entre feminino e masculino



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

A exemplo de Vila Maria Zélia, inúmeros imóveis abandonados nas cidades brasileiras poderiam ser adquiridos pelo Governo Federal, transformando-os em habitações de interesse social, por meio de um sistema de subsídios. É sabido que na Alemanha,

por exemplo, o governo reembolsa parcialmente alugueis, no intuito de proporcionar moradia para as classes mais necessitadas. Isto significa que uma política habitacional nacional eficiente resulta de uma combinação de diferentes estratégias e soluções. Nem sempre a construção de conjuntos residenciais é a melhor opção. Alugueis subsidiados, reforma de cortiços, urbanização de favelas e regularização fundiária também devem ser considerados.

O BNH foi extinto 22 anos depois, com o fim do Regime Militar, no governo do presidente José Sarney, em 1986. A partir daí, de forma tímida, a redemocratização do Brasil abriu caminho para a discussão de novas abordagens para a questão da moradia popular.

Complementar ao BNH, discutido e criado para reduzir o déficit habitacional, o SERFHAU acabou tornando-se uma instituição secundária dentro do Regime Militar, totalmente subordinada ao Banco, e não o contrário. Seu corpo técnico realizou, basicamente, um trabalho de assessoria ao próprio BNH. Apesar de merecer um capítulo exclusivo dentro da Lei nº 4.380 (Capítulo VII – Do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo), sua participação no processo de universalização da habitação no Brasil foi mínima.

Se essa Instituição tivesse sido organizada segundo modelo proposto pelos arquitetos reunidos no SHRU, em 1963, possivelmente seus resultados seriam diferentes. No entanto, não interessa aqui trabalhar com hipóteses, o que deve ser dito é que, em um período de expansão e consolidação do capitalismo, houve, de fato, uma predileção pela classe média, a partir da década de 1950. Proprietária do patrimônio imobiliário financiado pelo Governo Federal, a classe média tomou lugar dos segmentos mais populares da sociedade, que continuaram desassistidos (e ainda continuam).

A população de baixa renda representava um risco para os investidores, pouco dispostos a correr o risco da inadimplência nos contratos de compra e venda de imóveis que, teoricamente, eram de interesse social. Importante colocar que o favorecimento da parcela intermediária da população, aquinhoadas com a possibilidade da aquisição de moradia em larga escala, criou, no Brasil, um imaginário conservador positivo ao Regime Militar.

Um balanço das atividades do SERFHAU mostrou que, durante sua atuação, não houve, de maneira geral, eventos marcantes na agenda da arquitetura nacional. A subordinação ao BNH e a replicação da mesma fórmula em cidades absolutamente diferentes foram incapazes de gerar bons resultados. Para além de questões estéticas, o grande conflito foi o não atendimento às necessidades sociais básicas, como escolas, creches, hospitais, postos de saúde e transporte público, entre outros tantos serviços. Refém da especulação imobiliária, o SERFHAU personificou as maiores controvérsias de uma política habitacional conceitualmente falida.

O terceiro órgão, também criado pela Lei nº 4.380/64, foi o SFH. Tinha como objetivo garantir fontes estáveis e permanentes de financiamento para as novas unidades habitacionais, a partir da captação de poupança a longo prazo. Esse sistema financeiro contava tanto com a utilização de poupança compulsória, FGTS, gerado a partir de contribuições dos trabalhadores empregados no setor formal da economia; quanto voluntária (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE), arrecadada por um conjunto de caderneta de poupança e Letra de Câmbio Imobiliária (LCI).

A ideia central era instituir uma “moeda forte” imobiliária (Unidade Padrão de Capital – UPC) sobre a qual se baseavam todas as operações realizadas, com um organismo de correção monetária sobre os saldos devedores. Como ação complementar, as prestações dos financiamentos habitacionais viabilizariam tais investimentos.

Mais detalhadamente, o FGTS foi criado em 1966, com o objetivo de garantir condições mínimas de estabilidade ao trabalhador demitido sem justa causa. A necessidade de criar esse fundo, deveu-se sobretudo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O regime CLT previa estabilidade decenal, ou seja, se o empregador demitisse o empregado durante os 10 primeiros anos de trabalho, o patrão era obrigado a pagar uma indenização pelo tempo de serviço que o funcionário dedicou à empresa. Para cada ano que o servidor demitido trabalhou, ele era indenizado no valor do salário de um mês (isto é, 1/12, aproximadamente 8% de tudo que havia recebido como empregado).

Nesse caso, o FGTS serviu como alternativa para a estabilidade decenal (que continuou a existir até 1988). As contribuições do fundo (8% do salário do trabalhador) podem ser vistas como um parcelamento da indenização por tempo de serviço

prevista no regime da estabilidade decenal. Como a maior parte dos recursos do FGTS não podem ser mexidos pelos trabalhadores, a não ser em algumas situações específicas⁷⁷, o Governo aproveita para utilizá-los para outros fins. A habitação, sem dúvida, sempre foi a área que recebeu mais recursos. Portanto, tais contribuições tinham por principal objetivo o financiamento de obras habitacionais e passaram a integrar o PNH.

No caso da contribuição voluntária a caderneta de poupança e a LCI são dois exemplos de fontes de recursos de financiamento para o setor imobiliário. A LCI, investimento emitido por bancos, é uma renda fixa tão segura quanto à poupança e que pode render expressivamente mais do que a caderneta. Nesse sistema, havia garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) – entidade privada, sem fins lucrativos, para administrar um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores.

Na teoria, o sistema era muito bem elaborado, em 17 anos de existência, o SFH financiou, aproximadamente, 3,5 milhões de unidades habitacionais (Cf. MARICATO, 1987, p. 15). Porém, na prática, os princípios iniciais começaram a ser desvirtuados a partir do momento em que o BNH, operando em conjunto com o SFH, tornou-se um verdadeiro banco de desenvolvimento urbano, por meio de realizações de atividades como saneamento básico, financiamento de materiais de construção, transporte etc. A realização dos serviços em si não era um problema e foi contemplada, inclusive, nas discussões do IAB no SHRU.

O problema estava no fato de que tais serviços, originalmente administrados por governos locais, sob o comando do BNH, perderam a função social e passaram a cobrar tarifas consideradas extorsivas, de modo a custear seus investimentos e suas operações. Originalmente, a ideia era que parte dos custos fosse subsidiado pelo próprio Governo Federal e não que as instituições gerassem lucro a partir de serviços sociais. Em resumo, as instituições (BNH, SERFHAU e SFH) criadas com objetivos sociais acabaram por seguir um estilo empresarial de gestão da questão habitacional no país.

⁷⁷ Em caso de aposentadoria, idade superior a 70 anos, doenças terminais, morte, ou na compra da casa própria.

Outra questão relevante para o entendimento do SFH foi o reajuste do salário mínimo abaixo da inflação por anos seguidos (consequentemente diminuição do recolhimento do FGTS). As novas desproporções salariais levaram, futuramente, ao colapso do Sistema. O que os militares chamaram de “milagre econômico brasileiro” acabou em uma profunda crise econômica no País.

Para Antônio Ferreira (2015), conceitos econômicos manipulados pelo governo nacional para intervir nas taxas de juros e na oferta de crédito imobiliário, como descrito abaixo, ajudaram a explicar os elevados índices de déficits habitacionais.

Um outro fator histórico, que também é visto como um dos responsáveis pela pouca evolução na oferta de crédito imobiliário no Brasil, é o que está ligado ao processo inflacionário brasileiro que sempre acabou resultando em altas taxas de juros reais. Com o objetivo de se chegar aos valores dessas taxas é realizada a seguinte operação: subtrai-se o valor da inflação oficial do valor da taxa SELIC, que é considerada a taxa básica de juros utilizada pelo Governo em suas transações financeiras. Em outras palavras, os juros reais são iguais ao valor da taxa SELIC menos o IPCA (FERREIRA, 2015, p. 10).

No País, em todas as atividades econômicas e também no setor habitacional, o custo do dinheiro tem um custo elevado. O dinheiro, como qualquer outra mercadoria, pode sofrer desvalorização ao decorrer do tempo. Como o Brasil, durante diversos momentos de sua história teve inflação alta e consequente desvalorização da moeda, o resultado direto foi a elevação do custo de financiamento. O sistema bancário, para contrapesar perdas, utilizou-se frequentemente da compensação entre a taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) e o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Ofertou, assim, dinheiro com custo extremamente elevado.

A unidade monetária que serve de base ao financiamento habitacional, portanto, foi e continua sendo cara e inacessível para as camadas mais populares da sociedade. Esse é mais um argumento que complementa a ideia de defender o investimento em moradias públicas e não privadas. O incentivo aos imóveis alugados minimizaria a dificuldade dos trabalhadores ao acesso à casa própria (não necessariamente comprada).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do material levantado e estudado, e por meio das metodologias aplicadas, entende-se o IAB como uma organização importante, desde o início de sua configuração, nas décadas de 1920-1930, até meados da década de 1960. O Instituto foi o principal responsável por ampliar consideravelmente a rede de contato entre arquitetos e organizar diversos tipos de eventos nacionais e internacionais relacionados ao ensino, à profissão, à habitação social e ao planejamento urbano.

Diante das problemáticas brasileiras, o IAB envolveu-se em numerosos debates sobre o crescimento das grandes cidades (brasileiras e latino-americanas) e sobre as questões habitacionais. O Instituto organizou, participou e divulgou eventos nacionais e internacionais ao longo das décadas. Alguns exemplos são: os CIAMs de Frankfurt (1929) e Bruxelas (1930), o I Congresso de Habitação (1931), o I Congresso Pan-americano de Habitação Popular (1939), o V Congresso Pan-americano de Arquitetos (1940), o I Congresso Brasileiro de Urbanismo (1941), a Jornada Econômica de Habitação (1941), o I Congresso Brasileiro de Arquitetos (1945), o IV Congresso Brasileiro de Arquitetos (1954), o V Congresso Brasileiro de Arquitetos (1957), o Seminário Internacional de Renovação Urbana (1958), o V Congresso da UIA (1958), o X CPA (1960), a Comissão Nacional de Habitação (1961), e o VII Congresso Brasileiro de Arquitetos (1966).

Esta é apenas uma listagem sucinta de encontros relevantes para este estudo. A proposta não é esgotar os acontecimentos, mas sim utilizar-se deles para ilustrar o recorte, a participação e importância do IAB ao longo do processo evolutivo da habitação social no Brasil (e também no mundo). João Batista Vilanova Artigas, Eduardo Kneese de Mello, Rino Levi, Ícaro de Castro Mello, Eduardo Corona, Oswaldo Correa Gonçalves, Jorge Wilhelm e Fábio Penteado são os nomes mais importantes dos profissionais do IAB-SP que participaram ativamente dos encontros,

das discussões e dos questionamentos acerca da temática de políticas públicas habitacionais no País (ver apêndice A).

Tais arquitetos ocuparam cargos dentro do próprio Instituto e também em instituições universitárias. Suas ideias, além de circularem em âmbito acadêmico, também foram amplamente publicadas nas Revistas *Acrópole* e *Arquitetura*.

Para entender a contribuição do IAB ao PNH de 1964, objetivo central deste trabalho, estudou-se a fundo a organização e a influência do Instituto ao longo dos anos; o contexto histórico brasileiro; as projeções econômicas, sociais e políticas nacionais estabelecidas em diferentes governos; os embates da arquitetura e do planejamento urbano; e as regulamentações e realizações com relação ao tema da habitação social e também do planejamento urbano.

Pode-se dizer que seis são os passos mais evidentes até a aprovação da Lei nº 4.380/64. O primeiro deles (1) foi a apresentação do PL nº 1.911/60 à Câmara dos deputados. O projeto tratava da necessidade de se implementar um PNH, já no ano de 1960. A proposta foi do deputado Floriceno Paixão, integrante do PTB, mesmo partido da chapa presidencial Jânio e Jango. O documento foi desconsiderado e não seguiu para o Senado Federal.

Posteriormente, três anos depois, uma nova tentativa foi feita com o PL nº 87/63 (2), de novo à Câmara dos deputados. O documento foi entregue pouco antes da realização do Seminário de 1963. Mais uma vez a proposta de Paixão foi descartada e não seguiu para aprovação do Senado Federal.

Mesmo com a recusa de dois PL, o SHRU (3) aconteceu e contou com a participação de arquitetos e profissionais da engenharia, da sociologia e da assistência social. Participaram, também, deputados, em uma tentativa mais efetiva de associar as contribuições do IAB às possíveis realizações do Governo Federal. Paixão também esteve no evento que contou com apoio do poder público.

As medidas discutidas no SHRU tiveram repercussão nos debates de 1963. Inúmeras foram as publicações sobre o tema, não apenas em revistas de arquitetura. Entretanto, com o Golpe de 1964 e o início do Regime Militar, assim como os dois primeiros PL, as propostas do Seminário entraram em conflito com o caráter conservador do novo governo e, aos poucos, foram silenciadas. A tentativa de

aproximar os profissionais da agenda nacional de políticas públicas habitacionais e do planejamento urbano territorial foi rompida.

Já com os militares no poder, em contraponto ao que vinha sendo discutido até então, apresentou-se o PL nº 2.006/64 (4). O terceiro PL para implantação de um PNH foi uma proposta completamente modificada e apresentada pelo próprio Poder Executivo do Regime Militar (ministros Arnaldo Lopes Sussekund – Ministro do Trabalho e Previdência Social, e Roberto de Oliveira Campos – Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica). O projeto foi rapidamente aprovado e encaminhado ao Senado Federal.

Em seguida, a proposta para um PNH tornou-se o PLC nº 75/64 (5). Prontamente aprovada no Senado, o PLC seguiu para aprovações e vetos do comandante em exercício, Castello Branco. Com algumas últimas modificações, o militar aprovou a Lei nº 4.380/64 (6).

Essas três últimas etapas aconteceram em um curto espaço de tempo de apenas três meses. Os vetos finais de Castello Branco terminaram de distorcer a proposta inicial pleiteada pelos arquitetos. No ano seguinte à sua aprovação (1965), a Lei passou por revisões que restringiu, ainda mais, o alcance das classes menos favorecidas à condição da casa própria (elevou-se os recursos investidos para uma proporção maior com relação ao salário mínimo vigente no País).

As consequências desse regime estão, até hoje, estampadas nas contradições das cidades brasileiras. A criação do BNH, do SERFHAU e do SFH desviaram dos princípios sociais que se pretendia estabelecer no início da década de 1960. Alguns pontos propostos neste período (pré-BNH) foram retomados apenas cerca de 20 anos depois, com a redemocratização do País (1985). Outros, foram trazidos à tona apenas na década de 1990 (Programa Qualidade da Construção Habitacional do Estado de São Paulo – QUALIHAB; Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat – PBQP-H; Programa de Arrendamento Residencial) e 2000 (Estatuto da Cidade; Ministério das Cidades). Bonduki (2018) estudou os rebatimentos dos frutos do SHRU no estabelecimento do Ministério das Cidades (criado em 2003 e extinto em 2019).

Para Maricato (2006), o Ministério foi importante em articular transversalmente a questão financeira e fundiária buscando definir políticas gerais e setoriais integradas – habitação, saneamento ambiental e transportes – para as cidades, sem

desconhecer as competências municipais e estaduais. Também foi um importante instrumento de manutenção de políticas públicas sem interrupções em trocas de governo.

Ainda com a retomada dos debates acerca do tema da habitação social, entretanto, a questão intrínseca colocada pelos arquitetos à época continua mal resolvida até os dias atuais: reformas urbana e agrária ainda representam um percalço nacional. Nos anos 2000, com o PMCMV, os mecanismos escolhidos para produzir políticas habitacionais no Brasil estavam associados à tentativa de resistir frente à crise econômica mundial por meio de um Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007. Mais uma vez as questões sociais elementares foram deixadas de lado.

De acordo com Maricato (2012), aproximadamente 70% da população brasileira não tem condição de acesso à moradia e, em São Paulo, 12% da população mora em favela. Isso significa que as cidades brasileiras, dependentes de um capitalismo periférico, ainda são representadas por uma industrialização tardia, com baixos salários, marcadas pela autoconstrução e, conseqüentemente, dominadas pela 'cidade ilegal'.

Ao mesmo tempo em que a população periférica continua sendo removida para longe dos centros urbanos para morar em conjuntos residenciais de pouca ou nenhuma qualidade arquitetônica, os abismos sociais, a falta de segurança e os altos índices de violência nas cidades contemporâneas contribuem para a recorrência das construções muradas nos bairros mais enriquecidos.

Acredita-se, portanto, que a descentralização de políticas sociais e a implementação de processos participativos (como ocorrido nas prefeituras de Luiza Erundina [1989-1992] e Marta Suplicy [2001-2004]) possibilitariam, não apenas um maior envolvimento dos moradores na realização de novos programas habitacionais, mas também concretizariam ações de sucesso por meio da aproximação entre o poder público, a comunidade e a assistência técnica, de modo inclusivo e mais democrático.

Dada a atual precariedade da moradia popular no País, ainda nos dias de hoje, este trabalho reforça, portanto, a necessidade de continuidade de pesquisas sobre o campo da habitação e do planejamento urbano nas cidades brasileiras e para as cidades brasileiras. Visa-se, com isto, a ampliação do acesso à habitação e ao direito à cidade, a partir do entendimento do arquiteto como integrante do grupo de

profissionais de assessoria técnica, não apenas em cargos de coordenação à frente do poder público, mas também em escritórios, na composição de possíveis parcerias público-privadas.

Com relação à organização dos arquitetos, o IAB, como nas décadas de 1950-1960, vem passando por um processo de reconfiguração, na última década. A realização de eventos importantes para a área da arquitetura e do urbanismo, a valorização da Bienal de Arquitetura de São Paulo, a organização de ciclos de palestras, o convite de profissionais de áreas afins para contribuições ao Instituto são alguns exemplos do fortalecimento da categoria dos arquitetos recentemente.

Além da condução do Instituto para o envolvimento dos profissionais às pautas relevantes, organizações como a ABEA (Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo), a AsBEA (Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura), o CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e o FENEA (Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil) também vêm atuando de forma ativa no cenário nacional, tentando uma aproximação entre as associações de arquitetos quanto ao ensino e à prática profissional com objetivo comum em fortalecer a profissão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. C. O. de. *O engenheiro arquiteto Rubens Porto e os Institutos e Caixa de Aposentadoria e Pensões (IAPs/CAPs); contribuições para a formulação de uma política pública habitacional no Brasil na década de 1930*. Risco, São Carlos, n.8, 2008.

ARTIGAS, João Batista Vilanova. *Cadernos de riscos originais: projeto do edifício da FAUUSP na Cidade Universitária*. São Paulo: FAUUSP, 1998

_____. *Caminhos da arquitetura: Vilanova Artigas*. São Paulo: Cosaf & Naify Edições, 1999.

ATIQUE, Fernando. *Arquitetando a “Boa Vizinhança”: A sociedade urbana do Brasil e a recepção do mundo Norte-Americano, 1876-1945*. São Paulo: Pontes, 2009.

_____. *O Debate sobre Habitação nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos: 1920-1940*. Salvador: ANPUR, 2005.

AZEVEDO, S., and ANDRADE, LAG. *Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação* (online). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011.

AZEVEDO, Sérgio de. *Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH*. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, edição 22 (4), pp. 107-119, out./dez. 1988.

BASTOS, Maria Alice Junqueira. *Brasil: Arquiteturas após 1950*. Maria Alice Junqueira Bastos, Ruth Verde Zein. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BONDUKI, Nabil. *A luta pela reforma urbana no Brasil: Do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo*. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018.

_____. *Das reformas de base ao BNH* / Nabil Bonduk, Ana Paula Koury. *Arquitextos*. 120.02, ano 10, maio 2010. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3432> Acesso em: 30 mar. 2019.

_____. *Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

_____. *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo: Estação Liberdade: Fapesp, 1998.

_____. *Os pioneiros da habitação social no Brasil: volume 2* / Nabil Bonduk, Ana Paula Koury. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp: Edições Sesc São Paulo, 2014.

BRUNA, Paulo J. V. *Arquitetura, industrialização e desenvolvimento* – 2. Ed. – São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

_____. *Os Primeiros Arquitetos Modernos: Habitação Social no Brasil 1930-1950*. – 1. Ed. 1 reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. *A construção de um sonho. Os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 1997.

CAVALCANTI, Lauro Pereira. *Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CHIAVENATO, Júlio José. *O Golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Editora Moderna, 1994

DEÁK, Csaba e SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). *O Processo de Urbanização no Brasil* – 2. Ed., 1. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2015.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. *Ligações perigosas: a deterioração das relações entre os governos de João Goulart e John Kennedy no ano de 1962*. Niterói: Revista Tempo, V. 24, nº 3, 2018.

ENGELS, Friedrich. *Sobre a questão da moradia*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIA, Rodrigo Santos de. *Da Comissão do Plano da Cidade (1937) ao Departamento de Urbanismo no Rio de Janeiro (1945): Uma interpretação (relacional) pelo acervo documental do engenheiro José de Oliveira Reis*. Campinas: Revista Oculum Ensaios, V. 09, nº10, 2009.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Boris Fausto; colaboração de Sérgio Fausto. – 14. ed. atual. e ampl., 3. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2019.

FELDMAN, Sarah – *O Primer Congreso Panamericano de la Vivienda Popular (1939) ao Seminário de Habitação e Reforma Urbana (1963): Planejamento e Habitação na perspectiva da metrópole latino-americana*. Campinas: Revista Urbana, V.6, nº8, junho de 2014.

_____. *Planejamento e Zoneamento. São Paulo 1947-1972*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2005, pp. 108 a 147.

_____. *Planejamento e habitação no Brasil: a perspectiva da metrópole latino-americana (1939-1963)*. In: PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda; PALAZZO, Pedro Paulo; TREVISAN, Ricardo (Orgs.) *Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Brasília, DF: Universidade Brasília – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014.

FERNANDES, Edésio. *Do código civil ao estatuto da cidade: algumas notas sobre a trajetória do direito urbanístico no Brasil*. João Pessoa: Revista da Faculdade de Direito do Alto Paraíba, 2002.

_____. *Estatuto da cidade, mais de 10 anos depois: razão de descrença, ou razão de otimismo?*. Belo Horizonte: Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

FIM de semana. Direção de Renato Tapajós. São Paulo: Elsa Lopez Kathuni; Erminia Maricato; Renato Tapajós; W. Jacy (Jota), 1976. 1 DVD (31 min.).

FRANCHINI NETO, Hélio. *A política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962*. Revista Brasileira de Política Internacional [online]. 2005, vol.48, n.2, pp.129-151.

FREIRE, Américo. Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira. *Capítulos da memória do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

GORELIK, Adrián, *A produção da "cidade latinoamericana"*. Tempo Social [online]. 2005, vol.17, n.1.

_____. *Das vanguardas à Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina*. (Trad. Maria Antonieta Pereira). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

GUTIÉRREZ, Ramón; TARTARINI, Jorge; STAGNO, Rubens. *Congresos Panamericanos de Arquitectos, 1920-2000: aportes para su historia*. Buenos Aires: CEDODAL: FPAA, 2007.

HANNEMANN, Christine. *A organização da construção civil na Alemanha Oriental*. Revista Pós, V.21, N.36, PP. 284-300 / dezembro de 2014.

HORTA, Sandra. "Rede Municipal de Engenharia". In: *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/revista-municipal-de-engenharia3> Acesso em: 25 out. 2020.

<https://www.archdaily.com.br/br/01-13942/> Acesso em: 6 jun. 2019.

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=20A34430C28439F7E55C82123AD71680.node1?codteor=1201760&filename=Avulso+-PL+87/1963 Acesso em: 27 mai. 2019.

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/> Acesso em: 7 jun. 2019.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1537268-confira-quem-foram-os-presidentes-do-brasil-desde-a-proclamacao-da-republica.shtml> Acesso em: 4 abr. 2019.

<http://www.iab.org.br/historia> Acesso em: 4 abr. 2019.

<https://www.iabsp.org.br/iab-sao-paulo/ex-presidentes-2/> Acesso em: 4 abr. 2019.

<https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/vilanova-artigas/> Acesso em: 4 abr. 2019.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4380.htm Acesso em: 6 mar. 2019.

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/publicacoes/index.php?p=8312 Acesso em: 5 mai. 2019

<http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/revista-municipal-de-engenharia3> Acesso em: 24 fev. 2019

<https://www.youtube.com/watch?v=JfLDEvMV4jc&t=53s> Acesso em: 5 set. 2019.

<http://reidy-ofilme.blogspot.com/2011/11/reidy-e-o-minhocao-da-gavea.html> Acesso em 25 out. 2020.

IAB. **Ata de reunião nº 25**. São Paulo, 1955. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB-SP. Consultada em 18 de setembro de 2019.

IAB. **Ata de reunião nº 47**. São Paulo, 1955. Caixa nº 12 do Arquivo do IAB-SP. Consultada em 18 de setembro de 2019.

IAB. **Suplemento Informativo CINVA**. Bogotá, maio de 1964. Caixa nº 55 do Arquivo do IAB-SP. Consultada em 18 de setembro de 2019.

IAB. **Ata de Assembleia Geral**. São Paulo, 16 de janeiro de 1951. Caixa nº 107 do Arquivo do IAB-SP. Consultada em 18 de setembro de 2019.

IAB. **Ata de reunião nº 16**. São Paulo, 10 de maio de 1966. Caixa nº 107 do Arquivo do IAB-SP. Consultada em 18 de outubro de 2018.

IAB. **Ata de reunião**. São Paulo, 17 de maio de 1966. Caixa nº 107 do Arquivo do IAB-SP. Consultada em 18 de outubro de 2018.

IAB. **Resposta do IAB à Comissão Especial para elaborar Anteprojeto de Lei para Reformular a estrutura do BNH criada pelo Conselho Nacional**. Guanabara, 1967. Caixa nº 144 do Arquivo do IAB-SP. Consultada em 18 de setembro de 2019.

IAB. Boletim Informativo Mensal nº 607. São Paulo, 1953.

IAB. Boletim Informativo Mensal nº 609. São Paulo, 1953.

IAB. Boletim Informativo Mensal nº 1. São Paulo, 1954.

IAB. Boletim Informativo Mensal nº 2. São Paulo, 1954.

IAB. Boletim Informativo Mensal nº 3. São Paulo, 1954.

IAB. Boletim Informativo Mensal nº 18. São Paulo, 1955.

IAB. Boletim Informativo Mensal nº 27. São Paulo, 1956.

IAB. Boletim Informativo Mensal nº 51. São Paulo, 1958.

IAB. Boletim Informativo Mensal nº 67. São Paulo, 1959.

IAB. Boletim Informativo Mensal nº 76. São Paulo, 1960.

IAB. Boletim Informativo Mensal nº 1. São Paulo, 1968-1969.

LEONELLI, Gisela C. V. *Leis expansivas para a expansão urbana: Campinas sem limites*. Paraná: Revista Brasileira de Gestão Urbana, 2018, 10 (Supl. 1).

_____. V. *A construção da lei federal de parcelamento do solo urbano 6.766: debates e propostas do início do sec. XX a 1979*. Tese de Doutorado, IAU, São Carlos, 2010.

LUCCHESE, Maria Cecília. As cidades e os planejadores: A trajetória de Harry James Cole. (Entrevista concedida a) Rogério Quintanilha. **Cidade Visíveis**, São Paulo, episódio número nove, novembro de 2018.

_____. *Curam-se cidades – uma proposta urbanística da década de 70*. Dissertação de mestrado, FAUUSP, São Paulo, 2004.

_____. *Em defesa do planejamento urbano: ressonâncias britânicas e a trajetória de Harry James Cole*. Tese de doutorado, FAUUSP, São Paulo, 2009.

MARICATO, Erminia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

_____. *O Ministério das Cidades e a política nacional desenvolvimento urbano*. Brasília: IPEA (políticas sociais – acompanhamento e análise, n.12, fevereiro de 2006.

_____. *Política Habitacional no Regime Militar: do milagre brasileiro à crise econômica*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

MUNAKATA, Kasumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MULBERGER, Arthur. “Die Wohnungsfrage”, In: *Der Volksstaat*, Leipzig, n.10, 3 de fevereiro de 1872.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Blocos de Memórias: Habitação Social, Arquitetura Moderna e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Fapesp, 2016.

OSÓRIO, Letícia Marques. “Direito à moradia adequada na América Latina”. In: ALFONSIN, Betânia; FERNANDES, Edésio (coordenadores). *Direito à moradia e segurança jurídica da pose no Estatuto*. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

PONTE, Carlos Fidelis. Bio-Manguinhos 30 anos: a trajetória de uma instituição pública de ciência e tecnologia. **Cad. hist. ciênc.**, São Paulo, v. 3, n. 1, 2007.

PORTINHO, Carmen. Artigo ao Correio da Manhã, 1946. Seção “Habitação Popular”. *apud*. NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Carmen Portinho e o Habitar Moderno: Teoria e Trajetória de uma Urbanista*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, V.9, N.1 / maio de 2007.

RANGA, Natália Taroda, Implantação de conjuntos habitacionais: as lições da produção dos Institutos de Aposentadoria e Pensões / Natália Taroda Ranga. – Campinas, SP: [s.n.], 2015.

REIDY – A construção da utopia. Direção de Ana Maria Magalhães. Rio de Janeiro: Nova Era, 2008. 1 DVD (77 min.).

Revista Acrópole, ano 23, edição 267, São Paulo 1961.

Revista Acrópole, ano 28, edição 335, São Paulo 1966.

Revista Acrópole, ano 29, edição 348, São Paulo 1968.

Revista Acrópole, ano 30, edição 350, São Paulo 1968.

Revista Arquitetura, número 11, edição maio, Rio de Janeiro 1963.

Revista Arquitetura, número 12, edição junho, Rio de Janeiro 1963.

Revista Arquitetura, número 14, edição agosto, Rio de Janeiro 1963.

Revista Arquitetura, número 15, edição setembro, Rio de Janeiro 1963.

Revista Arquitetura, número 51, edição setembro, Rio de Janeiro 1966.

Revista Arquitetura, número 54, edição dezembro, Rio de Janeiro 1966.

Revista Arquitetura, número 60, edição junho, Rio de Janeiro 1967.

Revista de Administração Municipal, ano XI, nº 62, edição janeiro-fevereiro, Rio de Janeiro 1964.

Revista do Arquivo Municipal, ano 8, volume 82, 1942.

RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização: Processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RIBEIRO, Darcy. *O Brasil como problema*. – 2. Ed. – São Paulo: Global, 2015.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. – 5. Ed., 4. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2018.

_____. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Milton Santon, María Laura Silveira. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*. – 3. Ed., 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2018.

SERRAN, João Ricardo. *O IAB e a Política Habitacional*. São Paulo: Schema Editora, 1976.

SILVA, Ana Carolina Simões da. *A Casa do Homem. A máquina de habitar na arquitetura de Le Corbusier*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto, 2014.

SILVA, Cláudia G. Thaumaturgo. *Conceitos e Preconceitos relativos às Construções em Terra Crua*. Dissertação de mestrado, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2000.

SILVA, Joyce. *Zoneamento e forma urbana: ausências e demandas na regulação do uso e ocupação do solo*. Dissertação de mestrado, USP, São Paulo, 2014.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: Visões críticas do Golpe: Democracia e reformas no populismo*. – 2. Ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

VESENTINI, José William. *Brasil: sociedade e espaço*. – 31. Ed. – São Paulo: Editora Ática, 2001.

VIDOTTO, Taiana Car. *A indissociável relação entre o ensino e a profissão na constituição do arquiteto e urbanista moderno no Estado de São Paulo: 1948-1962*. Dissertação de mestrado, UNICAMP, Campinas, 2014.

APÊNDICE A – Arquitetos atuantes no IAB-SP

Arquitetos como João Batista Vilanova Artigas, Eduardo Kneese de Mello, Rino Levi, Ícaro de Castro Mello, Eduardo Corona, Oswaldo Correa Gonçalves, Jorge Wilhelm e Fábio Penteado são alguns dos nomes de destaque no período. Participaram da consolidação do Instituto de Arquitetos do Brasil do estado de São Paulo; editaram revistas como *Acrópole* e *Bem-estar*; formaram o grupo pedagógico das faculdades de arquitetura Mackenzie e da Universidade de São Paulo; organizaram as primeiras Bienais de Arquitetura e compuseram o corpo administrativo do Museu de Arte de São Paulo.

João Batista Vilanova Artigas (1915-1985), conforme dito anteriormente, foi um dos fundadores da seção paulista do IAB. Entre os anos de 1959 e 1961, foi vice-presidente durante a terceira gestão de Ícaro de Castro Mello no IAB-SP. Em 1948, participou da criação da revista *Fundamentos*, que se tornou um importante suporte de divulgação das ideias do Partido Comunista Brasileiro (PCB), além das publicações de artigos do próprio arquiteto.

No âmbito acadêmico, foi autor do projeto de reforma curricular implantado na FAUUSP, na década de 1960, a partir de estudos e pesquisas desenvolvidos nos Estados Unidos. A escola foi concebida como um grande laboratório de ensaios, na articulação entre artes e técnicas industriais, em um espírito de formação ampla para um profissional completo. As ideias de desenho e projeto estruturaram o curso, que se desenvolveu em torno do estúdio ou ateliê, pensados como espaços de aula e também de discussão (Cf. ARTIGAS, 1998).

Eduardo Kneese de Mello (1906-1994) também foi um dos responsáveis pela fundação do IAB-SP. Foi um dos organizadores do I Congresso Brasileiro de Arquitetos, em 1945, na cidade de São Paulo, de tema central “Construções de Casas Populares e Organização das Coletividades Humanas”. Já na década de 1940, o congresso foi responsável por iniciar os debates sobre habitações de aluguel para classes menos favorecidas, habitação em unidades coletivas, a necessidade de intervenção do Estado como gerador de novas unidades habitacionais de interesse social e a correlação da implementação de moradia com o planejamento urbano (direito à cidadania).

Kneese também participou da elaboração da I Bienal de São Paulo, em 1951. Se envolveu em publicações das revistas *Acrópole* e *Bem-estar*. E foi professor de algumas faculdades de arquitetura como Mackenzie, Braz Cubas e Mogi das Cruzes (UMC).

Rino Levi (1901-1965), assim como Eduardo Kneese de Mello, também integrou o I Congresso Brasileiro de Arquitetos. Foi um dos responsáveis pela criação do Museu de Arte de São Paulo (MAM-SP), em 1948. Formou a comissão brasileira de participação no VIII CPA, realizado no México, em 1955. Junto com Artigas, colaborou na organização do plano de ensino da FAUUSP.

Ícaro de Castro Mello (1913-1986), arquiteto e atleta, dedicou-se à construção de inúmeros projetos esportivos, sendo um dos maiores especialistas da área. Foi professor da FAUUSP e presidente do IAB Nacional e IAB-SP. Também é um dos nomes mais importantes do país na luta pela regulamentação da profissão de arquiteto.

Eduardo Corona (1921-2001) tem uma bibliografia importante, pois é o arquiteto com maior número de artigos escritos para os boletins informativos do IAB-SP e também da *Revista Acrópole* (entre os anos 1966 a 1971). Além de importantes contribuições no campo do projeto, escreveu muito sobre questões habitacionais, o crescimento das cidades brasileiras e a responsabilidade do arquiteto frente à demanda existente. Junto com Carlos Lemos, escreveu o Dicionário de Arquitetura, em 1957. Também foi professor da FAUUSP.

Oswaldo Correa Gonçalves (1917-2005) também participou da fundação do IAB-SP, onde foi presidente de 1961 a 1963. Também foi presidente do IAB Nacional de 1973-1974. Trabalhou na prefeitura de São Paulo, coordenou o programa *Arquitetos na TV*, entre 1961-1962, exibido pela Excelsior. Colaborou com a organização e realização dos primeiros congressos brasileiros de arquitetos. Junto com Vilanova Artigas e Rino Levi, participou da criação da FAUUSP, onde foi professor. Idealizou a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos (FAUS). E assim como Eduardo Corona, escreveu muitos artigos para os boletins informativos do IAB-SP.

Jorge Wilhelm (1928-2014) tem enorme contribuição com pesquisas referentes às cidades brasileiras. Participava ativamente das reuniões do IAB-SP, onde propôs o estudo de planos diretores e do planejamento urbano, na escala da cidade, como

Curitiba, Joinville, Osasco, Natal e Goiânia; e de algumas regiões, como o Vale do Paraíba. Ficou conhecido como o pensador de cidades.

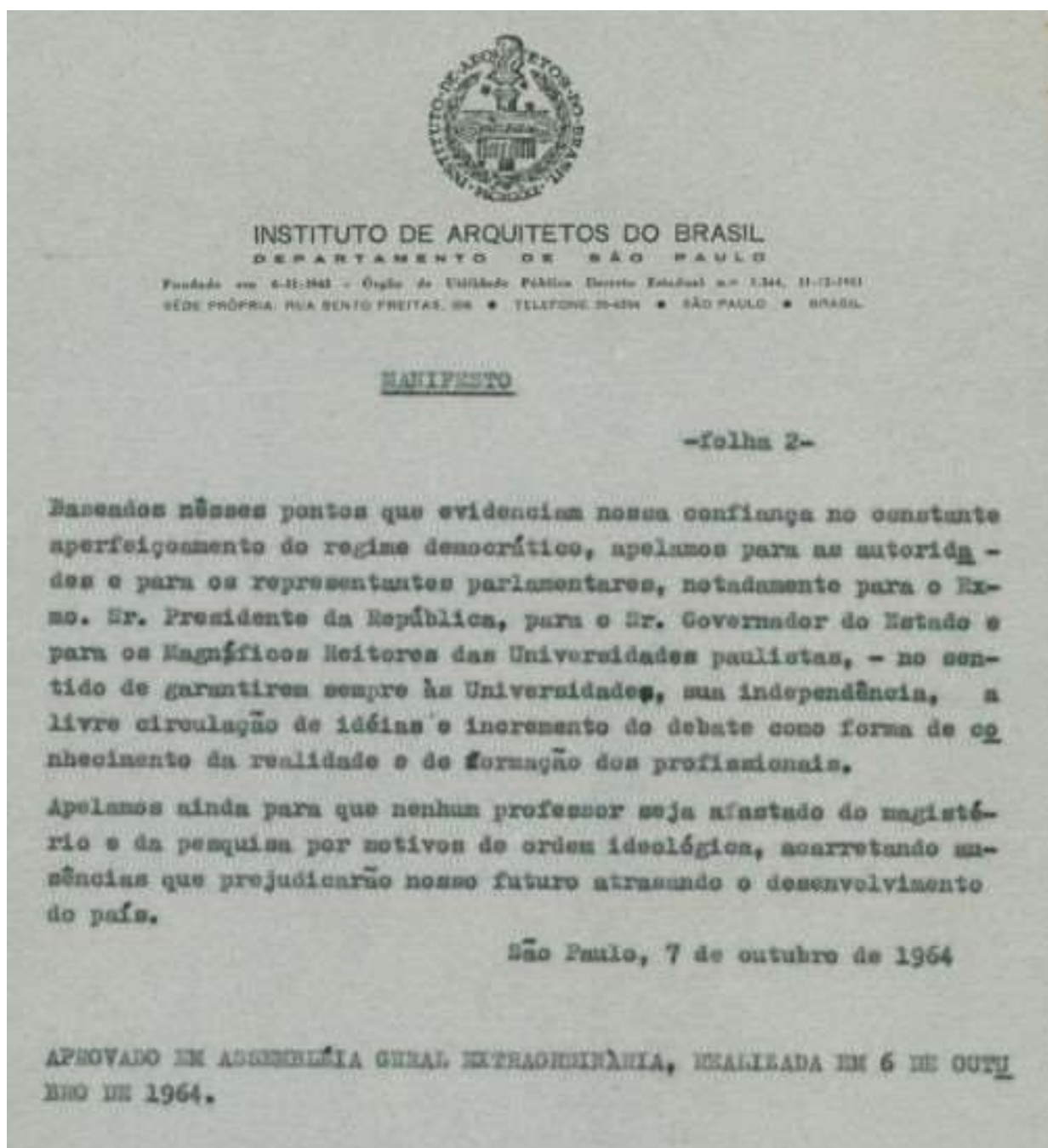
Fábio Penteado (1929-2011) foi conselheiro na UIA (1969-1975), presidente do IAB Nacional (1966-1968), diretor do *Jornal Arquiteto*⁷⁸ (1972), também participou do programa *Arquitetos na TV* e deu aula na FAU Mackenzie (1961-1964). Participou ativamente da realização de congressos nacionais e internacionais, além da organização da Bienal de Arquitetura de São Paulo.

Esse breve panorama dos arquitetos mais ativos no período pesquisado foi feito com o objetivo de apresentar a construção da história destas biografias individuais, combinada às entidades coletivas que os profissionais organizaram e das quais participaram e, por consequência, colaborando para a formação e o entendimento da historiografia da arquitetura brasileira.

Ao longo de décadas, esses profissionais mantiveram uma corrente ativa de troca de conhecimentos, no âmbito nacional e internacional, e de muita luta pela valorização da arquitetura e contribuição efetiva para as cidades brasileiras no que diz respeito à habitação, locomoção, infraestrutura, saúde e educação.

⁷⁸ *Jornal Arquiteto*, que circulou entre os anos 1972 e 1977, foi transformado na revista *Projeto* em seu último ano. Recentemente o Jornal foi digitalizado e disponibilizado no site do IAB-SP.

ANEXO A - Nota do IAB-SP, em repúdio aos processos iniciados contra professores pelo Regime Militar, em 1964:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO Nº 160

Estabelece o Plano Nacional de Habitação, cria a Superintendência Nacional da Habitação e institui o Fundo Nacional da Habitação.

(Do Sr. Floriano Paizão)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - No intuito de reduzir o crescente déficit de habitações no país, será incentivada a solução gradual do problema, através de um conjunto de providências subordinadas a uma política de habitação, segundo as linhas gerais de um Plano Nacional de Habitação.

Art. 2º - Constituirão pontos básicos da política de habitação:

- I - Será considerada de relevante interesse social a habitação cujos residentes obtenham seus recursos, exclusiva ou principalmente, da remuneração de trabalho prestado na qualidade de empregados.
- II - Enquanto não for alcançado, pelo menos, o montante edificatório de 2/3 das habitações necessárias no território nacional, a atenção dos poderes públicos voltará-se, com exclusividade, para a habitação de interesse social.
- III - Os recursos destinados ao fomento da habitação de interesse social serão concentrados e conduzidos a um só organismo que os aplicará segundo programas previamente estabelecidos, e a cuja elaboração haja precedido estudo cuidadoso das necessidades de habitação e da viabilidade das investições.
- IV - No fomento da habitação de interesse social, terá preferência e estímulo à iniciativa particular, através de financiamentos e de assistência técnica.

Art. 3º - O desenvolvimento da política de habitação assim definida enquadrar-se-á em um Plano Nacional de Habitação, que apresentará as seguintes características essenciais:

- I - Será compreendida, inicialmente, pelo Plano, apenas a habitação de interesse social, urbana ou rural, de valor não superior a 150 (cento e cinquenta) vezes o salário mínimo vigente em cada região ou sub-região.
- II - Será financiada a aquisição ou a conservação de moradia por iniciativa dos interessados e a pedido destes.
- III - Serão financiadas obras de urbanização ou de instalação de serviços públicos, quando isso for imprescindível à execução de um plano local de edificação de moradias, desde que esse financiamento seja agregado ao destinado exclusivamente às moradias, e reagatado conjuntamente pelos favorecidos.
- IV - Serão adquiridos terrenos que, depois de urbanizados, serão oferecidos à venda, mediante financiamento, aos interessados em construir, observadas as condições fixadas na alínea anterior.
- V - Serão financiadas as indústrias de materiais de construção, destinados à edificação de habitações de interesse social e, por isso, fornecidos a preços mais baixos que os usuais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- VI - Será prestada assistência técnica que vise:
- a) ao ensino de técnicas mais econômicas de construção;
 - b) à obtenção de materiais e custos mais reduzidos;
 - c) ao favorecimento da construção por esforço próprio ou ajuda mútua.
- VII - Será estimulado o estabelecimento e desenvolvimento de cooperativas de habitação.
- VIII - Serão concedidas reduções tributárias às pessoas físicas ou jurídicas que empregem capitais na construção de habitações de interesse social e nas indústrias de materiais a elas destinadas, na proporção de sua contribuição efetiva para aquele objetivo.
- IX - Serão concedidas reduções vantajosas sobre os recolhimentos que compulsoriamente hajam de fazer os estabelecimentos bancários à Superintendência da Moeda e do Crédito, desde que comprovada a aplicação de parte de seus depósitos no fomento da habitação de interesse social.

Art. 4º - Fica instituída a Superintendência Nacional da Habitação, que terá por finalidade promover a execução do Plano Nacional de Habitação.

Art. 5º - A Superintendência Nacional da Habitação, pessoa jurídica subordinada diretamente à Presidência da República, terá sede na Capital Federal e gozará de autonomia técnica, administrativa e financeira nos termos da presente lei.

Art. 6º - A partir da data de início das atividades da Superintendência Nacional da Habitação, será extinta a Fundação da Casa Popular, na forma determinada por seus estatutos, transferindo-se àquela seu patrimônio.

Art. 7º - A Superintendência Nacional da Habitação, será administrada por um Conselho Diretor, de 5 (cinco) membros, de mandato trienal, nomeados pelo Presidente da República, escolhidos entre pessoas que hajam desempenhado atividades relacionadas com a habitação, em instituições ligadas ao problema.

§ 1º - O Conselho Diretor será presidido por um Diretor Executivo, eleito pelos membros entre si, com mandato de um ano, permitida a recondução.

§ 2º - Pelo menos dois (2) dos membros do Conselho Diretor representarão as Instituições de Previdência Social, e um (1) as Caixas Econômicas, as quais serão escolhidos e indicados ao Presidente da República pelos respectivos órgãos superiores de deliberação coletiva.

Art. 8º - A Administração da Superintendência Nacional da Habitação, será acompanhada por uma Junta de Controle, composta de 5 membros, de mandato quadrienal, nomeados pelo Presidente da República, e presididos por um de entre eles eleito.

Parágrafo único - Pelo menos dois (2) dos membros da Junta de Controle representarão as instituições de previdência social e um (1) as Caixas Econômicas, as quais serão escolhidos e indicados ao Presidente da República pelos respectivos órgãos superiores de deliberação coletiva.

Art. 9º - A estrutura administrativa da Superintendência Nacional da Habitação, compreenderá Administração Central, Órgãos Regionais e Órgãos Locais.

§ 1º - Nessa estrutura, objetivar-se-á a mais completa descentralização de serviços, traduzindo-se na maior autonomia dos Órgãos Locais.

§ 2º - Visando a obter essa descentralização serão estabelecidos, no orçamento anual, limites de dotações para as despesas de administração, de sorte que a Administração Central jamais possa vir a consumir mais que 1/5 da dotação global.

Art. 10 - Fica instituído o Fundo Nacional da Habitação, constituído por:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 3 -

- a) - dotação orçamentária anual fixada em 80% do produto da arrecadação ~~imobiliária~~ relativa ao imposto sobre lucros apurados pelas pessoas físicas na venda de propriedades imobiliárias, estabelecida na legislação vigente do imposto sobre a renda;
- b) - subvenções;
- c) - rendas resultantes das inversões;
- d) - rendas orçamentárias;
- e) - contribuição de 5% sobre os prêmios de valor superior a Cr\$ 1.000,00, proporcionados por loterias, sorteios de qualquer espécie, ou corridas de cavalos;
- f) - outras dotações orçamentárias que forem estabelecidas pela União.

Art. 11 - Para atender à execução do Plano Nacional de Habitação, além da utilização do Fundo instituído, a Superintendência Nacional de Habitação aplicará:

- a) capitais provenientes de empréstimo compulsório de 40% das disponibilidades atuais das Instituições de Previdência Social e das Caixas Econômicas;
- b) capitais provenientes de empréstimo compulsório de importância equivalente a 50% da cota de juros da dívida da União para com as Instituições de Previdência Social, prevista na Lei nº 2.250, de 30-6-1954, e que anualmente será consignada em favor delas, no Orçamento Geral da República;
- c) capitais provenientes de empréstimos de pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 12 - As condições de resgate dos aludidos empréstimos, bem como as de aplicação dos capitais emprestados, serão estabelecidas tendo em vista a viabilidade e a segurança de funcionamento da Superintendência Nacional de Habitação.

Parágrafo único - Poderá ser regulamentado o resgate periódico das prestações contratuais, visando a compensar os efeitos prejudiciais da desvalorização monetária, que mais se fazem sentir nos empréstimos a prazos longos.

Art. 13 - O patrimônio da Superintendência Nacional de Habitação será formado pelos bens e direitos transferidos por extinção da Fundação da Casa Popular, e por todos aqueles que, no decurso de suas operações, vierem a ser por ela adquiridos.

Art. 14 - Gozará de isenção tributária os bens da Superintendência Nacional de Habitação, bem como os papéis, ou contratos relativos às atividades de sua competência.

Art. 15 - Não estarão sujeitos às posturas municipais e estaduais as obras decorrentes de planos e projetos de elaboração da Superintendência Nacional de Habitação, ou que por ela tenham sido aprovados.

Art. 16 - Será aproveitada na Superintendência Nacional de Habitação o pessoal estável da atual Fundação da Casa Popular, devendo, porém, sua lotação conformar-se ao estabelecido no parágrafo segundo do artigo 9º.

Parágrafo único - O pessoal que houver de ser admitido na Superintendência Nacional de Habitação ~~poderá~~ constituir-se de:

- a) funcionários integrantes de um quadro permanente, selecionados na forma da Lei nº 1584/52, e cujo regime será o da Lei nº 1711/52, Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União;
- b) empregados abrangidos pela legislação Trabalhista, destinados exclusivamente a tarefas que não devam ser desempenhadas pelos integrantes do quadro permanente, tais como as relativas a obras, atividades de manutenção e conservação, ou de produção industrial.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 17 - Dentro de 90 dias, a contar da publicação desta Lei, o Poder Executivo fará expedir decreto que aprove o Regulamento da Superintendência Nacional da Habitação, em que sejam atendidos, além de outros, os seguintes pontos essenciais:

- a) sua organização administrativa;
- b) condições para concessão de financiamentos para obtenção ou conservação de ruas e ruas;
- c) condições de aquisição de imóveis pela Superintendência Nacional da Habitação, e de execução de obras de sua responsabilidade;
- d) condições para financiamentos a entidades, empresas ou instituições que se proponham edificar habitações de interesse social, ou produzir materiais a elas destinados;
- e) fixação de reduções tributárias incidentes sobre capitais empregados por pessoas físicas ou jurídicas na construção de habitações de interesse social, ou na produção de materiais a elas destinados;
- f) condições para concessão, a estabelecimentos bancários, das reduções a que se refere o inciso IX do artigo 3º;
- g) atribuição de competência para a construção de habitações de interesse social, dentro de zonas delimitadas na forma de convênios firmados com os C.R.S.A., aos especialistas formados nos cursos práticos ministrados pela Superintendência Nacional da Habitação, dentro de seu programa de assistência técnica.

Art. 18 - Expedido o Regulamento de que trata o artigo anterior, iniciar-se-á, em 90 dias, o funcionamento da Superintendência Nacional da Habitação.

Art. 19 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

6 de abril de 1950

 Dep. Floriano Peixoto
 Bancada PTB - RJ

JUSTIFICAÇÃO

Não vem sendo encarado com realismo o problema da insuficiência de habitação no Brasil.

Da maior importância para o bem-estar público, impunha-se, de há muito, a organização e execução de planos práticos e a longos prazos para sua solução. Ao invés, o índice de carência habitacional vem crescendo assustadoramente.

Todavia, pouco se fala no assunto, pouco se faz sentir a gravidade da situação. Chamam-se constantemente por alimentação, educação ou assistência médica-hospitalar; sobre a falta de habitações, um ou outro estudioso se pronuncia esporadicamente.

No entanto, de pouco valerá o esforço para melhor nutrir as populações, educá-las ou salvaguardá-las das enfermidades, se elas estão condenadas, em sua grande maioria, a alojar-se em habitações impróprias e promíscuas.

Quanto aos dados estatísticos, nada melhor do que transcrever parte de um magno trabalho elaborado pelo Sr. Matexilpatri Guitton, técnico, do IAPI e estudioso do problema, que diz:

"Não podemos oferecer dados exatos de grande atualidade, visto que a melhor fonte de informações - o recenseamento nacional - data de 1950. Foram então encontrados aproximadamente dez milhões de habitações rurais e urbanas, para a população recenseada de 52 milhões de habitantes. Mas, como a média dessas habitações compreendia apenas 2 quartos, aproximadamente 12 milhões de pessoas viviam em promiscuidade."



CÂMARA DOS DEPUTADOS

= 5 =

A solução, se possível, parecia ser a construção, em 1951, de 4 milhões de habitações.

Mas a população, aumentando anualmente à volta de 1,3 milhões de habitantes, exigia um aumento anual de 260.000 novas residências. Por outro lado, as casas em vias de parecimento precisavam de ser substituídas à razão aproximada de 160.000 por ano.

As todo, se em 1951 se houvesse atacado o problema, seria necessário construir 560.000 casas por ano. Muito embora tenham sido construídas muitas habitações desde então, nunca foi alcançado aquele nível e temo todas as razões para acreditar que a situação é de ano a ano pior, e que será amplamente documentada pelo próximo recenseamento de 1960.

É que o índice de construções vem diminuindo no Brasil, ao em vez de aumentar, como sucede na Alemanha Ocidental, na França, no Canadá, na Holanda, na Dinamarca, no Japão e em outros países. Estabelecido o índice de construção civil 100 para o ano de 1953, em 1956 cai para 87. O número de unidades de habitações construídas por ano, para 1.000 habitantes, em 1952, era de 3,837 e, em 1956, desceia a 3,136.

Várias são as causas desse quadro desalentador. As peculiaridades da indústria da construção civil que, em seu primitivismo e pela prática instabilidade de seus produtos, não aceita em grande parte os modernos processos de fabricação em massa, vem aliar-se o desinteresse dos capitais privados em investimentos de edificações remuneratórias, e a escassa e hesitante atividade governamental no campo da habitação.

Esta última, limitada à construção ou ao financiamento aqui e ali, - por instituições de previdência, de crédito, ou pela Fundação da Casa Popular, - de reduzidas a mostras de que poderia ser um plano habitacional de grande envergadura, padece da falta de ritmo, da carência de programação segundo as reais necessidades, da ausência de estudos sócio-econômicos, em suma, da inexistência de uma política de habitação.

O projeto de lei que ora temos a honra de apresentar a esta Casa, visa, essencialmente, a tentar estabelecer os pontos básicos dessa política e a ensaiar um programa efetivo que enfrente os meios viáveis de dar combate ao déficit habitacional.

Em seu artigo 2º define, inicialmente, a habitação de interesse social, aquela, portanto, que será objeto das atenções constantes do Estado, uma vez que consiste na habitação das assalariados, incapazes, em sua maior parte, de corporificar o seu desejo de moradia, sem auxílio que robusteça a sua iniciativa.

É preceituada a concentração de recursos destinados à habitação de interesse social, e a sua aplicação segundo planos precedidos de sólidos estudos, a fim de que se evite a atual dispersão que, por vícios, paradoxalmente, se traduz em concorrência, e que se sempre na inaplicabilidade das realizações aos agrupamentos sociais a que se destinaram.

Preconiza-se o estímulo à iniciativa particular de preferência à construção direta de grandes edifícios, para evitar os problemas da administração caríssima dos conjuntos residenciais, da sua conservação e, muitas vezes, da sua inadequação aos grupos interessados, em virtude da má escolha de localização, do marcos andamento das construções burocráticas e do conseqüente alto preço unitário resultante.

Os nove pontos essenciais do Plano Nacional de Habitação, constantes do artigo 3º, são suficientes para nortear as elaborações do Regulamento, que logo virá, com pormenores, orientar a execução.

O limite de 150 vezes o salário mínimo vigente em cada região é estabelecido, a penas, para pôr um teto modesto aos valores das habitações que poderão ser enquadráveis no Plano, possibilitando, assim, um atendimento em maior escala, e evitando a necessidade de reajustamento periódico, por via legislativa, desse mesmo teto.

A iniciativa dos interessados na habitação é posta, acima de tudo, como ponto de partida para aplicação do Plano. Não se trata, pois, de construir, para depois procurar os interessados, e, sim, proporcionar aos já existentes, meios para obtenção ou conservação de moradia.

Naturalmente, essa iniciativa necessita, em muitos casos, ser solidamente apoiada, e, às vezes, despertada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 6 -

O financiamento, de preferência à realização de obras públicas, também será feito em razão da necessidade dos interessados, e sómente quando regradável, para que não ocorra o que já tem sucedido, quando obras de tal natureza, muitas vezes da competência de Municípios ou de Estados, se convertem em verdadeiras aplicações assistenciais sem possibilidade de remuneração, dificultando, assim, a extensão do programa a tantos outros necessitados.

A aquisição de glebas de loteamento é, muitas vezes, a solução para as dificuldades locais oriundas das grandes propriedades, cujos detentores não se interessam pelo seu fracionamento.

Para estimular o estabelecimento de indústrias locais de materiais destinados à habitação de interesse social, o Plano prevê também a concessão de financiamento.

Na prestação de assistência técnica, efetiva, é lícito esperar seja remunerada a iniciativa dos interessados na habitação. Obteve sucesso o exemplo do Norte Rico onde se realizou um bem organizado programa de incentivo, através do estímulo da construção por esforço próprio ou por ajuda mútua dirigida, com o ensino de técnicas singelas e práticas, e produção doméstica de materiais encontrados nas próprias locais de construção, o que fez prover igual êxito em nossa pátria, se essa assistência técnica for levada às várias regiões do país, ministrando-se ensinamento a não só aos diretamente interessados na construção, como aqueles que queiram obter, em prazo curto, licenças regionais de construtores de habitações econômicas, emitidas pelo organismo encarregado do Plano, mediante convênios estabelecidos com os GRHAs.

O estímulo às cooperativas de habitação e a concessão, em moldes a serem estabelecidos pelas repartições fundiárias, de reais favores, reduções ou isenções tributárias, aos que desejam investir capitais no campo da habitação de interesse social, são outras formas de suprir a insuficiência de meios financeiros da instituição a que ficará afeta a execução do Plano.

Essa instituição única será a Superintendência Nacional da Habitação que, brevemente, absorverá a atual Fundação da Casa Popular, e as Carteiras dos Institutos de Previdência e Casas Econômicas, no tocante ao financiamento e construção de novas habitações de interesse social.

Poder-se-ia dizer que apenas se trata de mudar o nome da Fundação da Casa Popular. Não é assim. Se, realmente, a designação de Fundação invoca apenas instituições de finalidades beneficentes, científicas e culturais, ao invés de um verdadeiro organismo de aplicação de capitais, essa não é a principal razão das modificações propostas pelo projeto.

Achamos melhor que o novo organismo responsável por um Plano Nacional, esteja subordinado diretamente à Presidência da República, como estão vários outros, tais como a Superintendência de Valorização da Amazônia, a Comissão do Vale do São Francisco, o Conselho Nacional de Pesquisas, a Comissão Executiva do Plano de Carvão Nacional, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e outros. É que a importância da habitação transcende a órbita de simples subdivisão de uma pasta ministerial e não pode ser considerada como mera modalidade da Previdência Social. Na França, o assunto é cuidado por um Ministério próprio.

Por outro lado, a Fundação da Casa Popular, retiradas suas fontes permanentes de recursos próprias, ficará, a partir de 1960, condicionada a administrar-se apenas dentro da diferença de taxas de juros; a de tomada de capital das instituições de previdência, e a de inversão através de seus planos.

Os artigos 7º e 8º do projeto se referem à alta administração da Superintendência. Objetivou-se uma administração colegiada, de entendidos em habitação, isenta de choques entre Diretor Executivo e demais Diretores, pelo rodízio periódico naquela posição.

O mandato quadrienal da Junta de Controle assegura perfeito acompanhamento das atividades de administração e permite o aconselhamento aos novos Conselheiros Diretores, substituíveis ao fim de 3 anos.

Em ambos os casos, buscou-se simplicidade na administração, evitando a multiplicação de cargos ou posições, muitos dos quais, por vezes, com o correr do tempo, resultam meramente honoríficos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 7 -

No artigo 9º, que trata da estrutura administrativa da Superintendência, visa-se ao estabelecimento de rígido princípio de descentralização, de sorte que todos os se os de trabalho sejam assegurados aos órgãos locais, em contato direto com os interesses dos. Com esse objetivo, procura-se dar à Administração Central seu verdadeiro papel de supervisora e planejadora, evitando, através de limitações orçamentárias, sua hiper trofia em detrimento das atividades executivas de âmbito local.

Na formação do Fundo Nacional de Habitação tem papel preponderante e montante de grande parte da arrecadação do imposto sobre o lucro apurado pelas pessoas físicas na venda de propriedades imobiliárias, montante este que não poderá ter melhor aplicação, da a sua origem, que a de fomentar a habitação de interesse social.

O artigo 11 aborda os empréstimos feitos por instituições, empresas ou pessoas físicas à Superintendência, e que deverão, obviamente, ser pontualmente resgatados, as con dições que o Regulamento fixará.

Foi estabelecida a cota de 40% das disponibilidades de Instituições de Previdência e Caixas Econômicas, para que tais organismos não sejam obrigados a empréstar, em su tos casos, o que não têm, e para que lhes sobre o suficiente para outras aplicações que fazem parte de seus programas.

Objetiva-se, igualmente, tornar realista, pelo menos o serviço dos juros da dívida da União para com as Instituições de Previdência, já que o resgate daquela dívida a presente tantas dificuldades. Far-se-á daquela parcela, perfeitamente incluível anualmente em orçamento, um meio de desenvolver a habitação de interesse social, revertendo, em se guida, às Instituições credoras, que, até agora, de nada senão a vêm recebendo.

O artigo 15 dá à Superintendência a necessária autonomia para planejar ou apro var planos, dentro de seus regulamentos, destinados a obras de interesse social, com que possam ser obstados por legislações locais, muitas vezes obsoletas. Convém recordar que em geral, em relação com os serviços de habitação social (exemplo, a falta de semelhante autonomia tem o Instituto dos Industriários, até hoje, conjuntos residenciais ainda não reconhecidos pela Prefeitura, porque não se conferem seus projetos às posturas desta.

No todo o projeto se teve em vista enquadrar linhas gerais, deixando ao Regulamento que será elaborado todas as minúcias de organização. Todavia, o artigo 16 recorda os pontos essenciais que não devem ser esquecidos e, juntamente com o artigo 17 estabelece os prazos efetivos para que se inicie, com brevidade, o funcionamento do novo órgão.

Sala das Sessões, 6 de abril de 1960



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº

Estabelece o Plano Nacional de Habitação, cria o Conselho Nacional de Habitação e institui o Fundo Nacional da Habitação.

(Do Sr. Floriano Paixão)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - No intuito de reduzir o crescente déficit de habitação no País, será incentivada a solução gradual do problema, através de um conjunto de providências subordinadas a uma política de habitação, segundo as linhas gerais de um Plano Nacional de Habitação.

Art. 2º - Constituirão pontos básicos da política de habitação:

I - Será considerada de relevante interesse social a habitação cujos residentes obtenham seus recursos, exclusiva ou principalmente, da remuneração de trabalho prestado na qualidade de empregados, desde que esta remuneração não exceda 15 (quinze) vezes o salário-mínimo vigente na região ou sub-região.

II - Enquanto não for possível atender-se à demanda ocasionada pelo incremento da população, a atenção dos poderes públicos voltar-se-á exclusivamente para a habitação de interesse social.

III - Os recursos destinados ao fomento da habitação de interesse social serão concentrados e concedidos preferencialmente às Caixas Econômicas Federais, que os aplicarão diretamente ou através de outras entidades públicas, segundo programas previamente estabelecidos, e a cuja elaboração haja precedido estudo acurado das necessidades de habitação e da viabilidade das inversões.

Art. 3º - O desenvolvimento da política de habitação assim definida esquematizar-se-á em um Plano Nacional de Habitação, que apresentará as seguintes características essenciais:

I - Será compreendida, inicialmente, pelo Plano, apenas a habitação de interesse social, urbana ou rural, de valor não superior a 150 vezes o salário-mínimo vigente em cada região ou sub-região.

II - Será financiada a aquisição, construção ou remodelação de moradia própria, por iniciativa dos interessados e a pedido destes.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - 2 -



III - Será incorporado ao custo das unidades residenciais financiadas o valor das obras de urbanização ou de instalação dos serviços públicos imprescindíveis à execução de um conjunto local de habitações.

IV - Serão adquiridos terrenos que, depois de urbanizados, serão oferecidos à venda, mediante financiamento, aos interessados em construir, observadas as condições fixadas na alínea anterior.

V - Serão financiadas as indústrias de materiais de construção destinados à edificação de habitações de interesse social, visando estimular a produção e o consequente barateamento de preços.

VI - Será prestada assistência técnica, que vise ao aprimoramento dos processos de construção, a redução do custo dos materiais e ao favorecimento da construção por esforço próprio ou ajuda mútua.

VII - Será estimulado o estabelecimento e desenvolvimento de cooperativas de habitação.

VIII - Será favorecida a aplicação de capitais privados no campo da habitação de interesse social através de vantagens de ordem fiscal, na forma do artigo 42.

IX - Serão concedidas reduções vantajosas sobre os recolhimentos que compulsoriamente hajam de fazer os estabelecimentos bancários à Superintendência da Moeda e do Crédito, desde que comprovada a sua participação nos empreendimentos de interesse social.

X - Será levantado o cadastro das companhias imobiliárias de construção e loteamento, para fins de análise de sua participação na solução do problema habitacional.

XI - Será concedida assistência técnica e financeira aos municípios cuja sede tenha população igual ou superior a 10.000 habitantes, para elaboração dos respectivos Planos Diretores.

Art. 49 - Ficam concedidos as seguintes favores fiscais:

I - consignação das efetivas contribuições para a habitação de interesse social, entre os abatimentos da renda bruta previstos pela legislação do imposto de renda;

II - redução de 50% dos tributos que incidam:

- a) sobre os materiais destinados à construção dos imóveis financiados;
- b) sobre a importação de maquinaria destinada exclusivamente à fabricação de materiais essenciais à construção de habitações de interesse social.

III - isenção dos tributos incidentes sobre os contratos de fornecimento, prestação de serviços e financiamento, que tenham por objeto a execução do Plano Nacional de Habitação.

Art. 50 - Fica instituído o Conselho Nacional de Habitação, que terá por finalidade formular a política nacional de habitação, promover a execução dos planos decorrentes e a sua coordenação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - 3 -



Art. 6º - O Conselho Nacional de Habitação, pessoa jurídica subordinada diretamente à Presidência da República, terá sede na Capital Federal e gozará de autonomia técnica, administrativa e financeira nos termos da presente lei.

Art. 7º - A partir da data de início das atividades do Conselho Nacional de Habitação, será extinta a Fundação da Casa Popular, providenciando o Conselho a sua liquidação na forma de seus estatutos.

Art. 8º - O Conselho Nacional de Habitação será constituído de 5 (cinco) membros com mandato trienal, nomeados pelo Presidente da República, sendo um representante das Casas Econômicas Federais e de seu Conselho Superior, um representante da Superintendência da Reforma Agrária, um representante das instituições de previdência social, um representante das Confederações de empregados e um representante das Confederações de empregadores.

Parágrafo único. O Presidente da República designará dentre os membros do Conselho Nacional de Habitação o seu Presidente.

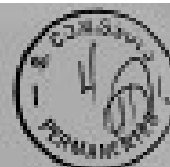
Art. 9º - O Conselho Nacional de Habitação terá uma Secretaria Executiva e as Assessorias Técnicas necessárias.

Art. 10 - Será instituído o Fundo Nacional de Habitação, com tituído:

- a) de contribuição mensal, no valor de 1% do montante das folhas de pagamento a cargo dos empregadores abrangidos pela legislação sobre previdência social;
- b) de contribuição mensal, durante um ano, correspondente ao primeiro acréscimo sobre aluguel de imóvel residencial, que venha a ocorrer em virtude de acréscimo, de disposição contratual ou de mandamento legal a cargo do locador;
- c) de contribuição de 5% sobre os prêmios de valor superior a \$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), proporcionados por loterias, sorteios de qualquer espécie, ou corridas de cavalos;
- d) de adicional de 10% do imposto de consumo incidente sobre os artigos constantes da tabela anexa a esta lei;
- e) de contribuição, durante 10 anos, de 2% sobre as receitas das Autarquias Federais e de 5% sobre as receitas das sociedades de economia mista, ressalvadas as entidades sob regime deficitário, enquanto perdurar a situação;
- f) de contribuição de 1% (um por cento) sobre as operações de empréstimos bancários - a cargo dos mutuários;
- g) de contribuição da União equivalente a 5% (cinco por cento) da sua receita ordinária, durante 10 (dez) anos;
- h) de um adicional de 10% (dez por cento) sobre o imposto do solo;



CÂMARA DOS DEPUTADOS - 1 -



1) de um adicional de 10% (dez por cento) sobre o imposto de renda;

3) da arrecadação total do imposto de que trata o art. 13 do Decreto-lei nº 6.259, de 10.2.1944;

1) do produto da arrecadação relativa ao imposto sobre lucros apurados pelas pessoas físicas na venda de propriedade imobiliária, estabelecida na legislação vigente do imposto sobre a renda;

a) de contribuições voluntárias de pessoas físicas e jurídicas;

a) de dotação orçamentária própria;

c) das reversões e rendas decorrentes das aplicações realizadas.

Art. 11 - A partir desta data as Caixas Econômicas aplicarão 80% (oitenta por cento) dos seus fundos de reserva, a reversão total das suas carteiras imobiliárias e hipotecárias e 30% (trinta por cento) do aumento verificado nos seus saldos de depósitos, em financiamentos enquadrados no Plano Nacional de Habitação, dentro dos seus regulamentos em vigor.

Art. 12 - A participação dos Estados e Municípios em convênios nos empreendimentos do Plano Nacional de Habitação se efetivará mediante a contribuição para o Fundo de, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos orçamentos estaduais de receita, de 2% (dois por cento) dos orçamentos municipais de receita, além da contribuição sob a forma de taxas específicas, já existentes ou a serem criadas.

Art. 13 - O produto das contribuições que constituirão o Fundo Nacional de Habitação será recolhido às Caixas Econômicas Federais locais, em 48 (quarenta e oito) horas após cálculo, dedução, recebimento ou fixação orçamentária, em conta especial para ser aplicado em habitação de interesse social, na conformidade das normas emanadas do Conselho Nacional de Habitação.

Art. 14 - Na execução do Plano Nacional de Habitação poderão ser aplicados capitais provenientes de empréstimos de pessoas físicas ou jurídicas.

Parágrafo único. As condições de resgate dos aludidos empréstimos, bem como as de aplicação dos capitais emprestados, serão estabelecidas, resguardando-se a integridade do Fundo, e as objetivos do Plano Nacional de Habitação.

Art. 15 - Poderá ser regulamentado o reajuste periódico das prestações contratuais visando a compensar os efeitos das oscilações monetárias.

Art. 16 - A execução dos projetos e planos aprovados pelo Conselho Nacional de Habitação não estará sujeita aos códigos de posturas municipais ou estaduais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - 5 -



Art. 17 - As despesas e inversões necessárias ao funcionamento do Conselho Nacional de Habitação não poderão exceder 2% (dois por cento) do Fundo realizado anualmente, e deverão obedecer a provisão orçamentária aprovada.

Art. 18 - O pessoal estável da Fundação da Casa Popular será aproveitado, dentro das necessidades, no Conselho Superior das Ciências Econômicas Federais, na Superintendência da Reforma Agrária, nas instituições de previdência social, ficando subordinado ao regime jurídico de cada uma dessas entidades.

Art. 19 - Os serviços do Conselho Nacional de Habitação serão executados:

a) por servidores públicos federais e autárquicos requisitados, garantidos os respectivos direitos e vantagens já adquiridos nas repartições a que pertencem;

b) por técnicos contratados por prazo ou tarefa determinados, na forma da legislação trabalhista.

Art. 20 - Dentro de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta lei, instalar-se-á o Conselho Nacional de Habitação que, no prazo de 90 (noventa) dias, elaborará projeto de Decreto que aprova o seu Regimento Interno, bem como o regulamento para execução do Plano Nacional de Habitação.

Art. 21 - Ficam revogados os Decretos-leis nºs 9.218, de 19 de maio de 1946, 9.621, de 21 de agosto de 1946, 9.777, de 6 de setembro de 1946, o art. 16 do Decreto-lei nº 6.259, de 19 de fevereiro de 1944, o art. 5º da Lei nº 1.473, de 21 de novembro de 1951, o art. 64 do Regulamento baixado com o Decreto nº 24.427, de 19 de junho de 1934, revogado pela Decreto-lei nº 8.455, de 26 de dezembro de 1945, e as demais disposições em contrário.

Art. 22 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1963.

Floriano Paixão



CÂMARA DOS DEPUTADOS - 6 -

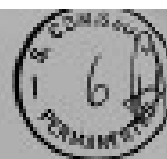


TABELA A QUE SE REFERE O ANEXO 10. ALÍQUOTA "D"

- 1 - Instrumentos musicais;
- 2 - Aparelhos registradores e gravadores de sons;
- 3 - Armas e munições e artigos de pirotecnia;
- 4 - Carotas-tinteiro e lapiseiras de qualquer matéria;
- 5 - Chapéus, bonés e semelhantes de qualquer matéria;
- 6 - Artigos de suportes e jogos;
- 7 - Brinquedos;
- 8 - Guarda-chuva e guarda-sol de qualquer matéria;
- 9 - Bijuterias;
- 10 - Isqueiros, acendedoros e pedras de isqueiros;
- 11 - Baralhos e cartas de jogar, de papel, de plástico ou de outra qualquer matéria ou para qualquer fim;
- 12 - Jóias, obras de ourives de relógios;
- 13 - Perfumarias.

Carvalho



CÂMARA DOS DEPUTADOS



JUSTIFICACÃO

Éis o que já disíamos na justificação do projeto nº 1.911, de nossa autoria, apresentada a esta Casa em abril de 1960:

"Não vem sendo encarado com realismo o problema da insuficiência de habitação no Brasil.

De maior importância para o bem-estar público, impune-se, de há muito, a organização e execução de planos práticos e a longas prazos para sua solução. Ao invés, o índice de carência habitacional vem crescendo acentuadamente.

Todavia, pouco se fala no assunto, pouco se faz sentir a gravidade da situação. Cansa-se constantemente por alimentação, educação ou assistência médico-hospitalar. Sobre a falta de habitações, um ou outro estadístico se pronuncia esporadicamente.

Éo entanto, de pouco valerá o esforço para melhor nutrir as populações, educá-las ou salvaguardá-las das enfermidades, se elas estão em demanda, em sua grande maioria, a alojar-se em habitações insalubres e precárias.

Quanto aos dados estatísticos, nada melhor do que transcrever parte de um magnífico trabalho elaborado pelo Sr. Raimulpatri Guillon, técnico do IAPI e estudioso do problema, que diz:

"Não podemos aferecer dados exatos de grande atualidade, visto que a melhor fonte de informações - o recenseamento nacional - data de .. 1950. Foram então encontrados aproximadamente dez milhões de habitações rurais e urbanas, para a população recenseada de 52 milhões de habitantes. Mas, como a soma dessas habitações compreendia apenas 2 quartos, aproximadamente 12 milhões de pessoas viviam em promiscuidade.

A solução, se possível, parecia ser a construção, em 1951, de 4 milhões de habitações.

Mas a população, aumentando anualmente à volta de 1,3 milhões de habitantes, exigia um aumento anual de 260.000 novas residências. Por outro lado, as casas em vias de perecimento precisavam de ser substituídas à razão aproximada de 160.000 por ano.

Assim, se em 1951 se houvesse atacado o problema, seria necessário construir 560.000 casas por ano. Muito embora tenham sido construídas muitas habitações desde então, nunca foi alcançado aquele nível e temos todas as razões para acreditar que a situação é de ano a ano pior, o que será amplamente documentado pelo próximo recenseamento de 1960.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - 2 -



É que o índice de construções vem "diminuindo" no Brasil, ao em vez de aumentar, como sucede na Alemanha Ocidental, na França, no Canadá, na Holanda, na Dinamarca, no Japão e em outras países. Estabelecido o índice de construção civil 100 para o ano de 1953, em 1956 cai para 87. O número de unidades de habitações construídas por ano, para 1.000 habitantes, em 1952, era de 3,837 e, em 1956, desce a 3,136.

Várias são as causas desse quadro desalentador. As peculiaridades da indústria da construção civil que, em seu primitivismo e pela prática instabilidade de seus produtos, não aceita em grande parte os modernos processos de fabricação em massa, vem aliar-se a desinteresse dos capitais privados em investimentos de módica remuneração, e a escassa e hesitante atividade governamental no campo da habitação.

Esta última, limitada à construção ou ao financiamento aqui e ali, - por instituições de previdência, de crédito, ou pela Fundação do Casa Popular, - de reduzidas amostras de que poderia ser um plano habitacional de grande convergência, padecia da falta de ritmo, da carência de programação segundo as reais necessidades, da ausência de estudos sócio-econômicos, em suma, da inexistência de uma política de habitação".

NOVA SOLUÇÃO

Agora, decorridos três anos da apresentação daquele nosso projeto, que nem sequer foi apreciado pela primeira Comissão técnica a que foi submetido, a situação se modificou para pior, conforme veremos pelos dados a seguir, a que vem demonstrar que o problema tende a agravar-se:

Em 1960, pelo recenseamento nacional efetuado, foram encontradas 13.500.000 habitações.

Em 1950, 10 anos antes, pelo censo realizado, foi encontrada a média de 2 quartos por unidade residencial.

Se mantida a mesma proporção, teríamos atualmente (2 quartos x 13.500.000 de moradias) 27 milhões de quartos, o que não se pode constatar por inexistência de dados censitários.

Mas, como nesta década proliferaram nas grandes cidades as construções de apenas um cômodo, aqueles números devem ser drasticamente otimistas, por isso que a grosso modo podemos considerar, para 1960, 25 milhões de quartos.

Em 1960 a população recenseada foi de 71.000.000 de habitantes.

Dividindo-se 71.000.000 por 25.000.000 de quartos, temos a realidade de 2,8 pessoas por quarto, o que agravou o problema, pois em 1950 tínhamos a média de 2,5.

Sendo aceitável o número de 2 pessoas por quarto, segue-se que deveria haver (71.000.000 por 2) 35.500.000 de quartos. Logo, o déficit de



CÂMARA DOS DEPUTADOS - 3 -



quartos é de (35.500.000 menos 25.000.000) 10.500.000.

Dai resulta que existem 42 x 10.500.000) 21 milhões de pessoas vivendo em promiscuidade.

Conclui-se, portanto, que, para que cessassem as condições de promiscuidade, seriam necessárias (10.500.000 por 21 5.250.000 novas habitações.

Mas existem outros dois fatores para que se possa determinar o déficit total no fim do ano de 1962. São eles:

a) as habitações em estado de insalubridade que deveriam ser substituídas;

b) habitações necessárias ao acréscimo de habitantes correspondentes aos anos de 1961 e 1962.

Em 1950 foram encontradas 1.400.000 moradias em estado de insalubridade, o que representa 11% do total de habitações. Não existindo dados estatísticos recentes, consideremos constante a mesma taxa. Teremos, então (11% de 13.500.000) 1.500.000 habitações aproximadamente.

Pelas estimativas do IBGE nesse os dois últimos anos teria havido um acréscimo de aproximadamente 3.000.000 de habitantes, para os quais teria sido necessária que se construíssem (5.000.000 por 4) 1.250.000 casas.

Se se mantiver a média anual de novas residências em número de 350 mil que predominou no último decênio, pode-se afirmar que nos dois últimos anos teriam sido construídas (2 x 350.000) 700.000 moradias. Consequentemente, o déficit nesse particular alcançaria (1.250.000 menos 700.000) 550.000 casas.

Tem-se, portanto o seguinte quadro:

a) déficit decorrente do fator promiscuidade.....	5.250.000
b) déficit decorrente das condições de insalubridade.....	1.500.000
c) déficit decorrente do aumento da população em 1961 e 1962	550.000
Déficit total de moradias.....	6.700.000

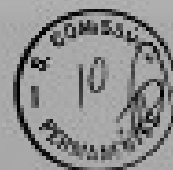
O que deve ser feito, portanto, se resume no seguinte:

1 - Absorção anual, durante 30 anos, do déficit calculado ao fim de 1962 (7.700.000 por 30 anos) ..	256.000
2 - Substituição anual de habitações urbanas e rurais, que se vão tornando obsoletas, estimada sua vida média em 70 anos (13.500.000 por 70) ..	190.000
3 - Absorção anual de incremento vegetativo, avaliada em 100 milhões em 30 anos (100 (x30))	800.000
Total anual	1.246.000



CÂMARA DOS DEPUTADOS

--4--



Preço unitário médio, estimado no mesmo to, para 60 metros quadrados	500.000,00
Dotação anual necessária (500.000,00 x 1.246.000)	600.000.000.000,00

Isto significa que serão necessárias aplicar aproximadamente, por ano, 90% da receita prevista para o corrente exercício, o que é evidentemente impraticável.

Dai a necessidade da adoção urgente de medidas concretas e viáveis para que o problema não se agrave ainda mais.

MEIDAS JÁ PROPOSTAS NESTA CASA

Como dissemos, apresentamos a esta Casa, em 1960, o projeto que tem o número 1.911, em que se propunha o estabelecimento de um Plq no Nacional de Habitação, a ser desenvolvido por um organismo único, a Superintendência Nacional de Habitação, que utilizaria, para tanto, os recursos de um fundo especial a ser instituído simultaneamente.

Reveu-nos a consciência da gravidade do problema habitacional, evoluindo-se ano a ano com o aumento da população e a inexistência de quaisquer providências acaso fundadas em uma imprescindível política habitacional.

Nosso projeto, por consequência, representou a primeira proposição séria de, por via legislativa, definir a política habitacional do governo, apontar os pontos básicos para solução gradual do problema da moradia de milhões, e a estruturação administrativa do organismo que, eliminada a dispersão executiva até então vigentes, poderia, com agiler sucesso, enfrentar as dificuldades de uma campanha de tão grande envergadura.

Em 1961, entretanto, fruto do trabalho de um grupo organizado para reformular a legislação relativa à Fundação da Casa Popular, o Governo Federal encaminhou a esta Casa o projeto que aqui recebeu o número 3.139, em que propunha a criação do Instituto Brasileiro de Habitação.

Dito projeto, pelos pontos de contato e semelhança com o de número 1.911, antes apresentado, foi a este anexado para apreciação em conjunto nesta Câmara.

Legunha-se, conseqüentemente, a elaboração de um substitutivo que, reunindo as sugestões mais valiosas de ambos os projetos e incorporando novas soluções ideadas, viesse a constituir um projeto só, atualizado e eficiente.



O NOVO PROJETO

O novo projeto de lei que temos a honra de apresentar a esta Casa visa, essencialmente, a tentar estabelecer os pontos básicos de uma política de habitação e a ensaiar uma programação efetiva em que se concentrem os meios viáveis de dar combate ao déficit habitacional.

Eis, portanto, a que se propõe o atual projeto para o qual é requerida a maior atenção e urgência em sua tramitação, dado o sério agravamento do problema com a possível eclosão de uma crise extrema, de perigosas consequências.

Atendendo à conjugação de preceitos das duas proposições já citadas (1.911/60 e 3.139/61) e, também, às sugestões valiosas baseadas nos estudos de um grupo de trabalho organizado entre as Casas Econômicas dos três Estados sulinos (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) as disposições do novo projeto podem ser assim esclarecidas:

Em seu artigo 2º define, inicialmente, a habitação de interesse social, aquela, portanto, que será objeto das atenções constantes do Estado, uma vez que consiste na habitação dos assalariados, incapazes, em sua maior parte, de corporificar o seu desejo de moradia, sem auxílio que robusteça a sua iniciativa.

É estabelecendo um limite de remuneração, além do qual os assalariados deixarão de valer-se do Plano Nacional de Habitação, dada a insuficiência de recursos para atender a todos, indistintamente.

É preceituada a concentração de recursos destinados à habitação de interesse social, e a sua aplicação segundo planos precedidos de sólidos estudos, a fim de que se evite a atual dispersão que, por vícios, paradoxalmente, se traduz em concorrência, e quase sempre na inaplicabilidade das realizações aos agrupamentos sociais a que se destinaram.

Os onze pontos essenciais do Plano Nacional de Habitação, constantes do artigo 3º, são suficientes para nortear os elaboradores do Regulamento, que lhes virá, com pormenores, orientar a execução.

O limite de 150 vezes o salário-mínimo vigente em cada região é estabelecido, apenas, para pôr um teto modesto aos valores das habitações que poderão ser enquadráveis no Plano, possibilitando, assim, um atendimento em maior escala, e evitando a necessidade de reajustamento periódico, por via legislativa, desse mesmo teto.

A iniciativa dos interessados na habitação é posta, acima de tudo, como ponto de partida para aplicação do Plano. Não se trate, pois, de construir, para depois procurar os interessados e, sim, proporcionar aos já existentes, meios para obtenção ou conservação da moradia.

Naturalmente, essa iniciativa necessita, em muitos casos, ser solidamente apoiada, e, às vezes, despertada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - 6 -



O financiamento, de preferência à realização de obras públicas, também será feito em razão da necessidade dos interessados, e somente quando resgatável, para que não ocorra o que já tem sucedido, quando obras de tal natureza, muitas vezes da competência de Municípios ou de Estados, se convertem em verdadeiras aplicações assistenciais sem possibilidades de remuneração, dificultando, assim, a extensão do programa e tantos outros necessitados.

A aquisição de glebas de loteamento, é, muitas vezes, a solução para as dificuldades locais oriundas das grandes propriedades, cujos detentores não se interessam pelo seu fracionamento.

Para estimular o estabelecimento de indústrias locais de materiais destinados à habitação de interesse social, o Plano prevê também a concessão de financiamento.

Da prestação de assistência técnica, efetiva, é lícito esperar seja robustecida a iniciativa dos interessados na habitação. Obteve sucesso o exemplo de Porto Rico onde se realiza um bem organizado programa de incentivo, através do estímulo da construção por esforço próprio ou por ajuda mútua dirigida, com o ensino de técnicas singelas e práticas e produção doméstica de materiais encontrados nos próprios locais de construção, o que faz prever igual êxito em nosso país, se essa assistência técnica for levada às várias regiões do país, ministrando-se ensinamentos aos diretamente interessados na construção.

O estímulo às cooperativas de habitação e a concessão, em soldas a serem estudadas pelas repartições fazendárias, de reais favores, reduções ou isenções tributárias, aos que desejam investir capitais no campo da habitação de interesse social, são outras formas de suprir a insuficiência de meios financeiros da instituição a que ficará afeta a execução do Plano.

É prevista a realização de levantamento cadastral das pessoas jurídicas que operam em construções de edifícios e em loteamentos, para que se possa ajuizar da importância de sua contribuição no campo da habitação.

Também, com o objetivo de permitir aos municípios a elaboração dos indispensáveis planos diretores, foi inserida a previsão de assistência técnica e financeira.

O Conselho Nacional de Habitação será o órgão de planejamento, orientação, coordenação e supervisão, cujas decisões terão execução através das entidades interessadas no problema, em especial as Caixas Econômicas, dada a experiência já adquirida, o seu ritmo de atividade sem interrupções e a sua extensa rede de órgãos locais em número aproximado de 600 que, praticamente, cobrem todo o território nacional.

Poder-se-ia dizer que apenas se trata de mudar o nome



CÂMARA DOS DEPUTADOS - 7 -



da Fundação da Casa Popular. Não é assim. Se, realmente, a designação de Fundação invoca apenas instituições de finalidades beneficentes, científicas e culturais, ao invés de um verdadeiro organismo de aplicação de capitais, essa não é a principal razão das modificações propostas pelo projeto.

Achamos melhor que o novo organismo responsável por um Plano Nacional esteja subordinado diretamente à Presidência da República. É que a importância da habitação transcende a órbita de simples subdivisão de uma pasta ministerial e não pode ser considerada como mera modalidade de assistência social. Na França, o assunto é cuidado por um Ministério próprio.

Por outro lado, a Fundação da Casa Popular, retiradas suas fontes permanentes de recursos próprios, ficou, a partir de 1960, condicionada a administrar-se apenas dentro da diferença de taxas de juros, e da tomada de capital das instituições de previdência, e da inversão de seus planes.

A composição do Conselho, em sua simplicidade, encerra, a nosso ver, a representação das entidades mais diretamente interessadas no problema. A Superintendência de Reforma Agrária aparece como uma das integrantes do aludido Conselho, dada a importância do Plano, no setor rural, com vinculação à pretendida reforma agrária.

O artigo 4º determina expressamente as vantagens fiscais que se oferecerão aos capitais privados para estimulá-los às inversões de interesse social.

Da maior importância para a solução gradual do problema, as disposições ali contidas permitirão o afluxo de capitais até agora arredios e que, sem sombra de dúvida, constituirão a maior parte da contribuição necessária no campo da habitação, que, está provado, não pode continuar contando, apenas com os recursos oficiais, por sua natureza mais limitados, em face da dispersão natural a que está obrigado o governo da nação.

O Fundo Nacional de Habitação, previsto no art. 1º cria as fontes de recursos. Foram aproveitadas sugestões dos dois projetos referidos, já existentes nesta Casa, bem como das Caixas Econômicas dos três Estados do sul e tendo sempre em vista a necessidade de assegurar-lhe um significado real que permita o arranque inicial para solução progressiva da carência habitacional.

A previsão de convenios com Estados e Municípios em que ocorra a participação efetiva dessas unidades, poderá carrear apreciáveis somas de recursos e objetivar a aplicação de verbas do Fundo nas regiões que delas mais necessitem.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - 8 -



Fomos levados a deixar de considerar, como essencial, a toca de empréstimos (projeto 3.139/61) que poderia aumentar grandemente os recursos para habitação, tendo em vista que, pelo menos inicialmente, o serviço das dívidas assim constituídas poderia vir a entorpecer a execução do Plano Nacional de Habitação em muitos de seus itens.

Foi, todavia, deixada aberta a porta à possibilidade de aproveitamento de empréstimos, observadas condições que não desvirtuem o desenvolvimento da campanha.

Do Regulamento, como é óbvio, competirão os personagens executivos cuja rotina haverá que ser fixada para a harmônica execução do Plano.

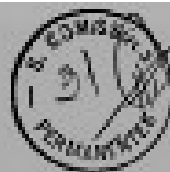
Assim, o novo projeto tem a pretensão de representar o que de mais atual se pode propôr para solução do problema habitacional, e que encontrará, estancas certas, o melhor sôcio de todos os interessados na presente questão.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1962.

Floriano Peixoto



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto nº 87/63 - Estabelece o Plano Nacional de Habitação, cria o Conselho Nacional de Habitação e institui o Fundo Nacional de Habitação.

Autor: Sr. Floriceno Paizão.

Relator: Dep. Nelson Carneiro.

PARECER

A matéria foi recentemente examinada pelo Congresso Nacional, através de projeto de iniciativa do Poder Executivo. Meu voto é, por isso, para considerar prejudicado o projeto nº 87/63, mas não posso deixar de louvar a valiosa colaboração que seu autor, o nobre Deputado Floriceno Paizão, traz a um problema de tal complexidade.

Brasília, em 14 de julho de 1964.

Nelson Carneiro
NELSON CARNEIRO - Relator

ASC.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇAPARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, na 12ª reunião ordinária de sua Turma "A", realizada em 14.7.64, opinou, unanimemente, pela prejudicialidade e consequente arquivamento do Projeto nº 87/63, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os senhores deputados: Tabosa de Almeida - no exercício da Presidência, Nelson Carneiro - Relator, Lauro Leitão, Cívico de Abreu, Floriano Paixão, Osmi Bagis, Arruda Câmara, José Barbosa, José Meira, Omar Mendes, Raimundo Brito, Altino Machado, Pedro Marão, Manoel Teixeira e Múnia Falcão.

Brasília, em 14 de julho de 1964.

Tabosa de Almeida
 TABOSA DE ALMEIDA - no exercício
 da Presidência

Nelson Carneiro
 NELSON CARNEIRO - Relator

ANEXO D - Relatório final do SHRU, em 1963, publicada pela *Revista Arquitetura*, edição de setembro do mesmo ano, PP. 17 a 23:

documentação

AR 15 set 63

s.HRu

sem. de habitação e reforma urbana

Arquitetos, sociólogos, engenheiros, economistas, advogados, assistentes sociais, médicos, líderes estudantis e sindicais, vindos de todos os pontos do País, congregaram-se durante uma semana para estudar e debater os mais dramáticos aspectos da crise brasileira de habitação. O número de participantes reunidos por iniciativa do IPASE e do IAB, nas duas etapas (Quitandinha e São Paulo), chegou a quase 200, dentre os quais figuravam inúmeros representantes de órgãos estaduais de planejamento e de grandes empresas industriais de economia mista.

INSTALAÇÃO

O s.HRU instalou-se no auditório do Ministério da Educação e Cultura, dia 23 de julho, transferindo-se em seguida para o Hotel Quitandinha, onde, em regime de intenso trabalho, grupos de estudo analisaram e discutiram o temário que compreendia os seguintes títulos:

Grupo I — A situação habitacional do País.

Grupo II — A habitação e o aglomerado urbano.

Grupo III — Reforma Urbana — Medidas para o estabelecimento de uma política de planejamento urbano e de habitação.

Grupo IV — A execução dos programas de planejamento urbano e de habitação.

Grupo III — Moderador: arquiteto Joaquim Guedes; Relator: arquiteto Antônio Pedro Alcântara.

Grupo IV — Moderador: advogado Clóvis Garcia; Relator: arquiteto Jorge Wilhelm.

PLENÁRIO DE QUITANDINHA

Os trabalhos do plenário, em Quitandinha, foram dirigidos pelo engenheiro Álvaro Milanez (presidente), pelo economista Vinicius Fonseca (orientador de debates) e pelo arquiteto Edgar Bittencourt (secretário).

Debatidos, emendados e aprovados em plenário os relatórios dos grupos, reuniu-se uma comissão relatora composta pelo advogado Clóvis Garcia, pelo arquiteto Jorge Wilhelm e pelo economista Vinicius Fonseca, com a incumbência de elaborar o relatório final da **I Etapa** sintetizando os documentos conseguidos nos quatro grupos de estudo e as resoluções do plenário.

SÃO PAULO — PLENÁRIO

Em São Paulo o trabalho elaborado pela Comissão Relatora foi submetido ao plenário da **II Etapa**. Durante os dias 29, 30 e 31 o s.HRU, reunido em sessões plenárias na sede do **IAB-SP**, debateu e analisou o documento oriundo de Quitandinha, emendando-o, pôrém aprovando-o em sua essência, tendo sido eleita uma comissão de redação final do documento, composta pelos arquitetos Alberto Xavier (IAB-RGS), Joaquim Guedes (IAB-SP), Mauricio Nogueira Batista (IAB-GB) e pelo economista Vinicius Fonseca.

GRUPOS DE ESTUDOS

Dirigidos por um moderador de debates e por um relator os quatro grupos de estudos concluíram seus trabalhos em relatórios que foram levados às sessões plenárias do Seminário. Os grupos atuaram com seguinte composição:

Grupo I — Moderador: economista Vinicius Fonseca; Relator: engenheiro Álvaro Milanez.

Grupo II — Moderador: arquiteto Jaime Zettel; Relator: ass. social Maria Lúcia Carvalho.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

A sessão de encerramento realizada no auditório da Universidade Mackenzie, contou com a presença do representante do Ministro Amaury Silva, sr. Leo Monari, delegado do Trabalho em São Paulo; dos deputados federais Almino Afonso, Franco Montoro, Fernando Santana, Rubens Paiva e Arthur Lima Cavalcante; srs. Clidenor Freitas, presidente do IPASE, fearo de Castro Melo, presidente do IAB e Oswaldo Correa Gonçalves, presidente do IAB-SP e do arquiteto Gildo Guerra, representando o Governador Miguel Arraes.



18



s.HRu

MENSAGEM MINISTERIAL

O Ministro Amaury Silva impedido de comparecer ao encerramento do s.HRU, enviou uma mensagem, lida pelo seu representante sr. Léo Monari, da qual destacamos o seguinte trecho:

"Tenho a convicção de que a mesma imposição de consciência que nos leva a defender a reforma agrária deve levar-nos a defender a reforma urbana — não para um futuro longínquo e indefinido, mas para esta geração, para este período de renovação das estruturas da sociedade brasileira.

O Governo do Presidente João Goulart, inaugurado ao termo de uma luta inesquecível pela afirmação da democracia, não se conformaria com a condição de governo omissor diante das carências econômicas e das injustiças sociais que fazem da liberdade o direito concreto de poucos, em prejuízo da maioria escravizada a condições de vida desumana. Foi ainda sob o parlamentarismo, mas já depois da posse do presidente João Goulart, que o Ministro do Trabalho, o deputado Franco Montoro, levantou em números o problema da habitação no Brasil, revelando dados impressionantes e estarrecedores, como os de que um terço da população do Rio de Janeiro e dois terços da população do Recife moram em habitações inteiramente inadequadas, a começar por favelas e mocambos. De lá para cá, à medida que se definem as dificuldades intransponíveis à execução de um programa amplo de moradia popular, firmou-se na consciência nacional a certeza de que uma das nossas tarefas prioritárias é a reforma urbana.

E' preciso agora defini-la e acompanhar essa definição de um trabalho de esclarecimento que evite, a seu respeito, os mesmos equívocos e as mesmas perversas inverdades com que se procura obstar a realização da reforma agrária. Estou convencido de que este Seminário, o primeiro conclave sob o patrocínio oficial sobre o tema, sem disfarces, da reforma idealizada e promovida sob a inspiração do Ministro Almino Afonso, é o começo desse trabalho e, em certo sentido, o começo da própria reforma."

Documento Final do Seminário

O s.HRU considerando:

1) que o problema habitacional na América Latina não se caracteriza como uma situação de emergência por não decorrer de fatos incontornáveis que tenham construído bruscamente os equipamentos urbanos e a disponibilidade habitacional, mas é o resultado das condições de subde-

envolvimento provocadas por fatores diversos, inclusive processos espoliativos a que se acham submetidos os países latino-americanos;

2) que a situação habitacional do Brasil é de suma gravidade, caracterizando-se, essencialmente, pela desproporção cada vez maior, nos centros urbanos, entre o salário ou a renda familiar e o preço de locação ou de aquisição de moradia e pelo déficit crescente de disponibilidade de prédios residenciais, em relação à demanda do povo brasileiro, uma vez que o significativo número de habitações construídas tem se destinado quase exclusivamente às classes economicamente mais favorecidas;

3) que, no Brasil, o fenômeno de urbanização vem se processando de maneira vertiginosa e desordenada, sendo fatores determinantes desse fenômeno, primordialmente, a estrutura subdesenvolvida do país, o intenso incremento demográfico desacompanhado de medidas que, no interesse nacional, ordenem e disciplinem o surto industrial e as arcaicas relações de produção agrícola, que determinam fortes movimentos migratórios para os núcleos urbanos;

4) que, nos maiores centros urbanos do País, a população que vive em subhabitações — tais como favelas, cortiços, mocambos, malocas, barracos — é grande e crescente, tanto em números absolutos como relativos;

5) que, mesmo a população que vive em habitações do tipo permanente, em sua maioria, se debate com problemas decorrentes da defasagem entre o crescimento demográfico das cidades e o fornecimento dos mais rudimentares serviços públicos, assim como da não complementação do acervo de moradias com o equipamento de utilização comum, cada vez mais imprescindível em virtude da crescente complexidade urbana;

6) que concorre para agravar o déficit de habitação, na presente conjuntura brasileira, a incapacidade já demonstrada de obter-se, pela iniciativa privada, os recursos e investimentos necessários ao aumento da oferta de moradias de interesse social pelo menos no ritmo em que se processa o crescimento das populações urbanas;

7) que a gravidade da atual situação habitacional é confirmada pelos dados estatísticos e por outras fontes de informação, embora insuficientes para uma avaliação precisa da carência de habitações no Brasil;

8) que se verifica o emprego de tecnologias novas no País, ainda que dispersas e limitadas, algumas apresentando interessantes características regionais, graças ao conhecimento e ao espírito de iniciativa dos nossos técnicos;

9) que a ausência de uma política habitacional sistemática — apesar de algumas medidas e movimentos isolados bem sucedidos mas insig-

nificantes na sua expressão numérica, em face das necessidades nacionais — vem ocasionando efeitos maléficos ao desenvolvimento global do país, baixando de modo sensível o rendimento econômico-social desse mesmo desenvolvimento.

A F I R M A :

1) que, dentre os direitos fundamentais do homem e da família, se inclui o da habitação e que a sua plena realização, exigindo limitações ao direito de propriedade e uso do solo, se consubstancia numa reforma urbana, considerada como o conjunto de medidas estatais, visando à justa utilização do solo urbano, à ordenação e ao equipamento das aglomerações urbanas e ao fornecimento de habitação condigna a todas as famílias;

2) que a habitação é um elemento fundamental de padrão de vida, constituindo não apenas o abrigo físico, mas também um fator condicionante de interação entre seus moradores no seio da família e destes para com toda a sociedade. Sua estrutura, organização, dimensões, equipamento e estética, devem atender a um mínimo de requisitos que a tornem compatível com o estado de saúde, o nível de eficiência e as condições culturais, exigidos por uma sociedade em desenvolvimento;

3) que, apesar de já existirem conhecimentos técnicos para resolver o problema da habitação em tempo relativamente curto, apenas uma minoria da população brasileira usufrui desses benefícios, enquanto uma parte sempre crescente é compelida a viver em condições de habitabilidade totalmente incompatíveis com o grau de civilização já atingido pelo País, à margem do seu desenvolvimento econômico;

4) que essa situação contrasta flagrantemente com os conceitos de democracia e justiça social e só poderá ser superada, pela atualização da estrutura econômica nacional e por um considerável avanço construtivo, através da coordenação de esforços e da racionalização de métodos de produção;

5) que, em consequência, a solução do problema habitacional e da reforma urbana está vinculada à política de desenvolvimento econômico e social — inclusive a reforma agrária — através da qual possa ser rapidamente elevado o padrão de vida do povo brasileiro;

6) que o problema da habitação é de responsabilidade do Estado, sendo que a sua intervenção deve ser no sentido de equacionar o problema em sua totalidade; disciplinar as atividades no campo habitacional; incentivar quaisquer medidas que visem à solução do problema e suprir diretamente as deficiências que se manifestem;

7) que a política habitacional do Estado não pode ser de ordem assistencial, concedendo apenas, pa-

ternalisticamente, a casa, como até agora tem sido a ação governamental; mas, ao contrário, deve ser relacionada ao desenvolvimento global do País;

8) que é de grande importância para a política habitacional a formação de uma consciência popular do problema e a participação do povo em programas de desenvolvimento de comunidades;

9) que a política habitacional deve concretizar-se através de planos nacionais, territoriais e de habitação, com o objetivo de corrigir as deficiências quantitativas e qualificativas de moradias e equipamentos sociais, integrados num planejamento global, nos níveis nacional, regional, estadual e municipal;

10) que, no nível federal e nos demais, o planejamento territorial e de habitação deve ser devidamente considerado pelos órgãos incumbidos da planificação sócio-econômica;

11) que todo plano habitacional deve fundamentar-se no conhecimento das necessidades de habitação, assim entendidas como a demanda habitacional no momento atual e no futuro. O termo demanda não tem aqui o significado de que os suprimentos de habitação sejam regulados pela capacidade de absorção dos consumidores, por sua vez correlacionada com os níveis de preços das construções e de aluguéis e os níveis de renda real. Particularmente no setor de habitação destinada às populações economicamente menos favorecidas, as leis reguladoras do mercado tem-se mostrado incapazes de conduzir às soluções desejadas;

12) que todo plano habitacional deve estabelecer metas de atendimento, através de critérios objetivos de prioridade, o que supõe a fixação de diretrizes que levem em conta:

- a) a capacidade de amortização ou pagamento das diversas camadas da população;
- b) o estabelecimento de tipos e dimensões de moradias adequadas à realidade regional, econômica e demográfica;
- c) as relações entre a moradia, o trabalho e os serviços e equipamentos urbanos;
- d) o custo dos serviços e equipamentos urbanos;

13) que para a efetivação da reforma urbana torna-se imprescindível a modificação do parágrafo 16º do art.º 141 da Constituição Federal, de maneira a permitir a desapropriação sem exigência de pagamento à vista, em dinheiro;

14) que é importante o estabelecimento pelo Estado de uma política definida, em bases coerentes com os princípios do plano habitacional, referente às locações urbanas, no sentido de relacionar de forma justa o aluguel à renda familiar;

15) que, em face do problema habitacional, sejam incluídas no plano respectivo, medidas de emergência destinadas à imediata melhoria das condições de subhabitação, equacionando-as dentro da realidade sócio-econômica brasileira e em bases locais, inclusive estimulando o esforço próprio, a ajuda mútua e o desenvolvimento comunitário;

16) que é imprescindível a adoção de medidas que cerceiem a especulação imobiliária, sempre anti-social, disciplinando o investimento privado nesse setor;

17) que a plena utilização de novos e eficientes processos técnicos depende de uma política habitacional que crie um mercado suficiente ao seu desenvolvimento;

18) que, para a execução da política habitacional, se torna necessário a criação de um Órgão Central Federal, com autonomia financeira e autoridade para atingir seus objetivos.

PROPÕE:

1a. PROPOSTA:

Que os Podêres da República apresentem a promulgação de providências legais e administrativas, relacionadas com as reformas de base, imprescindíveis à solução dos problemas examinados por este Seminário.

2a. PROPOSTA:

Que o Congresso Nacional reforme o parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição Federal, suprimindo as expressões "prévia" e "em dinheiro", de modo a permitir ao Governo a escolha da forma de indenização, de acordo com o interesse social;

3a. PROPOSTA:

Que o Poder Executivo envie projeto de lei ao Congresso Nacional corporificando os princípios de Política Habitacional e de Reforma Urbana aprovadas neste Seminário e contendo os seguintes pontos:

I) Do Órgão Executor da Política Habitacional e Urbana

1) A fim de disciplinar e coordenar todos os esforços necessários à correção da carência habitacional e de seus problemas de aproveitamento do território, o Governo deve criar um Órgão Central Federal, com autonomia financeira e com competência de jurisdição sobre todo o território nacional, incorporando-se a ele a Fundação da Casa Popular e o Conselho Federal de Habitação.

2) Esse órgão deve ter as seguintes atribuições:

a) — fixar as diretrizes da política habitacional e de planejamento territorial do País, através da elaboração dos planos nacionais, Territorial e de Habitação, de duração plurienal, tomando todas as resoluções que lhe pa-

recerem necessárias para assegurar o seu pleno desenvolvimento, sendo que, sua execução, sempre que possível, deve ser descentralizada.

b) — encaminhar, por intermédio do Presidente da República, os planos nacionais, Territorial e de Habitação (tal como são entendidos nos Capítulos IV e V da presente proposta) ao Congresso Nacional, para sua apreciação e aprovação.

c) — coordenar, assessorar e estimular a ação de todas as entidades governamentais, autárquicas, paraestatais e privadas que exerçam atividade no setor habitacional, considerando os planos estaduais ou municipais existentes;

d) — centralizar e coordenar os recursos federais destinados à habitação;

e) — coordenar, supervisionar e distribuir os recursos e a assistência técnica provenientes de países estrangeiros ou agências internacionais, destinados a programas de habitação e de aproveitamento do território;

f) — propor e executar medidas legais de desapropriação por interesse social, tanto para a habitação como para o planejamento urbano e proporcionar aos órgãos responsáveis pela execução de planejamentos territoriais e habitacionais, recursos que facilitem a desapropriação por interesse social, observado o enquadramento prévio de tais planejamentos aos planos regionais a que pertencerem;

g) — propor, estabelecer e executar medidas legais ou administrativas, necessárias à execução da Política Habitacional do Governo; firmar convênios com entidades oficiais ou privadas;

h) — adotar providências necessárias para o incremento da indústria de materiais de construção e desenvolvimento de processo tecnológicos, tendo em vista a padronização e estandarização desses materiais e a possibilidade de processos de pré-fabricação;

i) — promover, estimular e divulgar estudos e pesquisas, especialmente visando à criação de uma consciência pública do problema;

j) — promover o entrosamento da Política Habitacional com a Política Agrária e com a de Desenvolvimento Econômico.

3) O Órgão Central deve ter uma organização com as seguintes características e normas:

a) — um Conselho Deliberativo, no máximo de cinco membros, composto de técnicos em planejamento e habitação e do dirigente de órgão executor financeiro;

b) — um Conselho Consultivo, composto de representantes dos Ministérios, dos Estados e de entidades relacionadas ou interessadas no problema habitacional;

c) — departamentos técnicos;

d) — setores administrativos e regionais;

e) — a estrutura e demais atribuições do órgão devem ser aprovadas por decreto, permitindo uma maior maleabilidade na sua ação;

f) — os servidores técnicos devem ser admitidos por contrato, pelo prazo de 3 anos, enquanto bem servir, (admitindo renovação) e escolhidos dentre pessoas de notórios conhecimentos relacionados com habitação e planejamento;

4) O patrimônio do Órgão Central deve ser constituído de:

a) — bens móveis, imóveis, direitos e ações sobre imóveis, pertencentes à Fundação da Casa Popular e ao Conselho Federal de Habitação;

b) — imóveis que desapropriem e adquirira a qualquer título, bem como os imóveis urbanos pertencentes à União e por ela não utilizados.

5) Para o financiamento da Política Habitacional deve ser criado um Fundo Nacional de Habitação, administrado pelo Órgão Central, com os seguintes recursos:

a) — a arrecadação do imposto de habitação a ser criado e que incidirá sobre:

1) — o registro de loteamentos urbanos no Registro de Imóveis;

2) — a transferência, por venda, cessão ou doação de lote de terreno compromissado;

3) — a transferência, por venda, cessão ou doação de unidades residenciais de mais de 100 m² de área total construída;

4) — a não utilização de imóvel urbano, compreendendo terreno inexplorado ou unidade residencial vaga por mais de 6 meses.

O imposto de habitação será devido na base das seguintes alíquotas:

I) — no caso do item 1 deste artigo, de 5% sobre o valor de venda de loteamento na época do registro de acordo com a avaliação do município onde estiver localizado;

II) — no caso do item 2 deste artigo, de 3% sobre o valor da transferência de lotes até 300 m² e mais 1% sobre cada 100 m² ou fração que exceder;

III) — no caso do item 3 deste artigo, na seguinte proporção sobre o valor da transferência de acordo com a área total construída:

1% para os imóveis de 100 a 150 m².
2% para os imóveis de 150 a 200 m².
3% para os imóveis de 200 a 300 m².
5% para os imóveis de mais de 300 m².

IV) — no caso do item 4 deste artigo, de 3% anualmente sobre o valor real do imóvel de acordo com a avaliação do município onde estiver lo-

calizado, quando no perímetro urbano e 1% anualmente quando fora desse perímetro.

Os loteamentos que apresentem serviços e equipamentos na ocasião do registro terão as reduções seguintes no imposto de habitação previsto neste item:

a) água: 20%
b) esgoto: 20%
c) rede de energia elétrica: 20%
d) equipamento das vias de acesso: 20%
e) transporte coletivo: 20%

Terá insenção do imposto de habitação previsto nos itens 2 e 4 deste artigo, o proprietário de um único lote de terreno até 500 m² de área e que não possua outro imóvel.

b) — arrecadação do selo de habitação a ser aposto nos contratos e recibos de locação, substituindo o selo comum federal;

c) — arrecadação proveniente do tributo cobrado na conformidade dos artigos 92 a 95 do Decreto n.º 51.900, de 10-4-63;

d) — arrecadação proveniente de operações imobiliárias realizadas por pessoas jurídicas;

e) — renda líquida da Loteria Federal;

f) — dotações orçamentárias, nunca inferiores a 5% da receita bruta da União, cobrindo inclusive as despesas com desapropriação;

g) — rendas de bens, serviços eventuais;

h) — contribuição de entidades oficiais ou particulares, nacionais ou estrangeiras (recebidas exclusivamente pelo Órgão Central para a sua aplicação de acordo com os planos nacionais, Territorial e de Habitação).

6) Com o Órgão Executor Financeiro devem passar à jurisdição do Órgão Central, as Caixas Econômicas Federais e o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, que funcionarão como banco nacional de habitação, obedecendo às seguintes normas:

a) — as disponibilidades das C.E.F., somente poderão ser aplicadas nas finalidades do Órgão Central;

b) — as agências e serviços das C.E.F., serão aproveitados como órgãos regionais e locais do Órgão Central.

7) As verbas do Orçamento da União, destinadas ao Fundo Nacional de Habitação, deverão ser globais e automaticamente registradas no Tribunal de Contas. As despesas com o pessoal administrativo do Órgão Central não deverão ultrapassar de 10% (dez por cento) das dotações orçamentárias.

8) As verbas do Fundo Nacional de Habitação deverão ser aplicadas estritamente em conformidade

com os critérios de atendimento que forem estabelecidos para fins de elaboração dos planos nacionais Territorial e de Habitação.

II) Da Desapropriação Para Fins Habitacionais e de Planejamento Territorial

1) Ficarão sujeitos à desapropriação por interesse social os bens considerados necessários à habitação, ao equipamento dos centros urbanos e ao aproveitamento do território;

2) Poderá o Órgão Central promover a desapropriação do imóvel por interesse social, tomando como valor da oferta inicial o declarado para fins tributários, eliminados os conflitos que possam existir em consequência da futura Lei de Reforma Agrária.

3) Não havendo valor declarado pelo proprietário, o valor da oferta será fixado, na zona rural, por avaliação conjunta do Órgão Central, SUPRA e Município; e na zona Urbana, pelo Órgão Central e pelo Município.

4) Os bens desapropriados pelo Órgão Central dentro dos seus objetivos poderão ser transferidos a particulares, obedecidas as condições especificadas nos planos nacionais, Territorial e de Habitação.

5) A transferência de bens feita em desacordo com os planos nacionais, Territorial e de Habitação, será nula de pleno direito.

III) Prioridade de Atendimento e Normas de Controle

1) Na elaboração dos planos nacionais, Territorial e de Habitação, o Órgão Central levará em conta critério de atendimento às áreas e populações a serem beneficiadas, os quais deverão possibilitar a fixação objetiva de um escalão de prioridade.

2) Em relação à distribuição geográfica dos atendimentos, os planos nacionais, Territorial e de Habitação, deverão levar em conta, entre outros fatores:

a) — a densidade e o ritmo de crescimento da população;

b) — a intensidade da urbanização;

c) — a densidade relativa em sub-habitação;

d) — a disponibilidade de recursos e fatores produtivos ociosos;

e) — a ocorrência de esforços locais ou regionais para o desenvolvimento econômico-social, quando se enquadrarem na política nacional de desenvolvimento;

f) — a existência de planos de habitação, locais ou regionais.

3) No pertinente às camadas da população a serem atendidas, os planos nacionais, Territorial e de

Habitação, deverão considerar, primordialmente:

a) — a incapacidade econômica para construção ou aquisição de moradia, nas condições vigentes no mercado imobiliário;

b) — a possibilidade de retribuição econômica pela moradia proporcionada através do Plano Nacional de Habitação.

4) Quaisquer recursos destinados aos municípios integrantes das listas mencionadas no item seguinte, só poderão ser liberados após apresentação dos seus respectivos planos municipais ao Órgão Central.

5) O Órgão Central fixará anualmente a lista de municípios que deverão preparar, dentro do prazo estabelecido, seus respectivos planos, de acordo com os planos regionais e atendendo ao objetivo de atenuação das disparidades regionais do desenvolvimento do País.

6) O Órgão Central poderá financiar e dar assistência técnica aos municípios, para elaboração dos seus planos, e aos órgãos regionais de planejamento.

7) Quaisquer planos elaborados pelos municípios deverão ser executados segundo as normas gerais do Órgão Central, sob pena de suspensão dos pagamentos mencionados nos itens 4 e 6 anteriores.

IV) Plano Nacional Territorial

1) O Órgão Central elaborará o Plano Nacional Territorial, no qual serão fixadas as diretrizes gerais do Planejamento Territorial e distribuição demográfica, a interligação de diversos planos regionais, sua vinculação aos planejamentos de caráter econômico, e aos grandes empreendimentos de interesse nacional, de forma a obter-se o desenvolvimento físico social integrado e orgânico das diversas regiões do País.

2) O Plano Nacional Territorial dará especial atenção à distribuição demográfica, aos aspectos sociais provenientes do desenvolvimento econômico, aos problemas de habitação, circulação e transporte, trabalho, recreação, cultura, saúde, educação, produção e abastecimento, reservas para expansão urbana e de áreas florestais, proteção de mananciais e regiões de valor turístico, aplicando os princípios de planejamento territorial consagrados pelos Congressos Internacionais de Arquitetura.

3) O Órgão Central, uma vez elaborado o Plano Territorial, fixará normas gerais que deverão obedecer o planejamento em todos os níveis.

V) Plano Nacional de Habitação

1) O Plano Nacional de Habitação destina-se a corrigir o déficit de moradias e suprir a crescente demanda de habitações, serviços e equipamentos urbanos.

s.HRu

2) Para elaboração desse plano o Órgão Central terá livre acesso a todas as fontes de informações das diversas repartições federais, estaduais, municipais, autárquicas e para-estatais, relativas ao seu campo de atuação.

3) Os imóveis adquiridos, construídos ou financiados para os fins do Plano Nacional de Habitação, não poderão ser usados a título gratuito, nem doados a particulares.

4) A alienação ou a locação desses imóveis obedecerá a normas e critérios previamente estabelecidos não sendo permitido ao adquirente sua transferência pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da aquisição.

5) Os referidos imóveis só poderão ser alienados ou locados a pessoas que se enquadrem nos critérios de atendimento do Plano Nacional de Habitação.

6) Os núcleos habitacionais enquadrados no Plano Nacional de Habitação deverão prever as instalações necessárias aos serviços e equipamentos urbanos.

7) Quando as construções referidas no item anterior se destinarem à venda ou ao aluguel a pessoas com suficiente capacidade econômica, será cobrado no valor da venda ou locação um acréscimo sobre o preço fixado pelo Órgão Central.

8) Nenhuma construção para fins do Plano Nacional de Habitação será realizada sem que as obras de urbanização correspondentes estejam de acordo com o planejamento dos municípios onde for executada.

9) A alienação dos imóveis enquadrados no Plano Nacional de Habitação poderá ser feita com reserva de propriedade do solo, caso em que o financiamento cobrirá apenas o valor da edificação. Os registros imobiliários transcreverão o edifício em nome do adquirente, com as averbações cabíveis.

10) O Plano Nacional de Habitação deverá desde logo adotar medidas de emergência destinadas a melhorar as condições de habitabilidade de agrupamentos de subhabitações, tais como, favelas, mocambos, malocas e semelhantes.

11) As medidas de emergência serão consideradas uma etapa intermediária entre o estado atual dos agrupamentos de subhabitações e os objetivos do Plano Nacional de Habitação.

12) O Plano Nacional de Habitação deverá considerar o aproveitamento social das áreas recuperadas das subhabitações, para execução por seus proprietários, ou diretamente mediante desapropriação.

VI) Aquisição de Imóvel Locado

1) Será assegurado ao locatário do imóvel a venda, preferência na compra em igualdade de condições pe-

lo prazo de sessenta (60) dias a contar da data da notificação, através do Cartório de Registro de Títulos, desde que o imóvel e o locatário se enquadrem nos objetivos do Plano Nacional, devendo a notificação conter o preço e as condições de pagamento.

2) Será assegurado ao locatário o direito de adjudicação compulsória do imóvel vendido sem observância do disposto no item anterior, satisfeitas as condições constantes da escritura.

4a. PROPOSTA:

Que o Poder Executivo envie mensagem ao Congresso Nacional, propondo modificações na Lei do Imposto de Renda, de modo a permitir isenção de tributação para as economias aplicadas na aquisição da casa própria (terreno e edificação), por parte das pessoas cuja renda real não seja suficiente para a obtenção do primeiro imóvel, dentro das Leis que atualmente regulam o mercado imobiliário.

5a. PROPOSTA:

Que a política de investimentos estatais, na melhoria dos conjuntos de subhabitação, obedeça normas no sentido de:

a) — organizar as comunidades disciplinando e orientando tecnicamente as construções, com o aproveitamento também dos próprios recursos dos grupos sociais;

b) — coordenar as obras de responsabilidade do Poder Público;

c) — tornar produtiva toda a mão de obra ociosa local, mediante seu aproveitamento em oficinas de artesanato e pequenas indústrias locais.

6a. PROPOSTA:

Que para o estabelecimento de um Programa Habitacional seja adotada metodologia tendo em conta o dimensionamento qualitativo e quantitativo da atual escassez, num processo que se baseia na projeção do número de "unidades familiares", sendo cabível circunscrever a projeção da demanda futura com base nas prioridades estabelecidas pela política habitacional.

7a. PROPOSTA:

Que se encareça junto ao I.B.G.E. a urgência das seguintes providências:

a) — que seja apurado com a máxima brevidade o Censo de População e Habitação de 1960;

b) — que os dados completos sobre habitação, recolhidos nesse Censo, sejam apresentados, isoladamente, pelo menos para as cidades importantes e, especialmente, para as conturbadas;

c) — que seja instituído um sistema de levantamento de estatísticas contínuas sobre a habitação, tanto do ponto de vista quantitativo como do

qualitativo, levando em conta ainda a qualificação sócio-econômica da população atendida;

d) — que o órgão incumbido do levantamento destes dados elabore os seus programas de atividade em intimo entrosamento com os órgãos de planejamento e execução da política habitacional.

8a. PROPOSTA:

Que os órgãos da Previdência Social, as Caixas Econômicas e outros da esfera governamental que realizam programas habitacionais, mediante execução direta ou financiamento, procurem aplicar, desde já, os princípios e normas estabelecidas neste Seminário.

Neste sentido, o Seminário dirige-se de forma particular ao IPASE, cuja Direção, ao co-patrocinar esta reunião, demonstrou plena consciência de suas responsabilidades neste setor.

9a. PROPOSTA:

Que o Congresso Nacional altere a legislação em vigor, de modo a que nas áreas de grande concentração urbana, constituídas territorialmente por municípios distintos, sejam criados órgãos de administração, que consorciem as municipalidades, para a solução de seus problemas comuns, tendo em vista, particularmente, as questões de organização do território e as habitacionais.

MOÇÕES

O Seminário de Habitação e Reforma Urbana aprovou Moções no sentido de:

1 — Manifestar a Sua Santidade, o Papa Paulo VI, votos pela continuidade da política social substanciada nas Encíclicas "Mater et Magistra" e "Pacem in Terris", de seu glorioso antecessor, por focalizar problemas de magna importância para os povos subdesenvolvidos.

2 — Manifestar ao Congresso Nacional da República do Peru, congratulações ao povo peruano pela eleição do arquiteto Fernando Belaunde Terry para a Presidência da República.

3 — Manifestar ao jornal "O Estado de São Paulo" o repúdio pela nota publicada em sua edição de hoje, referente ao Seminário, e exigir o cumprimento pelo referido periódico das disposições da Lei de Imprensa, para integral publicação de suas Resoluções finais, a fim de que sejam os seus leitores informados com objetividade e veracidade.

4 — Manifestar às autoridades educacionais a aspiração da Classe estudantil no sentido de que seja focalizada com objetividade, nos currículos universitários, a realidade brasileira, nos seus aspectos habitacional e de organização territorial. *

ANEXO E - Lista dos participantes no SHRU, em 1963, publicada pela Revista Arquitetura, edição de setembro do mesmo ano, P. 24:

PARTICIPANTES	
PRESIDENTE DE HONRA	
Dr. JOÃO GOULART	
PRESIDENTES	
Dr. CLIDENOR FREITAS	
arquiteto ICARO DE CASTRO MELO	
VICE-PRESIDENTES	
arquiteto MAURICIO ROBERTO	GB
arquiteto OSWALDO CORREA GONÇALVES	SP
DIRETORES EXECUTIVOS	
arquiteto IVAN OEST DE CARVALHO	GB
arquiteto JOAQUIM GUEDES	SP
arquiteto JORGE WILHEIM	SP
arquiteto JOSÉ QUINTAS ALVES	GB
arquiteto MAURICIO NOGUEIRA BATISTA	GB
CONVIDADO DE HONRA	
deputado ALMINO AFONSO	
REPRESENTANTE DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO	
arquiteto GILDO MARIO PORTO GUERRA	PE
PARTICIPANTES	
advogado CARLOS SOUZA REBOUÇAS	GB
advogado CLOVIS GARCIA	SP
advogado HELY LOPES MEIRELES	SP
advogado EURICO DE ANDRADE AZEVEDO	SP
advogado JOSÉ ARAÚJO NOBRE	GB
advogado PAULO PENTEADO DE FARIA	GB
advogado NATEXILPATRI GUITTON	PE
advogado ACÁCIO GIL BORSOI	RGS
arquiteto ALBERTO FERNANDO XAVIER	SP
arquiteto ABELARDO GOMES DE ABREU	SP
arquiteto ABELARDO RIEDY DE SOUZA	SP
arquiteto ABRAO SONOVIEZ	SP
arquiteto ALBERTO RUBENS POTTI	SP
arquiteto ALFREDO PAESANI	RGS
arquiteto ANTONIO CHAVES BARCELOS	GB
arquiteto ANTONIO PEDRO ALCANTARA	SP
arquiteto ARIOSTO MILA	SP
arquiteto ARNALDO PALIOLLO	BA
arquiteto ARTHUR NAPOLEAO REGO BAHIA	SP
arquiteto ARY DE QUEIROZ BARROS	GB
arquiteto BERNARD TITOMNY	RGS
arquiteto BERNARDO TITELBAUM	SP
arquiteto BERNARDO CASTELO BRANCO	SP
arquiteto BONA DE VILA	SP
arquiteto BRENO CIRINO NOGUEIRA	GB
arquiteto CARLOS EUGENIO HIME	SP
arquiteto CARLOS ALBERTO G. CARDIM FILHO	SP
arquiteto CARLOS BRASIL LODI	SP
arquiteto CARLOS EDUARDO POMPEU	SP
arquiteto CARLOS MILLAN	GB
arquiteto CHRISTA SCHROEDER	PR
arquiteto CIRO ILIDIO CORREA OLIVEIRA	SP
arquiteto DANILO GUIDO BASSANI	RGS
arquiteto DAVID LEO BONDAR	GB
arquiteto EDGARDO BITTENCOURT	RGS
arquiteto EDUARDO KMESSE DE MELLO	SP
arquiteto FLAVIO LEO SILVEIRA	SP
arquiteto FLAVIO VILACA	SP
arquiteto FABIO GOLDMAN	CE
arquiteto FABIO PENTEADO	DF
arquiteto FRANCISCO DIAS VASCONCELOS	SP
arquiteto FRANCISCO MENDES DEL PELOSO	DF
arquiteto FRANCISCO DE PAULA DIAS DE ANDRADE	SP
arquiteto GASTÃO SANDOVAL MARCONDES	PE
arquiteto GERALDO DARIO BUARQUE BORGES	SP
arquiteto GERALDO SERRA	SP
arquiteto GILBERTO JUNQUEIRA CALDAS	SP
arquiteto GUIDO GONÇALVES CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE	PR
arquiteto GUSTAVO GAMA MONTEIRO	GB
arquiteto GLAUCO DO COUTO OLIVEIRA	SP
arquiteto GREGORIO ZOLKO	SP
arquiteto GUSTAVO RICARDO CARON	ES
arquiteto HELIO VIANA	GB
arquiteto HELIO UCHOA	SP
arquiteto HELIO DE MARIA PENTEADO	SP
arquiteto HOOVER AMERICO SAMPAIO	SP
arquiteto ISRAEL SANCOWSKI	SP
arquiteto INOCENCIO PATROCINIO	SP
arquiteto IROKO KAWAUGH	SP
arquiteto JAGUANHARA DE TOLEDO RAMOS	DF
arquiteto JAIME ZETTEL	SP
arquiteto JEAN MAITRES	GB
arquiteto JERZI GRYBOWSKI	SP
arquiteto JOAO CACIOLA	GB
arquiteto JOAO RICARDO SERRAN	SP
arquiteto JOAO VILLANOVA ANTIGAS	SP
arquiteto JOAO CLODOMIRO B. DE ABREU	SP
arquiteto JOAO EDUARDO DEJENARO	SP
arquiteto JOAO ROBERTO LEME SIMÕES	SP
arquiteto JOAO WALTER TOSCANO	arquiteto
arquiteto JORGE NEVES	arquiteto
arquiteto JOSE M. MONFORT	arquiteto
arquiteto JOSE ODILON HOMEM DE MELO	arquiteto
arquiteto JÚLIO NEVES	arquiteto
arquiteto JÚLIO ROBERTO KATINSKI	arquiteto
arquiteto LAURO BASTOS BIERKOLTZ	arquiteto
arquiteto LEO RIBEIRO DE MORAES	arquiteto
arquiteto LEO BONFIM JUNIOR	arquiteto
arquiteto LIVIO EDMUNDO LEW	arquiteto
arquiteto LUIZ CARLOS COSTA	arquiteto
arquiteto LUIZ GOMES CARDIM SANGIRARDI	arquiteto
arquiteto LUIZ PAULO FERNANDES CONDE	arquiteto
arquiteto LUIZ KUPPER	arquiteto
arquiteto MARDONIO SANTOS GUIMARÃES	arquiteto
arquiteto MARIO LORENZETTI	arquiteto
arquiteto MAYUMI WATANABI DE SOUZA LIMA	arquiteto
arquiteto MAURICIO DO PASSO CASTRO	arquiteto
arquiteto MAURICIO KOGAN	arquiteto
arquiteto MAURICIO DOCK SCHNEIDER	arquiteto
arquiteto MILTON GHIRALDINI	arquiteto
arquiteto NELSON NACCASHI BADRA	arquiteto
arquiteto NESTOR GOULART REYS FILHO	arquiteto
arquiteto OSCAR PANZOPO	arquiteto
arquiteto PAULO ANTUNES RIBEIRO	arquiteto
arquiteto PAULO MENDES DA ROCHA	arquiteto
arquiteto PAULO BASTOS	arquiteto
arquiteto PAULO MENDES DA ROCHA	arquiteto
arquiteto PAULO THOMAZ C. DE FREITAS	arquiteto
arquiteto PEDRO PAULO SARAIVA	arquiteto
arquiteto RINGO KUBOTA	arquiteto
arquiteto ROBERTO AFRAIO	arquiteto
arquiteto ROBERTO CERQUEIRA CEZAR	arquiteto
arquiteto RODRIGO BROTERO LEFEVRE	arquiteto
arquiteto RUBENS DO AMARAL PORTELA	arquiteto
arquiteto RUBENS CARNEIRO VIANA	arquiteto
arquiteto RUBENS MACEDO MACHADO	arquiteto
arquiteto SAMUEL SZPIEGEL	arquiteto
arquiteto SERGIO AUGUSTO ROCHA	arquiteto
arquiteto SERGIO PEDRO PEREIRA	arquiteto
arquiteto SERGIO DE MOURA AMOROSO	arquiteto
arquiteto SERGIO PEREIRA DE SOUZA LIMA	arquiteto
arquiteto TERU TAMAOUI	arquiteto
arquiteto WALDEMAR HERMANN	arquiteto
arquiteto WALTER SARAIVA KARNES	arquiteto
arquiteto WILSON GARCIA RAMOS	arquiteto
arquiteto WILSON MAIA FINA	arquiteto
arquiteto WILTOLDE ZMITROWIEZ	arquiteto
arquiteto ZEFERINO CONTRUCCI	arquiteto
ass. social AURELINA FLORES BIANCO	ass. social
ass. social HELENA IRACY JUNQUEIRA	ass. social
ass. social MARIA LUCIA DE CARVALHO	ass. social
ass. social NELSON JOSE SUZANO	ass. social
ass. social ODETE NASTARI TRANI	ass. social
ass. social REIMEI IOSHIOKA	ass. social
ass. social TEREZINHA GASPAR	ass. social
atuarista CHOU SETO	atuarista
deputado ARTHUR LIMA CAVALCANTE	deputado
deputado EMANUEL WASSERMAN	deputado
deputado FERNANDO SANTANA	deputado
deputado FLORENCIO PAIXAO	deputado
deputado FRANCO MONTEIRO	deputado
deputado MILTON CABRAL	deputado
deputado NEIVA MOREIRA	deputado
deputado RUBENS FAIVA	deputado
economista DOMINGOS AZEVEDO	economista
economista JUAN SALAZAR RONDON	economista
economista LUIZ FERNANDO VIEIRA	economista
economista ROMULO DE AVELAR	economista
economista SEBASTIAO DE AGUIAR AYRES (observador)	economista
economista VINICIUS FONSECA	economista
economista WILMAR D. LAHOL	economista
engenheiro ALBERTO VASTI	engenheiro
engenheiro ALFREDO DE PAOLI	engenheiro
engenheiro ALVARO AUGUSTO SOARES	engenheiro
engenheiro ALVARO MILANEZ	engenheiro
engenheiro CARLOS EDUARDO DE PAULA PESSOA	engenheiro
engenheiro DALMO LEME PRAGANA	engenheiro
engenheiro FLAVIO MONTEIRO AMARAL	engenheiro
engenheiro GILBERTO COUFAL	engenheiro
engenheiro HUGO GIRAFÁ	engenheiro
engenheiro JOAO BATISTA PIZARRO DRUMOND	engenheiro
engenheiro JOAO SIQUEIRA FILHO	engenheiro
engenheiro JOSE AUGUSTO MARTINS	engenheiro
engenheiro PEDRO VIEIRA DE CASTRO	engenheiro
engenheiro RICARDO D. SCHROEDER	engenheiro
engenheiro ROBERTO RODRIGUES MOREIRA	engenheiro
engenheiro RUBENS DE MATOS PEREIRA	engenheiro
engenheiro VITOR JOSE CARTEL LUIZ DE AZEVEDO	engenheiro
engenheiro VITORINO SEMOLA	engenheiro
estudante ANTONIO SERGIO MARGAMIN	estudante
estudante CARLOS HENRIQUE HECK	estudante
estudante CONRADO JORGE HECK	estudante
estudante FERNANDO PEREIRA BURKHARDT	estudante
estudante EDSON BUEHRER	estudante
estudante FERNANDO ROCHA	estudante
func. público AGNELO UCHOA BITTENCOURT	func. público
general VALERIO BRAGA	general
industrial THOMAZ SILVEIRA	industrial
líder sindical ANTONIO NABAS MARTINS	líder sindical
líder sindical LUIZ TENÓRIO DE LIMA	líder sindical
médico ALBERTO LUIZ MADEIRA	médico
médico ANTONIO MARIA DE REZENDE CORREIA	médico
médico DAVIDSON S/O PAULO MEIRELES	médico
médico OSWALDO MACEDO	médico
pesquisadora EUGENIA SARA PAEZANI	pesquisadora
professora ANTONIA RUBRO MULLER	professora
professora DULCE SALGADO AMOROSO	professora
professor FLAVIO IMPERIO	professor
químico MARIO ERNESTO HUMBERA	químico
sociólogo ALBERTO PASSOS GUIMARÃES	sociólogo
sociólogo IRIS SOARES AZEVEDO	sociólogo
sociólogo JUAREZ BRANDÃO LOPES	sociólogo
sociólogo ORACY NOGUEIRA	sociólogo
urbanista ADINA MERA	urbanista

ANEXO F - Boletim informativo mensal, em 1953, documentado pelo IAB-SP, circular nº 607, P. 1:



Circular 607/53

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL
DEPARTAMENTO DE S. PAULO

Prezado Consócio:

BOLETIM MENSAL DO I.A.B. - A Comissão Diretora deste Departamento resolveu publicar um Boletim noticioso mensalmente, aproveitando amável oferecimento da revista "Acrópole", que pôs à disposição do IAB separatas para esse fim. Ficaram encarregados de elaborar e redigir o referido boletim os arquitetos Nestor Lindenberg, Salvador Gandia e Jorge Wilhelm.

RESOLUÇÃO Nº. 85, DO C.R.E.A. - Atendendo à solicitação do Engenheiro Helio de Caires, Presidente em exercício do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, contida em ofício de 24 de Setembro p. findo, transcrevemos abaixo os artigos 1º. e 4º. da Resolução nº. 85 daquela entidade:

"Art. 1º. - Os Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura considerarão em exercício ilegal os profissionais, diplomados ou não, neles registrados, que deixarem de satisfazer por um ano o pagamento da respectiva anuidade.

Parágrafo Único - Para plena observância do disposto neste artigo, os Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura tomarão as indispensáveis providências junto às repartições federais e estaduais, Preressituras municipais, entidades paraestatais, autárquicas e de economia mista, escolas técnicas de grau médio ou de engenharia e arquitetura de grau superior, e firmas, sociedades, empresas, companhias ou organizações, onde os profissionais estiverem lotados, subordinados, inscritos ou contratados.

Art. 4º. - Aos profissionais licenciados em virtude do disposto no artº. 3º. do Decreto nº. 23.569, de 11 de Dezembro de 1933, aplicar-se-á, automaticamente, o que dispõe o Parágrafo Único do referido artigo, sempre que deixem de pagar as respectivas anuidades durante um ano."

CONFERENCIA DO ARQUITETO CARLOS BRASIL LODI - Realizar-se-á na cidade de Campinas, na sede da Associação dos Engenheiros, no dia 6 de Novembro vindouro, às 20,30 horas, sob o patrocínio da Delegacia do IAB em Campinas, uma conferência do colega Carlos Brasil Lodi, sobre o tema: "Pontos Fundamentais do Planejamento Urbanístico Atual", - em comemoração ao "Dia do Urbanismo".

CENTRO INTERAMERICANO DE VIVIENDA: - Recebemos desta entidade um ofício em que nos solicita divulgarmos entre nossos associados interessados, a existência de publicações especializadas sobre habitações, que aquele Centro enviará a quem as solicitar, - e cuja lista poderá ser pedida no seguinte endereço: Centro Interamericano de Vivienda - Ciudad Universitaria - Apartado Aereo 6209 - Bogotá - Colombia, S. A.

ANEXO G - Boletim informativo mensal, em 1953, documentado pelo IAB-SP, circular nº 609, P. 1:



Circular 609/53

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL

DEPARTAMENTO DE S. PAULO

Prezado Colega:

VISITA DE ARQUITETOS AMERICANOS: - Entre os dias 12 e 19 de Fevereiro de 1954, deverá chegar ao Rio de Janeiro, em visita àquela Capital um grupo de 30 a 35 arquitetos americanos, - os quais extenderão sua viagem a São Paulo.

CONCURSO DE APARELHOS DE ILUMINAÇÃO: - Da The Lightrend Company, 9011 Beverly Boulevard, Los Angeles 48, California, recebe bem como - por intermédio do Departamento Central do I.A.B. - comunicação de que se acha aberto um concurso de aparelhos de iluminação, devendo os interessados enviar fotografias e desenhos para serem submetidos a uma Comissão de arquitetos e decoradores, que julgará do aspecto funcional e originalidade de desenho.

Para melhores informações pedimos aos interessados se dirigirem à nossa Secretaria.

VISITA DO ARQUITETO ERNEST WEISSMANN A SÃO PAULO: - Esteve em São Paulo, de passagem, o arquiteto Ernest Weissmann, chefe do Departamento de Habitação e Urbanismo das Nações Unidas, - que realiza viagem oficial para organização de uma reunião internacional de especialistas do problema de habitação. A mesma deverá realizar-se no Rio de Janeiro, sendo precedida de uma reunião nacional de especialistas a realizar-se em São Paulo, todas elas no próximo ano de 1954.

Em vista de sua curta permanência nesta Capital, não foi possível ao I.A.B. promover uma reunião daquele arquiteto com seus associados. Entretanto, o mesmo teve ocasião de assistir a uma reunião conjunta da Comissão Mista do Código de Obras, realizada na sede do Instituto de Engenharia no dia 30 de Outubro findo, quando teve oportunidade de proferir considerações sobre o assunto.

A Diretoria.

São Paulo, 6 de Novembro de 1953.